FERNANDO AFONSO FERREIRA JUNIOR

“Nonada” – O Sertão no Processo de Formação do Estado Nacional (1822 - 1862)

São Paulo

2009

FERNANDO AFONSO FERREIRA JUNIOR

"Nonada" – O Sertão no Processo de Formação do Estado Nacional (1822 - 1862)

Tese apresentada ao curso de História Econômica, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciências.

Área de Concentração: História Econômica

Orientador: **Prof. Dr. Fernando Antonio Novais**.

São Paulo

2009

“O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por campos gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu Cristo Jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucúia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniães...o sertão está em toda a parte” (João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, p.23-4).

Nasci do casamento de um homem sertanejo com uma mulher litorânea e, embora um odiasse o espaço do outro, continuaram simbioticamente juntos. À saga dos meus pais por essas terras, dedico essa tese.

Lista de Siglas

APM – Arquivo Público Mineiro
BN – Biblioteca Nacional
APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
AVC – Coleção Documentos Avulsos

Lista de Figuras

Figura 1 – Capitanias do Brasil, 1767 20

Figura 2 - Capitanias do Brasil, 1767 (Mapa Modificado) 21

Figura 3 - Projeto de Theophilo Ottoni para a União Indústria –Do Sul ao Norte. 118

Figura 4 - A comunicação leste oeste: do litoral ao Sertão do Mucuri e do Jequitinhonha.. 125

Figura 5 - Mapa das Colônias do Mucuri 140

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Saldo da Conta Bancos consolidado dos livros contábeis da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri

Agradecimentos

“Por eso canto al dia y a la luna / al mar, al tiempo, a todos los planetas, / a tu voz diurna e a tu piel nocturna” (Pablo Neruda). Escrever esse agradecimento parece redundância. Essa tese começa e termina em Monalisa, minha esposa. Assim como a minha vida, a minha loucura, a minha falta de rumo, as minhas veredas só podem encontrar porto seguro na âncora de minha existência, minha razão, minha mais atenta leitora que me fez escrever e reescrever essas laudas, incentivando e não permitindo que eu deixasse esse projeto pelo caminho. Dedico a ela meu amor e minha vida eterna. Nossas teses, assim como nossas dissertações, saíram juntas e são frutos de novos tempos, novos rumos, novos caminhos, novas esperanças. Cantemos pois, a essa apaixonada alegria nerudiana, mesmo na tristeza, você e eu.

Durante dez anos de minha vida tenho convivido com o Prof. Dr. Fernando Novais. Que imenso prazer! Prazer inclusive das coisas pequenas, que viram história. A primeira ligação telefônica que recebi do Professor foi para me perguntar o quê eu colocaria na última linha da primeira página de minha dissertação. Respondi: Campinas, 2003. Ele apenas me disse: “até logo, Professor, por que I...(a cidade onde morava no interior de São Paulo) não existe”. Outra ligação viria no doutoramento. Sem nenhuma explicação, ouço na gravação de minha caixa de voz, no celular, um poema de Lugones, autor que eu desconhecia até então e pela minha inabilidade com aquele “orelhão” móvel só consegui escutar uma única vez. Meus agradecimentos ao Professor que me ensinou, entre outras relevantes coisas, a dar aulas e a interrogar o tempo.

La Garza

Em su abstracto candor, El tiempo vano
Inmoviliza eterno, hondo, distante,
La soledad obscura del pantano
Y uma línea de tiza interrogante...

Leopoldo Lugones

Tomando um vinho em Barão Geraldo, os comentários únicos de Fabio Kalvan, que a moral e as leis não me permitem transcrever aqui, fizeram-me reler, depois da adolescência, Guimarães Rosa. Depois veio a mudança para estas Veredas e o imenso choque da comparação entre dois espaços, de fato, é o tema e motivo deste estudo. Além de tudo isso, enquanto ele me fazia ler o Rosa, eu o faria ler minha tese, troca injusta. Por isso, meu mais imenso agradecimento pela dupla influência sobre ela. Estendo-os aos meus outros amigos daquelas paragens bandeirantes: Thyssen, Zan, Dirce, Su, Di, Karina, Gazeta e Maluzinha. Com menos de dois anos, a última me mostrou que o tempo é implacável.

A Wellington, nosso “novo” colega na UFVJM, da História, leu e comentou com atenção essa tese e alguns de seus destaques a fizeram melhor.

Uma das minhas mais distantes memórias reside em Paulista, Pernambuco. Em uma casa pequena de imensa garagem no meio de uma ladeira. Devia ter menos de seis anos. Como tantos pais, o meu dizia: “estude para não ser aquilo que eu fui”. Estudei e ainda continuo querendo ser aquilo que eles são. Ao agradecê-los acredito agradecer a todos da minha família e à família de Monalisa. Dessa, em especial a Seu Zaca, minha saudade.

Aos queridos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri meu carinho e respeito. Participar da construção de uma Universidade não é fácil: tensão, incompreensão, imediatismos, críticas, caminhos e descaminhos nos vão fazendo mais fortes e mais tristes, mas como pensariam os Quakers da Pensilvânia, fica a obra. Continuemos, pois, nessa dura, incômoda e burocrática missão de ler e escrever ofícios e que um dia, isso tenha um fim.

Aos amigos de Diamantina e de Tchó Tchó (no final, não suporto mais falar ou escrever o nome do liberal fundador) meus agradecimentos: Zezé, Marilene, Marcelino, Dani, João e Francisco, Pedro, Vera, Dó, Edinho, Caê, Jú, Damiro, César, Eva, Chams, Bin (um dia eu acerto esse nome) e Olivia, Maria Cláudia (Mariè Claudê), Fernando, Marcos, Denise, Lourdes, Flávio, Dalva (Jaque), Archanjo, Ione, Alexandre, Rosana, Cintia, Vivi, Fernanda. Embora tentassem, durante a tese, desvirtuar-me para veredas etílicas, nos encheram de carinho nesse Grande Sertão. Ao Pedro e à Mabel, devo ainda o abstract. Ao primeiro, outro agradecimento: por ser para mim uma espécie de orientador, nas atividades profissionais, dentro da academia.

A todos que trabalharam ao meu lado na Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento e, ultimamente, na Pró-Reitoria de Administração, meus agradecimentos. Quando me ausentei, de forma competente José Geraldo e Ione assumiram minhas responsabilidades. Aos queridos funcionários dessas duas Pró-Reitorias, meus mais que justos agradecimentos. Sem eles eu não me dedicaria a essa tese com a devida tranqüilidade que ela merece, principalmente, nessa fase final.

Os professores do Curso de Turismo e do Bacharelado em Humanidades souberam compreender a minha ausência. A tese, o cargo, as aulas, o curso de História a ser montado, a Universidade a ser construída, enfim, essa loucura que se tornou minha vida não seria possível sem o apoio de vocês. A carga é grande e só está sendo possível suportar por causa dessas pessoas, a todos eles meus mais profundos agradecimentos e minha dívida.

Gostaria de agradecer aos meus professores e amigos do Colégio Técnico da Fundação José Carvalho. Em Pojuca, na Bahia, fiquei como aluno interno durante três anos e meio, dedicando-me aquilo que seria minha vida: estudar. Agradeço aos inúmeros professores que encontrei pelo caminho, sejam da Católica do Salvador, da UFBA, da UNICAMP e agora da USP. Em especial, gostaria de agradecer a Victor Meyer (*in memorian*), Silvio Humberto, José Roberto (o Zé, *in memoriam*), Jobson Arruda, Wilma Perez, Luiz Gonzaga Belluzo, José Ricardo, Ligia Osório, Frederico Mazuchelli e a João Manuel Cardoso de Mello.

Aos Professores Pedro Puntoni e Vera Ferlini, essa tese deve o novo rumo que eles

traçaram durante o exame de qualificação, meus imensos agradecimentos. Além disso, a agonia de orientador e orientado frente à burocracia acadêmica foi suprida pela experiência e a atenção daqueles dois professores que, cordialmente, nos auxiliaram nessa jornada.

Sumário

Apresentação 14

1. Grande Sertão: no processo de formação do Estado Nacional. 27

1.1. Da Crise do Antigo Sistema Colonial à Questão da Identidade. 35

1.2. Posição do Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial 48

1.3. Formação do Estado Nacional: a questão da identidade. 52

2. O Pensamento de Theophilo Ottoni 70

2.1. Os botocudos: estes selvagens não mandam notícias 70

2.2. O Luzia: Desacordo no Acordo 81

2.3. O Projeto: Integração do Norte Mineiro. 108

3. Modernização no Sertão 123

3.1. A “Colonização” do Mucuri 126

3.2. A Companhia de Comércio do Mucuri 140

4. Deus e o Diabo, no meio do redemoinho: As Veredas Resistem ao Progresso 184

4.1. Satanão! Sujo! ... S... – Sertão... Sertão 188

4.2. “O diabo na rua, no meio do redemoinho” 198

4.3. “O senhor nonada conhece de mim” 217

Sertanejos, mire veja: o sertão é uma espera enorme 233

Fontes e Bibliografia 242

Fontes 242

Fontes Manuscritas 242

Fontes Impressas 245

Bibliografia 250

Anexos 266

Resumo

A partir da crise do Antigo Sistema Colonial, uma série de projetos para construção e consolidação da nacionalidade brasileira passou a ser objeto de atenção, fosse na esfera do Estado Nacional, fosse associada a este, para permitir novas ocupações territoriais. Assim, focados naqueles sertões, no entorno dos Rios Jequitinhonha e Mucuri, essa tese buscou compreender o projeto de unificação nacional dos seus territórios através da modernização das comunicações. Esta modernização permitiu ao Norte Mineiro e algumas das suas mais importantes cidades como Diamantina, Serro Frio e Minas Novas, o melhor escoamento de sua produção.

Nesse sentido, procuramos verificar que o mais amplo projeto de integração nacional viria com a criação de uma nova povoação, às margens do Rio Todos os Santos: a Cidade de Filadélfia e, a partir daquele espaço, a comunicação com os grandes portos exportadores através do Rio Mucuri e da Companhia de Comércio e Navegação deste rio, capitaneada por Theophilo Benedicto Ottoni.

Ilustrado pelo projeto de povoação americana, pós-independência daquelas colônias, esse liberal, deputado e senador por Minas Gerais, sugere inclusive a criação de uma nova província, chamada Nova Estrela, que permitiria vincular o norte do Brasil às províncias do Sul e o litoral à definitiva conquista do oeste. Com isso, Ottoni pretendia ocupar esses espaços vazios, destruindo a resistências à modernidade que poderia ser interposta pelos Sertões.

Os caminhos e descaminhos daquele projeto fazem parte da história nacional como elemento de reflexão para o desenvolvimento de um organismo que compreenda a consolidação da jovem nação brasileira. A derrota do referido projeto permite que as vastidões sertanistas continuem durante toda a existência dessa nação, à margem do processo de desenvolvimento da modernidade, criando uma desarticulação das partes que formaram e formam o Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: SERTÃO, LIBERALISMO, IMIGRAÇÃO, “COLONIZAÇÃO”, TEÓFILO OTONI, MODERNIDADE, COMPANHIA DE COMÉRCIO, NAVEGAÇÃO, JEQUITINHONHA, MUCURI.

Abstract

From the crisis of the Old Colonial System, many projects in order to build and consolidate the Brazilian nationality have been the object of attention, through the National State sphere and associated actions to allow new territorial occupations. This thesis seeks to understand the Brazilian project on national unification of its territories by the modernization of the communication system that would allow North of Minas Gerais region and some of its most important cities such as Diamantina, Serro Frio and Minas Novas, to have the best way to drain off their production. As an example of new territorial occupation is focused the country interior (“sertões”) around Jequitinhonha and Mucuri rivers

The broader national integration project was thought after creation of a new settlement, settled along the “Todos os Santos” river flanks: the Filadélfia city and from that place establish communication with major exporting ports through the Mucuri river with the Company's Trade and Navigation of Mucuri, led by Theophilo Benedicto Ottoni.

As the American post-independence settlement project, the liberal deputy and senator by Minas Gerais, Theophilo Benedicto Ottoni, also suggested the creation of a new province, named “Nova Estrela” (New Star), which would link the north of Brazil, the provinces of the South and the coastline to the definitive conquest of the West, with the occupation of free territories., like that destroying the resistance to the modernity that could be interpose by the “Sertão´s” populations. The paths and “derailments” of this project are parts of Brazilian national history, as well as a reference for reflections about the development of a organism that could permit the understand of the Brazilian young nation consolidation.

The model defeat, allowed the abroad “sertanista” (interior country) areas remain at the margin of the modernity development process throughout the existence of this nation, therefore creating a disarticulation of the parties who composed and compose the Brazil.

KEY WORDS: SERTÃO, TEÓFILO OTONI, IMMIGRATION, "Colonization," MODERNITY, LIBERALISM, COMPANY OF COMMERCE, NAVIGATION, JEQUITINHONHA, MUCURI.

Apresentação

"Nonada". Depois de um século do período aqui estudado, já no século XX, publica Guimarães Rosa sua epopéia sertaneja. Diadorim e Riobaldo cavalgam pelas Veredas de um Sertão pouco ocupado e pouco explorado, numa espécie de sociedade paralela e distante daquela realidade "moderna" presente em outros centros. Assim, os sertões, especificamente aqueles que envolvem o norte mineiro e o sul da Bahia, apresentam-se como a delimitação geográfica ideal para que possamos compreender nossa inserção na modernidade ou a forma ajustada como ela se estabeleceu em terras brasileiras, totalmente vinculada à Formação do Estado Nacional.

Essas mesmas Veredas ainda podem ser vistas e sentidas nos Sertões do Jequitinhonha e do Mucuri. Um Brasil diferente e apartado de outras realidades regionais e que ainda causa estranheza quando comparado ao cenário nacional pelo seu atraso econômico, quando e se cotejado aos avanços rumo à modernidade que vivem estas outras sociedades. O amplo vazio em que ainda se encontram esses espaços se dá em razão de nossas distâncias demográficas e geográficas.

Charles Tilly, ao estudar a formação dos Estados no Mundo, estabelece essa espacialidade como um problema para a implantação de um elemento coercitivo e de controle por parte do Estado. O autor define que, quanto maior a diferença e distanciamento dessas regiões, mais forte são "os estímulos a opor-se ao controle central, e a formar alianças entre diferentes inimigos do estado, quer dentro quer fora de seu território"[1]. Isso fez com que os Estados permitissem o desenvolvimento de autoridades locais, enquanto não conseguia integrar totalmente esses territórios.

Estamos lidando, portanto, com aquele confronto apresentado por Roberto Schwarz, em que "a modernização se perdia na imensidão do território e da inércia social" e entrava em choque com o nosso passado e realidades distintas, quando tomadas em cada um dos espaços regionais. Desse conflito,

[1] Charles TILLY, *Coerção, Capital e Estados Europeus. 990-1992*, trad., 1996, p. 73.

surge um sentimento de "inferioridade e vergonha nacional por muitos".[2] Segundo alguns pensadores, daqui, dacolá, sertão é coisa a ser vencida, entretanto, fica esse imenso sentimento de que o elemento substitutivo nada mais é do que resultado do anjo e do diabo no meio do redemoinho. Enfim, e plagiando o autor de *Ao Vencedor as Batatas*: a modernidade é uma desgraça e o atraso é a nossa vergonha.

Partindo desse primeiro pressuposto, evocamos ao entendimento de que esse caldeirão de diferenças contrapõe-se ao amplo espectro de mudanças que se desencadeavam no mundo ocidental. Mudanças estas que enveredavam pelos caminhos do progresso, do desenvolvimento material, das revoluções e ideias liberais, enfim, do próprio avanço na consolidação do capitalismo, da modernidade. Por sua vez, a adesão a esse conjunto de transformações por que passa o mundo ocidental significa, aqui, ampliar os motivos de nosso atraso frente ao centro dinâmico da economia mundial: a Europa do século XIX ou, mais especificamente, a Inglaterra e a sua industrialização. No caso brasileiro, modernidade significava consolidar o Estado e cumprir o papel destinado às economias periféricas, ambos associados com a ampliação do modelo primário e exportador. Por tudo isso, deparamo-nos com perspectivas de modernidade diferenciada, tendo em vista que os contrastes apresentados durante a nossa formação criaram aspectos diferentes de ocupação do território. Existe uma grande diferença entre a sociedade que se fixa no entorno da cana-de-açúcar, voltadas para o mercado externo, e aquelas que se formam por outras características. O contraste se estabelece: "o caráter profundamente rural da sociedade litorânea, e marcadamente urbano das minas, realça a diversidade até o paradoxo: o mais estável, permanente, é o setor litorâneo, voltado para fora, nas bordas; o mais fluído e superficial é o setor interiorizado e urbano"[3].

Da desproporção de nossas diferenças surge o nosso conflito. A época moderna, marcada pela consolidação dos Estados Absolutistas, encontra aqui,

---

[2] Roberto SCHWARZ, "As Idéias fora do Lugar". In: *Ao Vencedor as Batatas*, 2000, p.28.

[3] Fernando Antônio NOVAIS, Condições da Privacidade na Colônia, Cap. 1, de *Cotidiano e Privacidade na América Portuguesa*, org. por Laura de Mello e SOUZA, Volume I de História da Vida Privada no Brasil, 4 volumes, org. por Fernando Antonio NOVAIS, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 25.

no mesmo período, a necessidade de formação deste Estado brasileiro, associada aos projetos modernizantes. Além de tudo isso, houve a superação da Crise do Antigo Sistema Colonial, coligada a uma expansão para novos mercados, fossem estes de caráter nacional, fossem, principalmente, vinculados às economias europeias. Enfim, assim como na Europa a centralização política poderia permitir a ampliação das relações comerciais, forcejando a acumulação e reinvestimento do capital.

Isso significa que o mesmo projeto modernizante pôde representar algo para o litoral diferente daquilo que se projetava para o interior; algo para o norte diferente daquilo que fosse projetado para o sul e produziria, portanto, um profundo debate nas câmaras imperiais sobre a integração das partes para se construir uma civilização sólida, rumo ao progresso material. Esse pensamento, típico do século XIX, vai tomar conta de ilustrados que assumem esse desenvolvimento como o rumo para construção nacional. É possível verificar também que isso acontece não pela natureza mais geral do grande comércio exportador, mas sim, pelo fato daquelas sociedades litorâneas já possuírem uma estrutura que permitia se inserirem na modernidade, sem profundas transformações na sua economia. Estrutura essa já montada durante o período colonial e voltada para a exportação. Em outras palavras, a interiorização da produção encontraria um caminho mais longo, embora mais propicio para uma transformação profunda da nossa sociedade em virtude de certa dissociação entre as forças da tradição e a produção material.

Aqui se encontra o nosso viés: mesmo após a crise do Antigo Sistema Colonial, a forma de inserção da jovial nação brasileira encontra-se associada o desenvolvimento do capitalismo industrial inglês, entretanto, essa inclusão neste sistema continuaria atrelada ao próprio capitalismo comercial, resultado da hegemonia daquele país europeu. Assim sendo, a modernidade acaba remetendo-nos para a compreensão do alargamento das nossas relações comerciais. Esse caldeirão de contrates indica a premissa básica da identidade diretamente vinculada a essa produção material e deslocada de características, por exemplo, culturais. Daí a força que assume, na formação nacional, o próprio Estado.

Enfim, é a ruptura do vazio que nos insere e nos identifica. Por isso, Fernando Novais insiste no "lento, dificultoso, penoso percurso de gestação dessa ´comunidade imaginária´ que, na definição de Benedict Anderson, constitui a nação"[4]. Partindo disto, pressupomos que temos o Estado, mas não temos a nação e coube àquele Estado, de forma lenta, dificultosa e penosa, conciliar os interesses e identidades locais e projetar um rumo geral para aquela sociedade do século XIX, entre a modernidade e a tradição.

Dessa maneira, os projetos modernizadores depararam-se com essa mesma problemática: criar uma identidade e uma estrutura que pudessem proporcionar a fixação daquelas sociedades vinculadas ao geral e, por conta disso, em primeira instância, ao mercado interno e, *a posteriori*, ao mercado externo, objetivo central destes projetos. Em virtude disto, elegemos a experiência de Theophilo Benedicto Ottoni e a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri para que pudéssemos recompor as dimensões dessa modernidade e os limites impostos pela crise do Antigo Sistema Colonial, no primeiro momento, para num segundo momento, perceber as dificuldades da não contigüidade daqueles espaços geográficos. Ottoni era um filho de mercador da Vila do Príncipe, ou Serro Frio, que no início do século XIX migrara para o Rio de Janeiro e pôde lá usufruir de todo um caldeirão político e cultural durante o processo de Independência do Brasil. Ele fez carreira legislativa pela região das Veredas e buscou implementar uma companhia de comércio para vincular as antigas cidades mineradoras do norte mineiro ao comércio brasileiro e internacional.

Para além das biografias, cabe uma sucinta apresentação de um dos principais líderes dos Luzias: da revolta e do partido. *A posteriori* faremos, quando necessário, os devidos encaminhamentos sobre a ação pessoal e política daquele fundador e administrador da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri que, por sua vez, proporcionou a colonização da Nova Filadélfia, hoje, cidade de Teófilo Otoni, no Vale que daria o nome à companhia. Sobrinho do escritor pré-romântico e oficial da Marinha, José Eloi

[4] Fernando Antônio NOVAIS, Condições da Privacidade na Colônia, Cap. 1, de *Cotidiano e Privacidade na América Portuguesa*, org. por Laura de Mello e SOUZA, Volume I de História da Vida Privada no Brasil, 4 volumes, org. por Fernando Antonio NOVAIS, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 25-6

Ottoni, pôde estudar na escola militar do Rio de Janeiro. Expulso da Marinha em 1829, pela sua participação em periódicos liberais, críticos do primeiro imperador, em 1831 publicaria o seu jornal próprio e combativo aos "desmandos" de D. Pedro I: *A Sentinela do Serro*. Eleito deputado em 1838, depois de cumprir o mandato de quatro anos vê a dissolução da câmara e parte para a organização da luta armada, que culminou na Batalha de Santa Luzia do Rio das Velhas, na sua prisão, na posterior anistia e em novo mandato entre 1845-1847. A partir de 1845 até a falência da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, em 1862, Theophilo Ottoni iria dedicar-se cada vez mais às atividades comerciais, voltando à cena política como Deputado e Senador do Império[5] depois da encampação da Companhia pelo Governo Imperial, pós 1861. Embora Ottoni apareça amiúde nesta tese, demais além da conta, não pretendemos remontar a sua história, mas através dela contribuir para a História do Brasil.

A ideia desta pesquisa consiste em partirmos da Crise do Antigo Sistema Colonial, especificamente do Processo de Independência, e seguirmos até os últimos momentos da Companhia, fazendo uma História Econômica da gênese do Estado Nacional nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Com esse caminho, podemos montar (remontar) um quadro de relações entre um projeto de modernização, sua força motriz, a integração ao comércio internacional e, por conta disso, o desenvolvimento regional daquela parte das gerais, através da ampliação do Estado e o seu inverso: o Sertão.

Como ilustração, podemos apresentar, nesse caminho, contrapontos a essa jornada, caminhos paralelos, descaminhos, veredas sertanistas, que nos envolvem, fazendo-nos passar a mesma ideia daquele sentimento que possuiu Riobaldo quando trilhava para o norte em um deserto sedento e confuso, como o Liso do Sussuarão, a fim de atingir as terras férteis das margens do São Francisco. Deserto duro, espinhaço, vazio, nonada. Nada disso é geográfico e ao mesmo tempo o é. Enfim, como método, buscamos o materialismo histórico; como narrativa, em várias instâncias, caminhos perfeitos, como aqueles que uniam Santa Clara à Nova Filadélfia, orgulho da moderna engenharia,

[5] Para maiores detalhes ver: Basílio de MAGALHÃES, *Teófilo Ottoni,*1945; Nilmário MIRANDA, *Teófilo Ottoni - A República e a Utopia do Mucuri*, 2007.

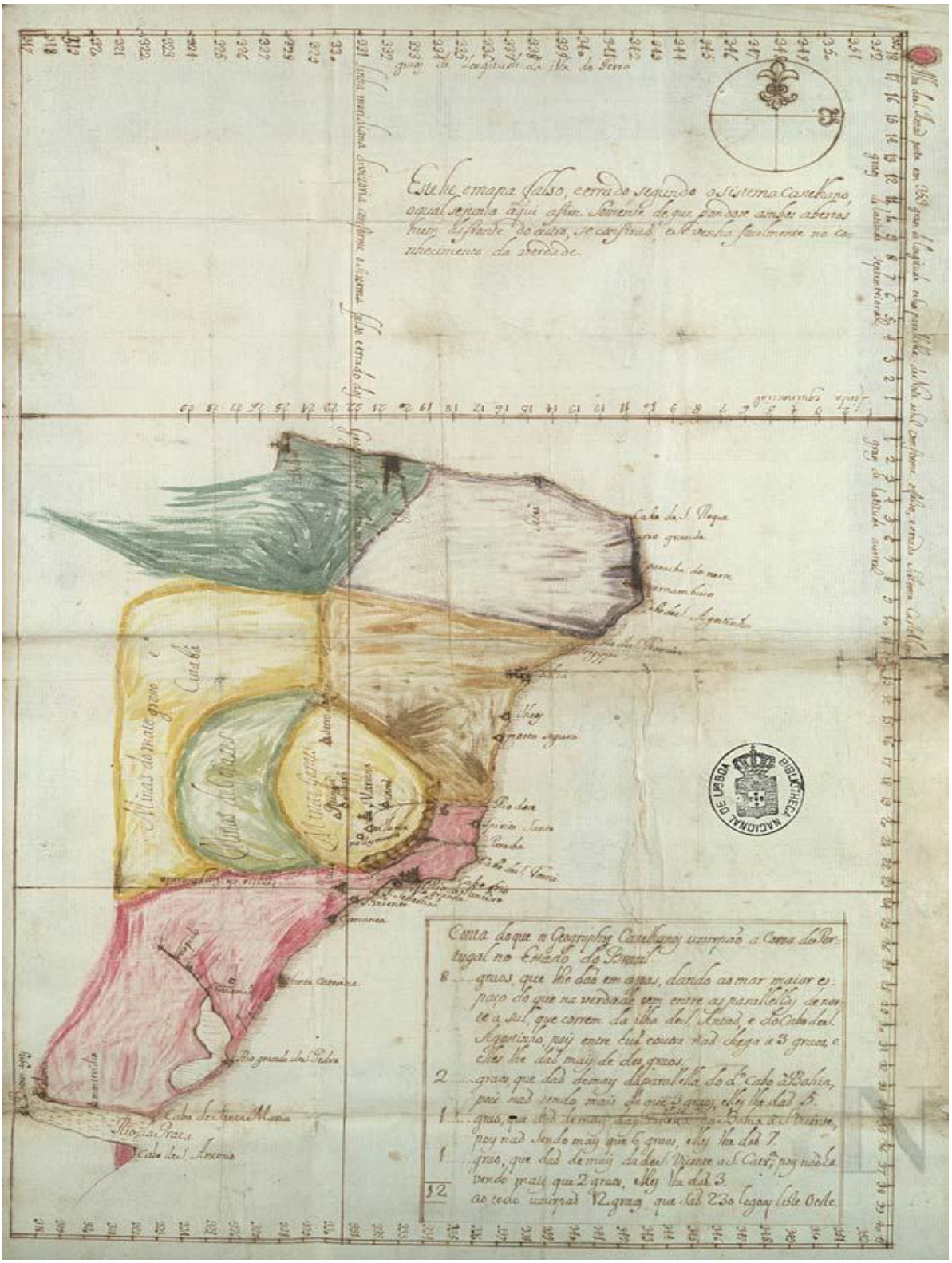
empreitada de Theophilo no entorno do Rio Mucuri; noutros momentos, apenas veredas, e veredas é coisa de – e para –, sertanejo. Num terceiro momento, caminhos americanos, como deveria ter sido a União Indústria: rápidos, provisórios.

Delimitado o método, focamos dois pontos principais: o papel do Estado na modernidade e o desenvolvimento de uma produção nacional e local que pudesse dar contigüidade ao projeto de colonização dos Ottonis na região do Mucuri. Tudo isso, no fundo, visava dar inclusão econômica a antigas povoações como as cercanias do Distrito Diamantino, das Minas Novas e do Serro. Para ampliar a permanência do Estado e para que esse Estado representasse efetivamente os interesses locais, Theophilo propôs, inclusive, a criação de uma província nova, que compreendesse a Comarca do Jequitinhonha, englobando partes do Serro e do São Francisco, semelhante às comarcas de São Matheus, de Caravelas e de Porto Seguro. Enfim, partes de Minas Gerais, do Espírito Santo e da Bahia que continuariam relegadas enquanto não houvesse um projeto nacional de integração desses espaços, isto é, enquanto estivessem "nonada".

Para melhor visualizar a dimensão geográfica tratada nessa pesquisa, apresentamos as figuras 1, 2 e 3, a seguir. A primeira tem um mapa produzido no ano de 1767, e encontra-se nas cores marrom, amarelo e rosa, correspondendo às regiões da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo (incluindo o sul), respectivamente. Na página seguinte, há o mesmo mapa de 1767, mas por nós modificado com um polígono em azul para destacar a parte referente ao nosso objeto de estudo – o Sertão delimitado pelo próprio Ottoni em um dos seus relatórios e que corresponderia à nova província[6].

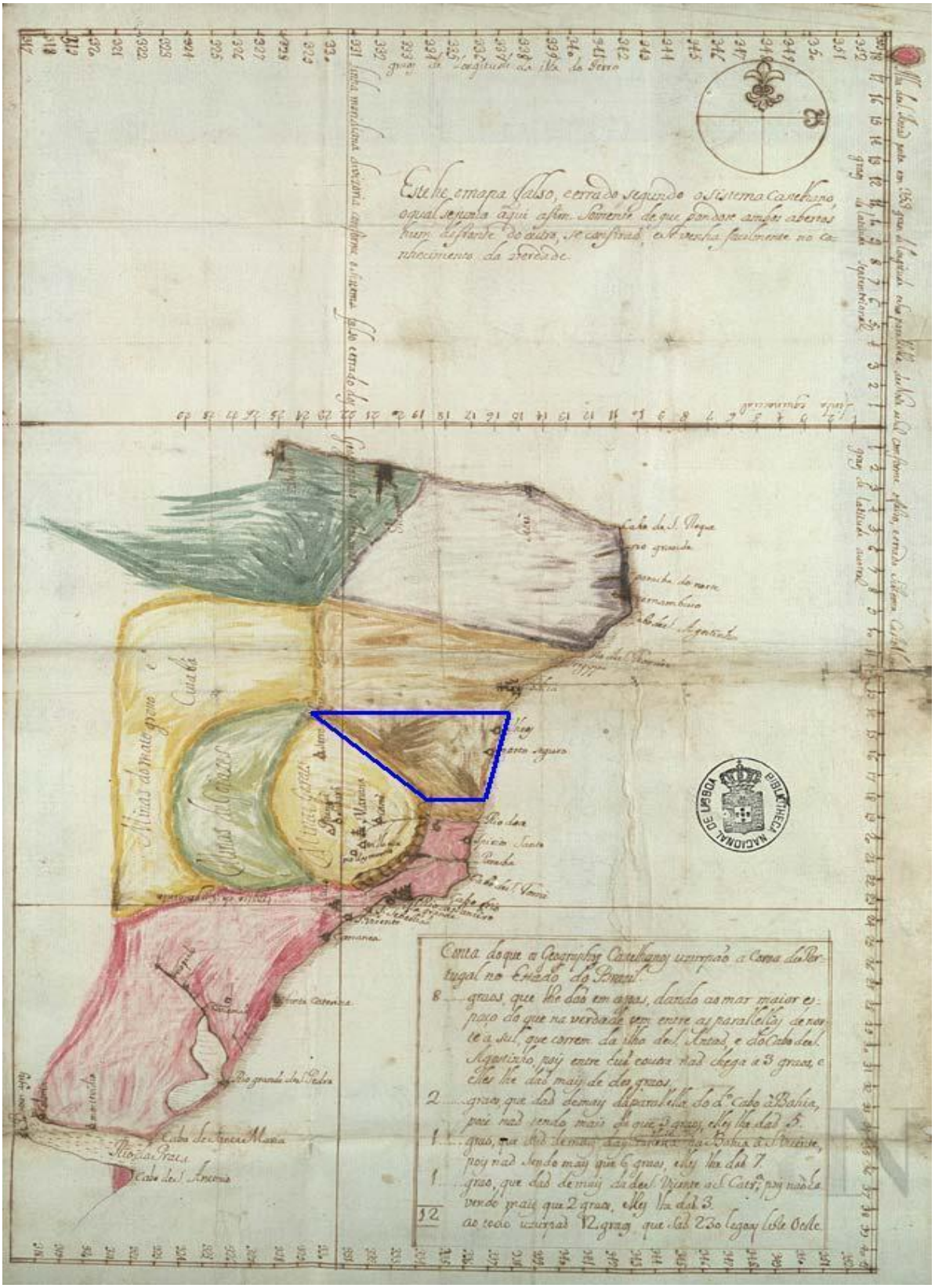
[6] Theophilo Benedicto OTTONI. Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucury em 15 de Outubro de 1857. Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857. Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1. P. 14

Figura 1 – Capitanias do Brasil, 1767



Disponível em: http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/317/317_cod1408_mapa1.jpg Acesso em: 31 dez. 2006.

Figura 2 - Capitanias do Brasil, 1767 (Mapa Modificado)



Terra demais, além da conta, como diria Guimarães Rosa, em *Grande Sertãos: Veredas*, um "Mundão de Ausências". Ora Sô, "o Sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga". Entre aqui, lá; e lá, acolá, a distância é grande e vazia, não dá pra torar com um caboclo. Angústia. Theophilo Ottoni, nascido entre aqui e lá, sabia bem que a forma como se fazia a distribuição da terra em nada contribuía para diminuir essa imensa distância que os separava de lá acolá.

Em seção de 20 de Julho de 1861, Theophilo Ottoni apresentava à Câmara dos Deputados uma análise para a ocupação do território, esta ocupação deveria ser repensada a partir do fim do tráfico negreiro. Isso se dava principalmente, pelas características da produção agrícola brasileira e em virtude da divisão territorial: "a concentração de grandes plantações em poucas mãos [...] indicava como uma necessidade chamar-se colonos que, de parceria, viessem auxiliar a cultura das grandes fazendas"[7]. Complementando o seu discurso, Theophilo vai esclarecer que não é esse o sistema de trabalho que ele prefere, sendo mais eficiente aquele que utiliza pequenas propriedades rurais. Entretanto, dada a vastidão, defende Ottoni, mais vale expandir a produção pelas matas virgens do que a intensificar com a adoção de tecnologias como o arado.

Em outra vertente, Sérgio Buarque de Holanda dedica um capítulo de *Caminhos e Fronteiras* – "Do Chuço ao Arado" – para explicar como poderia existir um disparate entre as técnicas utilizadas na Europa e aquelas implantadas no Brasil, evocando que a lida da terra com o arado poderia ser muito mais prejudicial à plantação do que aquela utilizada pelos ameríndios, por exemplo[8]. Voltamos, pois, a uma reflexão sobre o projeto modernizante que, deveria assumir, em virtude disso, natureza distinta daquela vivenciada na Europa. A ocupação de regiões vazias por colonizações diversas iria ampliar, também, a natureza dessa diversidade.

A amplitude destas vastidões exigia aqui, lá e acolá investimentos não vultuosos e de rápido retorno, que permitissem o gênese do processo de

---

[7] Theophilo Benedicto OTTONI, Contra o Tráfico Africano – O Tratamento aos Presos de 1842 in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni, nº12*, P. 566-7

[8] Sérgio Buarque de HOLANDA. *Caminhos e Fronteiras*, 1994.

acumulação de capital. Por outro lado, esse tipo de investimentos tem mais dificuldade em fixar e forçar a ampliação do capital naquela esfera, além de destruir a identidade regional sem compor, com elas, uma característica nacional.

O mesmo problema teria sido apresentado na ocupação do Paraná e destacado por Rosangela Leite em sua tese: o implemento de técnicas modernas, como o próprio arado, à realidade das terras brasileiras não se mostrou produtivo, fazendo com que, naquele espaço, o arado tenha sido largado de lado, e enferrujado[9]. O exemplo para o Sul prova que não significa apenas uma questão de resistência, de não adaptação ao solo, ou de atraso na utilização de técnicas. Mas, e talvez Ottoni estivesse certo, enquanto as vastidões perdurassem, o uso de novas técnicas seria relegado à expansão da produção para novas terras e abandono dos espaços anteriores sem criar a fixação do homem naquele espaço. Nesse sentido, pouco importava a técnica que possuía uma sociedade, o que importava, para o "colonizador" do Mucuri, era que esses imigrantes possuíssem cabedais para investi-los e, com isso, ampliar a produção material.

Gilberto Freyre alertaria sobre os efeitos desse afã pela técnica de uma forma bastante depreciativa. Para ele, a mecanização, embora indispensável, "é muitas vezes destruidora do que há de melhor na tradição, no caráter, na personalidade de um povo ou de uma região". Esse processo faz com que valores novos substituam os antigos, entretanto, esses novos valores poderiam ser vistos em qualquer área onde o desenvolvimento do capitalismo houvesse tido sucesso, "pasteurizando" e destruindo essas diferenças regionais[10]. Nesse sentido, o liberal do Serro, Theophilo consegue, no século XIX, ser ultramodernista e Freyre, no século XX, ser passadista. A identidade, tratada por Ottoni e que consideramos aqui, em nada se relaciona com a cultura de um povo, mas pelo sentimento que poderia se desenvolver nesse povo, rumo à "civilização", enfim, rumo ao progresso material. Por isso, a estrada tem que ser rápida, provisória, para transpor as nossas características coloniais e, a

[9] Rosângela Ferreira LEITE. *Nos Limites da Colonização. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. 2006, p. 42.
[10] Gilberto FREYRE, *Região e Tradição*, 1968, p.247.

partir daí, construir uma identidade desvinculada da tradição anterior. Nesse sentido, não importa que sejam africanos, alemães, chineses, italianos, brasileiros, do norte ou do sul. O que realmente importa, no projeto de Ottoni, é que esses novos povoadores tragam capitais e que esses capitais sejam revertidos para o desenvolvimento material do Brasil. Essa é a nossa essência. É tão duro escrever quanto reconhecer isso, mas se tem que ser feito, que seja logo no início e, depois da maiêutica, nos livramos desse filho feio.

Se a identidade não se baseia na tradição, se aquilo que uniria essa comunidade imaginária é o progresso, fechamos assim, o objetivo central desse estudo: buscar uma história da gênese do Estado Nacional naquela esfera caracterizada pelo vazio, sem produção material, "nonada". Enfim, o Estado assume, naquele espaço, toda a responsabilidade do processo de formação econômica e social. Ele tem que ser o elemento dinâmico e supra-regional da integração econômica. Tudo isso, claro, se ele conseguir suplantar o Sertão. Difícil além da conta.

Afinal, abreviando o argumento à guisa da exemplificação, precisamos compreender como a grande lavoura, o Estado, o comércio e a integração econômica de comunidades isoladas poderiam permitir a inserção do Brasil no Mundo Moderno. Para um esclarecido do século XIX, como o Barão de Mauá, esse caminho poderia ser resumido, primeiro, em virtude do estreito vínculo existente entre o Estado e a produção agrícola, dependendo a riqueza daquele da prosperidade desta. Em segundo lugar, para que isso aconteça, faz-se necessário desenvolver, primeiro, a infra-estrutura básica para o escoamento dessa produção. A partir daí, existe um hiato temporal para que esses espaços comecem a contribuir para a produção material de uma nação.

Enfim, o desenvolvimento conjunto e coordenado entre infra-estrutura e as demais esferas produtivas necessitam de um agente externo que dê garantias para o seu funcionamento. Resumindo, esse crescimento tem que funcionar em conjunto. Por isso, até mesmo os liberais ingleses do século XIX, como Stuart Mill, defendiam que nestes espaços vazios a intervenção econômica por parte do Estado seria algo imprescindível à manutenção do negócio, ao menos em sua fase inicial.

Enfim, o comportamento do Estado também deveria ser diferenciado, cabendo uma ação efetiva nas áreas vazias e outra naquelas já povoadas; uma atitude para o Sertão e outra para a *plantation*. O vínculo, entretanto, não é tão simples, principalmente porque, enquanto a transformação do Sertão depende do Estado Imperial, a *plantation* é sua provedora. Isso fez com que a atenção do Estado passasse a privilegiar, assim, o segundo espaço. Nisto se encontra o vínculo formal que permite trilhar os rumos desse estudo. Ao tomarmos o Sertão, temos como principal característica a indefinição de identidades. Essa indefinição, por sua vez, dificulta a criação e consolidação do pertencimento, tão necessário à gênese de uma nação. Theophilo Ottoni muda o foco para a produção material, entretanto, naquela esfera, ela também não existe. O que resta no vazio é possibilidade de criação da ideia. Coube aqui, ali, acolá todo o século XIX, suas máquinas, seus vapores, enfim, essa coisa desvinculada da realidade e que permitiria o movimento das sociedades: o "progresso". O nosso dilema é: a mais afeita à modernidade das sociedades acaba sendo a mais atrasada economicamente.

Como se não bastasse, estamos lidando com uma sociedade escravista e a forma dessa sociedade produzir riquezas se encontra totalmente vinculada ao trabalho cativo. A ruptura com esse modelo só seria viável com a consolidação de alguma forma de povoamento que pudesse substituir essa mão-de-obra. Enquanto não fosse possível essa substituição, parte desse capital gerado pela produção escravocrata é que permitia a acumulação de capitais no Brasil e dela surge a possibilidade de investimentos e de "progresso".

Se partirmos do pressuposto que o objetivo comum dessa comunidade imaginária a ser implantada é a produção material, no fundo nossa identidade é escravista. Esse é o dilema liberal. Esses vínculos fizeram com que o Barão de Mauá repetisse em 1878, 40 anos depois, as palavras de Bernardo Pereira de Vasconcelos: "**A civilização vem da África!**". E, de fato, o é se concebermos como civilização toda uma produção material, pois a fonte de produção da riqueza, nas palavras do próprio Irineu Evangelista de Souza, é resultado do trabalho que, naquela época, tinha sua "única fonte ou mercado de trabalho [n]o braço africano, que desses braços, rasgando o seio da terra, vinha a

produção que, convertida em **riqueza,** determinava o progresso e a civilização de nossa pátria”[11].

Ao vincular o Estado Nacional à produção material e essa a própria identidade nacional ou regional, cremos ser o passado colonial o ponto de partida para tal empreitada: enfim, a Crise do Antigo Sistema Colonial ou suas manifestações, como a Independência do Brasil. Todo esse caldeirão de transições deve ser elucidativo para compreendermos o século XIX, principalmente por que criou novas formas de lida com essa produção, invertendo, em determinados casos, o epicentro da acumulação de capital.

Ao fazer essa digressão entre a colônia e o império, podemos entender a posição do Brasil na Crise e as dimensões da mão-de-obra para a formação desta identidade. A partir deste ponto, conseguimos relacionar identidade ao Estado; Estado a novas formas de “colonização”; novas formas de “colonização” à estrutura agrária, estrutura agrária ao capitalismo e, assim, ao modo como nos inserimos na modernidade. Deste modo, voltamos ao ponto inicial. Como essa inserção sustenta o Estado, de forma dialética, o ciclo se fecha, pois retornamos ao Estado, desta vez o Estado Nacional.

[11] Alberto de FARIA, *Mauá – autobiografia – documentos históricos*, 1933, p.226, o grifo é nosso

1. Grande Sertão: no processo de formação do Estado Nacional.

> *"Todos estão loucos, neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total."* (João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, 2001, p.327)

"O Sertão é tudo", "o Sertão é nada". Vazio. Vazio? "O Sertão é o Mundo", o mundo fora do Mundo, mas tão dentro dele que chega dói. Estamos falando de interstício, terra distante, de interesses coletivos e individuais pouco claros: nonada. Para se formar, o Estado tem que criar uma organicidade entre as suas partes, envolvê-las, complementá-las, quiçá, torná-las concorrentes, mas que exista uma comunicação entre elas: integração. Essa é verdadeiramente a função de um governo liberal que, aos moldes do século XIX, queira ser imperial. Tratamos de um espaço entre as consagradas peças do mosaico, que formariam o império na sua gênese. Entre baianos, cariocas, pernambucanos, mineiros, paulistas, capixabas existia um miolo que, segundo Ottoni, seria o resultado de nossa transformação rumo à modernidade, nosso Lago Eire do desenvolvimento material: o Sertão. Cabia ao Estado "aumentar a cabeça para o total", pensar em um país para além dos interesses províncias e integrar essas partes, sob a perspectiva do crescimento de sua produção.

As transformações, por que passa a sociedade brasileira pós-crise do Antigo Sistema Colonial, permitem que se construam questionamentos sobre a natureza das identidades individuais e regionais dos indivíduos que ocupavam cada um desses espaços. Associado a isso, o processo de povoamento através de mão-de-obra de outros países deveriam ampliar ainda mais essa diversidade, fazendo com que o heterogêneo espaço brasileiro se torne um múltiplo espectro de nacionalidades e de culturas.

No Sertão, essa diversidade pode ser entendida também pelo seu contraponto, o litoral ou outras regiões já densamente povoadas. Enfim, passamos a pensar o sertão na sua íntima relação com outras áreas em que seja possível constatar certa concentração de população e de riqueza. Estamos tratando de antagonismos: fixação ou itinerância; povoação ou vazio; acumulação de capital ou a não inserção ao Sistema Capitalista de Produção; interesses particulares e os interesses do Estado Nacional; projeto nacional ou projetos provinciais; modernização ou tradição.

A justificativa para essa análise se estabelece porque o referido eixo de acumulação colonial se ampliava, mas, como contraponto, as regiões de exploração acelerada tinham também, como característica, uma baixa produtividade e pouca acumulação de capital no território, dificultando, portanto, o re-investimento, necessário ao desenvolvimento do capitalismo.

Além disso, essa baixa produtividade vale para a região de grandes propriedades agrícolas, onde se utiliza mais a expansão que a intensidade do capital e menos para as regiões auríferas. Isso se estabelece tendo em vista que a flutuação de preços na produção de alimentos é muito mais significativa que no da extração de ouro ou diamantes, permitindo uma expansão desta segunda produção até os limites das lavras. Tudo isso para dizer que, no entorno das Minas, toda uma estrutura seria montada para suprir esses espaços e abruptamente eles entravam em crise, sem outra solução para o escoamento dessa produção. Em virtude disso, as Minas Gerais do século XIX vivem uma dupla transição: a nacional e a que redefine seus rumos econômicos por conta da exaustão das tradicionais zonas mineradoras. Naquele espaço existe um processo de transformação para além da superestrutura, que envolve, de forma muito significativa, a reestruturação de sua economia.

A natureza econômica diferenciada dessas esferas permitia que em determinadas regiões se estabelecessem uma maior mobilidade ou, utilizando as palavras de Fernando Novais, “itinerância”. Esse é o nosso principal contraponto: existia, por conta disto, um distanciamento entre as perspectivas individuais das populações e os anseios de controles por parte da Coroa e/ou

do Estado Nacional[12]. Destacamos que esses anseios, grande parte das vezes, se estabeleciam em virtude das vastidões vazias, sem tamanho, se comparadas às dimensões do Estado Português ou, em um segundo momento, do Governo Imperial. Quem sabe isso não se perpetue até a atualidade, caracterizando o Brasil, ou pelo menos, as suas veredas, exatamente como o resultado dessa desarticulação entre um projeto de nação unificada e a grande diversidade de suas partes.

Assim, nesse sentido, parece ser concordante, seja no pensamento conservador, como de um Oliveira Vianna[13], seja em uma das correntes do marxismo que ora escolhemos para nortear este estudo, que um dos elementos de diferenciação entre a Colônia e a Metrópole se estabelecia exatamente pelo imenso vazio e, claro, o estudo dos sertões pode ser ímpar para entendermos quais os medos e anseios a serem enfrentados. Além disso, parece que, no momento, a região é única para compreendermos que a estrutura de acumulação colonial ou, posteriormente, a gênese da

[12]"Móbil, instável, e mais ainda dispersa, a população na Colônia devia provavelmente angustiar-se diante da dificuldade de sedimentar os laços primários. E note-se que essa dispersão decorre diretamente dos mecanismos básicos da colonização de tipo *plantations* que prevaleceu na América Portuguesa: da sua dimensão econômica (exploração para desenvolvimento da Metrópole) resulta a montagem de uma economia predatória que, esgotando a natureza, tende para a itinerância. A extraordinária fertilidade do massapé do Nordeste, garantindo a consolidação e a permanência multissecular da lavoura canavieira, é claramente uma exceção no mundo colonial, e mais adiante iremos indicar os desdobramentos desse padrão para o nosso tema. No geral, a economia colonial predatória, com seu baixo grau de re-investimento, apresenta uma forma de crescimento puramente extensivo, que tende para a itinerância, e isso é que lastreia a continua dispersão das populações a que nos referimos. Por outro lado, da sua dimensão política (fortalecimento dos Estados), decorre um permanente esforço metropolitano no sentido de expandir o território da dominação colonial, para além das possibilidades de exploração econômica; é que os Estados modernos em gestação na Europa estão uns contra os outros, de aí essa furiosa competição para garantir espaços na exploração colonial.", Fernando Antônio NOVAIS, Condições da Privacidade na Colônia, Cap. 1, de *Cotidiano e Privacidade na América Portuguesa*, org. por Laura de Mello e SOUZA, Volume I de História da Vida Privada no Brasil, 4 volumes, org. por Fernando Antonio NOVAIS, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 21.

[13]"Ao Conde de Cunha esse isolamento rural, em que se mete a classe nobre da terra, parece estranho e dá-lhe a impressão de uma desclassificação dolorosa. É que ele não pode compreender a vida em solidões apartadas, ele, aristocrata, o homem da corte, filho, além disso, de uma terra, onde a população, pela sua extrema densidade, não sabe o que é viver ´sem trato com pessoa alguma´.Ora, a verdade é que este retraimento significa apenas que a vida social dos colonizadores do Brasil se está organizando, diferenciando e adquirindo uma fisionomia própria, perfeitamente incompreendida, por inédita, aos portugueses.", Oliveira VIANNA, *Populações Meridionais do Brasil – Populações Rurais do Centro-Sul*, Vol.1, p. 31.

modernidade, tem que necessariamente buscar relacionar, disciplinar e transformar essa "descontigüidade"[14].

Esse processo se estabelece muito mais como uma obrigatoriedade dos mecanismos de integração evocados pelos domínios centrais e pelo anseio de ilustrados, como o caso de Theophilo Ottoni, do que por uma demanda da periferia dos sistemas que consegue viver desarticulada do centro até certo ponto, até certo momento. Em segunda instância, o processo é invertido: é a periferia que, moldada no exemplo, se projeta, como necessariamente envolvida no mesmo processo, e sob os mesmos moldes que a esfera central. Voltamos, como um rastilho de pólvora, ao velho debate entre campo e cidade, centro e periferia, modernidade e "atraso", o cosmopolita e o matuto.

Concordamos com as premissas de Oliveira Vianna, mas não com seu desenvolvimento de valorização da vida campesina, como se o camponês realizasse essa escolha por consciência e/ou por preferência[15]. O Sertão é o demônio a ser vencido. E, em virtude disso, se mantido fora da modernidade, não o seria por escolha, tendo em vista aquele modelo que lhe fora posto por nascimento, ou pelas próprias circunstâncias que o impeliram a tal atividade. Outro aspecto é que, para ser atrativo, segundo o próprio Ottoni, tem que existir condições materiais que gerem essa atração. Enfim, associado a isso, há sempre a possibilidade de comparação com outros espaços, fossem portugueses, fossem de outras regiões da América, ou entre campo e cidade e a fixação deste povoamento enfrentaria, necessariamente, a concorrência dessas esferas. O projeto de Ottoni vai ter sua origem nessa angústia: a

[14]"No caso português, esse processo é levado ao limite, e é o que explica a enorme desproporção entre a pequenez da Metrópole e a imensidão da Colônia. E é também de aí que resulta a enorme dispersão e rarefação das populações coloniais; esse perfil devia aparecer aos olhos dos protagonistas da colonização como uma incômoda e mesmo angustiante sensação de *descontigüidade*, sensação tanto mais intensa se nos lembrarmos que a descontigüidade contrastava rudemente com a experiência de vida na Metrópole", Fernando Antônio NOVAIS, Condições da Privacidade na Colônia, Cap. 1, de *Cotidiano e Privacidade na América Portuguesa*, org. por Laura de Mello e SOUZA, Volume I de História da Vida Privada no Brasil, 4 volumes, org. por Fernando Antonio NOVAIS, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 22.

[15]"É, pois, erro, e grande erro, dizer-se que o que atrai para o campo, e aí os prende, é apenas e simplesmente um fito comercial, ambição material de explorar industrialmente a terra. Também, e principalmente, os prendem e fixam no campo as belezas e as doçuras da vida rural, bem como a importância social decorrente da posse de grandes propriedades agrícolas.", Oliveira VIANNA, *Populações Meridionais do Brasil – Populações Rurais do Centro-Sul*, Vol.1, p. 36.

possibilidade de inserir o norte mineiro nesta aventura modernizante, mas como conseguir esse feito se aquilo que tem que ser suplantando, destruído, modificado é a própria floresta.

Ao partirmos do pressuposto de que o atraso é um incômodo, será sempre presente na nossa observação a comparação desses espaços não "civilizados" aos exemplos de civilização. Com a crise do Antigo Sistema Colonial surge a necessidade de instituirmos conceitos como nação independente e diferenciada da história portuguesa. Isso acontece durante o processo de transição, de formação do Estado, de ocupação do território, de ampliação da produção. Além de se tratar de um trabalho homérico, a referência anterior, Portugal, não poderia ser utilizada, já que ela é a própria negação, o que não somos. Para "ser moderno", teríamos que tomar por base não aquela civilização formadora, mas outra totalmente distante de nossa realidade, seja cultural, seja econômica. Aqui o nosso conflito – a descontinuidade e a formação da nacionalidade – caminha junto, lastreado por um futuro incerto e um passado a ser negado. Incerto com restrições, pois, para os liberais do século XIX, o destino comum da nação brasileira, com a sua perspectiva de futuro e identidade formadora, perpassava pela crença no progresso, na ciência, nas melhorias a serem causadas pelo avanço material. Assim eles resolveram o problema, o difícil seria fazer com que isso fosse aceito pelas forças da tradição.

Partimos da crise do Antigo Sistema Colonial e dela para a necessidade de montagem de outra realidade que permitisse inserir o Brasil nos progressos materiais por que passavam as sociedades europeias. Quando trata de história e descontinuidade nesse período, Valdei Lopes de Araujo sinaliza para o quadro geral que criara a Independência do Brasil:

> Nenhum outro conceito melhor exemplifica essas transformações do que o de civilização. Da forma como era geralmente utilizado, significava pouco mais que a soma das realizações intelectuais de uma comunidade. Seus indicadores eram bastante objetivos, fundados nos progressos materiais e institucionais da Europa. É no horizonte desse critério "quantitativo" de civilização que se poderia entender ainda uma frase polêmica como a atribuída a Bernardo Pereira de

> Vasconcelos, que, em seu discurso no Senado em 1843, disse: "A África civiliza a América!". Obviamente, a África civiliza não porque traria alguma contribuição cultural para uma possível "civilização" brasileira, mas porque forneceria os recursos materiais necessários para que o Brasil adquirisse os mesmos progressos que a Europa civilizada desfrutava[16].

Seguindo essa linha de pensamento, tomemos a obra de Sérgio Buarque de Holanda e, muito embora não seja o sentido deste estudo, ao pensar nos componentes internos que possam ter criado condições ideais para o desenvolvimento do capitalismo nas fronteiras, ou da formação do tipo ideal na sua exploração - como sintetiza Robert Wegner em seu estudo sobre o autor de *Visão do Paraíso* -, aquela síntese teria elevado a capacidade de "exploração da natureza em seu mais alto grau"[17]. Sob essa perspectiva, por que o capitalismo não se desenvolveu também no Jequitinhonha e Mucuri, mas em um outro centro? Será que a acumulação primitiva de capital, que também era realizada na *plantation,* instaurava um outro centro dinâmico, de Lisboa para São Paulo ou Londres (dependendo do analista) depois da crise do antigo sistema colonial? Desenvolvido, na exploração da fronteira, o tipo ideal, por que os Vales do Jequitinhonha e Mucuri se caracterizam como duas das regiões mais pobres do Brasil? O que um professor de Formação Econômica do Brasil, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, falaria aos seus alunos a respeito? Talvez: "Vocês possuem o tipo ideal, mas o capitalismo ainda não apareceu aqui". E ainda complementar: "Esperem, pois. o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se estabelece de forma ´contínua e sem grandes saltos´"[18]. Seria isso?

Aqui está o afã do projeto liberal de integração no século XIX, o Espinhaço vai necessitar muito mais da presença do Estado do que as regiões

---

[16] Valdei Lopes de ARAUJO, *A Experiência do Tempo. Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*, 2008, pp. 104-5

[17]"Pensando que o desenvolvimento capitalista eleva a capacidade de exploração da natureza em seu mais alto grau, a combinação operada com esta nossa tradição predatória resulta, desse ponto de vista, num desenvolvimento perverso quase como se juntasse o pior de dois mundos numa equação de imediatismo e grande escala.", Robert WEGNER, *A Conquista do Oeste*, 2000, p. 213

[18]"E nisto a tese da fronteira possibilitou uma maneira de pensar uma dinâmica de modernização contínua e sem grandes saltos, em que a tradição está em transformação rumo ao moderno, e este não rompe com aquela.", Robert WEGNER, *A Conquista do Oeste*, 2000, p. 213

coloniais vinculadas ao Mundo pelos seus portos. Nada é mais angustiante do que esses picos pedregosos e talvez nada seja tão distante. Theophilo Ottoni deve ter vivenciado isso ao ápice. Angústia advinda da impossibilidade em realizar a comparação entre a América e a Europa, ou mesmo, entre o próprio liberalismo e a instauração deste no Brasil. Angústia frente à urgente necessidade, sem pressa como o Sertão[19], de integrar espaços de diferentes naturezas. Assim, e baseados em Benedict Anderson, a grande dificuldade estaria em dar continuidade em perspectiva tão diversa como a brasileira e, por esses motivos, os descaminhos têm papel de contraponto à invenção da nação. Talvez por isso cheguemos, no futuro, à conclusão de que Sertão não é massa que se permita inventar, nem modelar, nem servir de rejunte para os mosaicos, ao menos até antes da revolução da informação. De outro modo, algo se transforma no resto do país, que pode e deve estar ligado à desarticulação do sistema de acumulação colonial e à necessidade de inserir no Brasil o capitalismo, mas o Sertão parece continuar à margem disso tudo. Eis a nova angústia[20]. Enquanto aquilo que move o capitalismo é a velocidade de suas máquinas, de sua técnica, de seus vapores, o Sertão é urgente sem pressa.

Pensamos, inclusive, na existência do Estado antes mesmo da nação e, utilizando-nos do argumento de Auguste de Saint-Hilaire, a figura do monarca seria elemento fundamental para estabelecer a continuidade, tendo em vista que "Dom João era no Rio de Janeiro o soberano de uma multidão de pequenos estados distintos. Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros"[21]. Preferimos deixar claro que, embora em parte concordantes com o argumento de não existência da nacionalidade no momento da montagem do Estado Nacional, não estabelecemos aqui que a presença real foi suficiente para a instituição da nação, mas que esta se fez em um fragilizado processo de partes não integradas. Por isso acreditamos ser

---

[19] "Deus é urgente sem pressa. O sertão é dele", João Guimarães ROSA, *Grande sertão: veredas*, 2001.

[20] "Desintegração do paraíso: nada torna a fatalidade mais arbitrária. Absurdo da salvação: nada torna mais necessário um outro estilo de continuidade. O que se demandava, então, era uma transformação secular da fatalidade em continuidade, da contingência em significado.", Benedict ANDERSON, *Nação e Consciência Nacional*, Trad., 1989, p.19.

[21] Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, 1833, p.213.

relevante nos remeter a essa integração e, principalmente, às regiões onde esses pequenos estados distintos ainda não eram predominantes. Nesse aspecto o projeto de Ottoni parece nos apresentar certas respostas. A primeira delas nos diz que essa nova nação em nada estava vinculada com as pessoas que a integravam, mas com o resultado de sua produção.

Como verificamos, não se precisa ir buscar no passado patriarcal brasileiro o sentido para a dadivosa criação da nação porque, nem de longe, ela é um fenômeno patriarcal. Nada é mais moderno que o Sertão; a formação nacional foi deslocada de qualquer tradição e esse deslocamento se encaminha para a produção material. Isso permitiu que "nonada" tudo pudesse ser agregado desde que o diabo fosse vencido, desde que o Sertão fosse moldado e, ao ser ocupado, deixasse de sê-lo. Assim, nem de longe pretendemos analisar os Sertões ou estas áreas distantes e isoladas, como se elas representassem *Islas Galápagos* do progresso material.

O autor de *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* assevera que existem particularidades nos momentos de transição[22] e isto faz com que os fenômenos nos saltem aos olhos nas épocas de conflitos entre os dois sistemas. Em virtude destes aspectos, existem fatores que podem ser transpostos e outros que resistem, ficando, às vezes, apenas a idéia, traços e formas de antigos sistemas ou de vida independente das transformações sistêmicas. Podemos vislumbrar isto porque as forças, do tradicional e do novo, estão em conflito, proporcionando um borbulhar de fenômenos históricos, que ora lembram o antigo, ora lembram o novo. Dediquemo-nos, por enquanto, à transição.

[22] "Transição, já se disse com alguma propriedade, é tudo em história, a ponto de a própria história poder definir-se como o estudo da transição (J.Ortega y Gasset). Se, de fato, se quer indicar a inexistência de limites radicais, o inexorável entrelaçar-se dos acontecimentos no curso da história, a permanente coexistência de formas transatas com antecipações ainda não concretamente definidas, a afirmação ganha sentido e exprime um dos traços essenciais da realidade histórica.", Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* (1777-1808), 2001, p.11.

1.1. Da Crise do Antigo Sistema Colonial à Questão da Identidade.

Não nos cabe aqui fazer uma análise aprofundada do Antigo Sistema Colonial, mas colher na sua crise os elementos essenciais para o entendimento dos novos povoamentos, das novas ocupações e como aqueles elementos tipicamente ligados ao antigo sistema foram transformados em decorrência desta crise. Para esse fim, entendemos por Sistema Colonial uma associação direta da economia desenvolvida na colônia com o mercantilismo e com os processos de transformação por que passa a Europa, no final do século XVIII, ou seja: a "colonização da época mercantilista, a ocupação e a valorização das novas áreas – a europeização do Novo Mundo – se processa nos quadros do ´Sistema Colonial´ que informa todo o movimento. E é em função da fase e das características da vida econômica da Europa nessa época, isto é, em função da estrutura e do funcionamento do ´capitalismo comercial´ em que as economia periféricas passam a ter papel essencial na dinâmica do desenvolvimento econômico, que a expansão da colonização passa a desenrolar-se balizada pelo arcabouço do Sistema Colonial do mercantilismo, dando assim lugar à formação das estruturas econômicas típicas das áreas dependentes, as economias coloniais"[23].

Entender como essa ocupação se estabelece no sertão e quais as conseqüências da desmontagem parcial do sistema, com a manutenção de boa parte dos elementos que lhe davam sustentação, parece-nos essencial para compreender as dificuldades geradas no processo de "colonização" posterior, impetrada seja no Império, seja na República. Antes disso, entretanto, precisamos compreender que o crescimento do mundo capitalista forçava a destruição gradativa do Antigo Sistema de Acumulação Colonial e, por conseqüência, das suas instituições políticas, econômicas e sociais. A crise do Antigo Sistema Colonial proporciona a visualização, na colônia, de profundas modificações nas relações sociais.

[23]Fernando NOVAIS, "Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica" In: *Aproximações – estudos de história e historiografia*, 2005, p.27

> Crise do sistema colonial é, portanto, aqui entendida como o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles européias. Elas se manifestavam no bojo da crise do Antigo Regime, variando e reajustando-se ao ritmo daquela transformação. Isto significa, desde logo, que tal crise pode perfeitamente coexistir com uma etapa de franca expansão da produção e do comércio colonial, como é o caso do sistema colonial português desta época[24].

É necessário compreender também que a lógica colonial se constitui de um complexo sistema de relações, instituído de acordo com padrões gerais, mas também por necessidades específicas. Essa diferenciação permite que, dentro do Sistema de Acumulação Colonial, apareçam outras formas de relações econômicas e sociais. Algumas delas chegam ao limite extremo do controle estatal, como no caso do Distrito Diamantino, em que o isolamento daquela região era resultado da presença mais que marcante do Estado Português. Esses controles faziam com que algumas regiões se tornassem insulares em suas relações comerciais e, em alguns casos, fora dos parâmetros da acumulação metropolitana, no que tange ao mercado de subsistência.

Enfim, é o Sertão que permite proteger as Minas, seja do contrabando, seja de invasões externas e aquele isolamento não deixa de ser salutar para os interesses metropolitanos. Isso mudaria no momento de exaustão das Minas e muito menos após a crise do Antigo Sistema Colonial, fazendo com neste momento passe a existir um duplo interesse em ocupar, povoar esses espaços.

---

[24]Fernando Antônio NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 1995, p. 13; "Definimos a conjuntura final do século XVIII e início do século XIX em termos de prosperidade mundial e portuguesa", José Jobson de A. ARRUDA, *O Brasil no Comércio Colonial*, Col. Ensaios – 64, p.331; "Não se pode falar em decadência de Portugal nesse período [ultimo terço do século XVIII]", José Jobson de A. ARRUDA, "O sentido da colônia, revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil" In: *História de Portugal*, José TENGARRINHA (org.), 2000, p.175. Até Caio Prado Jr, que ainda assumia a teoria dos ciclos, fala do período como sendo de prosperidade: "Já nos primeiros anos do século passado reconquistava e superava mesmo o nível atingido cem anos antes, e que de então em diante não fizera mais que declinar.", Caio PRADO Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia),* 2000, p.68.

Por conseqüência, uma nova dinâmica econômica precisaria ser desenvolvida, na tentativa de modificar a natureza econômica daqueles espaços e que deveria envolver não só as Minas, mas também as Gerais. A forma de comunicação desses espaços com o mercado externo também precisava sofrer transformações significativas, tendo em vista que se modificou a natureza desta produção[25].

Por outro lado, verificaremos que a crise do Antigo Sistema Colonial desmonta, em parte, a lógica montada na Colonização. Veremos, pois, a queda do exclusivo com a manutenção da escravidão e da estrutura de ocupação das terras nos moldes anteriores. Enfim, do clássico tripé de acumulação colonial, destacado por Caio Prado Jr, ainda restaria como herança para o desenvolvimento posterior da economia brasileira o trabalho cativo e a *plantation*. Isso traz uma particularidade aos processos de ocupação de novas terras após a Independência do Brasil, tendo em vista que, em parte, a ocupação destas áreas se estabelece com elementos da modernidade associados a elementos do Antigo Sistema Colonial, entretanto, modificados em virtude da quebra do exclusivo. Como ocupar novas terras, dentro do padrão de produção para fora, se existe uma imensa dificuldade na manutenção de outras formas de trabalho que não o trabalho cativo? Quais as novas soluções encontradas após o fim do tráfico de escravos? Qual a interferência dessas novas soluções para a constituição da identidade nacional?

---

[25] "O norte de Minas empobrecia. Nascidos ao sabor da aventura, nem todos os povoados possuíam um centro de gravidade econômico. Alguns, ao contrário, se haviam erigido em terras áridas, acompanhado os filões auríferos, agora esgotados. Depois, a febre do ouro não permitia cogitar em vias regulares de comunicação. A impaciência dos desbravadores ficava assinalada, na longa arremetida pelo sertão, por simples trilhas. O ouro e as esmeraldas não careciam mais que uma bolsa de couro ou de um lombo de besta. E para as bestas bastavam as picadas sinuosas. Daí a ausência absoluta de estradas. Nem eram possíveis naqueles itinerários sem rumo. De outra parte, a legislação reinol fora , muito precisamente, contrária às estradas. Com o objetivo de combater o contrabando – que foi a intrépida flâmula nacionalista de outrora – a Metrópole esmerou-se em sua política contra os nossos caminhos. Daí a absorvente preocupação portuguesa de insular as Gerais. Foi primeiro o alvará de 19 de julho de 1761, proibindo a criação de muares na colônia, com vistas ao extermínio da mula, nosso primeiro meio de transporte. Veio, depois, em 1773, outro alvará proibindo a construção de estradas para as Minas. E já às vésperas da Inconfidência, em 1785, novo alvará mandando destruir os teares existentes e obstar que outros se erguessem. E quando, com a decadência da mineração, quiseram as populações do norte de Minas voltar-se para a agricultura, viram-se isoladas, a centenas de léguas dos centros consumidores, e a braços com este terrível tema do transporte..." Paulo Pinheiro CHAGAS, *Teófilo Ottoni, Ministro do Povo*, p. 149

O pensamento da época, particularmente o liberalismo na sua gênese, não passava despercebido, mas a ação do Estado era entendida como uma necessidade para a metrópole e para a ampliação do comércio colonial. Sob esse aspecto, a ilustração portuguesa é ímpar e tem o verdadeiro sentido da colonização nas suas ações: "Nesta consideração, o comércio das colônias devem fornecer à metrópole as atendíveis vantagens: 1º Se um maior consumo dos gêneros e efeitos de sua produção e indústria; 2º De lhes ser suprido como maior comodidade grande parte de suas precisões; 3º De haver grandes supérfluos em benefício e aumento de seu comércio exterior"[26]. Era assim que o Conde da Ponte norteava suas ações, apresentando, inclusive, um debate frente à economia política e ao livre mercado: "o comércio exclusivo é uma máxima reprovada na Ciência Teórica de Economia Política, mas, é também uma verdade inegável e de direito político das gentes que assim como não é livre a qualquer Nação e comércio se sabia com aquelas que lhe permitem e deve cada de evitar o comércio que lhe foi desvantajoso"[27]. Com uma valorização clara do protecionismo e, primordialmente, do protecionismo metropolitano, o resto é conseqüência. Assim, o Conde acreditava ser vital que o Estado incentivasse a expansão do comércio como, por exemplo, na navegação do Rio Doce e, a partir daí, o Sertão, favorecendo, observando e fiscalizando a sua exploração com a concessão de sesmarias[28] que viessem incentivar a ocupação destas áreas com produções e comércios que fossem favoráveis aos interesses portugueses. Ainda julgava vital a criação de juntas que normatizassem produtos e as próprias relações comerciais.

Para conseguir a exploração do Rio Doce, o referido Conde julgava importante que o Estado mantivesse a proteção aos sesmeiros, protegendo-os dos ataques dos "índios bravos", evitando, assim, que as margens fossem povoadas e que pessoas tivessem interesses em explorá-las. Para tal, o destacamento, que segundo o Conde da Ponte não representava grandes

[26] AHU, Bahia, 27 de agosto de 1807, Caixa 150, Doc. Nº 29985-29987
[27] AHU, Bahia, 27 de agosto de 1807, Caixa 150, Doc. Nº 29985-29987
[28] "Parecem, portanto, que não devendo julgar-se ofendida a liberdade de um tal comércio pela fiscalização sobre a boa qualidade dos princípios efeitos de seu respectivo tráfico e pela vigilância sobre a inviolável manutenção da boa fé nos recíprocos contratos do lavrador e comerciante, que a mesa de inspeção uma vez que tenha recebido aquela reforma que for de real agrado do príncipe nosso senhor deve ser conservada e não extinta, deve ser encarregada dos ofícios que deixo apontados e deve ter no exercício de suas funções uma jurisdição positiva e privativa.", AHU, Bahia, 27 de agosto de 1807, Caixa 150, Doc. Nº 29985-29987

custos, deveria agir de forma efetiva, expulsando os índios Botocudos da região[29].

Embora a obra continue exatamente a mesma, povoar regiões não habitadas por povos “civilizados”, com o intuito de gerar um desenvolvimento, uma produção material, o sentido dessa produção muda, revertendo, internalizando a acumulação de capitais. De forma extremamente abrupta, o texto do Conde da Ponte é de 1807, a vinda da família Real Portuguesa redefine os rumos desta economia, tornando-a quiçá, brasileira.

Nessa linha, mesmo com a manutenção de alguns elementos do antigo sistema gerados pelas mesmas dificuldades de ocupação, não significa em nenhuma hipótese que eles se estabeleçam pela mesma forma, ou o que seria mais justo expor, com os mesmos resultados. Após crise do Antigo Sistema Colonial, a escravidão é um dos mecanismos modernizadores, tendo em vista que, ao redefinir-se, no século XIX, fez com que a acumulação de capital se internalizasse. Por isso, podemos ver os liberais brasileiros comemorando quando do fim do tráfico, e ardorosamente criticando o governo em virtude de sua implacável perseguição aos traficantes que, inclusive, podiam ser deportados..

Na tribuna da Câmara dos Deputados, na sessão de 16 de agosto de 1861, Theophilo Ottoni, com a participação do Barão de Mauá, dentre outros, vai demonstrar a intima relação existente entre os traficantes de escravos e a acumulação de capital no Brasil, pós-crise, pós-independência. Em virtude disso, embora concordasse plenamente com o fim do tráfico de escravos, Ottoni lamenta o trato dado pelo Governo Brasileiro a esses traficantes e, principalmente, aos seus capitais. Os liberais acreditavam que deveriam existir meios enérgicos para o fim do tráfico, mas discordava com “a deportação em larga escala de capitais e de proprietários que desejavam continuar a viver no Brasil, praticando o comércio lícito, como tinham vivido, entregando-se ao

[29] “Será então de absoluta necessidade a conservação dos destacamentos e estabelecimentos de quantos bastem, para que os sesmeiros estejam a abrigo das incursões dos Bárbaros e percam qualquer receio a esse respeito, mas a produção e a comunicação pagarão super abundantemente a despesa, que não pode exceder muito a atual, porque o corpo dos pedestres foi criado para esse fim e deve ser neles empregado.”, AHU, Caixa 150, Doc. 29.984, Bahia, 27 de agosto de 1807

tráfico com beneplácito dos grandes da terra muitos dos quais seus sócios sem entrar com capitais"[30]. Para Ottoni, essa fuga de capitais gerada entre 1850 e 1851 permitiu que fosse criada, em Portugal, uma série de caminhos de ferro e estes caminhos poderiam ter sido feitos no Brasil com a melhoria das condições de nossas indústrias. Outro aspecto relevante e extremamente significativo nessas vazias vastidões de que tratamos era a facilidade em se conseguir ocupar a terra e, por conta disso, a não necessidade de desenvolvimento de uma tecnologia específica que viesse resolver os gargalos com a manutenção destes espaços. Para além da simples destruição, a produção agrícola continuaria assumindo o mesmo caráter de nomadismo da própria mineração, ao menos nas proximidades dos sertões. Não que esse problema já não fosse compreendido pelos ilustrados do governo imperial, mas a possibilidade em lidar com as modernas formas de "colonizações" com os velhos problemas levou muitas vezes à manutenção das mesmas soluções. Uma destas, para Teophilo, era implantar uma infra-estrutura básica para o desenvolvimento e ampliação desta produção fora desses parâmetros locais, pois, enquanto isso, somente o nomadismo garantia o ganho, que tendia a explorar o máximo da terra sem interesse em imobilizar capital naquele espaço.

Ao tratar sobre o assunto, José João Teixeira Coelho, em sua Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais, vai imputar a "facilidade que tem tido na concessão das sesmarias" um conjunto de prejuízos econômicos para o reino, tendo em vista que a degradação da área para a ocupação de novas sesmarias fez com que nas proximidades das povoações faltassem produtos básicos como "madeiras, lenhas, capins". Além disso, os agricultores não conseguem produzir mais nessas terras e as deixam sem utilidade, perdendo o reino que poderia "produzir frutos em mais abundância do que as deste reino [Portugal], se as beneficiarem"[31].

O coevo José João Teixeira Coelho ainda atribuiria a essa política de distribuição de terras os motivos para que, nas Minas Gerais, a mobilidade da população também fosse relacionada à agricultura. Isto fazia com que não se

---

[30] Theophilo Benedicto OTTONI, Discussão do Orçamento (De Todos os Ministérios) in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni, nº12*, Sessão de 16 de agosto de 1861, p. 665

[31] José João Teixeira COELHO, Instrução para o Governo da Capitânia de Minas Gerais. APM, Coleção Documentos Avulsos, Colônia, Manuscritos, AVC-11, s/d, 1780, p. 325-6.

constituísse de forma intensa a fixação do homem em sua propriedade ou a imobilização de capitais com benfeitorias ou instalações, sem portanto, uma valorização da terra e, por consequência, a possibilidade de acumulação continuada de capital.

> Aquela facilidade faz com que os bens da Capitania de Minas não sejam estáveis, porque os roceiros, como se não lhes dificulta a concessão de novas terras, não fazem nem feitorias atendíveis nas que possuem e as abandonam por quaisquer motivos de conveniências fantásticas.

> Há na mesma Capitânia de Minas centos de sesmarias, concedidas a muitos anos sem a menor cultura; e sempre os povos, vão pedindo novas terras, sem que haja necessidade de se lhe concederem, porque os frutos das atuais são de sobejo para os habitantes da referida capitania, onde muitas vezes se vendem nas roças e alqueires de milho que tem dois do de Lisboa, a cento e cinqüenta réis e a menos, e os mais frutos, se vendem a proporção do Milho[32].

Além disso, mesmo em ocupações realizadas em momentos posteriores ao Antigo Sistema Colonial, as relações de trabalho continuam sendo eficientes apenas sob a égide da escravidão. Como bem destaca Avé-Lallemant, a prosperidade das propriedades, fazendas e engenhos estava intimamente ligada ao uso de escravos, que era possível e permitido. No caso da "colonização" do Mucuri, este tipo de mão-de-obra só poderia ser utilizado por aqueles que possuíssem maiores cabedais, restringindo-se, segundo aquele viajante, aos Ottonis e a outros poucos[33]. Aqueles setores que nos inseriam nas relações comerciais internacionais e, por conta disso, nas vantagens da modernidade, necessitavam da manutenção da escravidão, tendo em vista que, e baseados no pensamento do Barão de Mauá, os contratos que

[32] José João Teixeira Coelho, Instrução para o Governo da Capitânia de Minas Gerais. APM, Coleção Documentos Avulsos, Colônia, Manuscritos, AVC-11, s/d, 1780, p. 325-6.

[33]"Estávamos na Fazenda Liberdade, onde um primo de Ottoni, Sr. Joaquim Maia, com o auxílio de negros, como todos os parentes do diretor, fundava sua pequena Califórnia, enquanto aos colonos alemães é terminantemente proibido e também impossível, dadas as suas condições, utilizarem-se desse auxílio ou do trabalho de negros escravos.", AVÉ-LALLEMANT, Robert, *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe,* 1859, p.231.

importavam colonos europeus oneravam o Estado, “sem preencher o fim” proposto para essa mão-de-obra, que deveria ser utilizada na “grande lavoura”. Essa mão-de-obra, quando se depara com a vastidão do território, não vai buscar trabalhar em alguma grande fazenda, mas ser produtora. Isso permitiria um maior desenvolvimento econômico a longo prazo, entretanto, não consegue resolver o problema de falta de trabalhadores, depois de encerrado o tráfico de escravos[34].

Domingo Faustino Sarmiento, quando analisa a condição da Argentina em período análogo, acredita que a emigração deveria ser valorizada e, principalmente, que ela deveria ser a razão redentora e civilizatória da nação argentina. Em contrapartida, identifica que no Brasil existia uma imensa dificuldade para instalação dessas colônias em função da própria natureza do trabalho escravo, que desvaloriza a produção e, complementando, o próprio trabalho livre[35]. Sarmiento deixaria claro que a grande dificuldade do processo de ocupação dessas novas terras estava naquilo que o Ottoni defendia alhures: a emigração deve ser natural e as condições devem permitir atrair e fixar esses “colonos”.

Da mesma forma, embora julgasse que os chineses seriam como máquinas que substituiriam os escravos, a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, em 1857, e somente ela, possuía registrado em seu balanço comercial 27 escravos que, diga-se de passagem, equivaleria a mais um vapor. A manutenção da escravidão, segundo o autor argentino citado, seria um impedimento à inserção de trabalho assalariado ou de trabalhadores livres exatamente pelo exemplo e pela ordem escravista. Assim, aquelas sociedades que quisessem instaurar uma relação mista de trabalho enfrentariam as consequências do modelo escravista. Isso teria importância vital no Antigo Sistema Colonial, mas o deslocamento dado à identidade para a produção material em nada dificultaria a nossa inserção na modernidade.

---

[34] Alberto de FARIA, *Mauá – autobiografia – documentos históricos*, p.227

[35] “Aqueles correntes de emigrados que já não encontram vantagens no norte, começaram a costear a América. Alguns vão ao Texas, outros ao México, cujos litorais malsão os rechaçam; o imenso litoral do Brasil não lhe oferece grandes vantagens devido ao trabalho dos negros escravos, que tira o valor da produção. Vêm ao Rio da Prata, e o clima suave, a terra fértil, e a abundância de meios para sobreviver os atrai e os fixam.”, Domingo Faustino Sarmiento, *Facundo – Civilização e Barbárie no Pampa Argentino (1845)*, p.303

Assim, a associação de diversas relações de trabalho puderam ser instaladas naquelas esferas que, como o próprio Ottoni defendia, deveria ser transitória, provisória. Existe um argumento amplo de Theophilo Ottoni quando defende que não importa a origem, raça, identidade do indivíduo que venha a povoar aqueles espaços, desde que ele esteja integrado à povoação e à produção de riqueza.

A mesma dificuldade poderia ser encontrada nas colônias americanas. Adam Smith apontaria, por exemplo, que um dos fatores para o não desenvolvimento das manufaturas era a extrema facilidade que possuíam os colonos em ampliar a sua produção de forma extensiva. Ou mesmo, em se desvencilhar da posição de trabalhador e passar à posição de proprietário de terras, dada a dimensão destas terras e a sua não ocupação[36]. No caso específico do Sertão, qualquer que fosse a ocupação, não seria o maior dos problemas desde que fixada no entorno da Companhia e que possibilitasse o seu desenvolvimento, seja como produtor de mercadorias, seja como consumidor. Além disso, a própria ocupação de terra, pertencentes à Companhia, permitiria uma nova capitalização para posterior ocupação de novas terras. Enfim, o regime de distribuição destas passava pela política implantada por Ottoni para aquela região. Esta política estava intimamente ligada aos interesses daquela ocupação para o comércio, vinculando diversas pequenas povoações.

Essa carência, para as Minas, torna-se cada vez mais significativa quando o Mundo avança ao capitalismo e, daí, a necessária inserção dessas antigas economias coloniais na nova lógica. Neste caso, Minas Novas serve como exemplo expressivo para demonstrar a necessidade de se redefinir um caminho para o mar e que esse caminho permitisse, mesmo com os custos de um deslocamento, desenvolver naquela região um núcleo exportador que pudesse substituir a economia mineradora. E o comércio continua a ser elemento importante nas ações estatais, ou mesmo, nas demandas locais.

[36] "Nas nossas colônias norte-americanas, onde ainda é possível adquirir terras em condições vantajosas até agora não se estabeleceram em nenhuma das cidades, manufatura de produtos destinados a vendas em mercados distantes. [...] Ele percebe que o artífice é um servo de seus clientes, de quem extrai sua subsistência; mas que um colono, o qual cultiva a própria terra e extrai sua subsistência do trabalho da própria família, é verdadeiramente um senhor, independente de todos." Adam SMITH, *A Riqueza das Nações*, 2003, p.476.

Esse gargalo, essa carência nas relações de troca das Minas Gerais com outras economias demonstra claramente o seu caráter dependente e deficitário. Portanto, alternativas a longo prazo deveriam ser implantadas para que, com o avançar dos anos, as economias mineiras não ficassem estagnadas. Em 1806, antes mesmo da abertura dos portos às nações amigas, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, na sua *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitânia de Minas Gerais,* destaca que o comércio de Minas era passivo. Pode se verificar, segundo o coevo, que o saldo comercial da Capitania era prejudicado, primeiro, pelo alto custo dos fretes e, segundo, pelo baixo valor agregado dos produtos mineiros, se comparados aos tecidos europeus[37].

Percebe-se que mesmo em áreas com possibilidades de desenvolvimento e suporte econômico, para o mercado interno, a tônica e os projetos são montados sob a perspectiva de criar condições para que a economia desta esfera possa ser integrada aos mercados externos. O mais destacável é que isso ocorre, inclusive, nas Minas Gerais, no avançar do século XIX. Melhoria das condições materiais significava, no Brasil, integração ao mercado consumidor europeu.

Além disso, e merecendo outro realce, isso acontece mesmo com o algodão que exigiria, caso não fosse possível a exportação, o beneficiamento do produto, e este, por si só, apresentava características peculiares. Isso também é herança do período colonial quando, referente à proibição da produção de tecidos de luxo criou-se uma dependência e, posteriormente, uma cultura de que o tecido deveria ser importado. Inclusive, o próprio incremento dos interesses pela produção em Minas Novas residia no fato de ter se encontrado, nesta região, condições climáticas ideais para o desenvolvimento

[37] "O comércio da capitania é inteiramente passivo e, por conseguinte, desvantajoso. Compra-se a dinheiro a maior parte das fazendas e gêneros, que se consomem no País. Os algodões, cafés açucares, fumos, solas, couros, queijos e toucinhos conduzidos as costas de bestas para os portos marítimos por uma longa travessia de terra, que na concorrência somente promete o bom mercado. Quanto mais que o produto dos gêneros mencionados e o dos gados vacuns que se exportam não equivalem aos preços das fazendas, e mercadorias da Europa, que é mister importar.", Diogo Pereira de VASCONCELOS, *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitânia de Minas Gerais*, 1806, APM, Seção de Documentos Avulsos, Colônia, AVC-16

de um tipo de fibra alongada e de singular alvura[38]. Além disso, graças às técnicas predatórias de queimada do solo - a coivara e necessidade de espera para a recuperação do solo por 10 anos -, o regime de plantação sofria as peculiares dificuldades desse tipo de sistema, como: o desenvolvimento da técnica de tratamento do algodão, a fixação em uma fazenda específica, a ampliação da produção e, principalmente, a intensificação desta em detrimento da sua expansão. Ato este necessário ao desenvolvimento do capitalismo. Isso fazia com que as propriedades possuíssem um baixo nível de rendimento, uma necessidade de tamanho nos moldes das *plantations* e um aumento dos custos em função dos deslocamentos. Associado a tudo isso, no caso de Minas Novas, ainda havia a concorrência com a mão-obra a serem demandadas em outras localidades[39].

No caso brasileiro, a ocupação estava vinculada às pressões para o fim da escravidão, e como visto anteriormente, com existência de uma cultura que não valorizava o trabalho, consequência da própria escravidão. Esse fator levaria pensadores da época a ponderarem sobre a necessidade de manutenção do comércio de escravos e mesmo considerando, como W. L. Von Eschwege, a escravidão uma "instituição infamante", a negação dela faria com que uma geração inteira de homens livres não aceitasse o "trabalho rude"[40]. Refazendo o argumento, não é que a população em geral não fosse

---

[38]"O conjunto desses fatores, que podemos qualificar como feições de um clima continental, parecem concorrer para o alongamento das fibras, o qual se nota não somente no delicado fio de algodão destas regiões, mas em geral, também, na formação de espécies de madeiras extremamente compactas, pesadas e homogêneas, mais abundantes no interior do país do que nas matas virgens costeiras, onde as árvores são de seiva mais bruta. Devido a escassez das chuvas, o algodão de Minas Novas adquire também a bela alvura, que o distingue do algodão de Minas Novas adquire também a bela alvura, que o distingue do algodão do Maranhão e do Pará.", SPIX e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, 1975, p.51.

[39] "Com três anos de cultivo, segundo asseguram os lavradores, o solo fica tão empobrecido de matéria nutritiva que, entregue a si, só a cabo de dez anos forma capoeira de novo. Este estranho contraste com a fertilidade da mata virgem, sempre úmida e sempre viçosa, onde as roçadas já no segundo e terceiro ano são invadidas pelo matagal novo, é em parte devido a muito maior pobreza efetiva do solo e em parte à adubação superficial devido à menor produção de cinzas. Por esse motivo, emprega-se aqui uma das mais singulares espécies de cultivo alternado, que consiste em mudar-se continuamente de terreno; e, só mais tarde possível, volta o lavrador a primeira plantação. Uma fazenda de três a quatro léguas quadradas tem aqui a mesma produção que outros países a de um quarto ou meia légua. Confirma-se, destarte, a queixa geral dos lavradores de ser muito inferior a fertilidade da terra, em comparação com a européia, pois lá o ar é quente e o solo é frio, enquanto aqui "a terra é fria e o ar quente", SPIX e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, 1975, p.51.

[40] "Poder-se-ia objetar que os homens livres seriam constrangidos a trabalhar, logo que não dispusessem de escravos que trabalhassem em seu lugar. A objeção tem algum fundamento,

conseguir viver sem a escravidão, mas nos moldes da grande plantação agrícola a escravidão se fazia necessária. Assim como no Antigo Sistema Colonial, tendo em vista que não ocorreu uma redefinição nem das mercadorias, nem de quais mercados estas deveriam atender, a escravidão continuaria ser a solução para os problemas da mão-de-obra e, mais que isso, a forma de geração de riqueza no Brasil.

Muito embora um crítico do modelo absolutista, a força da ilustração deixa claro para Theophilo Ottoni que o modelo de colonização a ser adotado no Vale do Mucuri deveria ser feito sob a mesma lógica adotada na Filadélfia, em que o "espírito" do capitalismo permitia a valorização do trabalho. Entretanto, em contrapartida, a lógica da grande Companhia de Comércio e, em parte, destas novas relações de trabalho que eram possíveis para aquela sociedade, criam na prática algumas soluções diferentes daquelas projetadas no projeto. Assim, devemos conceber em capítulos posteriores que, embora imbuídos do espírito liberal e das colônias de povoamento, boa parte da formação da Companhia de Navegação do Mucuri segue outra lógica que não aquela da Filadélfia Americana. Isso faz com que exista um distanciamento entre o projeto e as possibilidades de implantação deste projeto, mesmo quando os próprios agentes julgaram necessária a sua implantação.

O conflito a ser enfrentado pode ser lido no próprio Ottoni, quando mesmo sob a égide do liberalismo, sua práxis não se apresentava como libertária e revolucionária, mas muito próxima daquele modelo apresentado por Roberto Schwarz, isto é, regida pelo protecionismo e pelo clientelismo, enfim, reformista. A inserção do Brasil na modernidade tinha caráter reformista. Isto fazia com que o liberalismo servisse apenas como fundamento teórico, certa "razão ´racional´" e, não necessariamente, como um modelo revolucionário, como o foi em países em que se desenvolvia o capitalismo e a industrialização,

---

mas, se considerarmos a sobriedade e o número extraordinariamente pequenos de necessidades que o homem tem geralmente a satisfazer em um país de clima tão ameno como o Brasil, verificaremos que tudo lhe será relativamente fácil, não lhe exigindo muito esforço a satisfação de suas necessidades. Assim, devemos admitir a sem razão da objeção. O fato incontestável é que a atual geração de homens livres jamais se submeterá ao trabalho rude, feito até agora pelos escravos", W.L. von ESCHWEGE, *Pluto Brasiliensis*, 1833, p.265.

aproximando-nos muito mais do Estado Nacional, do que necessariamente, da pátria, como em alguns países europeus.

Por isso, o estudo de ilustrados pode ser esclarecedor, tendo em vista que, mesmo sob o viés furtadeano da dependência, podemos encontrar aqui elementos de uma formação não brasileira, mas que, sob esse novo ponto de vista, brasileiro é[41]. Talvez, exatamente porque, recorrendo às palavras de Roberto Schwarz, "em lugar de horizonte, apareciam sobre um fundo mais vasto, que as relativiza: as idas e vindas de arbítrio e favor"[42]. Em virtude disso, e retomando o argumento de Benedict Anderson, a descontinuidade é um dos elementos que dificulta a formação do capitalismo no Brasil, tendo em vista que o paraíso não é substituído por um rumo geral a ser tomado pela sociedade, mas por particularismos locais. O único elemento unificador que disciplina esses localismo acaba sendo o próprio Estado, quando existe, tornando-o uma necessidade para a formação nacional. Em última instância, poderíamos reduzir a mercadoria ou a produção material a ser capitaneada por esse Estado, assim, essa produção local, esses micro poderes constituíam o próprio objetivo nacional.

Deparamo-nos com nossa herança colonial, mesmo quando coloniais determinadas regiões não tivessem sido. Isso, claro, estruturado para permitir que as classes produtoras projetassem uma valorização das classes não produtoras, ao invés de se rebelarem contra elas. Parece salutar, portanto, compreendermos que a "burguesia não tenha conseguido vingar e formar uma sociedade moldada pelos seus sistemas de valores"[43]. Talvez porque esteja essa burguesia estruturada, ao menos na origem, dentro dos padrões coloniais e, em certo sentido, tão intimamente ligada a essa estrutura que as possíveis vantagens apresentadas pela modernidade não sejam necessárias o suficiente para se assumir o risco da transição, mas vale fazer uma lenta transição.

---

[41]"o liberalismo passa, na falta de outro termo, a penhor intencional duma variedade de prestígios com que nada tem a ver. Ao legitimar o arbítrio por meio de alguma razão ´racional´, o favorecido conscientemente engrandece a si e ao seu benfeitor". Roberto SCHWARZ, "As Idéias fora do Lugar" in: *Ao Vencedor as Batatas*, 2000, p.18.

[42] Roberto SCHWARZ, "As Idéias fora do Lugar" in: *Ao Vencedor as Batatas*, 2000, p.27.

[43] Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 1995, p. 209.

1.2. Posição do Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial

A desagregação regional, aflorada no decorrer da Independência do Brasil – ou mesmo antes, na própria crise do Sistema Colonial, em 1808 –, e pelos debates em torno da unidade nacional, coloca em contraponto o modelo adotado nos Estados Unidos e aquele a ser adotado no Brasil. Em nenhum sentido, pretendemos fazer história comparada, mas compreender a influência que teve aquela transformação das colônias do norte americano naquelas vivenciadas no Brasil e, principalmente como veremos no próximo capítulo, a força desse exemplo para o projeto de Theophilo Ottoni.

Cabe compreender, portanto, que o resultado da crise do Antigo Sistema Colonial, ao destruir um dos componentes desse sistema, re-configura os demais em outro contexto. Fernando Novais vai deixar bem claro que "a formação social-escravista do Brasil insere-se agora nos movimentos do capitalismo industrial: a acomodação continua contraditória; a parte e o todo se opõem e ao mesmo tempo se compõem"[44].

Dessa contradição, entendemos surgir uma espécie de negação impossível, que recai sobre os ilustrados do século XIX, na expectativa de criação de formas diferenciadas de inserção ao capitalismo industrial. Se tomarmos os três períodos do escravismo sugeridos por Fernando Novais – o primeiro, no Sistema Colonial; o segundo, no Estado Independente, mas dependente do tráfico; e o terceiro, após 1850 e o fim do tráfico, com a criação de seus próprios escravos.

O terceiro momento é valido apenas para aquelas regiões que já possuíam escravos. Entretanto, como as novas áreas ainda estão não povoadas significa que não possuíam escravos que pudessem ser reproduzidos e, por conta disso, a necessidade de modernização e migração da mão-de-obra naquelas esferas se fazia mais premente, enquanto nos outros espaços essa reprodução é uma possibilidade.

---

[44] Fernando NOVAIS, "*A evolução da sociedade brasileira: alguns aspectos do processo histórico da formação social do Brasil*" In: *Aproximações – estudos de história e historiografia*, 2005, p.151.

A mão-de-obra é mais um dos aspectos que intensifica as nossas "disparidades regionais". Isso, segundo o autor de *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, faz crescer as "camadas médias" nessas instâncias, entretanto, essa classe continuaria balizada pela "ordem escravista"[45]. Como vimos, isso aconteceria, inclusive, em regiões onde o escravismo nem mesmo tinha sido implantado, pelas comparações.

Para configurar esse quadro, cremos ser importante fazer algumas análises dos discursos durante a Crise do Antigo Sistema Colonial. Assim, o debate estabelecido entre o Deputado Antônio Carlos de Andrada e o Frei Joaquim do Amor Divino Caneca parece-nos contribuir para formular as diversas alternativas à montagem do Estado Nacional e saber quais as influências desse Estado para a equalização dos interesses provinciais. Assim, acreditava o Andrada que, por ser o Brasil ainda uma jovem nação, o modelo americano não seria o mais condizente, tendo em vista que "as províncias, [eram] distintas em caráter peculiar, e sempre inimigas e rivais"[46]. Em contrapartida, acredita o Frei Caneca que, exatamente por seu caráter incipiente, poderia a nação aderir a modelos políticos diferenciados daqueles adotados na Europa que possibilitassem a liberdade dos interesses provinciais, e essas liberdades permitiriam o fortalecimento do todo. Assim, o Frei utiliza os próprios argumentos separatistas do Andrada para contrapô-lo[47]. Podemos ver

---

[45] Fernando NOVAIS, "A evolução da sociedade brasileira: alguns aspectos do processo histórico da formação social do Brasil" In: *Aproximações – estudos de história e historiografia*, 2005, p.151.

[46] "A velha Europa não suporta outra Constituição que não seja a monárquica, por estar muito avançada em civilização, tendo ordens e classes muito distintas; por formarem estas classes corporações exclusivas, com um espírito peculiar; por terem uma nobreza poderosa, que se julga de melhor condição que as demais partes da nação; por ter ministros do culto público com pretensões exageradas, e poderosos pelas suas possessões; e que o Brasil podia esperar, e talvez só devia adotar um governo federal, pouco mais ou menos como o dos Estados Unidos da América; por ser uma nação assaz nova; por não ter propriamente classes; por que a sua nobreza não passa de uma *pueril vaidade* de indivíduos que não formam corpo; porque o seu clero é de nenhuma monta, pela falta de riquezas e luzes; e muito principalmente atendendo-se a que o Brasil não faz propriamente uma nação, mas quase tantas quantas as províncias, distintas em caráter peculiar, e sempre inimigas e rivais." Antônio Carlos de Andrada APUD Frei Joaquim do Amor Divino CANECA, *Sobre o Espírito Anticonstitucional, Revolucionário e Anárquico do Regulador Brasileiro* in: *Coleção Formadores do Brasil*, Evaldo Cabral de MELLO (Org.), p.217

[47] "Tanto isso é verdade, que vossa mercê, depois da publicação do seu nº. 7, na assembléia geral maçônica foi acusado de ´espalhar doutrinas vertiginosas, que fariam grande mal a causa do Brasil, porque desconfiariam as províncias (como ainda desconfiam) que no Rio de Janeiro, onde se publicavam tais idéias, havia projetos de se instalar o antigo despotismo'; e vossa mercê, reconhecendo que tais doutrinas ´podiam ser prejudiciais à desejada união das

que o mesmo discurso dos representantes brasileiros nas cortes portuguesas, serviria ao Frei Caneca para defender os interesses regionais e cremos que isso significa unificar as diferenças pela capacidade que teria essas partes de vínculo ao todo, não pela tradição, mas pela produção.

O debate apenas se amplia após a Independência do Brasil, tendo em vista que o chamado "projeto paulista" deslocava o centro de poder de Lisboa para o Rio de Janeiro, mas continuava acreditando na presença do Reino como elemento unificador e formador da nação. Assim, deveria o Governo Imperial abarcar e, em última instância, limitar os poderes provinciais[48]. Novamente o projeto de consolidação ou de construção da nação passa a ser, ao menos para esse autor, resultado da presença disciplinadora do Estado.

O conflito entre os interesses regionais, durante o Império, passa a ser unificado, seja pela força, seja pela conciliação deste conflito. Este se tornaria recorrente e se apresentava com maior magnitude naquelas regiões afastadas do litoral e/ou que não estivessem ligadas ao comércio internacional. Assim, ao caracterizá-lo em Minas, Kenneth Maxwell destaca a existência de um antagonismo entre os interesses locais, que primavam pela auto-suficiência e os interesses gerais, que tendiam à consolidação do sistema econômico vigente e da dependência[49].

---

províncias do Brasil´, disse que ´estas idéias eram de uma correspondência respeitável, a que vossa mercê não pode faltar; prometeu emitir no seu periódico outras idéias políticas, de cuja prestabilidade estivera sempre persuadido´, ratificou com juramento essa promessa, na memória ou oração, que recitou na seguinte sessão da mesma sociedade maçônica.", Frei Joaquim do Amor Divino CANECA, "Sobre o Espírito Anticonstitucional, Revolucionário e Anárquico do Regulador Brasileiro*".* In: *Coleção Formadores do Brasil*, Evaldo Cabral de MELLO (Org.), 1817-1825, p.217.

[48] "De acordo com o Projeto paulista, o príncipe regente, delegado de parte do poder real, deveria comandar um "centro de força" que unisse administrativamente as províncias do Reino e pudesse defendê-las. Deveria, também, implementar uma série de medidas que educassem a população do Brasil em iguais ´usos e costumes´. O Programa paulista acrescentava um conceito ao Projeto de D. Rodrigo: o de nação. A unidade das províncias da América passaria, então, a ser associada à definição nacional, partindo do pressuposto de que a nação, portuguesa ou brasileira, não existia e era necessário formá-la. Ao Estado estava reservada tal tarefa, protegendo a economia e o território e educando a população, assim como deveria abarcar todos os representantes dos poderes provinciais.", Márcia Regina BERBEL, *A Nação como Artefato – Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas – 1821-1822*, 1999, p.167.

[49] "Na estrutura imperial, esboçava-se um conflito de proporções clássicas: a política de Melo e Castro para as colônias, derivada das circunstâncias da fase post-pombalina e, em sentido amplo, a serviço dos interesses da poderosa oligarquia mercantil-industrial metropolitana, tinha chegado, em 1788, a uma situação de confronto direto com a plutocracia colonial que, antes de Pombal, direta ou indiretamente exercera o governo de Minas Gerais. Em verdade, não havia

Sob essa perspectiva, independente da localidade, os postos do governo, fossem antes da independência, fossem depois desta, se encontravam ocupados por herdeiros da ilustração que ponderavam as reformas como uma ação típica do Estado e sob a égide destes ilustrados[50]. Talvez essa seja a maior herança deixada pela colonização portuguesa o que vai levar Fernando Novais, ao tratar da crise, nos indicar um caminho diferenciado para a Formação da Sociedade Brasileira: "o processo de Independência [...] significou, no fundo, a ocupação do aparelho de Estado pela antiga camada dominante de colonos, o que não significou a constituição de um Estado tipicamente burguês; dadas as características estruturais e o horizonte político desta mesma camada, a posição do Estado como elemento decisivo (e as peculiaridades da burocracia nesse contexto) ficam preservadas"[51].

---

ela da elite no pode em Minas que não fosse afetada, de um modo ou de outro, pelas instruções de Melo e Castro ou pelo iminente abalo da administração do Distrito Diamantino. E, subjacente ao confronto dos grupos de interesse, havia o antagonismo mais profundo entre uma sociedade que cada vez mais adquiria consciência de si e autoconfiança (em um ambiente econômico estimulador da auto-suficiência, em que punha ênfase) e a metrópole interessada na conservação de mercados e no resguardo de um vital produtor de pedras preciosas, ouro e receitas.", Kenneth MAXWELL, *A devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*, 2001, p. 133.

[50]"E, ao fazê-lo, ainda que talvez de modo não consciente para o seu próprio autor, revelavam a filiação daquele que era o construtor ativo de um corpo e de uma identidade política novos a uma tradição que remontava às propostas do reformismo ilustrados português. Uma tradição que também conformava suas experiências. O construtor era também um herdeiro; o herdeiro sobretudo de um monte e de um território. E aquela HERANÇA definiria também os marcos de uma CONSTRUÇÃO.", Ilmar Rohloff MATTOS, "A Trama dos Interesses na Construção da Unidade Política" In: *Independência: História e Historiografia*, István JANCSÓ, 2005, p. 275.

[51] Fernando NOVAIS, "A evolução da sociedade brasileira: alguns aspectos do processo histórico da formação social do Brasil" In: *Aproximações – estudos de história e historiografia*, 2005, p.151.

1.3. Formação do Estado Nacional: a questão da identidade.

> *Por que o Governo não cuida?! Ah, eu sei que não é possível. Não me assente o senhor por beócio. Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias...Tanta gente – dá susto de saber – e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons...* (João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, 2001, p.431).

No seu relatório de 1856, para o *Jornal do Comércio*, Theophilo Ottoni vangloria-se de que sua companhia seria "a primeira empresa nacional para melhoramentos materiais do país"[52]. Para Theophilo Ottoni não cabia que essas modernas técnicas de transporte, proporcionadoras do desenvolvimento da produção, fossem implantadas para vincular pontos do litoral, tendo em vista que esses pontos já se encontravam integrados à grande produção agrícola. Ottoni objetivava, portanto, proporcionar a interiorização nos vapores: fossem os fluviais, fossem os terrestres. Acreditava que a implantação de modernas companhias de navegação ou de estradas de ferro não teria o menor sentido econômico se fossem feitas ligando cidades no litoral. Elas já eram modernas e integradas ao grande comércio.

Em virtude disso, ao analisar o caso baiano, Theophilo Ottoni vai deixar essa lógica muito clara: somente tem sentido aquele caminho que "penetra mais para o interior", tendo em vista que "ninguém deixará de carregar em

[52] Theophilo Benedicto OTTONI, Companhia do Mucuri – História da Empresa. Importância dos seu Privilégios. Alcance dos seus Projetos. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J Villeneuve e Comp., Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, 1856, p. 10, APM, Coleção Assuntos Mineiros, Coleção de Artigos de Fundo do Jornal do Comércio organizados por Theophilo OTTONI, APM, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1, p. 46.

barcos que navegam a Baía de Todos os Santos para vir pagar um frete muito maior na estrada de ferro”[53].

Depois do desenvolvimento dessa infra-estrutura, segundo Irineu Evangelista, cabe propiciar os braços necessários a essa produção de larga escala, pois é exatamente essa produção que produz riqueza. O acúmulo dessa riqueza é mais que necessário para reinvestimentos que possibilitem a geração de mais recursos. Por fim, alerta que o Estado deve proporcionar o desenvolvimento de uma instrução agrícola que permita a melhoria e ampliação da produção[54].

Não podemos considerar uma civilização apenas como resultado da produção material e Machado de Assis já nos alertava sobre isso ao tratar dos postulados que definiriam aquilo que poderia ou não ser enquadrado como literatura brasileira. Ele observaria que não seria apenas “na vida indiana” que teríamos o elemento diferenciador da realidade, tendo em vista que a civilização brasileira, segundo o escritor, não recebeu dos índios “influxo algum”. Isso não implicaria, entretanto, que aquela vida não pudesse ser usada em literatura ou que, ao fazê-lo, os escritores não estavam tratando de literatura brasileira, ou mesmo, que esta se restringia a elementos ligados somente aos gentis. Assim, não apenas os elementos regionais e locais deveriam ser enquadrados no âmbito dessa literatura nacional:

> Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura[55].

Desenvolveremos esse argumento posteriormente. Necessitamos aqui compreender aquilo que realmente poderíamos tratar como nacional e o quanto

---

[53] Theophilo Benedicto OTTONI, Discussão do Orçamento da Fazenda in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni, nº12*, Sessão de 30 de agosto de 1861, p. 635-6.
[54] Alberto de FARIA, *Mauá – autobiografia – documentos históricos*, 1933, p.224.
[55] Machado de ASSIS, Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. In: *Obras Completas de Machado de Assis*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994. Publicado Originalmente em O Novo Mundo, 24/03/1873.

desses aspectos poderiam ser apartados do nosso passado colonial. Ou talvez, como novamente nos ensina Machado, inserirmos nessa análise os "costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo"[56].

A decepção de Theophilo Ottoni em não encontrar uma civilização nas matas do Mucuri pode ilustrar esse sentimento expresso por Machado de Assis. Embora chamado pelos índios de Capitão Pogirum, não havia dúvidas para Ottoni do distanciamento existente entre os "portugueses" e as tribos locais. Além disso, em *Notícias sobre os Selvagens do Mucuri* aparece, de forma clara, que os primeiros habitantes da região eram um incômodo à nacionalidade: quando eles os julgam "fiéis às tradições de animosidade nacional dos seus antepassados se abstinham religiosamente de todo o contato com os dominadores"[57]. Isto significa que os exclui da nacionalidade brasileira, tendo em vista que não estão incorporados na civilização e somente se o fossem poderiam ser entendidos como tal. Por outro lado, Barão Von Tschudi, citado por Theophilo, vai destacar que a colônia do Mucuri seria um terreno fértil para os "antrofagistas". Segundo ele, nos espaços da Companhia, encontravam-se representadas "as quatro principais raças humanas"[58] e elas conviviam, inclusive, nas estalagens da Companhia, com grande número de comerciantes, botocudos, "chins", além de trabalharem para a companhia tanto negros, como homens brancos. Verificamos que o elemento de inserção dessas diversas nacionalidades eram os galpões da companhia e a sua produção.

Não tão emocionante quanto a carta de Caminha, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri* traz, sob o olhar de um intérprete do século XIX, os mesmos dramas destacados por Fernando Novais no seu clássico ensaio sobre a primeira carta da América Portuguesa: "desencontros de culturas, o

---

[56] Machado de ASSIS, Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. In: *Obras Completas de Machado de Assis*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994. Publicado Originalmente em O Novo Mundo, 24/03/1873.
[57] Theophilo OTTONI, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, 1858, p. 76.
[58] Theophilo OTTONI, A Colonização do Mucuri In: *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri,* Regina Horta Duarte (Org.), 1859, p. 157.

impossível diálogo entre as normas de dádivas e a lógica da mercadoria"[59]. Obviamente, essa segunda narrativa realizada mais de três séculos depois não era tão "pura" quanto aquela primeira, tendo em vista que tanto os nativos, quanto os dominadores já acumulavam um grande volume de experiências, embates e convívios.

Se no século XVI, ainda no lastro de Fernando Novais, esse primeiro contato demonstra as "raízes da edenização do Novo Mundo, contraponto da infernalização que corria paralela"[60] No segundo momento, isso se inverte e a Nova Filadélfia, criada por Theophilo, nada mais é que a transformação desse universo não "civilizado" nos moldes daquilo que se estabeleceu já no novo mundo e, especificamente, na conquista do oeste americano. Aqui está a razão para compreendermos a edenização do século XVI e sua negação no momento posterior. O desprezo de Ottoni pelos botocudos se estabelece exatamente por aquilo que Pero Vaz destacava como sendo o mais importante daqueles povos formados por homens que não eram mouros ou judeus, nem cristãos: pura e não civilizada. Essa pureza, para Theophilo, significava a vitória da estupidez sobre outras civilizações que conseguiam explorar a terra e a sua produção.

Enfim, com a saída do Estado Português, após a Crise do Antigo Sistema Colonial, surge como elemento imprescindível à montagem de uma nação brasileira que, em última esfera, seria resultado de forças oligárquicas. Entretanto, ao contrário daquilo que se estabeleceu com a Oligarquia Inglesa, no Brasil, e talvez por isso essa idéia de esvaziamento, a composição de poder do Estado era fruto histórico das benesses do próprio Estado. Isso se pegarmos apenas o extremos do processo. Enfim, aqui o Estado não é formado pelo amadurecimento histórico do sentimento nacional, mas por ele mesmo, tendo em vista termos que negar o nosso passado colonial.

Nesse aspecto, Ottoni é genial. Em seu célebre discurso de seis horas, no seu retorno ao parlamento depois de 12 anos, ele será de uma sensibilidade política e sociológica impressionante. Concordamos com o argumento de

---

[59] Fernando NOVAIS, A "certidão de nascimento ou de batismo" do Brasil In: *Aproximações – estudos de história e historiografia*, 2005, p.237-44.
[60] Fernando NOVAIS, A "certidão de nascimento ou de batismo" do Brasil In: *Aproximações – estudos de história e historiografia,* 2005, p.237-44.

Theophilo de que a oligarquia brasileira não tinha origem na propriedade territorial, muito embora ela fosse importante, muito menos em uma fidalguia que, segundo ele, era efêmera. Aquela oligarquia não tinha outro suporte exceto na "influência oficial" e, por conta disso, "eram filhos do orçamento, eram filhos das leis que decretavam no sentido de perpetuar o seu domínio"[61]. Não estamos, com isso, realizando um desprendimento com a realidade material: já fizemos anteriormente a associação entre a grande produção exportadora e a sustentação do Estado, vinculando a primeira ao orçamento deste último, tendo em vista que ela, por longos anos, seria a sua principal fonte de receita. Tudo isso nos remete a um aspecto e, por conta disso, insistimos que é dele que devemos partir: a gênese da formação do Estado a partir da Crise do Antigo Sistema Colonial.

Esse vínculo entre desenvolvimento nacional e a presença do Estado é tão forte que mesmo Ottoni vai estabelecer, em diversos momentos de sua empreitada, o fortalecimento institucional como algo relevante para a continuidade e ampliação do seu projeto. Como ilustração preliminar, ao mesmo tempo em que atribuía a idéia ao Marquez de Paraná, em seu relatório apresentado no último ano áureo da Companhia de Comércio (1857), Theophilo Ottoni apresenta um projeto para a criação da Nova Estrela, uma nova Província. Segundo o diretor da companhia, a empresa estabelecia as condições materiais para a criação desta nova circunscrição administrativa. Isso porque criou um eixo dinâmico para a instituição dessa nova estrutura administrativa, resultado da criação de estradas, do comércio regional, do nacional e das perspectivas futuras em se assumir o mercado internacional. Tudo isso porque permitiu que os 120 mil habitantes do interior pudessem se comunicar com os 30 mil do litoral, além de se criar uma alfândega independente da carioca para que o comércio mineiro pudesse diretamente atingir o mercado exportador. Em resumo, o centro de Minas e o Norte estariam ligados ao resto do mundo por dois portos: o de Vitória e o de Caravelas e a navegação de cabotagem poderia ser feita graças à Companhia

[61] Theophilo Benedicto OTTONI, Discussão da Resposta à Fala do Trono in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni, nº12*, Sessão de 27 de junho de 1861, ano, p. 536-7.

de Comércio e Navegação do Mucuri[62], desde que existissem condições proporcionadas pelo Estado Nacional para isso.

Theophilo relatou, em 1856, que algumas cidades, como Caravelas e Minas Novas, já disputavam para saber qual seria a Sede do Governo dessa nova Província. Esta primeira, pelas suas vantagens comerciais; a segunda, em virtude da posição geográfica que possuía por conta da ligação mantida entre a Região do São Francisco e o litoral, através da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Theophilo inclusive já projetava o nome de Filadélfia para a nova capital, mandando reservar, inclusive, um espaço de 700 braças para a criação de uma praça, conhecida como Praça do Governo. Além desse espaço, proibiu construções no entorno para que, no futuro, pudesse abrigar o Palácio, a Assembléia Provincial e a Assembléia Municipal[63].

Assim, enquanto no nordeste açucareiro existia uma ligação direta e imprescindível com o centro comercial inglês, ao interiorizarmos, nas fronteiras da expansão produtiva, esse vínculo, precisava ser estabelecido tomando por base uma cidade litorânea e levando ao interior uma infra-estrutura que presume certo desenvolvimento técnico. A empreitada assume, para aqueles espaços, força de um projeto nacional em virtude de sua magnitude e do envolvimento de diversas províncias, raças, religiões em torno de um futuro comum: o crescimento econômico.

No caso dos transportes, os vapores terrestres e fluviais que fariam essa interiorização permitiam que os agentes criassem soluções nacionalistas, não pela consciência da nacionalidade, mas pelos interesses comerciais e de domínio territorial. Como ilustração, ao analisar a sugestão do Ministro Inglês, James Hudson, sobre a criação de uma colônia inglesa no Mucuri, com o

---

[62] Theophilo Benedicto OTTONI. Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucury em 15 de Outubro de 1857. Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857. Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1, p. 16.

[63] Theophilo Benedicto OTTONI, Companhia do Mucuri – História da Empresa. Importância dos seu Privilégios. Alcance dos seus Projetos. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J Villeneuve e Comp., Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, 1856, p. 10, APM, Coleção Assuntos Mineiros, Coleção de Artigos de Fundo do Jornal do Comércio organizados por Theophilo OTTONI, APM, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1, p. 27.

controle por parte do capital inglês da Companhia, Theophilo evoca o seu próprio "brasileirismo", que o levou a recusar tal oferta. Ele amplia o argumento dizendo que preferia perder o Mucuri, do que vê-lo transformado em feitoria inglesa[64].

Em seus estudos sobre interferência inglesa na modernização do Brasil, Richard Grahan tenta amenizar esse conflito entre as partes, desqualificando o argumento de que esse conflito em nada coloca em dúvida a presença inglesa nessa modernização: "The Idea that the struggle for Brazilian industrialization was simply a conflict between Brazilians and foreigners is so patently erroneus that it would requires no comment were is not so widespread"[65].

No caso da "colonização", sob o controle de nacionais, reproduzindo o texto do Barão Von Tchudi, Theophilo Ottoni novamente vai evocar que pouco importa a raça, religião, nacionalidade, desde que existam leis claras que possam reger essas ocupações e que todos sejam obrigados a cumpri-las, como aquilo que defendia William Penn, na Filadélfia. Assim, defende que o Estado não crie, na Europa, expectativas enganosas para esses novos "colonos", a fim de que possam atrair pessoas afinadas com esse objetivo comum: o trabalho para o desenvolvimento material[66].

Nesses espaços novos, vazios, como o Sertão, a intensidade da ausência do Estado, associada à densa e abrupta ocupação, demonstra a carência de um projeto claro e objetivo. O que agregaria essas pessoas só poderia ser o próprio ato de ocupar. Isso criaria, entre eles, uma associação com o comércio, a princípio imposta pela Companhia, mas que deveria se encontrar sobre a égide de um controle mais geral. No primeiro momento, o vazio dessa região permitia que a produção de diamantes e ouro fosse controlada em virtude de criar certo isolamento natural para as Minas, permitindo um controle rígido da produção, como na Diamantina do século

---

[64] Theophilo Benedicto OTTONI. Breve resposta que ao relatório de liquidação da Companhia do Mucuri por parte do Governo. Rua da Quitanda, 55, Rio de Janeiro, Tipografia de M. Barreto, Mendes Campos e Companhia, 1862, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0048/XIX Filme 006 Flash – 03, Negativo F1.

[65] Richard GRAHAN, *Britain and Onset of Modernization in Brazil 1850-1914*, 1972, p.125.

[66] Theophilo Benedicto OTTONI, "A Colonização do Mucuri" In: *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, Regina Horta Duarte (Org.), 1859

XVIII. Assim, atendendo a uma lógica colonial, específica da produção de metais e pedras preciosas, o governo procurava desvincular a região da estrutura já montada para a grande plantação açucareira, na perspectiva de isolar o Sertão dos contrabandos. Essa reforma ilustrada parece clara no decreto de desmembramento de Minas Novas da Bahia, em virtude da mineração do diamante no Serro e na Vila do Príncipe: "O Decreto de 10 de maio de 1757 desmembrou a Vila de Minas Novas do Fanado, com seu distrito, da capitania da Bahia, a que antes pertencia, e uniu-se à comarca do Serro Frio, para ficar debaixo da jurisdição administrativa do Intendente dos Diamantes do Tijuco"[67]. Em um segundo momento, esse do século XIX, o Governo Imperial teria que desfazer aqui o quê os ilustrados portugueses fizeram no século anterior, para reinserir a economia do Norte de Minas nessa nova perspectiva nacional.

Quem acaba fazendo isso é uma Companhia privada e sujeita não a interesses gerais, mas dos ganhos específicos da própria Companhia. Theophilo Ottoni daria outro sentido à companhia, tornando-a quase uma empresa estatal sobre o controle privado, solução que ele defende, inclusive, para a Companhia União Indústria. Podemos vislumbrar que o interesse geral da Companhia era vincular, através de um porto a ser estabelecido em Caravelas, o comércio do Norte de Minas com o estrangeiro. Para isso, e baseados no relatório de 1862, faz-se necessário desenvolver "a produção do Valle do Mucury, e o comércio do Norte de Minas" para que comporte essas relações com o grande comércio[68]. Aliás, essa foi uma das perguntas apresentadas pelo Ministro britânico, citado anteriormente: "Se a nova região, tinham proporções (sic!) para fazer comércio direto com o estrangeiro"[69].

---

[67]Joaquim Felício dos SANTOS, *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*, 1868, p.144.

[68] Theophilo Benedicto OTTONI. Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucury em 15 de Outubro de 1857. Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857. Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1, p. 7.

[69] Theophilo Benedicto OTTONI. Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucury em 15 de Outubro de 1857. Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857. Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1, p. 11.

Existe um imenso hiato temporal entre a implantação dessa infra-estrutura para a implantação do comércio e o desenvolvimento deste. As companhias de navegação precisavam desenvolver todo esse processo do nada, criando ou ligando os mercados onde se realizariam os seus negócios. Assim, além do tempo para construção das estradas, diques, armazéns, derrubada da mata, custos dos vapores (aquisição e manutenção), carecia ainda aguardar o crescimento das populações, num momento em que o tráfico de escravos havia sido proibido. Assim, uma produção com excedente que pudesse suportar os custos gerados por esse investimento poderia demorar anos para ser atingida. Quando a economia é primária e exportadora, no mar isso é tudo mais simples, tendo em vista já existir uma saída natural para os produtos e também, naquelas esferas, uma série de civilizações montada em torno dessa produção.

Enfim, o risco desse negócio era de grande vulto e cabia apenas a investidores de mesmo tamanho, como o Barão de Mauá, sob a proteção do Estado. Ou, ainda, que esses investimentos fossem feitos pelo próprio Estado. As duas modalidades foram utilizadas nesse período histórico, tanto as companhias de desenvolvimento, quanto as vinculadas ao Estado. No caso da Companhia aqui contemplada, cremos que essa classificação é muito mais complicada, pois se tratava de um misto de investimento e interesses particulares, imperiais e provinciais. Diga-se de passagem, nisso Theophilo tinha razão: envolvia interesses das Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, que escoavam essa produção; de Minas e do Espírito Santo, que possuíam uma ligação através da Companhia para a sua produção.

Enfim, era preciso criar unidade e integrar áreas que se encontravam isoladas: isso significava colonizar, povoar, produzir e permitir o escoamento dessa produção. Em áreas distantes, isso teria que se estabelecer de forma invertida, prejudicando o sucesso do negócio: primeiro se fazia necessário criar os mecanismo de escoamento da produção antes mesmo de esta existir ou o povoamento que permitiria criar a base de comércio que sustentasse essas companhias.

Ao explanar sobre a navegação a vapor do Rio Amazonas, o Barão de Mauá apresenta, primeiro, a dificuldade que teria o Império de encontrar pessoas interessadas e com possibilidades de desenvolver essa empreitada; segundo, que a empreitada envolvesse certos privilégios para tornar os negócios atraentes, como forma de compensar os riscos destes investimentos. Por fim, assevera que se faz necessário um auxílio financeiro para compensar os dispêndios desse período inicial: "o vapor – não pode ser utilizado como **força motriz**, nem em terra, nem realizando a locomoção sobre a água, sem considerável dispêndio, que inevitavelmente tem que ser custeado pelos interesses que ele desenvolve à sombra de sua potência criadora, porém que no intervalo é necessário esperar esse desenvolvimento"[70].

Antonio Candido nos ensina que "a idéia de *país* implicava a idéia de unidade política soberana, organizada politicamente, com seu hino, sua bandeira, seu brio nacional, configurando uma *nação.* A partir daí se construía a imagem ideológica e retórica de povo. E o que era o povo, nos documentos oficiais, nos discursos, nos livros didáticos, nas obras de reflexão? O que era essa entidade à qual se atribuíam virtudes e defeitos, para a qual se planejavam sistemas de instrução e modos de cobrar imposto? Seria toda a população, a classe média ou a elite dominante? Seria o trabalhador livre, ou também o escravo?"[71] Em seguida, utilizando-se do próprio Theophilo Ottoni, o crítico expõe:

> Na famosa circular de 1860, Teófilo Ottoni deixa claro que o povo para o qual deseja o gozo dos direitos políticos não abrange os humildes: ´(...) ainda na agitação e devaneio da luta o redator da "Sentinela do Serro", (ele próprio) nunca sonhou senão com a democracia pacífica, a democracia da classe média, a democracia da gravata lavada (...)´[72].

[70] Alberto de FARIA, *Mauá – autobiografia – documentos históricos*, 1933, p. 226.
[71] Antonio CANDIDO. Radicalismos. Estud. av., Jan./Apr. 1990, vol.4, no.8, p.4-18. ISSN 0103-4014.
[72] Antonio CANDIDO. Radicalismos. Estud. av., Jan./Apr. 1990, vol.4, no.8, p.4-18. ISSN 0103-4014.

Para aqueles que acreditam piamente na idéia construtivista do progresso e da técnica, essa força que tem o povo, como em autores como Antonio Cândido, para esses interpretes liberais, pouco importa. Entretanto, por mais que pudesse assumir, Theophilo saberia que o grande drama a ser enfrentado no seu processo de colonização seria tornar aquelas paragens atraentes para um colono que não conhecesse o Sertão. O Estado Nacional, ou seus ilustrados, como o próprio Ottoni, sentiria dificuldade em se inserir naquelas esferas pela força do desconhecimento.

Em resumo, frente ao Sertão, até mesmo o Estado Nacional, até mesmo a força do vapor ou do progresso podem ser fracos. Essa tônica parece recorrente durante toda a história brasileira e a intervenção estatal, toda vez que se realiza na região, pode até ser motivo de escárnio por parte do sertanejo. Uma dessas intervenções, narrada por Joaquim Felício dos Santos, historiador, conterrâneo e amigo confesso de Theophilo Ottoni, demonstra como a intervenção do Estado poderia trazer certos desagravos. Primeiro, pela inabilidade do Exército Real que, ao chegar à Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu para atacar alguns garimpeiros, perguntava à sociedade local onde estava o inimigo, sem ser entendido. Depois, claro, a "bela tropa" não estava adaptada às realidades do espaço geográfico e, portanto, mostrava-se pouco eficiente[73]. O próprio fiscal do Distrito Diamantino, em 1787, diria que de tão vasto seria impossível realizar uma fiscalização efetiva do Sertão, tornando inúteis quaisquer ações[74].

Sendo assim, talvez a ocupação do Sertão não tenha se estabelecido não por falta de interesse do Estado em fiscalizar, em integrar, mas pela sua

---

[73] "Perguntou onde eram os arraias do inimigo, mas ninguém o compreendeu; tinha de procurá-lo nos vastos desertos e longas serranias, que cobrem o território diamantino. Era na verdade uma bela tropa, à testa da qual marchava o Governador, composta de valentes soldados, aguerridos, disciplinados, muitos já veteranos afeitos aos trabalhos e perigos da guerra, mas era gente imprópria para combater garimpeiros. De que servia, por exemplo, a cavalaria em um terreno escabroso, em lugares de desertos, ínvios, intransitáveis, cobertos de pontas de rochas, de abismos, de precipícios?", Joaquim Felício dos SANTOS, *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*, 1868, p.200-1

[74] "É desnecessária a dita obra pela qualidade e extensão do terreno; pois que tiradas duas linhas de norte a sul e de leste a oeste da demarcação diamantina, tem cada uma dezoito léguas de comprimento, que dão uma circunferência de cinqüenta e quatro léguas, e é impossível circular esta distância..." Luis Beltrão, Fiscal, 3 de abril de 1787 apud Joaquim Felício dos SANTOS, *Memória do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais),* 1868, p. 208.

impossibilidade, debilidade... Sábio seja o “Urutu Branco”. Como visto, o Sertão é amplo, e mais que isso, em certo sentido, é uma das coisas que o conceitua: vazio. Sertão é como diabo, ninguém conhece, mas todo mundo tem medo. O que se deve apresentar aqui, é que, para além da resistência do indígena, que como veremos continua à margem do processo modernizador, o homem típico dessa região também vai ter que continuar à margem, tendo em vista que estamos tratando do sertanejo. Historicamente, esse tipo vai resistir a todo esse processo de transformação, ocupação, modernização e, por isso, também a ocupação tem que vir toda ela de fora.

Além disso, vai se ampliar pelas veredas um conjunto social desvinculado desse controle do Estado e voltado para os descontroles: um banditismo crescente, tão comum em áreas de pouca presença da força coercitiva daquele Estado. Essa sociedade da violência também é sustentada pela crise das minerações, redução da quantidade de mineradores e aumento na quantidade de garimpeiros, que preferiam as brenhas já que viviam de uma atividade ilegal[75]. De um lado, botocudos; do outro, jagunços para completar a floresta. Para atrair de forma natural pessoas para essa colonização, nem que se construísse uma *highway*.

Braudel demonstra que o banditismo se estabelece pelo esvaziamento do Estado e prefere aquelas regiões onde o mesmo se demonstra mais débil[76]. Por isso, reiteramos, exatamente onde o Estado se fazia mais necessário não existiam interesses econômicos, políticos ou mesmo possibilidades que o fizessem ocupar essas esferas.

A preocupação com os controles da produção destinada ao comércio externo possibilita que vislumbremos também parte da preocupação dos

---

[75] “Os serviços estando distantes do centro da administração não podiam ser rigorosamente fiscalizados, e davam-se freqüentes exemplos de contrabando, em que os feitores eram coniventes: muitas partidas de diamantes passavam pela Bahia para os portos estrangeiros. Finalmente em constante luta com os garimpeiros, que todos os dias se tornavam mais audazes, os trabalhadores continuamente eram forçados a abandonar o lavor, e a Extração sustentava uma grande força para repeli-los e defender as terras diamantinas.”, Joaquim Felício dos SANTOS, *Memória do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais), 1868,* p. 202.

[76] “Erguido contra o poder, o banditismo aloja-se sempre nas zonas mais débeis do Estado. Nas montanhas, por exemplo, onde as tropas não podem de modo algum atuar com toda a força e onde o Estado perde os seus direitos.”, Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*, Volume 2, Trad., 1995, p. 108.

administradores coloniais em negar o liberalismo: “uma liberdade absoluta, as fraudes e dá-los na qualidade dos gêneros e nos contratos comerciais seria o sistema predominante do qual se seguiria necessariamente a estagnação total na saída dos efeitos no mercado geral da Europa e a perda do crédito desta praça, única casa fundamental do seu comércio e os grandes lavradores e comerciantes sucumbirão à malignidade e falta de fé daqueles ditos aventureiros”[77]. Assim, a criação de uma organização específica para o escoamento da produção do norte mineiro também significa a implantação de mais um conjunto de estruturas que pudesse controlar esse mercado.

Como visto, a falta de uma história dissociada da metropolitana ou de uma tradição, mesmo que inventada, fez com que o desenvolvimento da nacionalidade das antigas colônias americanas se estabelecesse em função dos mecanismos de controles do Estado, quando muito da ação efetiva e direta do próprio Estado, como aponta Márcia Regina Berbel[78]. Nosso conflito aqui se amplia: ao mesmo em tempo em que concordamos em parte com essa exposição, utilizamo-nos, também, de um argumento hegeliano e corremos o risco de caracterizarmos o Estado como algo concreto, ou de estabelecermos uma relação entre duas abstrações, o Estado e a Nação. Voltemos, portanto, ao Marx, pois além de identificar essa relação entre Estado e Nação, é necessário caracterizar, destacar as dimensões concretas por trás do Estado: o interesse geral e individual, os diversos poderes, o espírito culto[79].

Dito isso, de forma preliminar poderíamos compreender o interesse geral, muito próximo das idéias positivista, com a transformação da sociedade sem que as mudanças sejam profundas. Isto é, dentro da ordem e isso parece claro, seja para um dos mais radicais liberais, seja para o imperador. O interesse individual, como visto, era o próprio interesse de pertencimento ao Estado, ao seu orçamento e, exceto por alguns espíritos isolados, poderíamos

---

[77] AHU, Bahia, 27 de agosto de 1807, Caixa 150, Doc. Nº 29985-29987

[78] “Em todos os casos, no entanto, parece esboçar-se um ponto comum: a nação é entendida como idêntica ao Estado. Ela nada mais é do que a organização político-administrativa de diversas ´pátrias´ ou de poderes locais diversos. A organização federativa das nações não procura fundamentação na história ou na tradição, mas nas vantagens da associação nacional., no inicio do século XIX, retira a soberania do monarca, transferindo-a para a nação.”, Márcia Regina BERBEL, *A Nação Como Artefato – Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas,* 1999, p.199.

[79] Karl MARX, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Trad., s/d, p.27

falar em interesses individuas para o trabalho ou para a riqueza de que tratavam os economistas políticos. Os diversos poderes poderiam ser resumidos nas províncias, entretanto, como também verificamos, em determinados casos, a província não representa todos os espaços do qual ela abarca. Por fim, o espírito culto era representado por homens pertencentes ao próprio Estado, seja na carreira administrativa, seja legislativa. Talvez por isso a adoção de um Estado absolutista e a permissão de que o poder se concentrasse nas mãos do imperador.

Não é que não existisse discordância nessa forma de constituição do Estado Nacional. Joaquim Felício dos Santos ainda clamava nas páginas de sua memória por um modelo de Estado diferenciado, municipalizado, em que o poder central não pudesse impor ao resto da nação as suas regras gerais. Esse historiador do Distrito Diamantino acreditava que somente os interesses locais pudessem montar uma verdadeira civilização, brasileira, chamando de utopistas os absolutistas, "que invertendo a pirâmide social, querem sustentá-la pelo vértice!"[80]; acreditamos que, mesmo utópica, essa consolidação do espaço territorial brasileiro foi feita pelo vértice, exatamente como esclarece Novais em citação acima, por que esse Estado já existia e foi apenas ocupado pelos antigos colonos, tornando a coisa menos descontínua depois da crise do Antigo Sistema Colonial. Associado a isso, se temia o desmembramento da nação.

Esse modelo também, no fim e ao cabo, funcionaria plenamente para as Minas, mas seria extremamente questionável para as Gerais, para os Sertões, onde a municipalidade não existia. Por isso, há um divisor de águas entre o pensamento revolucionário do Ottoni de 1841, para aquele que vai se enveredar pelas matas tropicais do Rio Mucuri, quanto à presença do Estado.

Assim, cremos que, a municipalidade em Minas condiz com a estrutura montada para as minerações, na qual um arcabouço de pequenas civilizações

[80]"Desgraçadamente as tendências da sociedade moderna parecem ser para o completo aniquilamento das municipalidades: elas são amesquinhadas, seus direitos são todos os dias cerceados, e, convertidas em corporações políticas, foram desviadas do belo fim de sua instituição. Temeram esses pequenos corpos palpitantes de vida, recearam o desmembramento, como se o mesmo desmembramento não fosse a conseqüência da civilização, que se não deve prender e se preferiu concentrar toda a vida, toda a atividade em um só ponto. Utopistas do absolutismo, que invertendo a pirâmide social, querem sustentá-la pelo vértice!", Joaquim Felício dos SANTOS, *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio (Província de Minas Gerais)*, 1868, p. 141

que vivem com certa autonomia pode ser uma medida possível de organização e que respeite as realidades dessas comunidades. Com a crise do ouro ou dos diamantes, essa vertente perde fôlego. Resumindo, a grande dificuldade de se instaurar isso no Brasil encontra-se nos grandes espaços vazios, enfim, nos Sertões, tendo em vista que esse imenso vazio não cria as condições de sociabilidade necessárias à descentralização do poder. Domingo Faustino Sarmiento, ao analisar os pampas argentinos, concluíra que as distâncias geravam poderes tão isolados que a possibilidade de unificação não poderia se estabelecer por esses poderes. Esses localismos, ao invés de se organizarem como um corpo político, consolidado, vai tender no sentido oposto: desmandos e o banditismo, típico de figuras como o próprio Facundo, ou mesmo, o Rosas (o argentino)[81].

A possibilidade de desmando vai prejudicar o funcionamento da natureza econômica da sociedade brasileira, tendo em vista que tanto o comércio em geral, como o comércio local precisavam de um ordenamento. No caso do litoral, esse desmando do Sertão prejudica menos o grande mercado, tendo em vista que, para atingi-lo, não se faz necessário passar pelo Sertão. Isso não é verdade para as Minas Gerais e, por conta disso, é impossível apartar os interesses do mercado interno dos interesses do mercado externo. Mesmo no caso baiano, apenas como ilustração, essa separação é extremamente complicada, mas possível. Quando trata do Sertão, na Bahia, o comerciante Francisco Ignácio de Sequeira Nobre expõe que o contrabando e os interesses de poderosos locais, além de prejudicar a ação do Estado, dificultariam os interesses gerais do comércio. Para tal, esses poderosos se

[81] "Nas planícies argentinas não existe a tribo nômade: o pastor possui o solo com títulos de propriedade, está fixado num ponto que lhe pertence; porém, para ocupar a terra foi necessário desmanchar agregados e espalhar as famílias sobre a imensa superfície. Imaginai uma extensão de duas mil léguas quadradas, contendo população, sim; mas com as habitações colocadas a quatro léguas de distância uma das outras, às vezes a oito ou a duas, as mais próximas. O desenvolvimento da propriedade mobiliária não é impossível, os gozos do luxo não são de todo incompatíveis com esse isolamento: a fortuna pode levantar um soberbo edifício no descampado; mas o estimulo falta, o exemplo desaparece e a necessidade de agir com dignidade, que se sente nas cidades , não se faz sentir ali no isolamento e na solidão. As privações indispensáveis justificam a preguiça natural e a frugalidade nos gozos traz, em seguida, todas as exterioridades da barbárie. A vida em sociedade desapareceu completamente: só resta a família feudal, isolada, reconcentrada; e não havendo sociedade reunida, qualquer tipo de governo torna-se impossível – a municipalidade não existe, a polícia não pode exercer-se e a justiça civil não tem meios de alcançar os delinqüentes.", Domingo Faustino SARMIENTO, *Facundo – Civilização e Barbárie no Pampa Argentino*, 1845, p.34.

associavam aos “facinorosos e ao povo miúdo”, resistindo por consequência às leis, aos governos e à gente, prejudicando assim as relações comerciais e financeiras, dominando, inclusive, a justiça[82].

Portanto, se o isolamento é uma opção colonial, passa a ser cada dia mais difícil com o avançar do capitalismo comercial, e muito mais complicado se estivéssemos preocupados com a análise da industrialização. Por isso, Ernest Gellner associa diretamente o desenvolvimento do capitalismo ao Estado nacional e ao nacionalismo[83]. Para que a máquina de Estado não seja usada em contrapartida dos interesses pessoais, seguindo o pensamento do autor anteriormente citado, os afinados com esses interesses lutam para se fazerem representados nesse estado.

Em virtude disso, parece correto o pensamento do Celso Furtado quando associa a acessão dos proprietários de terras e seus interesses ao controle do Estado Nacional. Considera-se, neste caso, que essa era a única classe dominante que se poderia fazer representar, levando a nação a montar um projeto nacional que defendesse esses interesses a partir de 1831. Lembramos que esses interesses específicos se associam aos gerais na medida em que se coadunam à grande produção e ao Estado; e tem apenas como resistência relativa parte de uma elite letrada.

Mais que isso, a consciência de que o liberalismo defendido pelos britânicos, em determinados momentos, não passava de protecionismo econômico para gerar privilégios àquela sociedade. Celso Furtado deixaria

---

[82] “Padecido por outra parte o comércio nos diferentes sertões desta capitania pelos diversos homens poderosos que naqueles lugares, por meio de suas riquezas abraçavam toda a sua soberania a si fazendo debaixo do jugo os pobres habitantes, e até o comercio que tinha a infelicidade de cair suas transações naqueles lugares, até as justiças se viam obrigadas a condescender com a vontade deles: era o comercio tão onerado que acontecendo fugir um devedor para casa destes poderosos tinham de ter ali sua divida empatada e em caso de usar de outros meios vinha a ser suas vitimas faziam eles na sua casa coito finalmente passavam além dos limites de um soberano, sem respeito as leis, os governos e as gentes, abraçando a si os facinorosos e o povo miúdo”, AHU, Bahia, 23 de julho de 1807, Caixa 149, Doc. Nº 29930.

[83] Resumindo, um quietismo não participante, que prefere e aceita um meio social razoavelmente estável, e que se mantém à margem do governo o mais possível, parece-me um ideal perfeitamente razoável em si. ´Bendito o homem que desconhece o governo, assim como é desconhecido por este´. Mas simplesmente não é uma opção aberta a membros da máquina – muito complexa e sensivelmente interdependente – conhecida como economia moderna, possuidora de um mecanismo de direção denominado governo moderno. Tais homens devem, caso permitido, se juntar, aberta ou disfarçadamente, a fim de assegurar que a direção não seja usada contra eles”, Ernest GELLNER, “As Raízes Sociais do Nacionalismo” In: *Nacionalismo e Democracia,* Trad., Brasília, Cadernos da UNB, 81.

claro que uma nova dinâmica no controle do Estado Nacional viria dessa consciência da exploração imperialista inglesa sobre os mercados brasileiros.

> Os conflitos da primeira metade do século XIX entre os dirigentes da grande agricultura brasileira e a Inglaterra – os quais contribuíram indiretamente para que se formasse uma clara consciência da necessidade de lograr a plena independência política – não tiveram sua origem em discrepâncias de ideologia econômica. Resultaram principalmente da falta de coerência com que os ingleses seguiam a ideologia liberal. O tratado de comércio de 1810, referindo-se embora com bonitas palavras ao novo "sistema liberal", constitui, na verdade, um instrumento criador de privilégios[84].

Muito mais do que se colocar de forma contrária ao pensamento liberal inglês, o novo gabinete se contrapõe a um discurso de liberdade de comércio, tendo em vista que, ao invés de instituí-la, passava a constituir um conjunto de privilégios ao Império britânico. E, muito embora transpareça um desalinho contra a Inglaterra, continua o fluxo de comércio, o desenvolvimento de mecanismo para expandir a exportação, bem como a ampliação ou manutenção do Brasil como fonte de matéria-prima. Se o pensamento liberal já se mostrava confuso na sua origem, quiçá na sua representação brasileira. Isso não implica necessariamente a ruptura com o sistema de produção capitalista, mas a tentativa de se inserir nessa ordem, na forma possível, para aquele tempo e aquele espaço. O mecanismo para resistir ao poder do Estado britânico acabaria sendo o fortalecimento do Estado Nacional, luzias e saquaremas não vão duvidar disso.

Por isso, julgamos importante, a partir de agora, fazer uma associação entre esse Brasil representado pelos interesses agrícolas, que envolvia algumas regiões, e as novas alternativas que foram levantadas para o "progresso". Neste ponto reside o nosso conflito: o Estado precisa da nação. A nação, assim como o Estado moderno, precisa da concepção de progresso. O progresso se vincula ao desenvolvimento do capitalismo, entretanto, as classes dominantes residiam exatamente na elite agrícola, escravocrata e latifundiária

[84] Celso FURTADO, *Formação Econômica do Brasil*, 2003, p. 95.

e, por consequência, a modernidade é agrícola, escravista e latifundiária. Por conta disso tudo, lenta, tendo em vista que o capitalismo industrial vai ter que esperar os resíduos dessa produção, como bem expõe João Manuel Cardoso de Mello[85].

E nonada? Como isso se estabelece? Aquele espaço não era agrícola, não era escravista e poderia ser montado sob uma nova perspectiva de divisão da terra. Tudo isso passa pelo projeto de Theophilo Ottoni, entretanto, a funcionalidade desse projeto dependia do Estado que era dominado por essas categorias econômicas. Talvez cheguemos à conclusão de que não é o Sertão que forma o Estado Nacional, mas é este que tem que destruir o Sertão e talvez não consiga.

> *Eu estava, com efeito, relatando mediante certos floreados umas passagens de meu (sic!) tempos, e depois descrevendo, por diversão, os benefícios que os grados do Governo podiam desempenhar, remediando o Sertão do desdeixo. (João Guimarães Rosa,* Grande Sertão: Veredas*, 2001, p.441).*

[85] João Manuel Cardoso de MELLO, *O Capitalismo Tardio*, 1982.

2. O Pensamento de Theophilo Ottoni

2.1. Os botocudos: estes selvagens não mandam notícias

A segunda grande povoação da região do Mucuri – Itambacuri – se estabelece por frades capuchinhos no final do século XIX. Embora fora do período interposto para a nossa análise, o relato do Frei Jacinto de Palazolo revela um quadro saudoso da rigorosa administração da Companhia do Mucuri para com os índios e como a falta desse rigor prejudicaria o trabalho de colonização do seu amigo, o Frei Serafim de Gorizia, missionário fundador daquela povoação.

Essa flutuação do trato com o indígena vai representar, na região do Mucuri, assunto central. Ao menos em seus relatos, Theophilo Ottoni sempre tentou se balizar por uma política de relacionamento pacífico, mesmo com os índios botocudos que habitavam aquelas matas entre o Jequitinhonha e o Rio Doce. Porém, Theophilo não poderia conceber esses nativos como partes integrantes da sua forma de ocupação do território, nem por isso julgava que devesse dizimar os índios botocudos, embora fosse público que, contra essa tribo, o Império permitia o livre ataque e o acordo tácito era dizimar os botocudos. Assim como a população livre e pobre da Europa, ou mesmo a população livre e pobre do Brasil não serviria ao projeto colonizador de Ottoni, tendo em vista que a sua forma de "colonização" indicava prioritariamente a existência de "colonos" com capitais, muito menos ele poderia encontrar possibilidades de incorporar os nativos.

Certo relacionamento material foi possível com algumas tribos da região, mas o objeto central da ocupação em nenhum momento cogitou a catequese ou outra forma de "civilização" do índio bravo. Este deveria continuar às margens, respeitando a lei e a ordem do Império, da província e, principalmente, aquele conjunto de regras estabelecido pela Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Theophilo preferia manter certo acordo tácito com os botocudos, permitindo o convívio da Companhia e dos índios sobre a sua proteção. Certamente esse relacionamento deve ter sido diferente

para os Capuchinhos de Itambacuri, pois tiveram que lidar efetivamente com a catequese.

Assim, segundo o Frei Gorizia, a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri teve a constante presença dos botocudos e a conseqüente resistência destes, mas a saída de Theophilo Ottoni do controle e administração da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri e, por conseqüência, da cidade de Filadélfia, em muito prejudicou para a continuidade e avanço de relações amistosas com a tribo. Com a crise da Companhia, sua encampação pelo Governo Imperial e certo esquecimento daquelas povoações, o relacionamento com os botocudos teria efetivamente se tornado mais tenso, seguido de hostilidades que criou a grande dificuldade a ser enfrentada para a implantação de novas povoações, tendo em vista que, "nem o policiamento por soldados, protegendo os trabalhadores e viajantes, evitou a flecha traiçoeira do índio"[86].

Rosângela Leite, quando analisa a ocupação do Paraná, vai definir que "as funções e os sentidos dos diferentes grupos indígenas variaram de acordo com o momento de colonização e os interesses dos próprios colonizadores". A autora apresenta, ainda, os índios como negociadores desse quadro e acredita que da análise dessas "aproximações e resistências" seja possível compreender como ilusório a existência de populações mais amistosas na região do Guarapuava[87]. Embora Theophilo Ottoni fosse o próprio exemplo dessa negociação e conflito com os índios botocudos, talvez não seja possível compará-los a nenhuma outra tribo. Spix e Martius apresentam um quadro aterrador para os botocudos e ao fazer cotejos com os puris e coropós conseguem desumanizar mais ainda a situação daquela tribo: "Indolência, embotamento e rudeza animal, estampam-se-lhes nos rostos quadrangulares, achatados, nos pequenos olhos esquivos; voracidade, preguiça e grosseria,

[86] Frei Jacinto de PALAZZOLO, *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce – Como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho (1873-1952)*, 1973, p. 33.

[87] Rosângela Ferreira LEITE. *Nos Limites da Colonização. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*, 2006, p. 42.

patenteiam-se-lhes nos lábios inchados". Além disso, amplia dizendo que os batoques tornavam as suas feições ainda mais horrorosas[88].

Mesmo com os viajantes descrevendo as tribos com imagens semelhantes a um quadro de terror, mesmo que eles alertassem para aqueles nativos que habitavam a região do Rio Doce serem ainda mais perigosos por conta da antropofagia, isto tudo demonstra que, no início do século XIX, já existia uma preocupação em "pacificar os botocudos" e utilizá-los na ocupação dos rios como remadores para que se pudesse "comunicar o sertão com a costa". Para tal empreitada, os viajantes indicam que isso deve se estabelecer pelo mais pacífico, e por que não complementar, o mais tentável de todos os meios: "o tráfego comercial" e, com ele, "promover a sua civilização gradual." No Serro Frio encontrava-se "uma fraca guarnição de mulatos, que tem o duplo encargo, tanto de conservar em boa amizade os botocudos dos arredores e pouco a pouco os amansar, como de proteger e assegurar a navegação para o oceano"[89].

Alguns desses viajantes do século XIX tiveram profunda influência na concepção moderna da ocupação do Mucuri. Theophilo reconhece, inclusive, em Ferdinand Denis e em Saint-Hilaire a idéia de que, para a região do Serro, Minas Novas, Jequitinhonha e do São Francisco os viajantes vislumbravam um "futuro brilhante" caso existissem "boas vias de comunicação"[90]. Esses viajantes apontaram que a região, embora fosse propícia para a produção agrícola, como a de algodão, via seus produtos enfrentarem léguas e léguas para o seu escoamento, aumentando o seu custo e prejudicando a qualidade. Mais que isso, sendo a vereda mais curta, povoada por índios bravos, ficava essa produção sujeita a tomar aquele caminho utilizado pelo ouro e diamante, produtos de grande valor agregado e de baixo custo de fretes se comparados

[88] SPIX e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, trad., 1817-20, p. 48

[89] SPIX e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, trad., 1817-20, p. 49

[90] Theophilo Benedicto OTTONI, Companhia do Mucuri – História da Empresa. Importância dos seus Privilégios. Alcance dos seus Projetos. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J Villeneuve e Comp., Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, 1856, p. 10-1. Coleção de Artigos de Fundo do Jornal do Comércio organizados por Theophilo OTTONI, APM, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1.

àqueles de maior volume. Nesse sentido, parece claro que nada seria mais complicado de transportar que o algodão, devido o seu volume.

Ferdinand Denis, assim como Theophilo Ottoni, dedica longo estudo aos botocudos e não nos cabe aqui reproduzi-los, mas apresentar aquelas características para compreendermos a "colonização" do Mucuri. Um desses aspectos levantados pelo viajante é que o litoral entre Belmonte (Jequitinhonha) e o Rio Doce, enfim, envolvendo o Mucuri, era composto de praias semi-desertas, principalmente porque eram habitadas por botocudos, considerados "como a nação mais selvagem dessas regiões"[91].

Ao tratar dessa tribo, Haruf Espinola estabelece que "o objetivo central da declaração de guerra" aos botocudos "foi desocupar as margens do rio" da sua presença. Para isso, concedia-se "privilégios, isenções e sesmarias" para a ocupação do território. O Estado fornecia isenções sobre todas as mercadorias que entrassem e saíssem do Rio Doce no intuíto de estabelecer, nesse espaço, empresas que pudessem desenvolver a navegação do rio[92]. O século XIX é peculiar no trato com os indígenas, tendo em vista que algumas tribos geraram resistência aos planos de expansão do território e domínio dessas terras necessárias a expansão produtiva e que faziam parte dos objetivos centrais do Império e, em função disso, uma nova legislação vai permitir amplos poderes aos novos povoadores. Mesmo antes da crise do Antigo Sistema Colonial, até mesmo os clássicos "defensores" dos nativos, os religiosos, passaram a tratar essa ocupação de forma diferenciada quando já não consideravam esses índios como puros, chegando alguns a defender o extermínio dos nativos.

A natureza econômica dessa exploração muda a forma de trato dos religiosos que passam a defender a destruição das tribos, mesmo porque "os colonos brasileiros descrevem as terras desses índios como muito férteis e auríferas"[93]. Dominado os índios, esperavam-se "abundantes riquezas"[94] e que,

---

[91] Ferdinand DENIS, *Brasil*, trad., 1838, p.221.

[92]Haruf Salmen ESPÍNDOLA, *Sertão do Rio Doce – Navegação Fluvial, acesso ao Mercado Mundial, Guerra aos Povos Nativos e incorporação do Território de Floresta Tropical por Minas Gerais 1800-1845,* 2000, p. 92.

[93] Johann Emanuel POHL. *Viagem ao interior do Brasil*, trad., 1817-21, p. 213.

[94] Johann Emanuel POHL. *Viagem ao interior do Brasil*, trad., 1817-21, p. 213.

para isso, os índios deveriam “ser aniquilados e que o Rei deveria enviar auxílio para a exterminação desses bichos” e, complementa o viajante, “escutam-se tais opiniões em todo o norte de Goiás mesmo entre sacerdotes ilustrados”[95].

Francisco Inocêncio de Miranda, então Presidente da Câmara de Minas Novas, ao responder ao ofício do Presidente da Província de Minas Gerais, em 1846, ao mesmo tempo em que apresenta as inúmeras vantagens de uma Companhia de Comércio – ligar Minas Novas ao Litoral – demonstra algumas preocupações com a segurança dessa estrada e da necessidade de se intervir de forma efetiva na transformação dos botocudos. O autor da carta deixa clara a necessidade de garantir a proteção aos colonos que se destinarem ao Mucuri, “contra as agressões dos selvagens, cuja catequese também procura levar a efeito, inspirando-lhes confiança, umas ao trabalho, e nos salutares preceitos da religião”[96].

A ideia central de Theophilo Ottoni era agir de forma pacífica para com os índios botocudos, realizando a ocupação das suas terras sem gerar, durante esse processo, tratos ou acordos formais dissonantes com as regras gerais do país. Enfim, evitando qualquer tipo de limitação aos planos de expansão da Companhia de Comércio e Navegação e da “Colonização” do Mucuri. A sua influência básica novamente viria dos Quarkes do norte dos Estados Unidos, que não acreditavam na separação e lutavam pela permanência dos mesmos naqueles espaços a serem ocupados, sem direitos especiais.

Nos dois casos, tanto na “colonização” da Filadélfia de Penn, como na Filadélfia de Ottoni, o exemplo da povoação alemã poderia ser significativo para que povos distintos pudessem compor uma única nação e, não necessariamente, reconhecer ou diferenciar a presença de uma nação dentro de outra, ou de tratos diferenciados dentro da mesma esfera. Balizados pelas críticas da União Americana ao Governo Central, que lidava com os Cherokees como uma nação dentro da Nação Americana e, principalmente, no exemplo do fundador de Filadélfia, William Penn, Ottoni acreditava que a regra geral

---

[95] Johann Emanuel POHL. *Viagem ao interior do Brasil*, trad., 1817-21, p. 213.
[96] APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Navegação e Canalização dos Rios, pp1145 Cx.01 24/06/1846

deveria ser assimilar o exemplo de Nova Iorque: “several small tribes of Indians, living under their own laws, and not partaking of the rights of citizens of the United States”[97].

Theophilo vai reconhecer que da sua infância trazia um conjunto de conhecimento sobre os índios da região em virtude de ser um morador do Serro e, como destacado por Saint-Hilaire, esse era o ponto de partida para os controles sobre os botocudos, mesmo que deficientes. Ao atender o chamado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para que escrevesse uma memória sobre os índios, Ottoni detalha que pouco conseguiu sobre os botocudos na história e que sua maior influência viria desde os “primeiros anos” com as histórias contadas naquela cidade[98].

Desde as primeiras linhas de *Notícias dos Selvagens do Mucuri*, Ottoni demonstraria que o trato dispensado aos indígenas em determinada época poderia causar nesses índios uma resistência muito maior à aproximação e conciliação com o povoado a ser montado. Sem grande argumento científico, mas de uma força moral sem precedentes, Ottoni associaria a antropofagia dos botocudos aos primeiros tratos gerados pelas bandeiras paulistas em Minas. Ele acreditava que, em função dos traficantes de índios fornecerem aos seus cães carne humana desses índios vencidos e mortos em combates, teria gerado, como represália, o desenvolvimento do canibalismo como resultado das guerras anteriores aos índios[99].

Pedro Puntoni já alertava que essa mudança no trato com o indígena seria fruto da Ilustração. Esta passa a considerar a relação social entre os novos e os velhos ocupantes do território como consequência dos novos tempos e do avanço da concepção de civilização e de incorporação dos índios a ela; isto comoresultado da modernidade, em detrimento dos aspectos religiosos.

---

[97] William PENN, *Essays on the Present Crisis in the Condition of The American Indians*. 1829, p.92

[98] Theophilo OTTONI, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, 1858, p. 42.

[99] Theophilo OTTONI, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, 1858, p. 41-2.

> Nesses termos, a idéia de catequese dos índios, da salvação das almas e expansão da fé foi substituída paulatinamente pela idéia leiga de "civilização". A disjunção fundamental entre índios mansos e bravos, apresentada na classificação dos povos autóctones em tupis ou tapuias e na formulação da noção da barbárie, que implicava a guerra justa, seria substituída por uma nova política integracionista, que compreendia o Império como o espaço da "civilização", e não mais como o orbe cristão[100].

Theophilo continua sua explanação atribuindo aos dois lados do conflito uma animosidade que transformou tanto o homem branco, quanto os índios em animais selvagens, em caça e caçadores.

> Eu conheci um oficial das divisões do rio Doce, aliás pessoa de boas qualidades, e excelente militar, que não era mais homem quando se lhe falava em botocudos. Ouvi-lhe a medonha declaração de que quando os seus cães davam no rasto de alguns destes infelizes sentia ele as mesmas emoções que os outros caçadores quando os cães dão na batida do veado[101].

Em *Notícias sobre os Selvagens do Mucuri*, Ottoni apresenta uma série de tentativas de entradas na região, realizadas no início do século XIX e, segundo o fundador da Companhia de Navegação, todas essas expedições tiveram o ataque ou a resistência dos botocudos: a de 1811, com Bento Lourenço Vaz de Abreu e Lima; a de 1829, com 90 homens e capitaneada por Francisco Teixeira Guedes; e a de Renault, em 1837, sofreram resistências dos botocudos.

Mesmo que defendesse e expusesse um relacionamento com os índios botocudos cheio de passividade, certamente esse encontro entre culturas tão díspares deveria estar distante dos seus relatos sobre a situação na qual se encontrava essa povoação e os níveis de barbaridade que foram adotados nessa guerra. Mesmo porque *Notícias sobre os Selvagens do Mucuri* tem como

---

[100] Pedro PUNTONI, *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*, p. 287.
[101] Theophilo OTTONI, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, 1858, p. 42.

referência apenas o fundador da Companhia e da Colônia e, por conta disso, embora exista na sua narração forte apelo ideológico, não se pode separar o seu relato de uma concepção propagandística para tornar aquelas paragens menos rústicas e mais atrativas à fixação dos imigrantes. Os índios não enviaram suas notícias ao Instituto Histórico, mas outros viajantes apresentaram quadros não tão tranqüilos para a região e, por mais conciliadora que fosse a proposta da Companhia, certo nível de embate deve ter sido omitido por causa da empreitada da "colonização".

Quando vemos o relato do Príncipe Maximiliano sobre a resposta de um fazendeiro daquelas matas a um ataque de índios, com uma armadilha que dizimou, no mesmo momento, um bando inteiro, temos que ponderar a eficiência de Theophilo Ottoni nessas negociações. A engenhosidade e habilidade para matar, que possuíam os brancos estabelecidos naqueles espaços, não poderia ter se dissipado em um tempo tão curto. Os índios continuavam tendo os seus espaços reduzidos, sua fonte de alimentação restringindo-se e a tendência mais comum seria o aumento do volume de ataques às fazendas. Os "colonos" que ali se instalavam, além de conviver com o trabalho não pouco árduo de "domar" a floresta, teria que se dedicar à produção de alimentos. Isso tudo sem alguns dos confortos que as cidades ou as grandes propriedades agrícolas e escravistas poderiam proporcionar. Em virtude disso, não creio que essa pilhagem tenha sido tão bem aceita, como nos informa Theophilo[102]. Este vai apresentar uma série de episódios brutais contra os botocudos. Em uma dessas histórias, uma expedição saiu do Espírito Santo para matar a aldeia do Chifre. Como resultado dessa expedição, o comandante retornaria com nada menos que 300 orelhas dos índios botocudos e, horrorizado, Ottoni chama esse ato de "hecatombe de selvagens"[103].

---

[102] "As plantações de uma fazenda situada Rio acima eram comumente pilhadas pelos selvagens, até que o proprietário imaginou um meio curioso de livrar-se dos aborígenes hostis. Carregou um canhão de ferro, que havia na fazenda, com fragmentos de chumbo velho e ferro, adaptou-lhe um gatilho de espingarda, colocou-o na picada estreita por onde os selvagens costumavam vir em colunas, puseram um pedaço de pau atravessado na trilha, ligando ao gatilho por meio de um cordão. Os tapuias apareceram pelo crepúsculo e pisaram o pedaço de pau, como se esperava. Quando a gente da fazenda correu ao local para ver o resultado, encontraram o canhão arrebentado e trinta índios mortos ou mutilados, alguns ainda no local, outros espalhados pela mata.", MAXIMILIANO. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817, trad.,* p. 170-1.

[103] Theophilo OTTONI, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, 1858, pp. 46-9.

Quando Theophilo chega ao Mucuri em 1847, em sua primeira expedição, resolve fazer amizade com os Giporocks, oferecendo toda a sorte de presentes e negociando para que essa tribo não atacasse os cristãos. Em resposta, o cacique diz que eles já estavam mansos como cágados e aqueles que deveriam se acalmar seriam os novos povoadores[104]. Somente quando chegou efetivamente na cabeceira do Rio Todos os Santos, onde seria fundada a cidade de Filadélfia, Theophilo teria contato com os primeiros botocudos: os neknenuks. Neste primeiro contato, Ottoni ofereceria toucinho, farinha e rapadura aos índios. No primeiro diálogo, sob a mira de 100 arcos, tenta ser amistoso com o cacique Poton, dizendo-se parente do chefe, tendo em vista que se chamava Potoni. Em seguida, complementa com um humor questionável, não saber "por que regra de etimologia" conseguiu fazer essa associação entre Ottoni e Potoni. Certamente deve ter recebido forte influência das cem flechas que poderiam cravar a sua garganta para que ele nunca mais fizesse esse tipo de associação[105].

Para Potoni, assim teria começado "nos Estados Unidos a ocupação da Pensilvânia" e, por analogia, resolvera tomar posse de sua "Filadélfia, repetindo mais uma vez os versos de Filinto:

> Aqui [..,] nos torrões toscos
> Sentados [..,] aceitavam
> Os selvagens indígenas o preço
> Da terra já além dada:
> Exemplo insígne [..,] que esculpirá infâmia
> Nos que as terras não suas cativaram"[106].

A poesia do poeta português Filinto Elisio, pseudônimo do Padre Francisco Manuel do Nascimento, intitula-se *A Independência dos Estados Unidos* e a estrofe anterior não transcrita por Ottoni demonstra que a admiração por William Penn não se restringia apenas a Theophilo, mas que aquelas ideias tiveram uma profunda repercussão em todo o Mundo Ocidental:

> Lá vejo, inda entalhado,

[104] Theophilo OTTONI, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, 1858, p. 55.
[105] Theophilo OTTONI, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, 1858, p. 62.
[106] Theophilo OTTONI, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, 1858, p. 63.

Nessa árvore robusta,
Do humanismo Pen o nome grato:
Inda os costumes sãos, que ele plantara;
Recendem nestas veigas,
Orvalhados de amiga tolerância[107].

Depois de apresentar a poesia do poeta português, na qual transparece que a ocupação da terra justifica-se pelo fato dos nativos não a terem ocupado; depois de apresentar a forma relativamente passiva como os índios "aceitaram" a povoação; após compreender a tolerância com que se firmava a ocupação Theophilo diria ter recebido dos índios a doação do terreno às margens do Rio Todos os Santos. Essa doação já rendera à Companhia do Mucuri, segundo ele, uma significativa quantidade de capitais. E se os índios não quisessem aceitar, o que faria Ottoni? De fato, sob a concepção do pensamento liberal, quando a árvore crescesse, pouco importava a forma dos que se encontrassem abaixo de sua copa, tendo em vista que "todos" seriam premiados com o seu orvalho. O Sertão não existe, ele é provisório.

Em verdade, o bom relacionamento com determinada tribo da região permitia que a empreitada da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri seguisse em frente, inclusive em alguns casos sobre a proteção das tribos mais guerreiras e, em outros, na comercialização da produção daquelas tribos que se dedicavam à agricultura e que possuíam, em determinados casos, já um excedente.

Embora apresente como um avanço esse novo comportamento do selvagem, Theophilo deixaria entrever, quando trata dos agora gentios botocudos, seu conceito de nação e de civilização. O primeiro poderia ser gerado quando os botocudos, ao se sentirem usurpados de suas terras, desenvolvessem esse espírito de nacionalidade em negação àquele que o explorava, talvez pensando no caso brasileiro com a metrópole portuguesa. A civilização seria, por sua vez, consequência do primeiro conceito e a energia de alma gerada a partir dessa exploração permitiria aos indígenas melhorias nas suas condições de produção material[108]. Nada disparatado daquilo que

[107] Francisco Manuel do NASCIMENTO, *Poèsie Lyrique Portugaise, ou Choix dês Odes*. Edição Bilíngüe, 1808, p. 176.
[108] Theophilo OTTONI, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, 1858, p. 72.

construímos até então e essa concepção nada mais é do que o substrato do pensamento positivista do século XIX.

Sua política entre os índios botocudos poderia ser resumida em uma de suas frases: “esta neutralidade verdadeira nos tem conservado em boa harmonia com todos”[109]. Nada mais liberal.

[109] Theophilo OTTONI, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, 1858, p. 72.

2.2. O Luzia: Desacordo no Acordo

"Desacordo no acordo", assim intitulava Machado de Assis o capítulo XXXVII que, em parte, trata do relacionamento de Pedro e Paulo, no seu romance *Esaú e Jacó*. É sabido de todos que o clássico lida com a saga de dois gêmeos: o primeiro, conservador; o segundo, liberal. Naquele capítulo, embora concordantes com o fim da escravidão, os irmãos não se conciliavam com a forma como ela deveria ser feita. Em virtude de suas convicções políticas republicanas, Paulo acreditava que "a abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipando o preto, resta emancipar o branco"[110].

Longa discussão em torno da emancipação dos escravos colocava em campos opostos liberais e conservadores no findar do Império. Nem de longe queremos remontar essa polêmica, não pela falta de importância do tema, mas pelos objetivos aqui trilhados. Cabe apenas conceber como o liberalismo e, principalmente, como os Ottoni´s tiveram que lidar com esse pensamento no intuito de fundamentar, ampliar, compreender os projetos modernizadores defendidos para o norte mineiro. Talvez, e mais importante, quais as consequências deste, para a felicidade ou não do seu projeto de "colonização".

Em fala aos fazendeiros e comerciantes fluminenses, transcrita em seu parecer – *A emancipação dos escravos* – Christiano Benedicto Ottoni, irmão de Theophilo, conselheiro e também senador pelo Espírito Santo, no intuito de fazer oposição ao Imperador, declara sobre a escravidão que: "enquanto a instituição existe e para aqueles indivíduos que são conservados na escravidão, não se faça a mínima alteração nas relações entre o senhor e o escravo (apoiados). É o que nos recomendam muitas observações e especialmente a sorte de núcleos de população onde a proporção entre livres e escravos é assustadora"[111]. Do decurso do texto, assim como o personagem

[110] Machado de Assis, *Esau e Jacó*, 1981, p.88.
[111] Complementando:"mas quando se trata de extingui-la, de dar-lhe golpe, não é ocasião em que se possa sem grande imprudência alterar as relações entre o senhor e o escravo". 15 de julho de 1871, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 076, 01, 04 nº 04, A emancipação dos Escravos, Parecer de Chistiano Benedicto OTTONI, Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, Rua do Hospício, nº91, 1871, p.94.

Paulo, de Machado de Assis, com todos os termos o escritor Christiano vai deixar claro que, mais importante que libertar o "preto, é libertar o branco" numa clara alusão à República, ou aquilo que os Otonnis sempre lutaram: pela presença mais efetiva do legislativo e mais figurativa do Imperador.

Em resposta ao texto de Christiano Ottoni, uma carta anônima apresenta o espanto de um conservador com o pensamento do liberal, que não acredita em criar relações mais toleráveis entre Senhores e Escravos. Vemos, assim, os papeis invertidos e, partindo em defesa do fim da escravidão, um conservador afirma não entender como possa existir ainda essa modalidade de exploração da mão-de-obra e espera que seja instituída uma forma de relação na qual não seja caracterizada pela forma despótica e centralizadora para aquela sociedade. Além disso, essa relação pode colocar em risco a boa ordem da estrutura social reinante[112].

Para compreendermos essa situação de final do regime escravista, cremos ser possível seguir o pensamento de Theophilo Ottoni sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Primeiro, devemos lembrar que Theophilo atribuía a negação do trabalho, principalmente aquele realizado no comércio, à profunda dependência do Brasil da metrópole portuguesa. Ele acreditava que, em "virtude do estado de decadência de Portugal e por outras causas, o comércio português não passava por ilustrado"[113] o comércio brasileiro não passava, também, de uma "corporação sem nenhuma ilustração", degradante, repugnante.

Por outro lado, a condição de caixeiro após o fim da colônia teria se transformado. Isso, muito provavelmente, porque agora se internalizava os

---

[112] "Espanta-nos ouvir esta linguagem na boca de um homem, que se diz liberal; porque a religião, a filosofia, os interesses públicos e particulares, aconselham que se faça nas relações entre o senhor e o escravo tudo quanto pode tornar a escravidão mais tolerável, e o domínio menos despótico e absoluto; isto é mais devotado o escravo ao seu senhor pela proteção que este lhe presta, e o senhor mais brando e mais benigno para com o escravo pelos serviços que dele recebe. E para que nosso pensamento seja admitido por aqueles que mais acreditam na força da autoridade, do que na autoridade da razão, seja-nos licito apresentar aqui o pensamento de Montesquieu". Carta aos fazendeiros e comerciantes fluminenses sobre o elemento servil ou refutação ao parecer do Sr. Conselheiro Christiano Benedicto Ottoni acerca do mesmo assunto por um conservador, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1871, p.18.

[113] Theophilo Benedicto Ottoni, Rompimento com o Governo. Os "luzias" voltam à Oposição "Aquiles sai da tenda", exclama Cotegipe in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni, nº12*, Sessão de 15 de julho de 1848, p. 433.

ganhos de comércio, permitindo que esse tipo de negociante pudesse melhorar a sua condição social. Essa transformação torna a condição de caixeiro mais atrativa e amplia a quantidade de pessoas que se dedica dignamente ao comércio interno no Brasil[114]. Mesmo assim, como os portugueses favoreciam os próprios patrícios nos empregos comerciais, cabia ao Estado regular esse disparate, protegendo a economia nacional. Neste sentido, Ottoni defenderia restrições ao comércio estrangeiro, com o intuito de melhorar a condição do negociante nacional e da própria economia brasileira.

Para alguns deputados, a condição dos estrangeiros no Brasil e a sua atratividade estariam restritas em virtude da própria escravidão. Ottoni diverge, pois crê que a escravidão redefine toda a vida social brasileira, entretanto, existe uma série de razões que prejudica a condição dos estrangeiros no Brasil e, mais importante, a situação do Brasil com a presença desses estrangeiros. Portanto, o liberal defende o fim do tráfico de escravos, isso em 1848, e demonstra o mal que poderia causar à sociedade brasileira o aumento do número de escravos: "todos estão compenetrados dos inconvenientes e dos males que se podem seguir do aumento extraordinário que tem tido dos últimos anos a importação dos escravos" [115].

Theophilo desdobra o seu discurso no sentido de defender a adoção de medidas protecionistas para conter as vantagens do comércio estrangeiro sobre o comércio nacional. Alertamos que isso é totalmente diferente da defesa do nascido no Brasil, em detrimento daquele que nascia em outra instância. Assim, as regras internas de comércio deveriam valer para nacionais ou estrangeiros, sem diferenciações, e crítica o tratado firmado com a França que daria privilégios aos nascidos naquele país. Para Ottoni, a substituição do trabalho escravo deveria ser feita paulatinamente, aventando-se a possibilidade de substituí-lo por indivíduos que possuíssem, também, cabedais para investir. O Brasil deveria criar as condições para esse tipo de estrangeiro e não para

[114] Theophilo Benedicto Ottoni, Rompimento com o Governo. Os "luzias" voltam à Oposição "Aquiles sai da tenda", exclama Cotegipe in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni, nº12*, Sessão de 15 de julho de 1848, p. 433.

[115] Theophilo Benedicto OTTONI, Contra o Tráfico Africano – O Tratamento aos Presos de 1842 in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni, nº12*, Sessão de 15 de julho de 1848, pp. 432-3.

que a França pudesse ter vantagens nas suas relações comerciais com o Brasil.

> Muito se falou na necessidade de, no caso da revogação do tratado, se darem garantias aos franceses e mais estrangeiros. O orador concorda em que é indispensável e necessário, para favorecer a imigração em nosso País e a entrada de capitais, regular a existência dos estrangeiros no Brasil, de maneira que aqueles que trouxerem capitais, indústria ou inteligência, que também são capitais, venham a ter no País a direção que mais conveniente for; mas, se o debate continuar, se ele tomar a extensão que deve tomar, ele mesmo convencerá a França e todos os estrangeiro sem geral da disposição em que está o Brasil de lhes dar estas garantias [116].

Como uma solução para a condição de ex-colônia, a ser implantada para o desenvolvimento econômico do Brasil, perpassava, na gênese da formação do Estado Nacional, a idéia de que se fazia necessária a vinda de capital estrangeiro, incentivada pelo Governo através de políticas próprias, dentre elas, a imigração. Theophilo Ottoni defende, inclusive, a existência de uma legislação específica que limite e incentive a vinda de estrangeiros possuidores de técnicas ou capitais. Caso seja esse tipo de imigrante que se destinasse ao Brasil, segundo Ottoni, o progresso material do Brasil estaria garantido.

Para além das constantes mudanças da política governamental, Theophilo Ottoni se mostra um liberal de primeira ordem, de ilustração superior e, mais que tudo, seu projeto a ser apresentado a seguir parecer ser preciso com as ideias mais modernizantes do século XIX. Em determinado momento, Ottoni resolve deixar a corte e, de posse de seu manual liberal, partir para a prática. Não existem dúvidas que ele acreditava piamente naquilo que Stuart Mill defendia: não há "melhor negócio em que se possa empregar o capital"[117]

---

[116] Theophilo Benedicto OTTONI, "Contra o Tráfico Africano" – O Tratamento aos Presos de 1842. In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni*, nº12, Sessão de 15 de julho de 1848, p. 436.

[117] "A exploração de trabalhadores e de capital, de países velhos para países novos, de um lugar em que a força produtiva é menor para um lugar onde é maior, faz aumentar no mesmo montante a produção total do trabalho e do capital do Mundo. Essa transferência acrescenta à riqueza conjunta do país velho e do novo algo que, em pouco tempo, equivale a muitas vezes o simples custo necessário para efetuar tal transferência. Não precisamos hesitar em afirmar que a colonização, na atual conjuntura do mundo, é o melhor negócio em que se possa empregar o capital de um país antigo e rico.", Stuart Mill, *Princípios de Economia Política,* vol. II, p. 415

do que a “colonização” desses novos espaços. Embora, também devesse entender que o receituário foi escrito para o desenvolvimento do imperialismo inglês.

Para Mill, a ação desses “indivíduos, embora visem ao benefício deles mesmos, envolvem conseqüências que se estendem indefinidamente para além deles, atingindo interesses da nação ou da prosperidade”[118]. O exemplo de Mill para isso é a colonização que, segundo ele, não pode ser entendida como apenas consequência dos “interesses privados dos primeiros fundadores.” Há que se entender a colonização como o primeiro elemento para o desenvolvimento de uma nação e, em virtude disso, Mill defende que o papel do Estado na elaboração de um conjunto de regras claras é necessário, pois envolve “os interesses futuros e permanentes da própria civilização”[119].

Dentro do próprio liberalismo não existia uma cartilha fechada de procedimentos, mas um grande debate em torno daquilo que permite, ou não, o desenvolvimento econômico de uma nação. Obviamente, cada uma, dependendo do seu processo de formação e do seu posicionamento na passagem do Antigo Sistema Colonial ao Capitalismo, assumia posturas diferentes. O próprio Stuart Mill vai reconhecer que a ideia de proteger os empregos dos patrícios é “capciosa” tendo em vista que desenvolveria a atividade nacional ao “invés de alimentar e sustentar a atividade de países estrangeiros”. E os dois, Ottoni e Mill, conjugam os seus pensamentos no mesmo ponto: não discutir se o emprego precisa ser dado a estrangeiros ou patrícios, mas sim, criar emprego para uma categoria ou outra da própria população. Enfim, não importa quem seja o trabalhador: chins, alemães, negros, índios, brancos, brasileiros, portugueses, sertanejos, litorâneos, desde que esteja produzindo dentro de país[120]. Só não pode ser pobre, por isso se

---

[118] Stuart MILL, *Princípios de Economia Política*, vol. II, 1986, p. 414-5.

[119] Stuart MILL, *Princípios de Economia Política*, vol. II, 1986, p. 415.

[120] “A mais eficiente delas é a alegação capciosa de dar empregos aos nossos próprios patrícios e à nossa atividade nacional, ao invés de alimentar e sustentar a atividade de estrangeiros. A resposta a essa alegação, partindo dos princípios assentados em capítulos anteriores, é evidente. Sem voltarmos ao teorema fundamental exposto em uma passagem anterior deste tratado, sobre a natureza e as fontes de emprego para mão-de-obra, é suficiente dizer – o que têm costumado dizer os defensores do livre comércio – que a alternativa não é entre dar emprego à nossa própria população e dar emprego a estrangeiros, mas entre dar

exclui uma série de opções como a utilização dos próprios escravos. Também por isso Theophilo Ottoni não consegue dar uma solução para a transição ao trabalho livre com o fim da escravatura. Defende que o número de escravos não pode ser ampliado, mantendo o funcionamento das *plantantions* desde que não se expanda. Nesse momento conseguimos explicar as razões para que a ampliação da atividade econômica tenha que ser, necessariamente, fora daquele espaço já ocupado por aquele tipo de produção.

A fronteira da nacionalidade deixa de ser cultural, linguística, antropológica e se desloca lentamente para a produção material, para a acumulação de capital. Daí nossa insistência em relacionar o estudo de um espaço sem identidade, bem como sem produção material às alternativas dessa ocupação, voltada para a perspectiva de criar e desenvolver, um vínculo comercial dessas diversas pequenas e isoladas povoação, bem como das novas. Assim, em verdade é o progresso que poderia permitir essa nova formação nacional, tendo em vista que é sobre ele que recaem as expectativas de crescimento da produção.

Essa credibilidade profunda no progresso, por parte de Ottoni, deve ter um imenso lastro na sua ação política e, principalmente, naquilo que ele pôde vivenciar na revolta por ele capitaneada contra o primeiro imperador. O horror pela desordem que o Luzia gerou parece tê-lo impelido para essa transformação reformista pela revolução da técnica na qual adviria o positivismo. Talvez, por isso, seja justificado um pequeno aparte para apresentar um cenário geral da vida política de Theophilo Ottoni.

A filiação de Theophilo Ottoni ao partido liberal viria, como tantos outros liberais, de sua participação no “Club dos Amigos Unidos”, que formaria, posteriormente, o Grande Oriente do Passeio Público. Embora Theophilo revele apenas os mortos, dentre eles Cipriano Barata, assume a sua adesão em virtude de sua amizade com Evaristo da Veiga e com Bernardo Pereira de

---

emprego a uma categoria ou outra da nossa própria população”. Stuart MILL, *Princípios de Economia Política*, 1986, vol. II, p. 379

Vasconcelos. Essa loja maçônica, segundo Ottoni, teria mais influência sobre a "revolução de 7 de abril" de 1831 do que se pensa[121].

Theophilo se dizia discípulo confesso do Visconde de Itaborahy, Joaquim José Rodrigues Torres, com quem conseguiu estudar mesmo sem ter o seu pedido aceito na academia militar, onde este professor lecionava. Ottoni acreditava que a negação do seu pedido de inscrição na academia já havia se estabelecido por questões políticas, tendo em vista ter sido ele o primeiro estudante da academia de marinha, um dos principais acessos para se poder continuar na carreira Militar. Com o professor, apesar da resistência do Governo Imperial, aprenderia as "teorias de Jefferson" que muito devem ter influenciado Ottoni, além da matemática[122]. Em 1830, ele se separa de seu mestre, que continuaria publicando, no Rio de Janeiro, o jornal liberal *o independente*, enquanto ele levava para "Minas uma pequena tipografia, e ia lá publicar a Sentinela do Serro"[123].

Em 1831, no episódio das garrafadas, Ottoni demonstraria, na sua *Circular*, como os liberais já possuíam uma grande cadeia de comunicação através dos seus jornais. Estes permitiram, por exemplo, a rapidez nas informações: quando a revolta eclodiu no Rio de Janeiro no dia 7, antes havia sido publicado no Serro, no dia 6, documento assinado por 500 pessoas e, no dia 4, os baianos tinham feito o mesmo. No Serro já tinham se organizado um grupo de confederados, um caixa militar, um presidente e um secretário. Este último cargo ocupado por Ottoni. Compraram todo o armamento existente na Villa do Príncipe e montado um compromisso público para resistir aos desmandos do governo absolutista[124].

No dia 7 de abril viria a notícia, por um expresso enviado pelo seu pai, de Ouro Preto, sobre a abdicação do Imperador. Uma série de comemorações se desenvolveu na Cidade e os ânimos exaltados já gritavam: "morram os portugueses!" Diante disto, Theophilo, partindo para frente da massa, mudou o

---

[121] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni*, 1860-1
[122] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1
[123] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni, 1860-1.* Não conseguimos encontrar nenhum dos exemplares da Sentinela do Serro, exceto pelas referências do próprio Ottoni.
[124] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1

foco da agressão para o monarca, salvando os portugueses que, em alguns casos, segundo o liberal do Serro, chegaram até a apoiar a causa em questão. Entretanto, discordava da ação dos moderados e acreditava que os rumos traçados pelo "Club dos Amigos Unidos" deveriam ter sido levados a cabo. Um deles seria a instalação, naquele momento, de um "governo do povo, por si mesmo"[125]. Isto alude ao Clube dos Amigos na França que, mais tarde, seria conhecido como o Clube Jacobino. Theophilo, por fim, atribuía o rumo inesperado tomado depois da revolução à entrada, nas vésperas, de alguns moderados que se apoderaram da revolução liberal e fizeram uma espécie de contemporização. Acreditava, também, que a liberdade deveria ser mostrada ao homem ao menos para que ele tivesse o sentimento de que poderia gozá-la[126]. Ao citar Carnot, Theophilo Ottoni vai demonstrar compreender liberdade como consequência da instalação do Governo Republicano, talvez realizando a mesma confusão que o próprio Carnot.

> Was liberty, then, shown to man that He might never enjoy her? Was she incessantly presented to his wishes as a fruit to which He could not stretch out his hand but to be benefit so universally preferable to all others, and without which all others become valueless – I cannot consent to look upon it as a mere illusion. My heart tells me that liberty is possible, that its régime is easy, and more stable than any arbitrary or oligarchical government[127].

Thiers assevera que Carnot confundia liberdade com República e que esse seria um erro bastante comum. Historiador da revolução e comandante da nação francesa após a queda de Napoleão, Thiers não teria a menor dúvida de que a República não significava, necessariamente, liberdade – provavelmente baseado na sua ação contra a Comuna de Paris –, assim como a monarquia não significava ordem. Opressão pode ser encontrada na República e desordem na monarquia. Claro defensor do parlamento, Carnot lutaria contra a

---

[125]Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1

[126] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1

[127] CARNOT apud Marie Joseph L Adolphe THIERS, *History of the Consulate and the Empire of France Under Napoleon*. Forming a sequel to The history of the French Revolution, trad., Vol. V, 1845, p. 50-1.

confederação nos moldes americanos e contra os jacobinos. Como bem define Eric Hobsbawm, Carnot era o "organizador militar jacobino"[128]. Seignobos trata-o como um orleanista[129].

Voltemos às veredas, pois esse é um caminho perigoso, é a Champs-Élysées inteira. Antes, porém, desse retorno, cremos que seja importante lembrar que o conceito do Governo dos Confederados Americanos não significava, com já explicou Tocqueville, um governo em nome do povo, mas em nome dos Estados que compunham a confederação[130]. De Tocqueville a Jefferson, podemos compreender aquilo que inspirou Ottoni durante toda a sua trajetória política. Quando discutia a população, podemos ver claramente, na posição de Jefferson, que o maior dano à constituição de uma nova civilização seria o Estado Absolutista, tendo em vista que o governo civil conseguiria absorver as mudanças de uma sociedade em formação, diferentemente do que poderia ocorrer no absolutismo.

Jefferson diz ainda que a imigração seria uma catástrofe se tivesse que ser realizada sob a estrutura de um governo dessa natureza, principalmente porque esse grande número de imigrantes traria consigo suas experiências daqueles governos da terra de origem, seja para aceitá-los, seja para negá-los. Somente sob um estado de liberdade seria possível que sua cultura se adaptasse àquela nova realidade. Entretanto, essa vinda de imigrantes deveria ser natural: "Spare no expense in obtaining them". Segundo Jefferson, estes novos imigrantes teriam muito a ensinar nas regiões onde se instalavam, entretanto, mais culturalmente e menos na agricultura, tendo em vista que a forma como se lida com a terra na América tem que ser totalmente diferente daquela utilizada na Europa: "In Europe the object is to make the most of their land, labor being abundant: here it is to make the most of our labor, land being

[128] Eric HOBSBAWM, *Ecos da Marselhesa*, 1996, p. 64.
[129] Charles SEIGNOBOS, *Historia Sincera da França*, 1945, p. 451.
[130] "It belongs to the essence of a federal government to act, not in the name of the people, but in the name of the states of which the confederation is composed. If it were otherwise, the constitution would immediately cease to be federal. Hence it results, among other necessary and inevitable consequences, that federal governments are habitually less daring in their resolutions, and slower in their movement, than others.", Alex de TOCQUEVILLE, *Democracy In America*, Trad., Vol. II, 1863, p. 462

abundant."[131] Segundo Jefferson, a grande contribuição seria amenizar o problema da relação de escravos por homens brancos. Com a vinda desses imigrantes, aumentaria a quantidade de homens livres, amenizando as distorções na formação daquela sociedade, no intuito de reduzir as desordens[132].

Quando Theophilo percebeu que o liberalismo da década de 1830 tenderia para as revoltas, chegando a citar tumultos no Rio de Janeiro e na Bahia – provável referência às Garrafadas e à Sabinada, respectivamente –, tentou deixar claro sua deferência à democracia pacífica e "preferiu acostar-se ao princípio monárquico, contanto que a monarquia fizesse por meio de reformas legais na constituição largas concessões ao princípio democrático"[133].

Theophilo vai atribuir, em artigo publicado no *Sentinella do Serro*, a falta de habilidade do povo para a democracia aos 300 anos de escravidão que viveram a América Portuguesa. Em virtude disso, precisa de espíritos elevados que o levem para os caminhos da liberdade, entretanto, esses mesmos guias podem levar o povo para a anarquia e, em função disso, aos seus "horrores". Assim, continua Ottoni, tanto a anarquia, quanto o despotismo poderiam desvirtuar os caminhos do Estado, elemento importante na definição dos caminhos a serem seguidos pela nação brasileira.

Mais que isso, a grande preocupação de Ottoni seria o desmembramento dos territórios nacionais, estabelecendo que a única instituição que poderia "conservar ligadas as províncias, prestes a desgarrar-se" seria a Câmara dos Deputados, por ter o apoio da opinião pública e, por conta disso, "capaz de opor diques á impetuosa torrente de anarquia"[134]. Acreditava, ainda, que fosse importante "republicanizar a constituição do Brasil, cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em assembléias provinciais os conselhos gerais de província, abolindo a vitaliciedade do senado, e isto desde já"[135].

---

[131] Thomas JEFFERSON, *Notes of the State of Virginia*, 1853, p. 94.
[132] Thomas JEFFERSON, *Notes of the State of Virginia*, 1853
[133] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p. 70
[134] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p. 73.
[135] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p. 73.

No início dos anos 40, do século XIX, todo o arcabouço ideológico do deputado mineiro parece sacralizado nos episódios vívidos a partir da maioridade do Imperador quando, para defender as conquistas liberais, passou a lutar pela aclamação elevar ao trono Dom Pedro II, com o intuito de restabelecer no poder o partido e reduzir o poder absolutista. Além disso, buscava proporcionar que as conquistas realizadas pelo partido não fossem perdidas ou mesmo que a nação não se dividisse em função dos diversos interesses regionais. Estes, em determinados momentos, distanciavam-se do Estado Nacional e dos governos da menor idade.

Após decretada a maioridade, ocorre o que Ottoni chama de reação conservadora, gerada pela fusão dos conservadores e palacianos. Para Ottoni, a pior das desgraças seria ver o ministério composto pelos Andradas se rendendo à seita palaciana, enfileirado "nas cerimônias da corte com a criadagem imperial". Daí em diante, Ottoni destila todo o seu sarcasmo para o Gabinete da Maioridade e para grande parte da Câmara dos Deputados: "liberais e conservadores, oposicionistas e ministeriais, disputam entre si quem do **pão do compadre havia de dar mais larga fatia ao augusto afilhado**"[136].

Os episódios que ocorreram no início da década de 1840 se estabeleceram, segundo o Luzia, principalmente porque a oposição conservadora havia se distanciado das leis, dissolvido as Câmaras e adotado leis anticonstitucionais em 1841. Assim, o movimento de 1842 seria resultado desse estado de coisas que Theophilo execrava. Cheio de "ódio e ambição", retorna para Minas para compartilhar com os amigos o que ocorrera no Rio de Janeiro. Em Minas fica sabendo da "derrota da Venda Grande, a retirada da Ponte dos Pinheiros, e conseqüentemente a queda da revolução de São Paulo"[137].

Os episódios do Movimento Político de 1842 foram devidamente tratados em detalhes por José Antônio Marinho, que participa, *in loco*, da resistência mineira ao gabinete conservador e absolutista. A luta com o Duque de Caxias e a posição de destaque que assumira Ottoni durante toda a revolta

[136] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p. 151.
[137] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p. 178.

pode ser encontrada em minúcias na *História do Movimento Político de 1842*[138] que revelam sua ação direta e efetiva no controle dos revoltosos. Não nos caberia aqui remontar, mas seria um vasto objeto de estudo.

O que é possível apresentar do Movimento, neste espaço, é o reconhecimento, feito pelo próprio Theophilo, de que em 1842 foi preferível perder a batalha para o Barão de Caxias do que ver o estado de anarquia que poderia se instalar na província. Com esse comportamento, mostra como mesmo um dos mais radicais dos pensadores liberais tinha um profundo senso conservador quando se tratava de colocar em risco a situação social da província e o possível controle da mesma pelos movimentos populares[139].

A revolta de 1842 parece ter sido um divisor de águas para Theophilo Ottoni. A própria batalha e a possibilidade da perda de controle da situação social parece ter limitado a sua ação durante toda a vida e ter agido como um elemento de ponderação na política dos Luzias e do partido liberal. Isso pode ser visto no quadro apresentado após o fim do combate no Arraial de Santa Luzia do Sabará, pelo Presidente da Província, Bernardo Jacinto da Veiga e pelo Barão de Caxias:

> Que depois de um renhido combate, de mais de oito horas na qual tivemos vinte soldados mortos, oito oficiais feridos, dois contusos, e setenta soldados igualmente feridos, dez dos quais gravemente, entrei neste arraial tendo os rebeldes que nele se achavam em número de três mil e trezentos fugido em completa debandada. Caiu em nosso poder mais de duzentos prisioneiros, entre os quais se contam os Chefes Theophilo Benedicto Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho, João Gualberto Teixeira de Carvalho e diversos outros de menor importância, bem como a peça de Artilharia, que haviam tomado em Queluz, e grande porção de armamento e munições de guerra. O inimigo deixou o campo juncado de cadáveres, cujo número não posso afirmar, por já ser noite quando findou o combate. Eu vou fazer perseguir os bandos dos dispersos rebeldes, e creio por isso que o número dos prisioneiros virá a ser muito

[138] José Antônio MARINHO, *História do Movimento Político de 1842*, 1844

[139] "Como quer que fosse, perdida a batalha de Santa Luzia, pensava eu, ainda antes do fato, que, se era certo que podíamos continuar a revolução com chanças de sucesso, também era fora de dúvida que só conseguiríamos assolando os belos campos de Minas e anarquisando a província. Diante de tamanha responsabilidade honro-me de haver recuado". Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, pp.165-6.

> mais considerável, o que jamais se poderão reunir em crescida porção[140].

Os interesses econômicos que possuíam os liberais, no Brasil, com vínculos mantidos, inclusive, com a grande produção agrícola, conforme apontado, não permitia transformações sociais profundas. Como bem destaca José Murilo de Carvalho, "os chefes liberais mineiros e paulistas, com exceção de alguns padres, eram quase todos fazendeiros e comandantes da Guarda Nacional. Em São Paulo, a revolta foi comandada por Rafael Tobias de Aguiar, considerado o homem mais rico da província; em Minas a chefia também coube ao homem mais rico, o Barão de Cocais, ligado aos Azeredos Coutinho do Rio de Janeiro. Nesta última província um dos simpatizantes da revolta foi Joaquim de Souza Breves, o maior contrabandista e proprietário de escravos do país"[141].

As revoltas, como a do Luzia ou a dos farroupilhas, passavam pelo crivo e, às vezes, apoio de empresários importantes, como o Barão de Mauá que já, àquela época, era gerente de uma importante casa de comércio e realizava a ligação entre liberais do sul do país, como Canabarro, aos de Minas Gerais, como Theophilo Ottoni. Entretanto, a apreciação de Irineu Evangelista nesse sentido parece coincidir com a do liberal mineiro, tendo em vista que ambos criticavam o furor revolucionário em virtude de seus riscos[142].

Assim, na Revolta Farroupilha, Ottoni, mesmo acreditando e defendendo a possibilidade do protesto, retoma o seu discurso pacificador e extremamente engajado na unificação nacional. Mesmo com a grande variedade de

---

[140] APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Rebelião de 1842, PP 1/17 – Cx. 02, 20 de agosto de 1842.

[141] José Murilo de CARVALHO, "Introdução" In: *Visconde de Uruguai – Paulino José Soares de Souza*, Coleção Formadores do Brasil, p.10.

[142] "Rezam as crônicas que na ponta do Curvelo, em Santa Thereza, residência de Mauá, encontravam abrigo revoltosos foragidos. Certo é que nessa casa se trabalhou em favor deles; e veremos pela confissão de um, que, para a fortaleza de Santa Cruz, o negociante Irineu fazia transportar, ocultamente e as suas custas, a alimentação de trinta prisioneiros. Aí dormiu várias noites o emissário que David Canabarro mandou a minas consultar o liberalíssimo Theophilo Ottoni sobre as condições da capitulação (1844) e aí se tramou a evasão de Onofre P. da Silveira, da fortaleza de Santa Cruz.", Alberto de FARIA, *Mauá – autobiografia – documentos históricos*, 1933, p.53.

alternativas políticas que se caracterizaram no início do Segundo Reinado, podemos ver, por um dos principais líderes do partido liberal daquele momento, que a alternativa de uma transição pacífica sempre foi preferível às transformações mais radicais.

Por conta disso tudo, baseados em Antonio Candido, acreditamos salutar ponderarmos a ação desses radicais que, no fim e ao cabo, é esta balizada na oposição do pensamento conservador e vice versa. Isto faz com que aqueles radicais não se identifiquem com o pensamento das classes trabalhadoras ou minoritárias e, portanto, tal atitude não proporciona a geração de um pensamento revolucionário, mas reformista devido a sua ilustração. Isso se estabelece exatamente porque "ele [o radical] pensa os problemas na escala da nação, como um todo, preconizando soluções para a nação, como um todo"[143]. Em razão disso, a disputa política pelo domínio do Estado acaba sendo o foco da ação, seja dos rebeldes, seja dos conservadores. Por isso a nossa implicância em compreender a nação como um todo, para entender os projetos específicos estigmatizados naquela ação.

O princípio integrador acaba sendo um fator limitador para a ação liberal. É bem sabido, e isso o estudo das Minas Gerais é impar, que as características econômicas e geográficas daquela província dificultam a revolução, a independência. Por isso, talvez, o afã de integrar-se ao Estado nacional fosse muito mais significativo do que a separação. Parece que essa é a luta incansável das Gerais, transformar o todo sem colocar em risco a parte.

Para defender os gabinetes de 1844 a 1848, um dos principais chefes dos liberais, Justiniano José da Rocha, acreditava que os gabinetes herdavam uma tendência e, por consequência, tinham que manter boa parte daquilo praticado nos governos anteriores para o salutar desenvolvimento do Estado

[143] "Digo que o radicalismo forma contrapeso porque é um modo progressista de reagir aos estimulos dos problemas sociais prementes, em oposição ao modo conservador. Gerado na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes, ele não é um pensamento revolucionário, e, embora seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade. De fato, o radical se opõe aos interesses de sua classe apenas até certo ponto, mas não representa os interesses finais do trabalhador. É fácil ver isso observando que ele pensa os problemas na escala da nação, como um todo, preconizando soluções para a nação como um todo.", Antonio CANDIDO. Radicalismos. Estud. av., Jan./Apr. 1990, vol.4, no.8, p.4. ISSN 0103-4014.

Nacional. Além disso, para também não assustar a população que, segundo o autor, não estava preparada para a implantação das ideias liberais em seu conjunto[144].

Entendemos esse como o grande conflito por trás do discurso e da ação de Theophilo Ottoni: limitar, por um lado, o absolutismo do imperador através da manutenção da constituição e da municipalização dos poderes. "Se a autoridade do príncipe é limitada e regulada por leis fundamentais, o príncipe, saindo dos limites que lhe são traçados, governa sem direito algum e mesmo sem título; a nação desobriga da obediência"[145]. Assim como os pensadores americanos, Theophilo acreditava que um conjunto de leis que limitasse o poder daqueles que controlavam o Estado serviria de balizador para os riscos da tirania de alguns governantes. O que manteria o gestor na linha seria a possibilidade de, ao não cumprir aquele conjunto de leis, eles sofreriam as sansões de uma revolta popular, que seria justa exatamente pelo fato do regente ter descumprido as regras estabelecidas.

Não é simplesmente uma luta para se manter no poder, como analisa o movimento de 1842 Miriam Dolhnikoff[146]. É a possibilidade de realizar as transformações necessárias ao desenvolvimento do capitalismo comercial, moderando o poder do imperador através do poder das províncias. Isto com

---

[144] "No período de 1844 a 1848 os ministérios que sucederam compuseram-se dos seus (o autor do partido liberal) mais notáveis estadistas, dos seus mais dedicados aliados; todas as posições de predomínio e de influência foram por eles ocupadas; as câmaras davam-lhes quase unânime apoio; e entretanto a doutrina atualmente aceita acerca do poder moderador, doutrina tão repugnante aos princípios do regime parlamentar, foi por alguns deles invocada, por todos sustentadas e firmada no país; a grande conquista do veto presidencial sobre os atos das legislaturas das províncias, a interpretação dos dois terços, foi por um desses ministérios estatuída. Explicaremos esses fenômenos como nos dias da grande luta faziam os partidos? Apresentá-los-emos como aviltamento dos caracteres políticos, como denuncias de falta de convicções e de pouca fé nas idéias que apregoavam? Longe de nós semelhante injustiça, que desairaria o caráter nacional; não; chamados ao poder os homens dessas opiniões achavam-se tolhidos pela tendência que encontravam; ainda não era o tempo das suas idéias, ainda a sociedade não sentia a justeza, a necessidade delas, e os obrigava a recuar. Deveriam ter largado o poder? Mas o poder era-lhes uma dupla garantia, já porque os livrava, a eles e as seus co-partidários, da preponderância de homens que a cegueira das paixões políticas lhes representava como fatais; já porque pensavam assim impedir que a tendência contra a qual lutavam continuassem em novas e maiores conquistas". In: Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p.202

[145] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p.165-6.

[146] "A revolta liberal de 1842 foi a reação armada da facção minoritária dos lideres moderados, cujos lideres concentravam-se em São Paulo e Minas e que haviam perdido a grande influência de que gozavam no jogo político nacional, substituídos por novas lideranças provenientes de outras regiões.", Miriam DOLHNIKOFF, "Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional", In: *Brasil: Formação do Estado e da Nação,* István JANCSÓ (Org.), 2003, p.445.

intuito de atingir os objetivos traçados no programa, sabendo que, para atingi-los, seriam necessárias inúmeras concessões. Não quer dizer que, com isso, esses liberais e, principalmente, o principal líder da revolta Luzia, não concebessem a importância que possui o Estado na formação da nação, tanto que Ottoni entende um imperador como uma espécie de mal necessário.

Miriam Dolhnikoff vai destacar de forma muito concisa e coerente o projeto liberal, quando estabelece que o modelo a ser trilhado deveria ter "unidade, autonomia regional e imposição de um Estado cujas regras burocráticas deveriam ser seguidas por todos que compunham o centro do projeto liberal"[147]. Em virtude desse argumento, parece muito mais exagerado quando alguns biógrafos tratam o movimento Luzia e, principalmente, o pensamento de Theophilo Ottoni como republicano e revolucionário, tal como fez Daniel de Carvalho[148] e outros na sua esteira. Isso seria anacronismo, tendo em vista que o próprio Ottoni desconsidera essa possibilidade. Em verdade, estamos lidando com um reformista e não com um revolucionário, isso o próprio Ottoni admite.

Caso isso não fosse verdade, os seus projetos não seguiriam no sentido de dar unidade política ao Norte mineiro, tendo em vista que parecia ser senso comum o discurso de que, atendendo as demandas de transporte destas cidades de Minas Gerais, o clima de revolta seria amenizado. Isso pode ser lido no viajante Richard Burton quando, ao analisar o homem mineiro, ele associa a agitação política do povo daquela região e, especificamente, o movimento de 1842, à necessidade de integrar Minas Gerais ao mar. Possibilitando, assim, que os produtos gerados pela província pudessem ser exportados e, deste modo, que esta pudesse estar ligada a produção internacional. Acredita Burton que bastaria essas ligações para Minas poder atingir o desenvolvimento e acalmar, com isso, os distúrbios e protestos sociais[149].

---

[147] Miriam DOLHNIKOFF, "Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional", In: Brasil: Formação do Estado e da Nação, István Jancsó (Org.), p.466.
[148] Daniel de CARVALHO, *Theophilo Ottoni – Campeão da Liberdade*. 1934, p.25
[149] "Em 1842, os distúrbios foram de natureza bem mais séria e assumiram uma forma vizinha de secessão. Depois daquele tempo, o mineiro tem estado tranqüilo. O passado, porém, deve servir de advertência aos estadistas, no sentido de que uma raça tão altiva não deve ter motivos de queixa, se se espera que ela fique tranqüila e satisfeita. Seu único descontentamento, atualmente, se prende à falta de comunicações postais e telegráficas,

Em 1841, antes mesmo da revolta, Ottoni já mostrava que a saída para resolver os problemas econômicos de Minas Gerais deveria passar pelas suas comunicações. Baseado no relatório do Ministro do Império, o Marquês de Sapucaí Cândido José de Araújo Viana, que informa: "Faltarão absolutamente informações a respeito do estado da nossa agricultura nas diversas Províncias: apenas se conhece que a de Minas vai deixando as arriscadas empresas de mineração do ouro, para se dedicar a ela. E que na do Ceará começa a desenvolver-se a cultura do café, do qual existem já valiosas plantações em Baturité, Aratanha, e Maranguape"[150]. Ottoni deixaria claro que se fazia necessário construir canais para que a população de Minas dedicada à agricultura tivesse a possibilidade de escoar essa produção.

> Cumpre que o Governo lance os olhos para essa comunicação, tão indispensável naqueles pontos. A Assembléia Provincial da Bahia autorizou o Governo da Província, com algumas consignações, para facilitar esta comunicação entre a Província de Minas e a da Bahia. Mas o **negócio não é provincial, porque se trata da comunicação entre duas províncias**: devem, pois, os encargos cair sobre o Tesouro Nacional[151].

Neste mesmo discurso, Theophilo analisaria a navegação do Rio Jequitinhonha, chamando a atenção para as potencialidades de Caravelas para a criação de um porto. Entretanto, destacaria ser o Rio Jequitinhonha plenamente navegável na época das cheias, entretanto, mas a comunicação era cortada fora desse período em função do volume de suas águas. Este não permitia nem ao menos a navegação das canoas que já faziam esse trajeto. Para Theophilo, caberia ao Governo, portanto, caso achasse dificuldades em fazer a navegação do Rio Doce, incentivar a construção de uma Estrada de Ferro às margens deste rio que pudesse ligar o litoral ao Serro, permitindo o

---

estradas, ferrovias – como se viu, não tem ainda um quilometro de estrada de ferro, - e navegação fluvial. Com estes melhoramentos, Minas pode esperar um grande glorioso futuro", Richard BURTON, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho, 1869,* p.322.

[150] Candido José de Araujo VIANNA, *Relatório Apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1841, Pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império,* 1841, p. 21.

[151] Theophilo Benedicto OTTONI, "Discussão dos Orçamentos da Marinha e do Império – Críticas ao Governo – Comunicações Minas" – Rio de Janeiro, Minas – Bahia, Minas – Espírito Santo". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 7 de julho de 1841, p. 234.

aumento da produção em Minas Novas e no Peçanha[152]. Diga-se de passagem, essa estrada só seria construída no início do Século XX e, até hoje, é a principal via de escoamento dos produtos mineiros.

Outro aspecto que se encontrava presente antes da revolta era o fato de Ottoni defender como elemento mais importante para aumentar a imigração não os dispêndios de recursos públicos no sentido de trazer essa população para o Brasil, mas a criação de um conjunto de leis para garantir os direitos constitucionais. Assim, os imigrantes se sentiriam protegidos contra os desmandos que sobre eles pudesse incorrer as autoridades do Estado. Acreditava, ainda, que o Governo tinha caminhado em sentido contrário e gerado "imensas violações da Constituição e das leis"[153].

Além disso, Ottoni novamente compara a migração para o Brasil com aquela realizada para os Estados Unidos. No caso brasileiro, destaca que a pergunta principal que se faz ao imigrante é "Quem sois vós?", enquanto a imigração americana deve atender a pergunta "sabeis fazer algo de útil, industrioso, e a favor do progresso material do País?"[154]. Estava claro que aquilo que Ottoni defendia desvinculava o imigrante de sua nacionalidade, raça, sexo, religião e crença política, permitindo que o foco principal fosse o progresso material da nação.

O vínculo principal de Ottoni se encontrava no progresso material da nação, isso já percebemos. Para se atingir esse progresso, acreditava em uma estrutura democrática que pudesse abarcar essa diversidade e, por outro lado, que o Estado dirigisse todas as suas forças para reduzir essas diferenças. Quando se tratava de imaginar a segregação do território ou qualquer risco que uma guerra civil pudesse provocar nessa desagregação, Theophilo demonstraria como Minas era dependente do Brasil. As partes não precisam de

---

[152] Theophilo Benedicto OTTONI, "Discussão dos Orçamentos da Marinha e do Império – Críticas ao Governo – Comunicações Minas – Rio de Janeiro, Minas – Bahia, Minas – Espírito Santo". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni*, nº12, Sessão de 7 de julho de 1841, p. 234-6.

[153] Theophilo Benedicto OTTONI, "Discussão do Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Censura à Política Ministerial". In*: Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni*, nº12*,* Sessão de 29 de julho de 1841, p. 263.

[154] Theophilo Benedicto OTTONI, "Discussão do Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Censura à Política Ministerial". In*: Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni*, nº12, Sessão de 29 de julho de 1841, p. 264.

Minas, mas Minas Gerais precisa das partes, por isso, a grande empreitada de moldá-las e uni-las.

Ao analisar a situação no Rio Grande do Sul, Ottoni diria: “se eu tenho horror á guerra civil, mais me assusta ainda o aparcelamento do Brasil. Nunca fui separatista”[155]. Em resposta a Canavarro, o liberal do Serro acreditava que o Rio Grande do Sul não deveria se desgarrar do Brasil e que o partido liberal, mesmo tendo assumido o poder, prestou resistências ao movimento farroupilha. Assim, não acreditava que o partido poderia apoiar o movimento e, segundo o próprio General Navarro, a carta de Ottoni agiria como um estopim da pacificação naquela província[156].

Depois da revolta, anistia e retorno à Câmara dos Deputados até o ano de 1848 Ottoni passaria em silêncio, sem pronunciar nem apenas um discurso na Câmera, que, certamente deveria ser uma atitude difícil, para a eloquência de Theophilo Otonni. O silêncio se devia por, novamente, não concordar com o partido liberal que assumira o poder sem a indicação da Câmara, deixando clara a possibilidade de se criar um precedente e destruir novamente o poder da assembléia, permitindo ao Imperador modificar o ministério ao seu tento. O sinistro dessa ação é que Theophilo tem que montar a sua *misancene*, deixando de assumir a postura de protagonista e calando-se frente à criação de uma facção áulica que tinha por principal objetivo a manutenção do Império e do próprio imperador. Tudo isso se estabelece na tentativa de pacificar as revoltas que se desencadearam nas diversas províncias do Brasil. Enfim, cala-se frente ao poder absoluto em virtude da manutenção da unidade nacional.

Assim, o projeto liberal se depara com a lógica do próprio sistema que impõe ao partido alternativas possíveis de efetivar a sua prática. E, para o Otonni, o único possível papel a ser desempenhado seria, de fato, calar-se[157].

---

[155] Theophilo Benedicto OTTONI, *A “Circular” de Theophilo Ottoni,* 1860-1*,* p. 208.
[156] Theophilo Benedicto OTTONI, *A “Circular” de Theophilo Ottoni,* 1860-1*,* pp.208-9.
[157] “Ao contrário dos outros, Ottoni silencia. Não nega a existência da “facção áulica”, que se interpõe entre o Imperador e o Parlamento, intervindo na organização ministerial. Emudece, sacrificando ao partido a própria opinião. As eleições para a legislatura de 48 dão ainda grande maioria aos liberais. Na bancada mineira, trazido pela influência do irmão, há um novato Cristiano Ottoni. E porque este se mostre intimidado. E porque este se mostre intimidado, “perante as inteligências superiores da Câmara”, Ottoni o anima: ´Aí está o teu engano. Que estás dizendo? As inteligências superiores somos nós mesmos...´. Ele todavia, continua calado. Em vão, a imprensa conservadora alude ao ´significativo e já longo silêncio, que se

Aos colegas liberais, o sentimento de que poderiam, segundo Ottoni, transforma o país, ele responde em 1848: "pois bem, salvai o País; e resignai-me ao silêncio"[158].

Theophilo Ottoni, em sua Circular, diria que em 1847 boa parte dos políticos conservadores mineiros – Vasconcelos, Carneiro Leão e Luiz Antonio Barbosa – pactuava com as suas ideias anteriores e defendia a redução do poder do imperador em detrimento de uma estabilidade política, ou seja, primava pela diminuição da dança das cadeiras dos gabinetes durante o reinado de Pedro II[159]. Complementando, Theophilo ainda afirmaria que em Minas Gerais não existia tanta diferença entre o pensamento político de um grupo e o de outro, como geralmente se supunha e, assim, concordaria com o Visconde de Albuquerque quando este asseverou que, em Minas, "não há coisa mais parecida com um Luzia que um Saquarema"[160].

Consolidando de forma extremamente lúcida a sua analise, o diretor da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri estabelece que os conflitos mineiros são localizados dentro da própria esfera da municipalidade, fazendo com que, quando o assunto se torna de interesse mais amplo, os mineiros passam a agir de forma harmônica e, complementamos, no uso do todo para valorizar a parte[161].

---

impôs o Sr. Ottoni, nobre chefe da maioria´. Em Setembro, entretanto a Câmara eminentemente liberal, é surpreendida com a organização de um novo ministério, genuinamente conservador, sob a chefia do Marques de Olinda. Nenhuma razão parlamentar autorizava aquela reviravolta, fruto exclusivo do 'poder pessoal'. Manobrando a 'facção áulica', os conservadores subiam . E os liberais, perdidas as boas graças do palácio, eram sumariamente eliminados do poder.", Paulo Pinheiro CHAGAS, *Teófilo Ottoni – Ministro do Povo, 1878,* p.140.

[158] Theophilo Benedicto OTTONI, "Rompimento com o Governo. Os "luzias" voltam à Oposição ´Aquiles sai da tenda´, exclama Cotegipe". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni*, nº12, Sessão de 15 de julho de 1848, p. 440.

[159] "Singular coincidência! Os três mais ilustres conservadores de Minas, os Srs. Vasconcelos, Carneiro Leão e Luiz Antonio Barbosa, faziam coro comigo em tudo quanto contra a influência deletéria da corte eu havia sustentado em 1841". Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p.200.

[160] Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p.200.

[161] "Cumpre também confessar que algumas vezes o antagonismo está nas rivalidades locais. Quaisquer, porém, que sejam os matizes sob os quais a opinião se manifeste na província, achar-se-á entre os mineiros, acerca de certos princípios constitutivos de todo o governo livre, maravilhosa harmonia. Garanta um ministério qualquer a execução franca e leal da constituição, a liberdade e seriedade das eleições, a honestidade na administração, a economia na gestão dos dinheiros públicos, e eu asseguro que um tal ministério terá o aplauso

Existem explicações para essa ação e talvez todas elas direcionem para o fato de que a mais localista das sociedades só consiga se modernizar quando inserida em um projeto mais amplo, em que o isolamento seja vencido. Existe uma diferença de natureza econômica, a qual consistia em permitir que, nas Minas Gerais desse período, dada à crise do ouro, se gestasse uma pulverização do capital. Isso poderia permitir o "progresso" mineiro desde que fosse possível sua integração aos grandes centros. Isso envolve tanto a produção agrícola, como o comércio e, popularizando o argumento, não existe nada mais rural que as cidades mineiras e nada mais moderno no Brasil do que suas fazendas, ao menos no século XIX. Aqui a lógica está invertida.

Voltando à gênese política de Theophilo Ottoni, podemos verificar como o liberalismo no Brasil era avesso à revolução. Talvez isso se dê, principalmente, por conta do movimento nas Minas não representar, necessariamente, os interesses de uma classe específica e definida. Parece mais claro entendê-lo como o confronto entre aqueles que acreditavam no poder absoluto do Rei e aqueles que pretendiam a sua pulverização, sem que, com isso, represente mudança profunda na ordem das coisas.

Assim, quando organizou a sua primeira revolta armada, ainda no comando da *Sentinella do Serro*, jornal que redigiu da antiga Vila do Príncipe, ponderava Ottoni que, revolucionário da véspera, era ele o responsável por restabelecer a ordem das coisas quanto o episódio das garrafadas poria fim ao primeiro reinado[162].

Theophilo Ottoni deixaria claro seu horror ao absolutismo, embora diversas vezes, indicasse esta uma arma possível contra a revolução e contra

---

universal dos mineiros, sem distinção de partidos", Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p. 201.

[162] "A exarcebação dos espíritos prognosticava cenas horrorosa; mas minha influência, graças a Deus! Era imensa. A porta do ouvidor, depois de uma cena tumultuosa, pude conseguir silêncio e atenção. Arenguei ao povo, pregando e exigindo moderação e generosidade, e pedindo que os – morras – somente ecoassem contra o tirano, e que não manchássemos com excessos criminosos a bela vitoria que nossos irmãos fluminenses acabavam de ganhar.
Minha palavra tinha autoridade, e coube-me a glória de salvar um magistrado honrado e os portugueses que residiam na povoação, alguns dos quais até fraternizavam com as nossas idéias. Não faltam ainda hoje na Cidade do Serro testemunhas do fato.
Revolucionário na véspera, o redator da Sentinella do Serro era o ordeiro tipo no dia do triunfo [o grifo é nosso, mas a frase é do próprio Ottoni]." Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p.69.

o que poderia prejudicar o andamento do comércio. Um estado de anarquia, que poria em questão a própria unidade do território e o funcionamento dos negócios.

Ana Rosa Cloclet da Silva, quando se ocupa em compreender o comportamento das elites mineiras durante a independência do Brasil, chega à conclusão análoga, muito embora em período um pouco diverso. Isto reforça a nossa concepção de que existe algo mais do que apenas os fenômenos conjunturais que movem as elites mineiras no desenvolvimento de um projeto particular e, sim, conciliador.

> Por outro lado, a fala das elites é consensual em denunciar os ´horrores da Anarquia´, expressão que aludia à ação conjunta das camadas marginalizadas econômica e socialmente – escravos e livres pobres - , mas também à de seus oponentes políticos, acusados de subverter a ordem e sossego públicos, pelas alianças com as ´classes infimas´.
>
> Os extremos da Anarquia e do Despotismo convertem-se, assim, nos principais balizadores da atuação das elites mineiras, bem como de suas construções identitárias. Era, em outros termos, por negação a ambas as possibilidades que, progressivamente, aderiram à Monarquia Constitucional na figura de D. Pedro, reconhecendo-se com base em noções mais ou menos unificadores, politizadas no decorrer da ruptura assinalada[163].

Questionamos, com isso, outro exagero: o de atribuir a Ottoni a função e a forma de um *Sans-Culotte* Nacional e precursor da República do Brasil. Ambas as afirmações são equivocas, tendo em vista que toda a luta dos liberais não residia, necessariamente, na transformação do regime, mas na sua manutenção sob uma nova perspectiva, baseada, principalmente, na defesa constitucional e contra o absolutismo, ou seja, a modernização conservadora, o *tradicionismo dinâmico*. Assim, não podemos, de forma alguma, apresentar

[163] Ana Rosa Cloclet da SILVA, "Identidades Políticas e a Emergência do Novo Estado Nacional". In: Brasil*: Formação do Estado e da Nação*, István JACSÓ (Org.), p. 545.

Theophilo Ottoni como um defensor dos interesses do povo, ou dos escravos, ou, usando uma expressão do próprio autor, empregada na sua famosa circular, nem de longe ele poderia ser considerado como um defensor "das turbas". Pretendia-se um governo dos escolhidos, ponderado por um sistema legislativo que desse multiplicidade aos diversos interesses, mas sob o controle de alguns[164].

Percebemos, assim, uma modernidade levada a cabo com reformismos e o argumento primeiro para isso acabaria sendo, exatamente, a integração nacional, tendo em vista que ela, ao mesmo tempo que moderniza as condições locais, permite o fortalecimento do Estado Nacional, financeira e geograficamente. Possibilita a esse Estado, se eficiente, sob a égide liberal, a ocupação dos vazios e, por conta disso, totalmente diferente do que se praticava até então, só que sem modificar aquilo que já funcionava. Resumindo, o Estado deveria criar um outro Brasil, o moderno, que mostraria ao Brasil agrário, escravista e latifundiário os novos rumos a serem seguidos. Afinal, no fundo, havia sido isso que os nova-iorquinos haviam fundado no oeste, uma nova nação criada "nonada".

Ao findar o Segundo Império, o irmão de Theophilo, Christiano Ottoni, vai expor que era pertencente ao liberalismo como situação. Além dele, analisaria outros membros do partido, e mesmo Theophilo Ottoni, como políticos que não poderiam ser considerados revolucionários. O posicionamento forte do jornalista liberal durante toda a vida gerou, segundo o irmão, a antipatia do Imperador, entretanto o distanciamento de pensamento produzido durante o Segundo Império não era tão grande daquele defendido pelo liberal mineiro[165].

---

[164] "Ao redator da Sentinela do Serro dizia o coração que a liberdade é possível, que o seu regime é fácil e mais estável que o dos governos arbitrários de qualquer denominação. Mas ainda na agitação e devaneio da luta o redator da Sentinela do Serro nunca sonhou senão democracia pacifica, a democracia da classe média, a democracia da gravata lavada, a democracia que com o mesmo asco repele o despotismo das turbas ou a tirania das turbas ou a tirania de um só. Ao passo que censurava os chefes do partido liberal moderado, porque desvirtuavam a revolução, de que se haviam apoderado, a Sentinela do Serro com mais energia estigmatizava os excessos anárquicos aplaudidos pelas folhas democráticas da corte." Theophilo Benedicto OTTONI, *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p. 70.

[165] "Uma observação curiosa, que dá a medida do liberalismo da situação refere-se a Theophilo Ottoni, deputado por Minas. Membro influente da Câmara, algum tempo seu presidente, tendo estado na conspiração para a maior idade, ouvido sempre sobre as organizações dos

Essa antipatia pode ser ilustrada pelo diálogo entre o Duque de Caxias e o imperador. Foi transcrito por Christiano em sua biografia sobre D. Pedro II:

> - Oh! Não compreendo...Vossa Majestade Imperial é quem nomeia os ministros...
>
> - Sim, mas ontem dei carta branca ao Marquez, veio dizer-me que todos julgavam necessário o Ottoni; que este se recusava aos convites, e só queria ser presidente do conselho. Então disse-lhe eu: vá, Sr. Marquez, organize como puder um ministério de moderados e publique-os logo, livre-me do Ottoni[166].

Essa indisposição histórica entre o político liberal e o imperador tem seu ápice na eleição para o Senado, em que Theophilo Ottoni ponteava a lista tríplice, como candidato mais votado, e foi preterido a outro candidato pelo Imperador e pelo Conselho de Estado. Vale lembrar que esse mesmo conselho havia indeferido o auxílio financeiro à Companhia do Mucuri e causado a sua encampação. Essas duas indisposições com o Segundo Reinado incitaram Ottoni a escrever e publicar a Circular aos eleitores mineiros, mostrando a sua insatisfação frente ao poder que possuía o imperador – autoritário e anticonstitucional, segundo ele – e às possíveis mazelas sofridas pelo país em virtude desse poder. Como contrapartida à circular que, segundo Zacarias de Góis e Vasconcelos, "veio atear fogo àquela já animada controvérsia"[167] em

---

ministérios, de nenhum deles foi membro; ignoro se recusou ou se não foi convidado. Mas é notável que, tendo sido freqüentador assíduo da tribuna, entretanto na situação, dita liberal de 1844 a 1848 esteve mudo. Talvez este silêncio foi a primeira causa da antipatia de D. Pedro II que depois claramente se manifestou" p.24. Christiano Benedicto OTTONI, D. Pedro de Alcantara, segundo e último imperador do Brazil, Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Comércio de Rodrigues e Companhia, Rua do Ouvidor, 61, 1893, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 99B, 21, 7.

[166] Christiano Benedicto OTTONI, D. Pedro de Alcantara, segundo e último imperador do Brazil, Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Comércio de Rodrigues e Companhia, Rua do Ouvidor, 61, 1893, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 99B, 21, 7. p.40.

[167] "Da natureza e limites do poder moderador. (1860) In: Zacarias de Góis e Vasconcelos". Cecília Helena de Salles OLIVEIRA (Org.), São Paulo, Editora 34, 2002. p.73. [Coleção Formadores do Brasil].

torno dos limites e ações do poder moderador, Zacarias lança uma defesa do poder moderador em que tenta destruir os argumentos do Ottoni.

Zacarias acreditava que a escolha do Imperador, baseado em uma lista tríplice, fazia parte das regras do jogo. O imperador deveria, de forma ponderada, escolher qual o melhor nome para senador através de um "exame comparativo do saber, da capacidade, das virtudes, e dos serviços de cada um deles" entre aqueles três mais votados e indicados pela província de Minas Gerais. Por mais que Zacarias partisse em defesa do Imperador, nesse sentido o argumento de Theophilo Ottoni era extremamente balizado e coerente, tendo em vista que, graças ao poder dado pela lista tríplice, o Imperador teria o direito de ponderar as forças políticas no Senado, organizando a sua base de apoio em função de sua escolha[168].

Vale lembrar que Zacarias era um antigo conservador contrário à Conciliação e, por isso, enfraquecido nos quadros do partido. Retorna à cena política em 1861, já como membro do partido liberal, exatamente em virtude de sua defesa das responsabilidades do Rei e de seus conselheiros. Estes deveriam servir como limitadores do poder do próprio Rei. Vale salientar que Zacarias foi chamado para presidência de outro gabinete de conciliação, enfrentando a resistência de Theophilo Ottoni, que não caracterizava aquele gabinete como liberal, mesmo tendo sido composto por pessoas do partido liberal.

Zacarias de Vasconcelos sofreria a marulha da dança de cadeiras dos gabinetes e em 1868, com a dissolução, definiria as transformações liberais como necessárias, mas que o expediente do imperador era de que se fizessem

[168] "As listas tríplices não são, portanto, trabalho feito que dispense a Coroa de escrúpulos na designação do terço. Cada uma delas, por assim dizer, traz o seu: ´detur meliori´ e o supremo eleitor incubido de dar o pomo a quem merecer, não por evitar indisposições, que o não atingem, mas por amor do dever, que a lei lhe impõe de ´escolher´, tem que prestar a mais acurada atenção ao ato da nomeação de um dos três candidates, entrando no exame comparativo ´do saber, da capacidade, das virtudes, e dos serviços de cada um deles´, a fim de que aquele dos três que em tudo isso primar sobre os demais, esse tal seja o escolhido. Assim, apresentada uma lista tríplice, a escolha não é, não pode ser obra de simples benevolência, o efeito de pura simpatia do monarca, mas um juízo grave e severo proferido sobre o mérito dos indivíduos, de que a lista se compõe: não é decisão do coração, mas da cabeça". "Zacarias de Góis e Vasconcelos. "Da natureza e limites do poder moderador. (1860) In: Zacarias de Góis e Vasconcelos". Cecilia Helena de Salles Oliveira (Org.), São Paulo, Editora 34, 2002. p.105. [Coleção Formadores do Brasil]

“´sim as reformas liberais, mas façam-se coadas pelo filtro conservador.´ Reformas alcançadas pelo Partido Liberal cheiram a iniciativa popular; não convém”[169] Isto bem indica a relação existente entre os princípios liberais necessários para o progresso e o desenvolvimento do capitalismo e que deveriam ser instados dentro de um ordenamento social.

O Marquês de São Vicente, ao defender o caráter vitalício dos senadores, – argumento criticado por Ottoni desde a década de 1840 – baseia-se na necessidade da conservação dos interesses mais gerais e duradouros da nação, eliminando ou atenuando as intempéries das atividades políticas momentâneas[170]. Assim sendo, um perfil-modelo de senador do Império seria algo muito mais próximo de Zacarias do que de Ottoni, tendo em vista que o primeiro se renderia mais facilmente aos partidos e às conciliações.

Em virtude desse desagrado do Imperador, muito embora tenha sido cotado inúmeras vezes para assumir um papel importante no Ministério, Theophilo Ottoni acabaria rejeitando, ou sendo rejeitado, assumi-lo. Como exemplo, quando se dissipou o gabinete montado pelo Marquez de Olinda, Ottoni sugerira ao imperador um gabinete liberal e, caso fosse convidado para compor, rapidamente teria condições de estruturar os nomes, organizando assim o ministério[171].

---

[169] Zacarias de Góis e Vasconcelos. “Questões Políticas”. Rio de Janeiro, Tipografia de A Reforma (1872) In: *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. Cecilia Helena de Salles OLIVEIRA (Org.), São Paulo, Editora 34, 2002. p. 291. [Coleção Formadores do Brasil].

[170]“Certamente o Senado brasileiro não é um corpo aristocrático, não é fundado na riqueza territorial, nos morgados ou privilégios da nobreza hereditária; não é mesmo de simples nomeação da Coroa. É um corpo composto de candidatos da nação, dentre os quais a Coroa faz a escolha. É pois uma câmara de representantes do povo, mais idoso, formada das notabilidades políticas, administrativas, judiciárias, militares, intelectuais e industriais, a quem a Constituição dá a inamovibilidade só em vistas de alto interesse político, em contemplação não de uma época qualquer de paixões sociais, sim do futuro inteiro e grandioso do Brasil. Esse princípio já tem sido um elemento salvador em nossas diversas e variadas lutas.”, José Antônio Pimenta Bueno (1857), Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império In: Eduardo KUGELMAS (Org.), *Marquês de São Vicente*. São Paulo, Editora 34, 2002. p. 118, [Coleção Formadores do Brasil]

[171]“Em todas as organizações tentadas era aquele nome contemplado com os chamados conservadores moderados; mas nenhuma vingava. Na última que falhou, do Marquez de Olinda, disse-lhe Ottoni que se sua Majestade o Imperador aceitasse uma organização puramente liberal e lhe fizesse a ele Ottoni a honra de chamá-lo, em uma hora estaria organizado o ministério”. Christiano Benedicto OTTONI, “D. Pedro de Alcântara, segundo e último imperador do Brasil”, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues e Companhia, Rua do Ouvidor, 61, 1893, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 99B, 21, 7. p. 40.

Em 1863, Theophilo Ottoni, mesmo depois das críticas diversas ao imperador, na sua circular, por não ser indicado ao Senado; mesmo após a falta de apoio que solicitava ao Governo à Companhia continuava, ao que parece, sendo um dos protagonistas mais importantes do Império e, em carta ao Barão de Penedo, bradava João Manuel Pereira da Silva que, em breve, iria "para o Rio para concorrer para dissolução da Câmara, ou para a queda deste *introurable* pastelão, chamado ministério, governado por Ottoni e Souza Franco, que detrás da cortina fazem o que querem"[172]. Além disso, Ottoni seria indicado em 1863, após o falecimento de Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, para Senador vitalício da República.

A partir deste momento, os biógrafos de Theophilo exageram, com informes hipotéticos, sugerindo, inclusive, que, caso não tivesse acontecido essa nomeação, corria o imperador o risco de ver instalado no Brasil uma revolução, como trata Basílio de Magalhães[173]. Em verdade, parece mais claro que, naquele momento, Theophilo ditava boa parte das regras do Império e do gabinete liberal.

João Manuel Pereira da Silva destacaria que, na crise econômica – e, mesmo com as vitórias na Guerra do Paraguai –, o imperador teria de enfrentar tanto os Ottonis e o partido liberal, como os conservadores: "assim, sem que haja conciliação – os liberais com o Ottoni, o combatem e o Itaborahy por seu lado os ataca. Desmoralizou-se completamente"[174]. Para completar o quadro, o Barão de Penedo indica que os negócios financeiros não se encontravam bem, o cambio em queda e o banco, em liquidação, sem descontar mais um só título. Isto que Ottoni previa em seu relatório acaba consolidando-se: a quebra do banco fez com que ocorresse a queda nas taxas de câmbio, o que dificultou os negócios, fossem dos produtores agrícolas, fossem dos comerciantes que

---

[172] Carta ao Barão de Penedo de João Manuel Pereira da Silva, Petrópolis, 4 de abril de 1863, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 63,3,3 nº 125.

[173] "Mas em 1863 faleceu Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, ocupava uma curul do senado, como representante da terra do Tiradentes, e esta logo sufragou para tal vaga o nome idolatrado daquele outro seu digno filho. Não pode D. Pedro II achar então pretexto algum para recusar ao ínclito **condottiere** liberal o ingresso na câmara alta. Preteri-lo pela sexta vez importaria, certamente, em acender uma revolução". Basílio de MAGALHÃES, *Teófilo Ottoni*, 1945, p. 35.

[174] Carta ao Barão de Penedo de João Manuel Pereira da Silva, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1866, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 63,3,5 nº 127.

transacionavam com esses produtos nos mercados internacionais[175]. Isso destrói o Império.

Por fim, o maior exagero dos biógrafos é ressaltar que Theophilo morrera pobre e doente por conta do Mucuri, talvez para aumentar a comiseração humana do sentimento cristão sobre a obra do liberal. Theophilo morre Senador e o fato de estar doente, conforme apontam, não seria algo incomum.

2.3. O Projeto: Integração do Norte Mineiro.

José Eloi Ottoni, em sua *Memória sobre o estado atual da capitania de Minas Gerais*, de 1798, lembrava que o liberalismo poderia proporcionar maiores vantagens para o desenvolvimento econômico do território mineiro, e a produção de diversos produtos agrícolas poderia ser favorável ao desenvolvimento da região como um todo, e não apenas das áreas mineradoras[176]. O projeto de Theophilo Ottoni em verdade é tentar consolidar esse anseio, essa necessidade das Minas Gerais em escoar a sua produção.

A influência do tio, José Eloi, com quem convivera no Rio de Janeiro, ou mesmo do pai, Jorge Benedicto Otoni, ourives, de tradição comercial familiar genovesa[177] e, também, do próprio processo de Independência do Brasil

---

[175] "Negócios financeiros, péssimos corram multidões perfeitas e governados por Montezuma. Cambio a cair espontaneamente. O Banco gerou em liquidação, por que não desconta um só título." Carta ao Barão de Penedo de João Manuel Pereira da Silva, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1866, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 63,3,5 nº 127.

[176] Ver anexo II. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Ref. 09, 01, 016.

[177] "Foragido de Gênova, em começos do Século XVIII, asilou-se Manuel Antão Ottoni em Portugal; depois de quinze anos de residência em Lisboa, obteve honrosa carta de naturalização, que, migrando ele para o Brasil, fez registrar na Câmara da cidade de São Paulo, em 12 de julho de 1727. De um filho desse Manuel Antão Ottoni, chamado Jorge Benedito Ottoni, nasceu Manuel Viera Ottoni que, notabilizando-se na arte da ourivesaria, conseguiu ser nomeado fundidor da Real Casa de Fundição da Vila do Príncipe, depois cidade do Serro. Havendo desposado D. Ana Felizarda Pais Leme, - cujo cognome acusa a ascendência bandeirante, pois era filha da paulista D.Rita de Godoi Moreira , casada com o português João Gomes de Abreu Rego, - foi pai de dois varões, que receberam boa instrução literária nas aulas públicas de Diamantina e num colégio particular de Catas Altas: José Elói Ottoni, de quem se fará particular menção na nota nº 4, e Jorge Benedito Ottoni. Consorciou-se este com D. Rosália Maia (em cujas veias corria sangue indígena, segundo asserção de

certamente fizeram com que os Ottonis se dedicassem à ocupação e à colonização do Nordeste Mineiro. Conforme as palavras de Theophilo Ottoni, ele e seus principais projetos haviam se formado dentro dessa perspectiva: a "conquista" definitiva do Mucuri, com a fundação da Companhia de Navegação em 1847[178]. Importante passo para a criação de Nova Filadélfia, cidade que mais tarde receberia o nome desse liberal fundador.

Além da Independência Brasileira, o jovem do Serro Frio, bem como a sociedade brasileira como um todo deve ter sofrido uma série de influências e experiências políticas, internas e externas. Em seus discursos, Ottoni revelaria esse influxo ao citar desde o Binômio de Newton, com sua equação, até Calígula. Entretanto, a Independência Americana, suas ideias, seus problemas parecem ter tido um eco muito mais presente na sociedade brasileira que os modelos europeus. Mesmo porque a luta pela separação das 13 colônias tinha uma identidade muito maior com a realidade brasileira e poderia servir de exemplo, tendo em vista que elas viviam problemas semelhantes aos brasileiros como ocupação, integração, expansão dos territórios ou mesmo da escravidão/abolicionismo.

Partimos agora para a associação mais simples, a mais prática, aquele que Theophilo pôde concretizar, mantida as devidas proporções: a criação no Brasil, no seu interior, de uma Cidade que pudesse ser a porta de entrada tanto

---

Cristiano Ottoni, em sua ´Autobiografia´), propagando-se o casal em uma dúzia de filhos dos quais sobreviveram onze. Das quatro filhas, três faleceram solteiras e uma se matrimoniou com o major Joaquim José de Araújo Maia. Os sete filhos receberam os seguintes nomes batismais: Teófilo, Cristiano, Honório, Jorge, Augusto, Ernesto e Elói. Revela notar que Jorge Benedito Ottoni, já se distinguia, desde a adolescência, ´pelo cair das idéias liberais´, pois que como refere seu filho Teófilo, na **Notícia histórica sobre a vida e poesias de José Elói Ottoni** (pág.20), ainda estava no colégio, quando propôs e conseguiu ´que efetivamente se demolisse o padrão de suposta infâmia, levantado em 1791 sobre as ruínas da casa arrasada do patriota ´Tiradentes´.", Basílio de MAGALHÃES, *Teófilo Ottoni*, 1945, p.51.

[178] "Eu contava apenas 13 anos de idade, quando em 1821 ecoou pelo Brasil o grito de liberdade... Levando no Porto em 24 de agosto de 1820, repercutiu sucessivamente no Pará, na Bahia, e chegou ao Rio de Janeiro a 26 de fevereiro... Era o tempo das emoções patrióticas. Primeiro a liberdade, depois a independência, foi assunto de meus ensaios poéticos, desses comuns nos verdes anos e de que não restam vestígios nem na memória dos autores, mas que obtinham aplausos nas reuniões entusiásticas da época, e que assim encareciam a meus olhos o pequeno cabedal de inteligência que me concedeu a natureza, e enraizavam em meu espírito as idéias liberais... Foi desenrolando diante de mim os novos horizontes que ia abrir aos homens ilustrados o estabelecimento de um governo livre, que meu pai me passou das lidas comerciais, em que me estava iniciando, para o banco de estudos intermediários". Theophilo Benedito OTTONI apud Alfredo VALADÃO, *Da Aclamação à Maioridade e outros trabalhos Históricos, (1822-1840),* 3ª Edição, Rio de Janeiro, 1973, p.145.

para o Mundo Interior, com a conquista do oeste, quanto para cidades produtoras e consumidoras de matéria prima, isto é, os grandes mercados. Essa é a realidade da Filadélfia Americana que Theophilo Ottoni buscava como inspiração política (teórica e prática). Se retomarmos a questão religiosa, tratada no subcapítulo anterior, poderemos perceber como essa associação com os princípios americanos é significativa em Ottoni. Para atrair colonos europeus, Ottoni defendia que a liberdade religiosa no Brasil deveria aumentar e, mesmo considerando-se católico, admitia, inclusive, que se devesse permitir o casamento protestante para que fossem eliminados os problemas morais gerados pelo concubinato. Isso obviamente nos faz lembrar as facilidades geradas aos *Quakers* e que permitiu uma colonização diferenciada na região da Pensilvânia, com *farms*, relativamente autosuficientes e, principalmente, que não utilizavam o trabalho escravo.

É dessa sociedade conflitante que vai sair muito dos teóricos inspiradores de Ottoni ou de uma série de liberais: Thomas Jefferson, Painne ou Benjamin Franklin. Entretanto, fica bem clara, na ação de Theophilo Ottoni e também em seus discursos, sua mais que especial admiração pelo Gouverneur[179] Morris. Moderno e visionário, este acreditava que o caminho para a unificação, desenvolvimento e pacificação dos Estados Unidos seria realizar a efetiva ocupação do Oeste. Morris acreditava, tal como Ottoni defenderia referente ao norte mineiro, que fosse necessário desenvolver meios de comunicação para povoar a parte deserta dos Estados Unidos, permitindo que as comunicações e o comércio fossem realizados por esse caminho. Desta maneira, lança-se num projeto de comunicação, com navegação, com estradas de ferro e com canais que permitiriam a ligação dos Estados da Pensilvânia e, principalmente de Nova Iorque, com aquilo que ele chamava de mar interior: os lagos do norte americano, que na atualidade separam os Estados Unidos do Canadá. Essa é certamente a gênese da forma diferenciada como o norte americano se lança na conquista do oeste e da modernidade.

[179] Por ser o Ministro dos Estados Unidos para a França, ficou conhecido pelo nome do cargo em francês, o leitor pode traduzir, não o fizeram os americanos, como pode ser visto no título de seu diário, que tomamos por referência.

> Hundreds of large ships, in no distant period, bound on the billows of the inland seas. At this point commences a navigation of more than a thousand miles. Shall I lead your astonishment up to the verge of incredulity? Will. Know, then, that one-tenth of the expense borne by Britain in the last campaign would enable ships to sail from London through Hudson´s River into Lake Erie. As yet, my friend, we only crawl along the outer edge of our country. The interior excels the part we inhabit in soil, in climate, in everything[180].

Talvez o mais importuno para um historiador dos trópicos, partindo do argumento de que o atraso é a nossa vergonha, reside no fato de que o Governador de Nova Iorque, embora apresente esta área como de difícil ocupação, tem a plena certeza de que, com investimentos criados em tempos de paz, em dois séculos, a América do Norte seria a potência econômica, mais importante que qualquer Estado Europeu, e, de fato, eles nem precisaram de duzentos anos para cumprir a previsão.

> The proudest empire in Europe is but a bubble compared to what America Will be, must be, in the course of two centuries – perhaps of one. Forty years ago all America could not, without bills of credit, raise one million of dollars to defend themselves against an enemy at then doors. Now, in profound peace, the taxes bring into the treasury, without strain so effort, above ten millions. In the year 1760 there was not, perhaps, a million of specie dollars in this country. At present the banks of Philadelphia alone have above ten millions to dispose of beyond the demand[181].

Em discurso pronunciado na Câmara, em 5 de agosto de 1862, Theophilo defendia que o Governo devesse criar um subsídio por cada légua de trilhos de ferro que fossem assentados e cria na possibilidade de ajudar essas companhias. Nessa seção específica, Ottoni trataria da possibilidade de auxílio à Companhia União Indústria. Theophilo, Cristiano Ottoni e boa parte

---

[180] MORRIS, Gouverneur. *The Diary and Letters of Gouverneur Morris – Minister of the United States to France; Member of the Constitucional Convention, etc. (1800)* Edited By Anne Cary Morris, Vol. II, New York, Charles Scribners Sons, 1888, p. 203-4.

[181] MORRIS, Gouverneur. *The Diary and Letters of Gouverneur Morris – Minister of the United States to France; Member of the Constitucional Convention, etc. (1800)* Edited By Anne Cary Morris, Vol. II, New York, Charles Scribners Sons, 1888, p. 204.

dos liberais mineiros preferiam que a estrada continuasse a ser gerida pelo Deputado do Partido Conservador, Ferreira Lages. Mariano Procópio, que participara do debate com alguns apartes, teria apenas que se inspirar no projeto americano e criar uma estrada de ferro "ligeira" que fosse do Vale do Paraíba até Juiz de Fora e daquela cidade até a barra do Rio das Velhas, fazendo com que o Norte, através do Rio São Francisco definitivamente se interligasse ao Sul[182].

Para fundamentar o seu argumento, Theophilo expõe que o Estado de Nova Iorque, graças à presença de Morris, realizaria um "grande projeto" de comunicação do "litoral para o interior do país." Essa empreitada se efetivaria, segundo Theophilo, graças aos homens industriais de Nova Iorque, tendo em vista que os políticos da época mostraram a mesma descrença que os brasileiros. Entretanto, no caso Americano, a empreitada que partia de Nova Iorque venceu as Montanhas Rochosas, os vales do Lago Eire, Lago Champlain, Lago Superior e outros. Isso permitiu que ela [a empreitada] chegasse ao Rio Mississipi e, daquele Rio, aqueles homens conseguiram ligar o Norte ao Sul, os Estados Unidos ao Canadá[183].

A referida empreitada possibilitou que o Norte Americano, segundo Ottoni, pudesse concorrer com o Sul na conquista do Oeste, tendo em vista que o canal Eire permitiu a comunicação com o Rio Hudson e com os Lagos do Norte, gerando concorrência para as *plantations* sulinas. Theophilo trilha os caminhos da história contra-factual e vai dizer que, se esses investimentos não tivessem sido realizados, certamente o modelo adotado nas colônias do Sul teria vencido e aqueles Estados teriam prosperado em detrimento de Nova Iorque, Pensilvânia, enfim, da Nova Inglaterra. A vitória do Norte criou, segundo ele, uma verdadeira civilização americana em virtude do progresso gerado por essa empreitada.

---

[182] Theophilo Benedicto OTTONI, "Sobre as estradas: A de Ferro D. Pedro II; A de Rodagem União Indústria, entre outras". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 5 de agosto de 1862, p. 706.

[183] Theophilo Benedicto OTTONI, "Sobre as estradas: A de Ferro D. Pedro II; A de Rodagem União Indústria, entre outras".In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 5 de agosto de 1862, p. 706.

Morris consegue apoio do então Vice-Presidente dos Estados Unidos, Clinton, e do Ministro Galatin[184]. Cria, assim, uma comissão para estudar essa empreitada, da qual participava Fulton. Este, embora fosse um dos principais inventores americanos a serviço de Napoleão, teria sido desacreditado pelo mesmo quando sugeriu a ligação dos lagos americanos que também serviria a Louisiania, e a parte francesa da América do Norte. Mesmo contra tudo e todos, a empreitada conseguira o apoio de Estados que possuíam interesse econômico nisto: Connecticut, Vermont e New-Jersey. Diante dessa situação, Ottoni clamava que Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e as Províncias do Norte seriam favorecidas com a empreitada da União-Indústria. Com isso, ele defendia que, mesmo a idéia não sendo aceita por importantes homens públicos, como o próprio Jefferson – para este, a obra era utópica e que ele morreria sem que se conseguisse construir tal ligação –, eles estavam enganados, inclusive Jefferson. De fato, quando Jefferson morreu, em 1826, todas as obras já haviam sido concluídas e aqueles investimentos já eram pequenos para o volume de negócios que os envolvia e, já em 1835, precisou de novos investimentos de expansão[185].

Baseado na experiência americana, Theophilo tentaria convencer os deputados de que o Vale do São Francisco, se anexado ao Vale do Rio Doce e do Rio Grande, algo que poderia ser feito "pela grande estrada de ferro D. Pedro II, vale mais do que todo o oeste dos Estados Unidos. Vale muito mais". Por fim, Theophilo insistiria que a Estrada de Ferro Pedro II é o "Canal Eire brasileiro"[186] e, de forma bastante coerente, demonstrou como essa economia, se interligada, poderia proporcionar tanto o desenvolvimento do interior brasileiro, quanto do litoral, comparando o Rio de Janeiro à Cidade de Nova Iorque.

Debate parecido se travava nos Estados Unidos e envolvia a questão dos interesses de duas regiões economicamente distintas e que lutavam pela

---

[184] Morris usa essa grafia, já Ottoni utiliza Gallatin. Optamos pela primeira forma.

[185] Theophilo Benedicto OTTONI, "Sobre as estradas: A de Ferro D. Pedro II; A de Rodagem União Indústria, entre outras". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 5 de agosto de 1862, p. 707-8.

[186] Theophilo Benedicto OTTONI, "Sobre as estradas: A de Ferro D. Pedro II; A de Rodagem União Indústria, entre outras". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 5 de agosto de 1862, p. 709.

integração do Oeste. George Washington, por exemplo, acreditava na ideia de navegação do Lago Eire, já no século XVIII, e pensava que ela seria importante para Nova Iorque e Pensilvânia, entretanto, prioritariamente, "his more immediate interest was in drawing the trade to the Potomac and Virginia rather than to the Mohawk and the Hudson"[187].

Embora o título deste subcapítulo seja a integração do norte mineiro, em verdade não podemos deixar de tratar da construção de uma nação e, portanto, estamos tecendo as tramas de uma integração muito mais ampla, ao menos nos projetos liberais, que envolvia norte e sul; litoral e sertão. Por isso, Theophilo clama pela sensibilidade do Estado Imperial para que este percebesse que o desenvolvimento nacional traria benesses para o próprio Estado, pois permitiria a sua consolidação. Quando discutiam a ampliação do Lago Eire, Jesse Hawley, em 1840, colocaria o canal ao lado da Declaração de Independência e da Constituição Americana em volume de importância para a criação de "a new era in the history of the country". Para Hawley, a gênese do desenvolvimento do mercado interno americano e as vantagens desse desenvolvimento tiveram papel relevante "to the Union, for the construction of the internal improvements by State funds – as State properties – for State reveneus, on the principle of State Rights is equal to its commercial value" [188].

Assim, tanto a nação, quanto o Estado, segundo aquele autor que se especializara no Lago Eire, sairiam favorecidos por esse desenvolvimento das comunicações, pois isto permitiria integrar os mercados e consolidar as diversas instâncias, comportando a criação de um sistema que agregasse essas esferas e o seu consequente desenvolvimento comum. A idéia fixa de que o incremento desse eixo geográfico deveria ser formado no norte mineiro fez com que Theophilo Ottoni defendesse, inclusive, a criação de uma "nova circunscrição política", como relatado na apresentação desse estudo. Esta era formada por "seguimentos territoriais de Minas, Espírito Santo e Bahia". Essa redefinição dos espaços provinciais buscava compor administrativamente a Província Mineira e, neste caso, estabeleceria um novo modelo de organização

[187] Ronald E SHAW, *Erie Water West – A history of the Erie Canal (1792-1854),* 1990, p.12.
[188] Ronald E SHAW *Erie Water West – A history of the Erie Canal (1792-1854),* 1990, p. 417.

para aquele Sertão[189]. A criação de uma Província do São Francisco, que abarcasse esse Sertão e suas particularidades, daria ao espaço –, não ocupado, seja pela presença do Estado, seja por grupos sociais consolidados, – uma estrutura administrativa que permitisse a sua "colonização". No mínimo porque o próprio Governo fixaria a sua estrutura.

O que Ottoni pretendia era uma redefinição no fluxo de comércio que inserisse o norte Mineiro nesse desenvolvimento e, embora tentasse sensibilizar outras bancadas da Câmara, sabia da resistência natural que elas possuíam e de como o avançar dos anos e o desenvolvimento econômico de São Paulo tornava mais difícil a sua empreitada. A discussão sobre a Estrada União Indústria demonstra claramente esse conflito entre os interesses do Sudeste Brasileiro, em detrimento do Noroeste. Nesse meio, existem duas Minas ou várias. Entretanto, os ramais das estradas de ferro continuavam privilegiando áreas de *plantation*, proporcionando a expansão agrícola e a produção do café. Em contrapelo a isto, Theophilo vislumbrava o desenvolvimento das margens do São Francisco e sua integração com o Sudeste, através das Gerais. Sob o medo de ser comparado a um utopista, como os desenvolvimentos nova-iorquinos foram considerados, ele tinha a "esperança de que, no futuro, daqui a mais uns tantos lustros, alguém diga que eu tinha razão"[190]. Será que realmente tinha?

Richard Grahan explica que os mercados consumidores brasileiros estavam sendo supridos por produtos estrangeiros transportados pelas estradas de ferro inglesas. Segundo o autor, o mesmo meio de transporte para

---

[189]"Foi então que se lembrou constitui-se ali uma nova circunscrição política, - a Província do Rio São Francisco (5), - a qual seria formada por segmentos territoriais de Minas, Espírito Santo e Bahia. Cumpre notar que semelhante plano se enquadrava bem nas cogitações da época, uma das mais importantes das quais era a remodelação administrativa do país. Com efeito, em 5 de setembro de 1850 fora criada a Província do Amazonas (separada da do Grão Pará) e a 29 de agosto de 1853 a Província do Paraná (separada da de São Paulo) Alem da meritória idéia de Teófilo Ottoni, a qual morreu no nascedouro, houve ainda duas outras também frustrâneas, uma concernente ao norte e a segunda ao centro do Brasil, a de Cândido Mendes de Almeida, em 1853, para a criação da Província Oiapóquia ou Província Pinzônia, na Guiana Brasileira; e mais tarde (em 1887), a do senador Joaquim Floriano de Godói, que defendeu, até pelas colunas dos jornais e em livro, a proposta para a formação da Província do Rio Sapucaí, com terras do sul de Minas e da parte setentrional de São Paulo (6).", Basílio de MAGALHÃES, *Teófilo Ottoni,* 1945, p. 27-8.

[190] Theophilo Benedicto OTTONI, "Sobre as estradas: A de Ferro D. Pedro II; A de Rodagem União Indústria, entre outras". in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 5 de agosto de 1862, p. 713.

esses produtos poderia transportar os manufaturados nacionais, assim, em função disso, as estradas de ferro do café construídas, segundo ele, com capital e equipamentos ingleses, fizeram de São Paulo o centro de distribuição da produção industrial[191]. Não existem dúvidas – se é reconhecimento que o fundador de Nova Filadélfia buscava na posteridade – que Ottoni estava certo. Certo no sentido de que, enquanto associados à grande produção agrícola e exportadora, a *plantation* do café e os desenvolvimentos paralelos, como a industrialização ou a pequena produção agrícola, seriam uma espécie de complemento do comércio inglês. Com isto, talvez não tivesse sido exagerado Theophilo não ter aceitado, conforme já referido, o capital inglês, sob receio de a região tornar-se feitoria do capital britânico. Recorremos novamente ao Lago Eire, pois esse permitiu uma ligação, desvinculada da *plantation* entre a cidade de Nova Iorque e áreas de expansão territorial americana. Essa produção não seria um adendo da *plantation*, mas daria o seu tom principal.

Isso permitiu uma série de caminhos de ferro no Sul de Minas Gerais, relegando o norte às suas veredas. Essa disposição para os investimentos em Estradas de Ferro vinculadas à produção cafeeira gerou conflitos de interesses comerciais entre as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, ambas ligadas por Estradas de Ferro com essas cidades mais próximas de Minas Gerais[192]. Talvez possamos compreender que, embora capitaneado pelo Estado, o projeto de comunicação e transporte do Governo Imperial teria pouco de nacional, se pensamos no nacional como a integração entre as partes ou o favorecimento do todo.

A idéia central de Theophilo Ottoni para a Companhia União Indústria foi sintetizada na figura a seguir e consistia basicamente em quatro etapas: a

---

[191] "If the Brazilian consuming markets were being supplied by foreign goods transported by rail and distributed through certain cities, perspicacious Brazilian manufactures established in those places could use the same railroads and tap the same markets. For instance, the railways of the coffee area which were built with British capital or British equipment made the city of São Paulo the center of state-wide market for industrial goods. Brazilian entrepreneurs were not slow to seize this opportunity and choose that site for their plants". Richard Grahan, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914*, 1872, p.126.

[192] "Southern Minas Gerais was an area of direct conflict between the products of Rio de Janeiro and São Paulo precisely because there were railways in that region which served both industrial centers. Generally, the growth of the rail system meant an immediate growth in markets". Richard Grahan, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914,* 1972, p.126.

primeira delas, um mecanismo de transporte que pudesse transpor as cachoeiras de Paulo Afonso, permitindo que o comércio do São Francisco tivesse acesso ao mar (rota 1 do mapa); a segunda, a ampliação do comércio por navegação do São Francisco (rota 2 do mapa); depois, criação de uma estrada de ferro que pudesse ligar a cidade de Juiz de Fora ao São Francisco (rota 3 do mapa); e, por fim, permitir que o trecho da estrada da União Indústria, de Petrópolis até Juiz de Fora (trecho 4 no mapa), possuísse viabilidade econômica em virtude do volume de transações comerciais que existiriam a partir da produção do Vale do Paraopeba que, segundo Ottoni, era a mais fértil de todas as terras mineiras.

Embora o motivo de Ottoni fosse o adiantamento do Norte mineiro, pode ser compreendido como conseqüência do desenvolvimento nacional. De fato, as Gerais, pelo seu posicionamento central, tinha muito a ganhar em casos de interiorização do crescimento econômico e o seu norte mineiro acabaria sendo incluído no contexto geral deste crescimento. É provavelmente fortuito, mas intrigante, que o projeto de estado de expansão para o oeste acabasse sendo gestado por um outro mineiro do Alto Jequitinhonha, da Cidade de Diamantina: Juscelino Kubitschek. O que não é fortuito é que o projeto de integração, direta ou indiretamente, passasse pelas gerais. Nesse sentido, Theophilo Ottoni vai explicar que seu projeto não é provincial e muito menos o deve ser a Companhia União Indústria que, sendo um braço da estrada de ferro da Companhia D. Pedro II deveria cumprir o seu papel preliminar de integrar o norte ao sul.

Figura 3 - Projeto de Theophilo Ottoni para a União Indústria –Do Sul ao Norte.

Se trilharmos o caminho feito por Ottoni para a Cia União Indústria, veremos que sua proposta parece traçar a rota da moderna rodovia JK, a BR-040, ou, dos transportes ferroviários, boa parte do que modernamente conhecemos como a ferrovia centro-atlântica. Theophilo explica que uma rodovia verdadeiramente nacional deveria ligar o sul ao norte do país, mas, para tal, não poderia usar o mar, tendo em vista que já existe essa ligação pelo próprio oceano. Deveria, sim, utilizar a empreitada já feita até Juiz de Fora e,

daquela cidade, para Barbacena, dali para Queluz, atual Conselheiro Lafaiete, depois para Bonfim, Sabará, Santa Luzia, Curvelo[193].

Essa defesa da União Indústria seria realizada depois que Theophilo vira seu sonho morrer com a encampação da Companhia, entretanto, esse projeto seria complementar ao seu outro, pois se os dois se efetivassem, seria criada uma comunicação norte-sul, associada a sua proposta, leste-oeste. Isto faria com que o centro dinâmico dessas linhas de comunicação fosse o Paraopeba. Ao final do projeto, bastaria circunscrever uma administração diferenciada e estaria instituída uma New England.

O próprio partido conservador, na figura do Marques do Paraná, Carneiro Leão, pensava ser necessário criar uma nova configuração para a Província de Minas Gerais. Isso se estabeleceria dada a dimensão territorial e a complexidade do espaço da província. Esse Senador acreditava, inclusive, que a redefinição deveria ser realizada não na parte sul da Província, mas no norte, tomando como epicentro desta, a nova colonização do Mucuri e as estradas que estavam sendo abertas pela Companhia de Comércio e Navegação. O argumento é reproduzido por Theophilo Ottoni, no seu relato sobre a "Companhia do Mucuri. História da Empresa. Importância dos seus privilégios. Alcance dos seus Projetos":

> Os dados estatísticos e topográficos que havemos nos artigos precedentes oferecidos aos nossos leitores terão provavelmente habilitado a todos eles para apreciar a sabedoria com que em 1854 o Exmo. Sr. Marquez de Paraná, presidente do conselho, opondo-se ao projeto que mandará criar uma nova província ao Sul de Minas Gerais, disse pouco mais ou menos o seguinte: "que sem dúvida a província de Minas era extensa demais para que se pudesse deixar de reconhecer a conveniência de subdividi-la; mas que não era no sul que se dava principalmente a necessidade de criação de uma nova província, porém sim no norte, sendo manifestamente útil essa medida, destacando-se a comarca de Jequitinhonha, e parte das do Serro e S. Francisco, e da Bahia, tirando-se as comarcas de Caravelas e Porto Seguro, assim como a de São Matheus no Espírito Santo; sendo entretanto

[193] Theophilo Benedicto OTTONI, "Sobre as estradas: A de Ferro D. Pedro II; A de Rodagem União Indústria, entre outras". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni, nº12,* Sessão de 5 de agosto de 1862, p. 701.

> evidente que a criação de tal província deveria ficar dependendo das estradas que estava abrindo a Companhia do Mucuri"[194].

No final, o projeto consistia em dar uma nova dinâmica econômica àquela região que se encontrava distante dos grandes centros. Enfim, criar estradas que pudessem ligar as grandes povoações do norte mineiro: Diamantina, Serro Frio, Capelinha, dentre outras, à Nova Filadélfia e à Santa Clara. Cidades criadas pela colonização desenvolvida pela Companhia de Comércio. Deste ponto, os vapores seriam responsáveis pelo transporte, de Santa Clara para Caravelas, onde seria instalado um porto que permitiria o escoamento dessa produção. Segundo Ottoni, isso não poderia ser feito na Barra do Mucuri, pois quando aumentasse o volume das exportações do Mucuri e de todo o Norte de Minas Gerais, seria necessária uma barra que permitisse a criação de um porto. Em virtude disso, ele sugeriu a Cidade de Caravelas, pois esta possuía uma barra, sendo possível implantar, naquele espaço, porto e alfândega para a exportação mineira.

> Quando porém a produção do Vale do Mucuri, e o comércio do norte de Minas, comportarem a necessidade do comércio direto com o estrangeiro, indubitavelmente se estabelecerão em Caravelas as estações fiscais correspondentes, visto que, o Mucuri não tem barra, senão nas marés vivas para barcos de 10 palmos de calado, e tem péssimo e acanhado ancoradouro. Ainda porém nessa época, a navegação fluvial do Mucuri não será abandonada como bem diz o relatório porque (ao menos nos 5 meses que concede o comissário) barcos com 2 e 3 mil arrobas poderão carregar em Caravelas, e por aí os vapores de navegação fluvial, farão sem perigo esse trajeto, como por vezes o tem feito o pequeno Peruípe[195].

---

[194] Theophilo Benedicto OTTONI, "Companhia do Mucuri – História da Empresa. Importância dos seus Privilégios. Alcance dos seus Projetos". Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J Villeneuve e Comp., Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, 1856, p. 7-8. Coleção de Artigos de Fundo do Jornal do Comércio organizados por Theophilo OTTONI, APM, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1.

[195] Theophilo Benedicto OTTONI, "Breve resposta que ao relatório de liquidação da Companhia do Mucuri por parte do Governo". Rua da Quitanda, 55, Rio de Janeiro, Tipografia de M. Barreto, Mendes Campos e Companhia, 1862, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0048/XIX Filme 006 Flash – 03, Negativo F1, p. 7.

No fundo, parecia o velho menino que saía dessas paragens frias, montanhosas, cheia de caminhos incertos e tinha a esperança de voltar, ou mesmo receber notícias do Distrito Diamantino ou um pouco do frio do Serro. O senhor Ottoni, andando de trem, pensava poder transformar, lá, aqui, acolá em uma coisa só, mas elas são "demais de muitas". Na altura do Andaraí, dentro do mesmo trem que discutiria pela ampliação na câmara, fecharia os olhos e se imaginaria no futuro, vendo aquela imensa máquina a vapor trazendo "notícias instantâneas" da terra dos diamantes. Mais que integrar Diamantina à nação, Theophilo sonhava integrar o Serro ao Mundo, ou o Mundo às Gerais: "não já de São Paulo e Mato Grosso, mas também de Assunção e Valparaíso"[196].

Mais que visionário, Theophilo Ottoni parecia munido de um conhecimento sobre essas novas técnicas e defendia que aquela comunicação, no caso, a estrada de Ferro D. Pedro I, ou um dos seus braços, como ele tratava a União Indústria, não deveria ser construída em regiões que já estivessem ocupadas, mas nos espaços vazios, nos Sertões. Isso também porque – baseado em Our Iron Roads, livro citado por Theophilo Ottoni e que descobrimos se tratar de um estudo comparativo entre as estradas de ferros americanas e inglesas, de autoria de Frederick S. Williams – parece certo que o custo de construir essas estradas em regiões vazias é muito menor do aquele destinado a atravessar os tradicionais campos ingleses[197]. Além disso, em regiões vazias, eles não teriam que atender aos interesses econômicos desse ou daquele parlamentar, geralmente empenhado em destinar para suas terras os rumos de determinada rodovia ou os ramais de uma ferrovia. No vazio da ocupação norte americana, por exemplo, uma linha reta poderia ser traçada e seguida sem ponderar esses interesses mais locais, atendendo, assim, aquelas

[196] Theophilo Benedicto OTTONI, "Sobre as estradas: A de Ferro D. Pedro II; A de Rodagem União Indústria, entre outras". in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12*,* Sessão de 5 de agosto de 1862, p. 713.

[197] "The comparatively low cost of the construction of railways in America is the result of a variety of circumstances. In the first place, the projectors are spared all the expenses attending parliamentary contest; there are no adverse interests to be bought off; nor any exorbitant claims for land to be satisfied. The presence of a railway in any district is felt to bring with it advantages to the owners and occupiers of the soil, so great as to make it their interest to promote the undertaking by a cession of the land which is required, either as a gift, or on terms proportionate to the actual market price. How different all this is to the state of things in England, the reader will fully appreciate. Some of the railways which have been constructed in the United States have constructed in the United State have consequently been at very low rate". Frederick S. WILLIAMS, *Our Iron Roads: Their History, Construction, and Social Influences*, 1852, p.306.

cidades que passam à margem direita ou à esquerda da ferrovia sem, necessariamente, desviar-se de seu destino principal. Esse seria um projeto nacional, entretanto, bem se vê que esse não foi o modelo brasileiro.

Theophilo queria demonstrar, em verdade, que os projetos de comunicação não deveriam levar em conta os interesses produtivos de uma determinada localidade, mas sim, ter a amplitude, de fato, de um projeto nacional, desvinculado destas nuances. Essa era a sua grande oposição com os descaminhos do objetivo central da União Indústria. Concordaria, em tese, com o seu desenvolvimento, mas a empresa deveria atender a sua proposta inicial: unir o sul ao norte, sem tergiversar em linhas auxiliares para atender determinadas esferas produtivas ou determinada oligarquia. Além disso, o Sul de Minas poderia ser facilmente atendido por São Paulo, tendo em vista que aquela economia já se encontrava vinculada à grande produção de café pelo ramal paulista da estrada de ferro Dom Pedro II.

Podemos ter certeza que, embora não tenha afirmado de forma direta, Ottoni estabeleceu, em seu projeto, a linha possível que permitiria a junção de algumas partes difusas dentro da mesma nação, bem como a crença de que a salvação destas partes heterogêneas residia na produção material e no próprio progresso, este como destruidor destas e de outras tantas diferenças:

> In proportion as intercourse is diffused, the happy period Will be hastened when countries will become but as counties, - when, united by the same feeling which now actuate difference portions of the same nations, they will regard the practice of settling a disputed question by a mutual slaughter as absurd as it is inhuman, - and will see, that though they may be separated by a diversity of tongue, or by the barriers of an arbitrary geography, yet that they, the children of a common Father, brethren of one great family, are heirs of the same destiny, and that their our highest interests are Best advanced by the promotion of each other´s welfare, and by the assiduous diffusion over the earth of peace and good-will among men[198].

[198] Frederick S. WILLIAMS, *Our Iron Roads: Their History, Construction, and Social Influences,* 1852, p.306.

3. Modernização no Sertão

> *"Se vê que o senhor sabe muito, em idéia firme, além de ter carta de doutor. Lhe agradeço, por tanto. Sua companhia me dá altos prazeres. Em termos, gostava que morasse aqui, ou perto, era uma ajuda. Aqui não tem convívio que instruir. Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso..."* (João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, 2001, p.41).

A ideia interposta anteriormente e defendida por Theophilo Ottoni para a Companhia União Indústria, fazia parte, como visto, de um projeto mais geral, que consistia em tornar o "centro" independente das relações comerciais do litoral. Essa independência apenas aconteceria se fosse possível criar uma comunicação eficiente entre o Sertão e o Litoral evitando assim que aquela produção gerada nessas cidades do centro tivesse que pagar o ônus do seu escoamento, fosse ao Rio de Janeiro, fosse à Bahia.

> Por enquanto é verdade que o litoral e o centro vão, e continuarão ainda por algum tempo a ir repartindo a sua freguesia e o seu comércio, aliás limitado, com o Rio de Janeiro e a Bahia, por intermédio dos vapores das companhias do Mucury e Pedroso; mas desde que a população crescer, ela naturalmente dispensará esses longínquos e dispendiosos intermediários[199].

Para facilitar a compreensão daquilo que Theophilo Ottoni projetava para os sertões do Jequitinhonha e do Mucuri, foi montada a Figura 5, no intuito de facilitar espacialmente essa visualização. Resumidamente, ela consistia de uma povoação central e internalizada que pudesse facilitar a produção do

[199] Theophilo Benedicto OTTONI, "Companhia do Mucuri – História da Empresa. Importância dos seu Privilégios. Alcance dos seus Projetos". Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J Villeneuve e Comp., Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, 1856, p. 10, APM, Coleção Assuntos Mineiros, Coleção de Artigos de Fundo do Jornal do Comércio organizados por Theophilo OTTONI, APM, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1. p. 20.

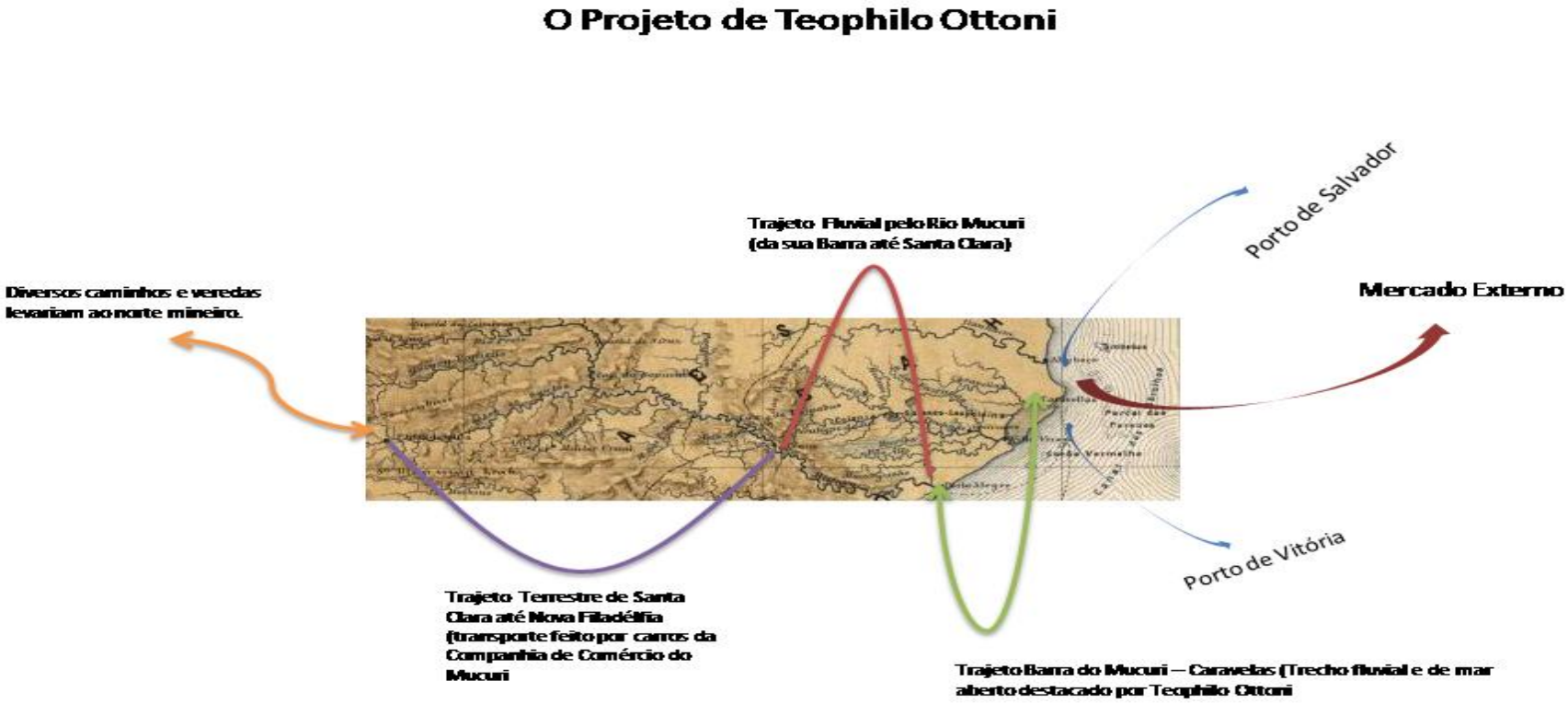
entorno do Rio Todos os Santos, além de agregar o comércio de uma vasta região envolvendo desde o São Francisco, o Jequitinhonha e partes do Vale do Rio Doce, até o próprio Mucuri. Da Cidade de Filadélfia, uma moderna estrada, construída pela Companhia, iria possibilitar o uso de vapores até a Cidade de Caravelas, na Bahia, onde, baseado no projeto, poderia ser criado um significativo porto que permitisse a exportação dos produtos daquela região. Além disso, esse porto permitiria a comunicação do "Centro", tanto com o Norte, através deste porto, quanto com o Sul, conforme apresentado na ilustração.

Se pensarmos sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico do Norte mineiro e de suas carências, esse projeto parece continuar atual e visionário mesmo nos dias de hoje e a empreitada do Mucuri parece ter fracassado exatamente pela sensação, bem exposta por Guimarães Rosa, de que, no Sertão, o pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar. Assim, a modernização desse espaço teve que ficar relegada ao século XXI.

A ideia de ocupação para Ottoni passava pela concepção básica de que aquela deveria ser feita de forma natural, não induzida. Ele deixa entrever que a influência mineira sobre Theophilo, nesse sentido, faz-se totalmente presente na sua concepção. Quando analisa as primeiras expedições ao Brasil, Ottoni estabeleceria que, se os primeiros viajantes tivessem adentrado pelos rios Jequitinhonha e/ou Mucuri, caminhos que, para ele, parecia mais natural para aqueles que estavam nas proximidades de Caravelas, teriam encontrado o Eldorado ainda no século XVI, redefinindo os tipos que realizaram essa colonização. Neste sentido, conclui Ottoni que, caso isso tivesse ocorrido, a colonização seria realizada "com melhor gente do que a que coube ás províncias do norte"[200]. Certamente deveria ser muito parecida com aquela que ocupou as minas espanholas: "melhor gente", como Francisco Pizarro.

[200] Theophilo Benedicto OTTONI, "Companhia do Mucuri – História da Empresa. Importância dos seus Privilégios. Alcance dos seus Projetos". Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J Villeneuve e Comp., Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, 1856, p. 10, APM, Coleção Assuntos Mineiros, Coleção de Artigos de Fundo do Jornal do Comércio organizados por Theophilo OTTONI, APM, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1. p. 25.

Figura 4 - A comunicação leste oeste: do litoral ao Sertão do Mucuri e do Jequitinhonha



3.1. A “Colonização” do Mucuri

Existe uma imensa diferença entre aquilo que estava nos planos de Theophilo Ottoni e o que foi possível executar no Mucuri. Realizamos, por conta disso, dois estágios desse capítulo: o primeiro, em que tratamos do projeto de colonização e, no subcapítulo posterior, sob título “A Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, a história da empresa”.

“O pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar”, assim como a “Colonização” do Mucuri não se tratava de uma colonização, mas de um povoamento. Fernando Novais nos alerta para a diferença de conceitos de colonização e reitera que, para haver colônia, precisa-se de metrópole, ou melhor, deve existir a relação bipolar entre metrópole e colônia.

> Entre nós, na segunda metade do século passado, em face da supressão do tráfego negreiro disputava-se sobre as vantagens da “imigração” (vinda de estrangeiros para os trabalhos da grande lavoura exportadora) ou “colonização” (fundação de núcleos “coloniais” de pequenos proprietários), mas já vimos, com Hardy, que é pelo menos impreciso usar os termos “colônia”, “colonização” neste sentido[201].

Embora concordemos com o argumento desse conceito, é difícil desvencilhar das convenções expostas nos documentos, mapas, livros e cartas da época estudada e, digamos que a denominação linguística não passa de metáfora para indicar um tipo de povoamento do século XIX. Acreditamos que a separação do conceito aqui – tendo em vista a íntima ligação com teóricos ingleses que, de fato, tratavam de colonização quando estudavam Austrália, África ou Índia –, transladou essas caracterizações, tanto para o Brasil, quanto para as demais ex-colônias americanas. Além disso, ainda existia um profundo sentimento metropolitano quando, por exemplo, Wakefield, separa “*dependent*

[201] Fernando NOVAIS, “Colonização e Desenvolvimento Econômico”. In: *Aproximações: ensaios de história e historiografia*, 2005, p.146.

and independent colonies"[202] e demonstra a íntima relação de dependência que ainda se mantêm entre as partes, para depois tratá-las como nações.

O debate travado em meados do século XIX, e que repercutiu no Brasil, nos periódicos, nas esferas governamentais ou nas câmaras, tinha como principal ponto os tipos de "colonização". Para autores como Herbert Spencer ou, como veremos, para Theophilo Ottoni, a "colonização" induzida em nada contribuiria para o desenvolvimento material de determinada localidade. Assim, essa "colonização" artificial, segundo o filósofo inglês, só traria prejuízos para um país, evocando que fosse tomada o, como exemplo, a experiência americana da Pensilvânia. Segundo ele, esta tratava os nativos de forma honrada, os estrangeiros com justiça e, por conta disso, os colonos podia prosperar e sentir os benefícios da conduta liberal dos seus fundadores[203].

Para que o efeito dessa imigração, povoamento, colonização pudesse ser sentido nacionalmente, a partir do segundo quartel do século XIX, segundo Wakefield, foram criadas sociedades de colonização que ordenavam as formações sociais, dando-lhes "*a scale sufficient to produce importante effects on the mother-country*"[204].

Na esteira de Wakefield, essa nova tendência mundial surgiu de duas ideias, boa parte disseminada por Mill, de que o envio de pessoas e de capital poderia proporcionar o aumento dos capitais no país de origem, em momento

---

[202] Edward Gibbon WAKEFIELD, *A View of The Art of Colonization – With the Present Reference to the British Empire in letters between a statesman and a colonist,* 1849, p. 40.

[203] "Having assigned reasons for condemning the artificial system of colonization, it only remains to inquire, how far the natural system, may be considered feasible. There will be no occasion to enter into any arguments. We may at once appeal to experience, and that experience is conclusive. Pennsylvania affords an admirable example, of colony originated, and carried out, solely by private enterprise; a colony in which the claims of all parties were duly respected – where natives met with honourable treatment, where strangers as well as friends could obtain justice; a colony that long stood pre-eminent for its prosperity, and which may even now be said to feel the benefits of the liberal conduct of its founders". Hebert SPENCER, The man Versus the State with six Essays on Government, Society and Freedom (1884), p.101.

[204] "When Englishmen or Americans have a public object, they meet, appoint a chairman and secretary, pass resolutions, and subscribe money: in other words, they set work for themselves, instead of waiting to see what their government may do for them. This self-relying course was adopted by a few people in London in 1830, who formed an association which they called the Colonization Society. The object they called the Colonization Society. The object they had in view was, in general terms, to substitute systematic colonization for mere emigration, and on a scale sufficient to produce important effects on the mother-country". Edward Gibbon WAKEFIELD, *A View of The Art of Colonization – With the Present Reference to the British Empire in letters between a statesman and a colonist*, 1848, p. 40.

posterior. Para Wakefield, o modelo de colonização, a partir de 1830, transforma-se completamente. Segundo o liberal inglês, isso se estabelecia por causa de um novo regime democrático. Depois das críticas de Karl Marx[205] a Wakefield, não nos parece necessário ampliá-las, apenas enfatizar, primeiro, a falta de compreensão deste último da crise do antigo sistema colonial e daquilo que realmente teria ocorrido, no caso inglês, com a independência dos Estados Unidos.

Para além dos devaneios liberais de Wakefield, em uma de suas análises transparece certa lucidez no que concerne às novas práticas políticas, econômicas e sociais pelas quais passavam essas nações incipientes. Principalmente porque o processo de ocupação desses territórios vazios, após crise do Antigo Sistema Colonial, significava ou facilitava o seu inverso: a formação da nação.

> That subject presented before 1830 one very remarkable feature; namely, an immense amount of practice without any theory. The practice of colonization has in a great measure peopled the earth: **it has founded nations:** it has re-acted with momentous consequences on old countries, by creating and supplying new objects of desire, by stimulating industry and skill, by promoting manufactures and commerce, by greatly augmenting the wealth and population of the world: it has occasioned directly a peculiar form of government – the really democratic – and has been, indirectly, a main cause of the political changes and tendencies which now agitate Europe. Yet so lately as twenty years ago, no theory of colonization had set forth what should be the objects of the process, still less what are the best means of accomplishing them[206].

Viver é muito perigoso. Do Sertão do Mucuri, entre índios botocudos, saimos da dimensão metafórica de Guimarães Rosa e entramos na esfera prática. Ainda nesse estudo, apresentaremos o quadro de resistência natural do Sertão à modernidade, do éden ao paraíso. Até lá, cabe-nos aqui entender, preliminarmente, que, para se gerar uma "colonização" voluntária, fazia-se

[205] Karl MARX, *O capital*. Em especial ver o capítulo "Teoria Moderna da Colonização", 1989, p. 883-94.

[206] Edward Gibbon WAKEFIELD, *A View of The Art of Colonization – With the Present Reference to the British Empire in letters between a statesman and a colonist*, 1848, p. 41-2. O grifo é nosso.

necessário criar, melhorar as condições materiais de existências daqueles imigrantes e, para o Norte Mineiro, segundo Theophilo Ottoni, isso só seria possível aprimorando as condições de comunicação, senão ninguém iria querer se instalar nestas paragens:

> Sabe-se que as distâncias que se tem de vencer dificultam o comércio, acanham ou condenam ao mais triste abandono a agricultura, e por conseqüência tornam impossível a riqueza; nunca pois será para os recôncavos centenários de léguas afastados dos pontos comerciais que se conseguira fazer afluir a emigração, e os naturais do país que por necessidade viverem estabelecidos nesses esquecidos retiros verão as suas forças perdidas, o seu trabalho mal aproveitado e a sua pobreza sempre irremediável[207].

Partindo dessa afirmação de Ottoni, para a terra ser ocupada, necessitava-se gerar alguns atrativos e estes criariam, por consequência, a fixação dos homens naqueles espaços. O problema da mão-de-obra na segunda metade do século XIX, em virtude do fim do tráfico negreiro, era grave, inclusive, para as populações centrais. No caso desses rincões, a situação tornava-se ainda mais dramática, pois teriam que concorrer com essas esferas já povoadas, já urbanizadas, até diríamos, já urbanizada. Além disso, esses empresários envolvidos na transferência de trabalhadores europeus não se interessavam em aportar recursos para a vinda destes, tendo em vista não possuírem garantias de sua permanência e da qualidade de seus trabalhos, como destacou Stuart Mill[208].

---

[207] Theophilo Benedicto OTTONI, "Companhia do Mucuri – História da Empresa. Importância dos seu Privilégios. Alcance dos seus Projetos". Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J Villeneuve e Comp., Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, 1856, p. 10, APM, Coleção Assuntos Mineiros, Coleção de Artigos de Fundo do Jornal do Comércio organizados por Theophilo OTTONI, APM, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1.

[208] "Toda emigração considerável de mão-de-obra só é exeqüível quando seu custo é coberto, ou pelo menos adiantado, por outros, e não pelos próprios emigrantes. Quem então pagará antecipadamente esse custo? Poder-se-ia dizer: naturalmente, os capitalistas da colônia, que precisam dessa mão-de-obra, e tencionam empregá-la. Mas há um obstáculo para isso: um capitalista, depois de submeter-se ao gasto de levar trabalhadores, não tem nenhuma garantia que será ele quem auferirá algum benefício dessa mão-de-obra" [208]. Stuart MILL, *Princípios de Economia Política,* vol. II, 1986, p. 416.

Por isso, Ottoni insistia e defendia que o melhor sistema de "colonização" seria aquele praticado por "pequenos proprietários", que não se deslocassem de forma induzida para aqueles espaços, mas, de livre vontade, no intuito de se estabelecerem, fixarem suas famílias e gerarem riqueza. Criticava duramente a colonização induzida e refletia que em nada esta forma iria contribuir para a melhoria das condições econômicas e sociais do país. Principalmente, assevera Ottoni, por esses imigrantes não passarem de população pobre e degrada da Europa[209]. Segundo ele, isso já existia no Brasil e em nada interessava.

Esse tipo de solução para o povoamento de novas áreas já se encontrava no receituário liberal inglês. Mill, ao defender o sistema de Wakefield, vai detalhar esse modelo de colonização auto-sustentada como o mais eficiente a longo prazo, tendo em vista que permite aumentar, a cada ano, o progresso material daquelas comunidades e da nação como um todo. Além de permitir a vinda de novos imigrantes para ocupar novas terras e expandir aquela localidade, sem novas despesas para os agentes da povoação[210].

Para se tornar atrativa, informações positivas teriam que ser geradas no exterior para que o imigrante se interessasse em vir para a América, escolhesse a América do Sul, mais especificamente, o Brasil, e dentre todas as regiões possíveis, fosse colonizar as matas do Mucuri. Por outro lado, os embates políticos gerados por Ottoni ao longo de toda a sua vida fizeram com que ele acumulasse uma série de inimizades. Entre estas, segundo Theophilo, houve quem contratasse um viajante alemão para difamar a colonização do Mucuri na Europa. Ave-Lallemant teria produzido uma série de informações que se reproduzira no exterior. Uma delas tratava a Companhia do Mucuri

---

[209] Theophilo Benedicto OTTONI, "Interpelação ao Ministério, relativamente à atitude da Câmara dos Deputados de Berlim, contra a Emigração para o Brasil". in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 20 de julho de 1861, p. 567.

[210] "O Sistema de Colonização auto-sustentada, uma vez implantado, aumentaria de eficiência a cada ano; seu efeito tenderia a aumentar em progressão geométrica. De fato, uma vez que todo o emigrante fisicamente capaz acrescenta à riqueza do país, até este estar plenamente povoado, em tempo muito curto, além de seu próprio consumo, tanto quanto cobriria o custo de trazer outro emigrante, segue que, quanto maior for o número de emigrantes já enviados, tanto maior será o número que se poderá continuar a enviar, sendo que cada emigrante coloca os fundamentos para uma sucessão de outros emigrantes a intervalos curtos e sem novas despesas, até a colônia atingir a população que comporta". Stuart MILL, *Princípios de Economia Política*, vol. II, 1986, p. 417.

como o pior dos exemplos de colonização no Brasil. Henrique Handelmann descreveria, inclusive, a Colônia da Companhia quase como o inferno de Dante, onde existia deficiência de alimentos, sonegação de salários e um local de extrema periculosidade em virtude das doenças e pragas[211].

Além disso, as empresas também precisavam de um atrativo para saírem das regiões centrais e destinarem o seu capital para localidades mais afastadas. Isso poderia ser possível com o exclusivo de comércio ou com a criação de postos de pedágios para os usuários daquelas estradas. Assim, quando Theophilo Ottoni defende o exclusivo para as Companhias de Transporte durante o Império não existe nada de dissonante com os princípios liberais e com o livre comércio. Seu pensamento estava novamente atrelado ao pensamento liberal inglês, principalmente o de Stuart Mill, que possuía ampla divulgação no Brasil durante o período.

Mill admite apenas uma hipótese para políticas protecionistas: quando aplicadas a negócios novos e, principalmente, em países jovens, em fase de crescimento, com o objetivo de nacionalizar uma empresa estrangeira. Isso ocorre, segundo o liberal inglês, porque a superioridade de um país por outro, em determinada indústria, se estabelece apenas por aquele ter começado primeiro e, portanto, desenvolvido técnicas anteriores de produção. Por isso, "não se pode, porém, esperar que indivíduos, a seu próprio risco, ou melhor, com o prejuízo certo, introduzam nova manufatura, e arquem com o ônus de mantê-la, até os produtores serem formados ao nível daqueles para os quais os processos são tradicionais"[212].

É em virtude desse monopólio de comércio que Theophilo vai se fiar para valorização de sua empreitada e atrair o capital fluminense para a sua empresa. Esse monopólio não seria tão eficiente quanto prega o fundador da "colônia" do Mucuri nos momentos iniciais, principalmente pelo volume de

---

[211] "Bastar-nos-á lembrar apenas alguns dos principais fatos do início desse ano de 1859: a revolta dos mineiros alemães (naturais do Harz) nas Minas do Araçuaí (Bahia); os inúmeros casos de reclamação sobre deficiente alimentação e sonegação de salários, apresentadas a embaixada austríaca pelos Tiroleses, empregados na construção das estradas na Província do Rio de Janeiro; **e sobretudo o terrível drama das colônias do Mucuri (Província do Espírito Santo e Minas Gerais).** [o grifo é nosso], Henrique HANDELMANN, *História do Brasil*, 1856, p. VI.

[212] Stuart MILL, *Princípios de Economia Política*, vol. II, 1986, p. 381.

negócios nos primeiros anos, que exigiram um aporte de capital até a maturação dos investimentos. Além disso, esse monopólio geraria, para Ottoni, algumas críticas por parte de poderosos inimigos políticos, entre elas, esses oponentes destacam a carestia imposta pela Companhia que, segundo eles, tornava a vida naquela esfera inviável. Esse controle de comércio por parte da Companhia leva o médico viajante Robert Avé-Lallemant, a destacar, inclusive, que o café vendido em Nova Filadélfia, produzido no Brasil, chega a custar o dobro daquele exportado e cotado em Hamburgo[213].

Theophilo Ottoni, no intuito de convencer investidores sobre a lucratividade de uma Companhia de Comércio para o norte de Minas Gerais, vai destacar que os possuidores de exclusivo de comércio na região alcançariam esses lucros:

> O que fica dito vale para provar, que em um futuro muito próximo as margens do Mucuri, ricas e povoadas, darão um desenvolvimento considerável á navegação e comércio do porto de S. José, e lucros seguros a quem tem o **exclusivo** dessa navegação; mas desejam os empresários que essas vantagens, por mais prováveis que pareçam, não entrem em cálculo para quem quiser interessar-se na empresa; e concedendo de barato que sejam as margens do Mucuri terreno árido e ingrato, vão unicamente considerar a questão pelo lado das vantagens do estabelecimento de comunicações das comarcas do norte de Minas com o Rio de Janeiro pelas estradas e navegações do Mucuri, comunicações que ora as fazem através de toda a província pela estrada do Ouro-Preto ao Paraíbuna[214].

Embora propagasse ganhos extraordinários para os investidores oriundos do exclusivo de comércio, Theophilo vai valorizar a sua empreitada dizendo que, mesmo estes privilégios trazendo consideráveis retornos financeiros para o investidor, dada a possibilidade de determinação dos preços, o mais importante seria o imenso altruísmo para com os povos do norte

---

[213] "[...] sobre o absurdo de que, em conseqüência da falta de verdadeira administração, pode-se dar tamanha alta de preços, que a libra de café custa 500 réis (12 Sgr), enquanto em Hamburgo se podem compra 2 libras por esse preço [...]". Robert AVÉ-LALLEMANT, *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe,*1859, p.223.

[214]Theophilo OTTONI e Honório OTTONI. *Condições para a Encorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri.* 1847, APM, Coleção Assuntos Mineiros, APC-1a, p. 12.

mineiro, ficando bem com os investidores e com a população mineira. Além disso, essa comunicação com o norte de Minas deveria ser estabelecida por estradas a serem abertas pela companhia e a empresa, em função disso, teria "o monopólio completo de todas as comunicações das comarcas do norte de minas por espaço de oitenta anos"[215]. Diga-se de passagem, algo que Theophilo discordava: conceder à Companhia União Indústria o controle de todo o comércio do norte de Minas.

Os liberais concebiam que a chave para um país eminentemente agrícola não passava de todo pela questão da habilidade natural de determinado país para determinadas funções. Entretanto, compreendiam que, para aquelas atividades já instaladas e desenvolvidas em outras instâncias, somente a proteção do Estado poderia internalizar essas indústrias no país.

Além disso, naqueles espaços internalizados e de difícil contato com o litoral, como em Minas Gerais, se tornaria uma exigência geográfica a implantação de indústrias, tendo em vista que os desdobramentos da produção implicariam em envio dessa produção dos confins das Serras mineiras para a Europa e todo o processo de retorno, desse produto, manufaturado. Nesse sentido, a análise de André Rebouças deixa claro que, se é possível implantar esse tipo de modelo para o litoral, parece complicado fazê-lo nas Minas e, por isso, ele clama para que se instaure a emancipação industrial[216].

Baseado em Theophilo Ottoni, Rebouças vai fazer uma associação natural entre o desenvolvimento da indústria e o liberalismo das terras mineiras, relembrando que "a liberdade e a indústria tem entre si uma filiação recíproca"[217]. Partindo do argumento de que o Brasil necessariamente não deveria seguir o processo de divisão internacional do trabalho, estabelecido pelas economias de industrialização mais avançada, e referenciando-se em André Rebouças, Richard Grahan conclui que a industrialização seria o objetivo

---

[215] Theophilo OTTONI e Honório OTTONI. *Condições para a Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri.* 1847, APM, Coleção Assuntos Mineiros, APC-1a, p. 16.

[216] André REBOUÇAS. *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883, 1988*, p. 78.

[217] André REBOUÇAS. *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática*, setembro de 1874 a setembro de 1883, 1988, p. 78.

para o qual o capitalismo levaria a nação[218]. Assim, a industrialização se refletiria como o resultado do avanço da civilização brasileira e de sua liberdade política. Inclusive, a abolição da escravatura permitiria a gênese dessa empreitada rumo à modernidade.

O conjunto dos liberais concordavam em um ponto: para atrair esse capital internacional e desenvolver a industrialização, fazia-se necessário criar estradas que possibilitassem aos novos ocupantes terem a possibilidade de, em caso de excedente, escoarem a sua produção. André Rebouças vai citar seu irmão Antonio e dizer que "abrir estradas é colonizar" e, complementando: "sem estradas é impossível colonizar"[219]. Se tomarmos modernamente algumas vias e caminhos que necessariamente não geraram povoamento, acreditamos que o segundo argumento, o de André, é mais plausível que o primeiro, de Antonio Rebouças. Principalmente quando avançamos na sua análise e percebemos que André Rebouças associa a existência de estradas à possibilidade de gerar, para o imigrante, bem estar e, para o capital, segurança de que seus investimentos. Segundo seu argumento, nenhuma das duas coisas se consegue com as picadas existentes, com as Veredas, mas com estradas eficientes. Sem essa infra-estrutura, nunca se conseguiria a tão sonhada "colonização" espontânea defendida alhures[220].

Do clássico estudo de André Rebouças, a falta de estradas era um dos cinco itens analisados e o único que possuía plena concordância deste engenheiro baiano, quando responde as *causas do entorpecimento da lavoura,* do inquérito de 18 de outubro de 1873, do Ministério da Fazenda. Quando analisa os elevados impostos cobrados, embora brade pela sua redução, o faz pelo uso indevido destes recursos na guerra do Paraguai quando o mesmo poderia ser vertido para a construção de Estradas. Concorda também quanto à falta de uma estrutura para a produção de conhecimento técnico e profissional e que a falta de capitais poderia ser amenizada com uma estrutura clara e livre

[218] Richard GRAHAN, *Britain and Onset of Modernization in Brazil 1850-1914*, 1972.
[219] André REBOUÇAS. *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática*, setembro de 1874 a setembro de 1883, 1988, p. 386.
[220] André REBOUÇAS. *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática*, setembro de 1874 a setembro de 1883, 1988, pp. 385-403.

para o controle dos mesmos. Por fim, André Rebouças vai discordar piamente sobre a falta de braços no Brasil.

Este argumento da não existência de braços vai ser rebatido por Rebouças. Ele usa como evidência um artigo publicado na corte, em 1874, e que parece ser extremamente elucidativo para a compreensão e magnitude das potencialidades e necessidades que poderiam ter sido supridas através da Colonização do Mucuri[221]. Ao narrar a fome na Cidade de Diamantina, em virtude da decadência que sofria aquela povoação, outrora próspera em virtude da extração das pedras preciosas, ele sinaliza como necessário para o desenvolvimento de Minas Gerais a criação, por parte do Governo Imperial, de mecanismos de desenvolvimento daquelas esferas.. Assim, pontos de apoios, de estradas para escoamento dessa produção, de capacidade técnica para produzir naqueles terrenos precisavam ser criados para que a exaustão dos diamantes não implicasse o retrocesso nas relações econômicas daquela sociedade que, pelo tamanho apresentado, poderia ser comparada a grandes cidades brasileiras.

---

[221] "A fome em Diamantina: Um viajante, residente no sul de Minas, tendo ocasião de observar o estado de miséria a que acha-se reduzida a infeliz pobreza que habita os terrenos diamantinos, lembrou-se de abrir uma subscrição, entre o generoso povo desta praça, a favor daqueles infelizes. É tal a miséria que reina na Diamantina, que o trabalhador não acha ali serviço, nem recebendo em recompensa tão somente o pão, como teve ocasião de observar o dito viajante!....Por aqui pode-se calcular o peso de necessidades que esmaga aquela infeliz população. As famílias abastadas suportam com dificuldade aquele estado anômalo ou retiram-se, como está sucedendo; os pobres, porém, carregados de família, não podendo arcar com as despesas de uma mudança, lá ficam sob a pressão de todas as privações. Dos brasileiros que habitam a costa, poucos compreenderão as dificuldades com que lutam as populações do interior, por falta de terras férteis. E nossos imensos sertões? Não podem ser povoados sem pontos de apoio previamente estabelecidos pela força pública, porque seriam devastados pelos selvagens. Aqui vai um fato para exemplo: há na província de Minas, para não falar em outras, uma população de mais de 60 mil homens que ficou desempregada pela cessação de industrias locais, e que se não pode converter em população agrícola, porque não dispõe de terras que prestem á agricultura! O braço nacional, que tanto convinha que fosse aproveitado utilmente, é uma verdadeira praga para os senhores do solo, cuja propriedade infesta com o nome de agregados. O mais vasto e despovoado pais do mundo não fornece terras a seus habitantes, ou pelo menos não as proporciona nas condições em que elas possam ser aproveitadas pelos braços que não tem capitais, ou que os tem em diminuta escala! As matas que eram poucas , acabaram, e, ao passo que tanto se fala hoje em escassez de braços, há populações no interior que morrem quase de fome, e a média do salário fora da costa é de 12$ mensais, menos do que o representado e amortização do braço escravo. Condoídos de um tal estado, apelamos para todos os corações generosos, e para os nossos patrícios, em particular, afim de mitigar-se a fome daqueles infelizes, a quem serão facilitados os meios para se retirarem para terrenos agrícolas. Os srs Botelho Azeredo & Andrade, estabelecidos á rua dos Pescadores, n. 3, generosamente encarregaram-se de receber as quantias que cada um quiser dar – Um mineiro do Sul da Província – Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1874", André REBOUÇAS. *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática*, setembro de 1874 a setembro de 1883, 1988, pp. 381-2.

O mesmo projeto de Theophilo Ottoni parece ter eco nos irmãos Rebouças, inclusive com alusão direta às experiências relatadas pelo liberal mineiro. Em uma delas, escrita por Ottoni em 1865 para o Jornal do Comércio, e transcrita por André Rebouças em seu estudo sobre a agricultura, podemos verificar como a produção em Minas Gerais seria extremamente beneficiada com a introdução de Estradas que permitissem que a produção local chegasse ao mercado carioca.

Theophilo narra a linha de produção de uma família mineira e de seus escravos, referente a cigarros de palha de folha de milho, que possibilitava a ocupação de todos os braços de Baependi, na Zona da Mata. Ao chegar à sala do piano daquela família, o ex-diretor da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri relega a execução de uma obra de Rossini a segundo plano para apreciar o espetáculo da produção de cigarros, capitaneado pela matrona da casa, em duas salas: uma formada pelos seus filhos e outra, por escravos. Assim, eles exportavam anualmente dois milhões de cigarros[222].

[222] "É a produção de fumo que ora não excede de 400.000 arrobas (5.875.200 quilogramas) se elevaria consideravelmente. Nestes últimos tempos, depois que o Rio de Janeiro ficou mais perto, graças á Estrada de ferro D. Pedro II, passou a ser também fabril a indústria do fumo. O fabrico do cigarro em palha de milho já contribui alguma coisa para a riqueza e bem estar de muitas povoações deste lado da província. Em Baependi não há braços ociosos, e as mais respeitáveis matronas presidem diariamente ao fabrico dos cigarros, que ocupa longos serões. Neste serviço há mais de uma ilustre operária, que faz a sua diária de 3$ a 4$; 2$ por dia ganham meninas de 10 a 12 anos de idade. A exportação se faz para o Rio em maior escala, mas também se mascateia em cargueiros, que vão ao Rio Preto e ao Paraíba. Não tenho dados estatísticos sobre o quantum da produção dos cigarros; posso, porém, asseverar que são valiosos os recursos que Baependi tira desta indústria. Uma estimável senhora, fazendo, o ano passado, encomendas para o Rio, deu, em vez de dinheiro para as compras, uma pacotilha de cigarros, que, vendida no Rio produziu 700$. Era trabalho de família. Em certo dia, das 7 para as 8 horas da noite, eu batia palmas á porta de dois meus bons amigos de Baependi. O cavaleiro, que me recebeu, em vez de introduzir-me na sala de visitas, levou-me para a do piano. Aí, apesar de que quanto pode dizer-me o meu ouvido, as harmonias de Rossini tiveram condigna execução, perdoe a gentil pianista se eu confesso que outro espetáculo enlevou-me ainda mais. Era o Serão, organizado do lado oposto do piano, onde uma das donas da casa presidia ao trabalho de suas encantadoras filhinhas e de meninos sés fâmulos, que, todos, sentados em roda de uma mesa, encartuchavam folhas de fumo em palhas de milho. Em um aposento interior outra das donas da casa dirigia um serão dos adultos, todos, se não me engano, escravos. Essa última senhora é talvez a principal introdutora da industria, a que estou aludindo, e que dá conforto e modesto bem estar a inumeráveis pessoas aqui. Inclinei-me respeitoso ante a venerável senhora matrona, que tão eloqüentemente simboliza a mulher forte, que a Escritura Sagrada oferece para modelo de família. ´Seu valor e preço encerra / Mais do que as perolas finas / Da extremidade da terra.´ (Provérbio de Salomão) Só a casa, a que acabo de me referir, e três ou quatro outras, igualmente respeitáveis, exportam anualmente mais de dois milhões de cigarros." Artigo publicado originalmente nos artigos do Correio Mercantil e no folheto sob título Theophilo Benedicto OTTONI ´Considerações sobre algumas vias de comunicação férreas e fluviais a

Segundo os liberais da época, essa produção poderia ser realizada com capital estrangeiro, entretanto, o controle daquela teria que ser nacional, distinguindo, desta maneira, nacional de estatal. Voltando ao "brasileirismo" defendido por Ottoni e apresentado na introdução desse estudo, quando Ottoni negava-se a transformar a Companhia do Mucuri em uma feitoria inglesa não significava, com isso, que ele fosse avesso ao capital daquele país. Em discussão com seu irmão na Câmara, sobre a administração da Estrada de Ferro Pedro II ser feita a partir da Inglaterra, Theophilo não concebe problema algum nessa ação, tendo em vista que "um povo **novo** como somos, sem grande abundância de capitais, devemos felicitar-nos se acaso os capitais estrangeiros quiserem por esta maneira transmigrar para o nosso País"[223], reproduzindo, aqui, o liberalismo inglês de Mill quase na integra.

Como vimos, o liberalismo no Brasil depara-se a todo tempo com uma questão central e que perpassa pela mão-de-obra. Assim, cabia ao liberalismo não libertar os escravos, mas criar mecanismos de europeizar a população brasileira, com a função de fugir aos barbarismos, modernizar sem anarquizar aquela sociedade. Ora, sob essa égide, em alguns momentos, o liberalismo compactua com os princípios europeus, como a liberdade religiosa; noutros não, como a libertação dos escravos. Há que se compreender que a liberdade do escravo, de forma abrupta, em nada iria contribuir para a produção de riqueza, muito pelo contrário, destruiria o motor da economia nacional e seu elemento dinâmico, de acumulação de capital. Por outro lado, a liberdade religiosa poderia atrair imigrantes e capital, fazendo a sonhada expansão da produção material, além do preenchimento dos vazios populacionais.

Kenneth Maxwell demonstra que o problema da escravidão passaria a dividir a ação liberal, criando-se o debate em torno das possibilidades mais vantajosas para o desenvolvimento do Brasil, com soluções diversas para a europeização da sociedade. Enfim, tratava-se de destruir a escravidão, menos por uma preocupação com o escravo do que pelas consequências que

---

entroncar na estrada de ferro D. Pedro II e no Rio de S. Francisco", Tip. do Correio Mercantil, 1865 in: André REBOUÇAS, *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática*, setembro de 1874 a setembro de 1883, 1988, pp. 381-2.

[223] Theophilo Benedicto OTTONI, "Discussão do Orçamento da Fazenda". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12*,* Sessão de 30 de agosto de 1861, p. 634.

poderiam advir de uma revolta escrava para a sociedade em geral[224]. Os limitadores desse projeto continuavam a ser a própria mão-de-obra que executaria tal empreitada, pois, na época, a disposição dos interesses gerais das classes dominantes recaia novamente no tráfico de africanos.

A tentativa de Theophilo em amenizar esse quadro era a de criar pequenas propriedades rurais, bem aos moldes das *farms* americanas. Apenas como ilustração, as primeiras fazendas registradas nos relatórios da companhia deveriam possuir no máximo 100 braças de frente para um "ribeiro de água corrente com no máximo 400 braças de fundo[225]. A conversão destas medidas para hectares nos levaria a vinte hectares que, se comparada a uma sesmaria, significa algo em torno de 10% e realmente se tratava de uma pequena propriedade de terra.

Ao criticar a lei de divisão das terras e a própria Repartição-Geral das Terras Públicas, Theophilo acredita que a forma como foi realizada no Brasil não passou de uma cópia mal feita daquela adotada nos Estados Unidos. Nestes, seria a base de desenvolvimento econômico do Norte, principalmente da Pensilvânia. Ottoni explicaria a situação da Louisiana, ao Ministro da Agricultura, dizendo que "o terreno próprio para a cultura é somente o mais próximo à margem do grande rio e seus afluentes, havendo mais para o interior, porção de terreno alagadiço, a divisão das terras se faz tomando a

[224] "O problema da escravidão levantou temas fundamentais sobre a via mais desejável para o desenvolvimento do Brasil. E na década de 1790 começava a dividir os homens ilustrados.O resultado foi um óbvio paradoxo: os mais decididos defensores do laissez-faire, no que dizia respeito à eliminação das funções reguladoras do Estado, eram também os mais vinculados a escravidão e ao comércio de escravos; e os que apoiavam a interferência estatal, especialmente no controle dos preços e no que concernia assegurar suficiente oferta de gêneros alimentícios à população, eram os que mais se opunham ao tráfico de escravos e a escravidão. Novais de Almeida e Vilhena viam a população escrava como inimigos internos, e José da Silva Lisboa acreditava que o Brasil não se desenvolveria sem a criação de mão-de-obra livre e a europeização ou braqueamento do povo.", Kenneth MAXWELL, *A Devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808,* p.253.

[225] Theophilo Benedicto OTTONI. "Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucury" em 15 de Outubro de 1857. Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857. Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1, p. 30.

linha geral do rio, dividindo-a em linhas diferentes com a extensão e fundo proporcional, conforme as diversas localidades”[226].

Ainda em sua análise, Theophilo atribue a efetivação da divisão de terras nos Estados Unidos a questões práticas. Ela rendeu aos cofres públicos muito mais do que aquilo que foi gasto com a sua demarcação. No caso brasileiro, em que os ilustrados saem da academia para assumir postos públicos, essas questões práticas são relegadas ao que Ottoni chama de questões cientificas, totalmente fora da realidade daqueles espaços. Isso fazia com que as medições e divisões das terras acabassem valendo nada, ou melhor, apenas onerando os cofres públicos[227].

[226] Theophilo Benedicto OTTONI, “Discussão do Orçamento da Fazenda”. In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 30 de agosto de 1861, p. 627-8.
[227] Theophilo Benedicto OTTONI, “Discussão do Orçamento da Fazenda”. In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 30 de agosto de 1861, p. 628.

3.2. A Companhia de Comércio do Mucuri

Figura 5 - Mapa das Colônias do Mucuri

Conforme já relatado, mesmo antes do nascimento de Theophilo Ottoni a ideia de que Minas Gerais precisava de um caminho mais eficiente para escoar a sua produção pode ser lida, por exemplo, no relato de um tio de

Teófilo Ottoni, José Eloy, em 1789. Este, detalhou que uma das soluções para o Estado da economia mineira àquela época seria a melhoria do acesso da região a fim de possibilitar o comércio internacional. Voltamos a esse ponto exatamente porque, embora uma Companhia de Desenvolvimento, a empreitada de Theophilo Ottoni envolve questões para além do entendimento do negócio per si.

Nessa mesma memória, José Eloy conceberia que a grandeza da região viria com o desenvolvimento do comércio e que o mesmo seria impossível com o estado dos transportes que limitava, de tempo em tempo, o fluxo com as rotas estabelecidas e controladas pelo Governo. Assim, somente quando os mineiros tivessem acesso aos supérfluos se poderia considerar que a situação destes melhoraria, medindo a satisfação pelo consumo desses produtos. Além disso, o tio de Theophilo Ottoni deixaria claro que o próprio Império lucraria mais com esse tipo de medida do que com os controles do quinto em vigor naquela época. Para tal, far-se-ia necessário desenvolver os "próprios gêneros" para que se pudessem adquirir os "gêneros estranhos." Para conseguir isso, ele acreditava na busca de mecanismos de navegação dos rios que encurtassem os caminhos para Minas Gerais. Esse processo melhoraria as condições da Nação Portuguesa e do Império como um todo[228]. Além disso, a própria mineração teria a sua atividade recuperada em virtude da redução dos custos de produção, resultante da queda dos preços dos produtos, fossem estes importados, fossem da própria América.

> Facilitados deste modo os meios de exportação, segue se infalivelmente que os gêneros importados hão de descer do preço em que estão por duas razões: primeira, por que a sua importação é mais fácil, e, por conseqüência menos dispendiosa: segunda, porque havendo gêneros de exportação, o seu lucro vem a compensar e talvez com vantagem o abatimento do preço dos gêneros importados[229].

Existiam, entretanto, dificuldades técnicas a serem vencidas que postergavam o desenvolvimento dessa navegação. Essas dificuldades

[228] Ver Anexo II
[229] Ver texto integral anexo II.

parecem mais significativas, inclusive, do que os entraves gerados pela fiscalização das Minas Gerais. Embora não datado, um documento de um período parecido narra um fato de 1807 no qual demonstra as dificuldades de se navegar pela região de São Matheus. O autor conclui que "tirava a infalível conseqüência da inutilidade da tentativa"[230] de navegar pelos rios da região, fosse pelo Rio Doce, fosse pelo Jequitinhonha. Embora deixe clara a inutilidade do projeto, o avaliador demonstra a intenção do Estado Português em construir um caminho que desse acesso a Minas Novas: "Faz-se público que se vai tentar concluir um caminho que havia principiado Manoel Roiz Foiz para o Rio São Matheus, e abrir a navegação deste até a sua barra, e comerciar-se destas Minas Novas"[231].

Essa demanda de Minas Gerais, como visto anteriormente, intensifica-se em virtude da crise da mineração e da decadência das cidades mineiras desde o final do século XVIII. Talvez aqui resida esse afã pela modernidade como um mecanismo de solução para essa crise. Maria Arminda do Nascimento Arruda destaca que esse anseio pelo progresso contínuo como uma tábua de salvação para Minas Gerais é fruto de um momento específico e resulta exatamente da decadência que possuía a produção material nas Minas Gerais desde a crise da mineração e que distanciava a região do seu contraponto, do seu mecanismo de comparação: as próprias sociedades capitalistas europeias[232].

Vinte anos antes da criação da companhia, Theophilo Ottoni bradava na câmara dos deputados em defesa das comunicações com o Norte de Minas Gerais. Acreditava o então Deputado que os ganhos a serem gerados com a criação de meios de comunicação com o Norte da Província seriam mais rentáveis que aqueles gerados pelo Sul, tendo em vista se tratar de uma região cuja distância para o porto seria extremamente encurtada, barateando os custos de produção e transporte dos produtos. Novamente, o argumento central continua sendo o algodão produzido em Minas Novas. Para Ottoni, esse

[230] Memória Dirigida ao Ilmo e Exc. Senhor Conde de Linhares D. Rodrigo de Souza Coutinho, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-26, 23, 049, s/autor, s/data.
[231] Memória Dirigida ao Ilmo e Exc. Senhor Conde de Linhares D. Rodrigo de Souza Coutinho, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-26, 23, 049, s/autor, s/data.
[232] "A concepção de decadência seria, então, produto de uma época determinada, marcada por uma dinâmica de contínuo progresso. Quando falamos em decadência teríamos assim, como contraponto inevitável, a sociedade capitalista." Maria Arminda do Nascimento ARRUDA, *Mitologia da Mineiridade*, 1989, p.159.

algodão poderia ganhar escala caso existissem formas mais eficientes de escoamento do produto[233].

Por si só a estrada não traria como conseqüência direta o desenvolvimento econômico da região, mas é verdade que poderia melhorar o entusiasmo dos moradores, quiçá, ao menos em curto prazo, proporcionar um clima de otimismo para o norte de Minas. Essa perspectiva de mudança e de melhoria das condições comerciais de Minas Novas é traduzida por um morador da cidade, em 9 de setembro de 1846, quando soube da criação da Companhia. Para o coevo se criaria "um entusiasmo próprio das circunstancias e que por isso se venha a concluir em breve tempo a sobredita estrada"[234].

Por outro lado, a manutenção desse otimismo requeria muito mais do que a simples abertura da estrada: demandava a possibilidade de se estabelecer nela um fluxo contínuo de comércio, o que nem sempre era possível, fadando boa parte das empresas de transporte e comunicação, durante o Império, a não perdurar e deixar na população o sentimento mitológico de que, a todo custo, o negócio deveria ser mantido, pois seria ele a tábua de salvação para a integração dessas cidades às regiões centrais.

Associado ao seu irmão Honório e após o insucesso da Companhia de Navegação do Rio Doce, Theophilo Ottoni solicitaria o exclusivo de comércio para o Rio Mucuri, para que se pudesse estabelecer uma comunicação regular do norte de Minas com o litoral[235]. Essa autorização do Governo Geral

---

[233] "O Município de Minas Novas aproveita-se já do Jequitinhonha e de sua nascente e insignificante navegação para obter alguns gêneros, ou se vão buscar em costas de bestas á cidade da Bahia, ou ao Rio de Janeiro, caminhando-se por terra a distancia de 150 para 200 léguas: entretanto, toda esta interessante comarca está em muita vizinhança com Porto-Seguro e Caravelas; a população tem afluído para aquele lado, e, se se facilitarem as comunicações, o algodão, interessante ramo de produção da indústria agrícola de Minas-Novas, e que hoje talvez não se produza em maior escala por causa das despesas extraordinárias do transporte, imediatamente terá um incremento considerável, porque, em vez de se transportar este produto por 150 ou 200 léguas, poder-se-há transportar por 20 ou 40 léguas. Creio que, à vista destas considerações, o nobre ministro procurará antes da impulso á comunicações da província de Minas por estas duas extremidades do que pelo centro com a província do Espírito Santo". Theophilo OTTONI, discurso proferido em 14 de julho de 1841 e reproduzido em sua circular In: *A "Circular" de Theophilo Ottoni,* 1860-1, p.165-6.

[234] Joaquim Dias BICALHO, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145 Cx.01.

[235] "Tendo estudado acuradamente diversos documentos na secretária de sua província relativas ao Rio Mucuri, deliberei-me eu e o falecido meu irmão Honório Benedicto Ottoni a solicitar o exclusivo que nos habilitasse para realizar nas margens e águas do Rio Mucuri a

Provincial vai surgir em 1847 e ao final deste ano os Ottonis custeiam uma missão para mapear o rio da sua foz até o quartel de Santa Clara. Essa missão perdura até o ano de 1848.

Não tendo concluído os trabalhos necessários à criação da companhia, Theophilo solicitaria prorrogação dos prazos estabelecidos em contrato para poder realizar estudos mais eficientes sobre tudo o que seria necessário para a criação da empresa. Além disso, Theophilo acreditava que fosse necessário esperar algum tempo para que as relações comerciais da região do Serro e do Jequitinhonha melhorassem. Isso porque, esse comércio estava intimamente ligado à produção de diamantes e, tendo em vista a sua crise repentina, embora fizesse o investimento mais crucial ao cair o preço das pedras preciosas, seria impossível ou difícil para os moradores dessas regiões comprarem os produtos a serem importados pela Companhia. A queda do preço dos diamantes, além de dificultar as transações entre esses mercados e as praças do Rio de Janeiro e Salvador, e que a companhia buscava unir, fazia com que boa parte dos investidores da Companhia se descapitalizasse, pois sendo a maioria residente daquela localidade, direta ou indiretamente, estava vinculada à produção dos diamantes[236].

Outro aspecto que teria contribuído para que não se lançassem no mercado as ações da companhia seria, segundo Theophilo, o fato de que o Governo da Província da Bahia ter feito um estudo sobre o rio Mucuri e publicado no mês de abril de 1851, através do jornal do comércio, o relatório do Capitão e Dr. Inocêncio Velloso Pederneiras acerca da possibilidade de navegação do supracitado rio. Para a Assembléia Legislativa da Província da Bahia, o capitão julgou "ser verdadeiramente absurdo o projeto combativo [dos Ottonis] que tinha entre mãos"[237].

---

empresa que falhara no Rio Doce e a abertura de comunicações regulares do norte de Minas com o litoral". Theophilo OTTONI, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Navegação e Canalização dos Rios, Manuscrito, pp1145 Cx.01 25/02/1852.

[236] "Vossa Excelência não ignora o grande abalo que sofreram aquele ano as fronteiras das comarcas do Serro e do Jequitinhonha com a baixa considerável dos diamantes, único artigo com que dali se possa retornar da importação das fazendas estrangeiras que vão do Rio de Janeiro à Bahia". Theophilo OTTONI, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Navegação e Canalização dos Rios, Manuscrito, pp1145 Cx.01 25/02/1852.

[237] APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Navegação e Canalização dos Rios, Manuscrito, pp1145 Cx.01 25/02/1852.

Segundo o Diretor da Companhia, esse relatório teria mudado os interesses dos seus amigos da Cidade de Minas Novas. Para atrai-los, Theophilo fizera uma expedição, no ano de 1847, quando ainda realizava estudos sobre a navegação do Mucuri. Ottoni alugara um vapor e marcado encontro na cachoeira de Santa Clara com diversos moradores de Minas Novas, que lá estiveram pagando com os próprios recursos os seus deslocamentos. Ao verem o vapor chegando naquelas paragens, no meio da floresta, mostraram-se excitados com a empreitada. Já em 1851, cientes do relatório da comissão Pederneiras, esses mesmos moradores não se engajariam no sentido de fornecer trabalhadores a Companhia, tendo em vista que a comissão recomendava a navegação do Rio Jequitinhonha em detrimento a do Mucuri[238].

Essa falta de interesse da população de Minas Novas fez com que a companhia triplicasse os salários para poder levar trabalhadores para as matas do Mucuri. A fama negativa que possuía a região, graças aos botocudos e o trabalho árduo com a mata, além da distância a ser transportada por trabalhadores que não eram da região tornava o investimento mais custoso para a construção dos armazéns da Companhia. Assim, por mais esse motivo, as comunicações e a infra-estrutura básica para o funcionamento da Navegação não caminhariam na velocidade que Theophilo desejava, nem de acordo com aquilo que havia sido pactuado com o Governo Provincial.

Em virtude destas adversidades, Theophilo Ottoni achou por bem devolver os recursos aqueles acionistas que já haviam feito a incorporação[239] e, para a instauração da companhia, rever os prazos estabelecidos com o Governo Imperial. Isso se estabeleceria com o intuito de realizar novos estudos

[238] "O relatório da comissão Pederneiras sustentando que de preferência sobre o Mucuri se devia cuidar em abrir ou facilitar pelo Rio Jequitinhonha as comunicações do norte de Minas com o litoral, o acesso que (sem dúvida por motivos de interesse da província que administra) deu o Exmo. Presidente da Bahia a aquele relatório, solicitando e obtendo do Governo Geral uma consignação para ser aplicada ao melhoramento da navegação do Jequitinhonha, todos estes fatos deviam naturalmente resfriar o entusiasmo geral, que havia em 1847 no município de Minas Novas pela empresa Mucuri". Theophilo Benedicto OTTONI, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145 Cx.01.

[239]APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Navegação e Canalização dos Rios, Manuscrito, pp1145 Cx.01 25/02/1852.

que pudessem contrapor àqueles realizados pelo Governo Provincial da Bahia. Segundo o próprio Theophilo Ottoni, era preciso fazer uma investigação minuciosa sobre as condições reais que envolviam a empreitada para que os investidores tivessem uma segurança mínima[240].

Para realização desses estudos e das empreitadas a serem enfrentadas pela companhia, o engenheiro "polaco" Christino Wizeschi foi contratado pelos Ottonis. Em 10 de setembro de 1851, Theophilo anuncia ao Presidente da Província de Minas Gerais que o engenheiro se encontrava às margens do Mucuri, desenvolvendo os trabalhos necessários para a instauração da empresa[241]. Entretanto, no dia 29 de fevereiro de 1852, o engenheiro morre assassinado na Cachoeira de Santa Clara, no Mucuri. Esse inconveniente gerou um atraso nos trabalhos iniciais, tendo em vista que novo engenheiro,

---

[240] "Senhor, Decreto em 23 de abril de 1849, Theophilo Benedicto Ottoni e Honório Benedicto Ottoni obtiveram de Vossa Majestade Imperial licença para incorporarem uma companhia com o objeto de franquear a navegação do Mucuri desde a sua foz até aquele ponto da província de Minas Gerais em que for, e puder tornar-se navegável o mesmo Rio. Pelas condições de data de 31 de maio de 1847 anos ao decreto em virtude do qual Vossa Majestade Imperial houve por bem permitir a incorporação da Companhia do Mucuri deve esta incorporação, sob pena de perdimento a privilégios concedidos, ter lugar dentro do espaço de dois anos à contar daquela data. As suplicantes fizeram quanto estava ao seu alcance para que dentro do prazo marcado nas condições se incorporasse a companhia. Ainda antes de promulgada a lei que aprovou o contrato de 31 de maio de 1847 se apressaram os suplicantes a encetar a suas custas os exames, e explorações necessárias para que os acionistas subscrevessem com pleno conhecimento. Duas expedições se organizaram com este fim, uma partir desta corte á bordo do vapor Princesa Imperial, fretado pelos suplicantes e demandou as águas do Mucuri. A outra partiu da província de Minas em seis grandes canoas e descendo pelo Rio Mucuri veio encontrar a que partia da Corte. Um dos empresários foi pessoalmente dirigir esta dispendiosa expedição e verificar as probabilidades da empresa levando consigo um engenheiro para tirar a planta do Rio. Todos os trabalhos preliminares estão relatados em uma memória, que no mesmo ano os suplicantes tiveram a honra de depositar na Secretária de Estado dos Negócios do Império. No meio dos preparativos encetados com tamanha celeridade, e por isso mesmo com grandes sacrifícios pecuniários, para a incorporação da companhia, foram os suplicantes surpreendidos pelos acontecimentos extraordinários que este ano ocorreram na Europa e que ocasionaram, como é público uma inaudita baixa no preço das pedras preciosas, e reduzindo instantaneamente a menos de terço parte quase todas as fortunas da comarca do Jequitinhonha, privaram os suplicantes por enquanto dos melhores auxiliares com que contam para a realização da sua empresa contrariados bastante por motivos de força maior os suplicantes se viram obrigados a adiar alguns dos trabalhos preparatórios de que estavam ocupados, e em que, como é público tem já despendido avultadas quantias de dinheiro. Isso no entanto aproxima-se o prazo marcado para a incorporação da companhia e esta só poderá realizar-se desde já com grande sacrifício dos suplicantes talvez arriscando-se o *feitum* da empresa. Em tais circunstancias vem os suplicantes requerer a Vossa Majestade Imperial que em vista dos motivos alegados se digne duplicar os prazos concedidos para a incorporação da Companhia e princípio de seus trabalhos. E receberão justiça". Theophilo Benedicto OTTONI, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, C-0605, 010, no. 001, 23 de abril de 1848.

[241] Theophilo Benedicto OTTONI, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145 Cx.01.

João José Lobo Peçanha, teria que retomar os trabalhos e os contatos com a população de Minas Novas[242].

Somente em 1856, Theophilo conseguiria iniciar a ocupação das duas povoações: Santa Clara, às margens do Rio Mucuri, onde se encontrariam além do cais, os armazéns da Companhia; e Filadélfia, às margens do Rio Todos os Santos. No primeiro momento, uma leva de alemães e suíços chega ao Mucuri. Ottoni, no intuito de manter o seu projeto, começa a receber uma pequena quantidade de colonos, entretanto, já percebe que todos eles precisam do apoio da Companhia para se estabelecerem. Neste ano, apenas sete famílias chegam à Filadélfia, em um total de 37 pessoas. Em 1857, 47 famílias no total de 178 pessoas[243].

Em 1859, quando escreve um relatório sobre a Colonização do Mucuri, Ottoni diria que todos esses primeiros colonos estavam prosperando, pagando as suas dívidas para com a Companhia e gerando, inclusive, algum excedente. Eles já comercializavam, além de produzirem para sua subsistência e de suas famílias. Três chefes de família haviam morrido, um deles antes mesmo de ter se estabelecido e a Companhia, segundo Ottoni, dava suporte financeiro as duas que já conseguiam viver com os seus trabalhos. A terceira viúva, informa o relator, havia casado novamente[244].

Ottoni narra a chegada dos primeiros colonos na cidade de Filadélfia, com efusivo entusiasmo e o que mais impressionava, segundo o diretor, era que a cidade já contava com mais de 2000 almas. A entrada dos imigrantes na cidade fez lembrar “os ares de uma bonita festa na roça que impressionou favoravelmente os colonos”. Entretanto, esse crescimento de Filadélfia precisava ser acompanhado com estruturas que pudessem policiar e punir os infratores da lei, principalmente porque os alemães bebiam de forma exorbitante, gerando algumas desordens e dois assassinatos. Essa situação se

---

[242] Theophilo Benedicto OTTONI, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145 Cx.01.

[243] Theophilo Benedicto OTTONI, “A Colonização do Mucuri” In: *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, Regina Horta Duarte (Org.), 1859, p.106-8.

[244] Theophilo Benedicto OTTONI, “A Colonização do Mucuri”. In: *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, Regina Horta Duarte (Org.), 1859, p.108-9.

agravaria ainda mais, pois a companhia estava para firmar um acordo com o governo imperial para a introdução de 3000 colonos e, por conta disso, precisava, em curto prazo, de substituição do capitão por alguém que fosse mais rígido e de inteira confiança do Presidente da Província; e, a longo prazo, que fossem criados "uma freguesia e distrito de paz"[245].

Um ano após, quando sua solicitação havia sido atendida e Filadélfia tornara-se Freguesia, Theophilo pediria, ainda, ao governo imperial, um aporte de recursos para a igreja católica da cidade, fazendo uma comparação da igreja existente com a igreja protestante. Segundo o presidente da companhia, essa última havia recebido muito mais recursos que a matriz e, por conta disso, os católicos se encontravam insatisfeitos com o seu templo. Sabemos pelos livros contábeis da época que, em virtude dessa solicitação, o governo liberaria recursos para que a companhia pudesse melhorar a igreja matriz da cidade[246].

Em 1861, Theophilo vai à tribuna defender o direito de casamento entre os protestantes, sob a forma da lei e recebe a oposição de deputados sacerdotes católicos como Joaquim Pinto de Campos. Ottoni argumenta que o aumento da liberdade religiosa poderia ampliar o interesse dos imigrantes para as mais diversas religiões a virem a se instalar no Brasil. Inclusive negava as exigências do Governo Prussiano, tendo em vista que, no Brasil "não só permitimos que se elevem templos, temos ampliado a liberdade aos protestantes, acontecendo até que o Governo não só tenha subsidiado a construção de seus templos, como os pastores que neles funcionam"[247].

A partir de 1858, Theophilo Ottoni teria duas fontes de imigrantes: aquela que enviava o seu emissário na Europa e outra que advinha do Governo Imperial. A partir disto, segundo Ottoni, começariam os tumultos gerados por esses imigrantes advindos da Associação Central de Colonização. O Governo gerou uma concorrência para a aquisição de "colonos", através de

[245] Theophilo Benedicto OTTONI, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145 Cx.01, 19 de outubro de 1856.
[246] Theophilo Benedicto OTTONI, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145 Cx.01, 27 de dezembro de 1857.
[247] Theophilo Benedicto OTTONI, "Interpelação ao Ministério, Relativamente à Atitude da Câmara dos Deputados de Berlim, Contra a Emigração para o Brasil".In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 20 de julho de 1861, p. 568.

seus agentes, prejudicando as escolhas que eram realizadas pelo agente da Companhia.

Como não conseguia braços na Europa e sabendo que o Governo Imperial mantinha uma grande quantidade de "colonos" que, segundo Ottoni, não passava de "proletários tomados ao acaso", ele resolvera considerar a oferta do Governo e aceitar 159 proletários. Associado a isso, o Governo enviaria mais 162 para a Colônia Militar do Urucú, "no intuito de auxiliar a Companhia"[248]. Ottoni perceberia naqueles 159 imigrantes que a sua teoria estava certa, mesmo quando lhe era proveitosa a ideia de que o Governo realizaria o adiantamento das passagens, víveres e ferramentas, ao menos de acordo com o contrato firmado com Associação Central, e com a possibilidade de ele poder povoar as margens das estradas e de vender terras a esses imigrantes. Entretanto, o que parecia uma dádiva, seria o mais oneroso possível para a Companhia, em função da "qualidade da gente"[249].

O detalhamento que Ottoni faria das qualidades dos imigrantes é no mínimo hilário. Chega a dizer que recebera naquela leva "meretrizes com patente", que imaginamos ser uma prostituta de longa data. Além disso, ex-marinheiros e ex-soldados também eram selecionados, provavelmente entre as tabernas e praças das cidades europeias. Embora tivessem assinados contratos em que se sujeitavam às condições de vidas dos outros "colonos" do Mucuri, eles não possuíam experiência alguma no trabalho de campo e a primeira impressão da mata foi de susto, depois, "desânimo e desespero"[250].

Enquanto Theophilo tenta criar um clima atraente para Filadélfia, essa rejeição às condições adversas nas Selvas do Mucuri permitiu uma série de críticas a sua administração. Além da perseguição, Ottoni atribuiria as críticas realizadas por Robert Avé-Lallemant, em suas *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)* à falta de interesse dos últimos imigrantes recrutados. Para sair das matas e retornar ao Rio de Janeiro, estes

---

[248] Theophilo Benedicto OTTONI, "A Colonização do Mucuri". In: Regina Horta DUARTE (Org.). *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, 1859, p.116.
[249] Theophilo Benedicto OTTONI, "A Colonização do Mucuri" In: Regina Horta DUARTE (Org.), *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri,* Regina Horta Duarte (Org.), 1859, p.117.
[250] Theophilo Benedicto OTTONI, "A Colonização do Mucuri" In: Regina Horta DUARTE (Org.), *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri,1859,* p.117.

faziam denúncias de destrato e mal cuidados e esses depoimentos colocam o Presidente da Companhia de Comércio, bem como seus subordinados, sob a investigação do Império. O texto culminaria na famosa circular de Ottoni, citada anteriormente e em uma série de relatórios com explicações sobre a colonização.

Avé-Lallemant destacou que o projeto de Theophilo Ottoni, dado o "infortúnio e a miséria do imigrante", poderia gerar o aniquilamento de "todo o Império", de "todo o governo do país, com todos os seus princípios"[251]. Assim, para o viajante, a tônica do projeto de Ottoni, a de consolidar a nacionalidade com a integração das regiões às grandes províncias e ao comércio internacional, deveria ser questionada, tendo em vista que, em função do trato, existiria uma repulsa à vinda de imigrantes e, por conta disso, toda a imigração para o Brasil poderia ser questionada.

Por outro lado, a prática, talvez herdada do jornalismo, permitiu que Theophilo Ottoni desqualificasse o discurso desse viajante, transformando-o em um enviado do Ministério Imperial. Os registros, cartas, relatórios e publicações, de uma vastidão impressionante, permitiram que o diretor se defendesse, mas certamente esse não seria o maior dos problemas da Companhia. Além disso, ao invés de interromper o fluxo de imigrantes para o Mucuri, intenção de Theophilo, o Governo Imperial continua provendo novos "colonos" para o Mucuri. Quando ainda tentava organizar a primeira leva de "baderneiros", a Companhia de Comércio obtêm a informação que receberia mais 250 colonos enviados contra as suas instruções expressas. Associado a isso, de Leipzig, com uma remessa não autorizada por ele, dos agentes da Companhia ele receberia, no porto de Vitória, mais 176 "colonos". Mesmo vindo pela Companhia, essa última leva de imigrantes foi indicação do cônsul que, ao ser consultado por Ottoni, havia recomendado o Sr. Dr. Schmidt, que era um dos agentes do Governo Imperial, trabalhando para a Associação Central, e que forneceu imigrante nos mesmos termos desta Associação[252].

---

[251]Roberto AVÉ-LALLEMANT, *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*, 1858, p.164.

[252] Theophilo Benedicto OTTONI, "A Colonização do Mucuri". In: *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, Regina Horta Duarte (Org.), 1859, p.127.

Em virtude da falta de víveres que havia tomado conta de Filadélfia, Theophilo julgou ser mais prudente manter aqueles últimos imigrantes em Santa Clara, às margens do Mucuri, mesmo sabendo que as condições naquele local eram muito mais insalubres. Além disso, necessitava empregar para Filadélfia todos os meios de transportes para fazer chegar alimentos naquele povoado. Ottoni sabia que precisava afastá-los do Rio, tendo em vista a possibilidade de uma epidemia de febre tifóide. Esses imigrantes resistiram a receber os seus lotes de terra fora de Filadélfia insistindo em ir para aquela cidade. Segundo Ottoni, naquelas paragens seria impossível alimentá-los. Ao chegar em Santa Clara, Theophilo pôde sentir o estado de abandando em que se encontrava os armazéns da Companhia, demitiu o administrador e assumiu pessoalmente a função de "agente, administrador e caixeiro"[253].

Quando se inteirou melhor da situação, Ottoni descobriu que os colonos recebiam mantimentos por três meses sem ocupar os seus lotes, reclamando que haviam sido traídos pelo Governo brasileiro e pelos agentes europeus. Em Santa Clara, além de lidar com os 176 colonos desgostosos, Ottoni traria mais "cento e tantos proletários". Em verdade, Ottoni detalharia que foram mais 155 imigrantes e, para seu horror, boa parte deles era composta de franceses que olhavam para Ottoni, ainda durante a viagem, e diziam "nous sommes parmi des barbares"[254]. E eles ainda não tinham conhecido os botocudos.

Santa Clara viraria um verdadeiro caos e, no intuito de proteger Filadélfia, Ottoni de fato precariza ainda mais a condição desses imigrantes que, não habituados a viver no campo, nem para Filadélfia poderiam se deslocar, vivendo, assim, à beira da estrada entre as duas cidades. O despotismo da colonização em torno da figura dos Ottonis parece bastante claro na narração dos viajantes e nas próprias consequências da Colonização e da Companhia. Em alguns casos, Robert Ave-Lallemant atribui a Theophilo uma culpa que ele não possui, quando apresenta um quadro de escravidão no trato com os chineses quando, na verdade, os chineses faziam parte do projeto

[253] Theophilo Benedicto OTTONI, "A Colonização do Mucuri". In: *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, Regina Horta Duarte (Org.), 1859, p.127.
[254] Theophilo Benedicto OTTONI, "A Colonização do Mucuri". In: *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri,* Regina Horta Duarte (Org.), 1859, p.130.

de ocupação do Governo Imperial e não da Companhia. Entretanto, em outros casos não nos parece possível diluir essa culpa. Mesmo porque, como vimos pela narração do próprio Ottoni, a Companhia aceitara, gradativamente, a entrada de imigrantes por razões financeiras. Quando analisarmos o balanço da Companhia, poderemos perceber que a imigração, embora não fosse a ideal, constituiria a tábua de salvação para a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Exatamente nesses anos, a empresa já mostrava a sua total inviabilidade e os seus cofres já estavam vazios.

A grande crítica que se pode tirar de Ave-Lallemant é que caiu sobre Theophilo a responsabilidade de assumir, na região do mucuri, o despotismo contra o qual ele sempre lutou. Assim, a figura da liderança local que ele exerceu se expressava de forma absoluta e aqueles que resistiam a essa liderança o faziam ou por serem mentirosos - a expressão é do próprio Ottoni -, ou preguiçosos, ou homens e mulheres não preocupados com a Nação. Isto representa o velho discurso em que os eleitos, os escolhidos de uma casta norteiam e definem os rumos daqueles por eles controlados e que estes deviam aos eleitos dádivas, ao invés de críticas. O estranho é ter isso se estabelecido na Filadélfia brasileira, que deveria ser o espaço das liberdades individuais.

Parece-nos mais claro aqui que a Companhia, ao contrário da lendária construção histórica montada em torno do nome de Theophilo Ottoni, e desdobrada até a atualidade, como um empreendedor dos sertões, quase missionário, jesuítico, como alguns teóricos compreendem o projeto, deve ser entendida de forma diferente. Devemos, talvez, partindo do próprio Ottoni, entender que, a partir de então, como um marco do capitalismo no Brasil, instaurava-se a concepção de Companhia que, como qualquer outra, tinha nos lucros a sua meta, objetivo, missão ou qualquer outro termo que queiram cunhar. Nisso, Ottoni é de uma clareza e qualquer outro atributo poderia ser comparado a um devaneio:

> Desde 1847 que procuro estudar os meios de obter colonização para o Mucuri, sem ficarem do lado da companhia somente os

> ônus, e lisojeava-me de poder obter colonos que não fossem simplesmente proletários, colonos que pagassem suas passagens, e viessem comprar terras à companhia[255].

Assim, o povo ou os nacionais, para Ottoni, serviria ao seu intento, no primeiro momento, para abertura de caminhos para a "colonização". Entretanto, ao realizar a ocupação do terreno, essas terras deveriam servir para abrigar "colonos" estrangeiros que viriam com capital suficiente para gerar o processo de acumulação, com a produção de mercadorias em larga escala. E, por outro lado, permitiria que o "colono" nacional, utilizado na ocupação do terreno, passasse a novas ocupações, também acumulando capital com a venda das terras antigas[256].

Os aspectos positivos dessa idéia, dessa forma de "colonização" são referentes ao fato de ela poder permitir que alguns problemas outrora enfrentados pela natureza da sociedade brasileira, fruto do Antigo Sistema Colonial, fossem resolvidos. Primeiro, a mobilidade típica das sociedades que não conseguiam consolidar o seu capital se efetivaria nas pequenas propriedades, imobilizando os seus investimentos e gerando riqueza para a região. Isso para os estrangeiros, porque os nacionais continuariam, dentro da sua lógica, realizando a mobilidade, mas o ato de realizá-la significava, sob a perspectiva de Ottoni, acumulação de capital, além de não abandonar as terras anteriores. Isso permitiria a expansão da fronteira agrícola, sem a abdicação das esferas anteriores. Além disso, a exploração rápida do terreno e sua acumulação acelerada no primeiro momento criaria, no segundo momento, a necessidade do desenvolvimento de técnica, sem caber mais a expansão da produção, tendo em vista que o controle do crescimento se faria pela exploração de novos terrenos, restritos à Companhia e aos brasileiros natos.

---

[255] Theophilo Benedicto OTTONI, "A Colonização do Mucuri" In: *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri,* Regina Horta Duarte (Org.), 1859, p.99.

[256] "Medidas e demarcadas as terras nacionais que abundam naqueles sertões, e mesmo antes da medição, e demarcação, fora fácil com pequenos socorros atrair agricultores pobres do interior que viessem apossar as terras, e começar o seu roteamento garantindo-se-lhes a preferência para a compra das mesmas terras por um preço módico fixado de antemão. Estes posseiros venderiam a preferência, e as benfeitorias que tivessem aos colonos europeus que viessem chegando, e prosseguindo na sua indústria iriam derribar novas terras, abrir outras situações para novamente vendê-las.", Theophilo Benedicto OTTONI, "A Colonização do Mucuri". In: *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, Regina Horta Duarte (Org.),1859, p.124-5.

Assim, no primeiro momento, havia a exploração rápida e desprovida de técnicas avançadas de cultivo, como se tornaria típico das incursões pelo Sertão e, no segundo, aproveitamento das técnicas utilizadas nas sociedades européias.

Por fim, e não menos importante, a ocupação feita por estrangeiro não significava o envio de capital para fora, mas pelo contrário, em função das dimensões fundiárias, teria necessariamente sua acumulação internalizada. Por fim, isso permitiria o desenvolvimento do fluxo de comércio externo e interno, bem como a rápida exploração das matas comportaria que um volume extensivo e intensivo de capital vertesse para a produção.

Existe, porém, uma dificuldade a ser enfrentada: embora pudesse vender as terras e passar adiante, gerando uma acumulação de capital, isso de fato só aconteceria com o tipo ideal de imigrante que Theophilo havia projetado. Por outro lado, como visto, na realidade não seria possível esse perfil de imigrante. Na verdade, vertiam-se para as matas do Mucuri pessoas pobres citadinas européias e a gênese do processo era feita com o capital da Companhia. Por conta disso, todas as dificuldades da aceleração dos investimentos ou do tempo que levaria para a valorização das terras estavam postas, aumentando ainda mais a necessidade de aporte de capital da Companhia para que ela pudesse suportar esses anos iniciais.

Outro aspecto extremamente destacável é que os imigrantes já iniciavam o processo de ocupação das novas terras endividados e a sua capacidade de geração de excedente, ao invés de capitalizá-lo, serviria para o pagamento de suas dívidas. Associado a isso, e no lastro de Rugendas, é sabido que "o trabalho seguido, pertinaz, pode levar mesmo a abastança; raramente, porém, ou nunca, à riqueza"[257]. Por conta disso tudo, podemos crer que Ottoni estava certo no sentido de que, para esse modelo funcionar, o imigrante teria realmente que trazer capital para comprar a terra ou técnica para torná-la rapidamente em uma área produtiva. Como no segundo caso a adequação dessa técnica à nova realidade era mais difícil, restava, portanto, que ele viesse com capital, o que não ocorreu.

[257] Johann Moritz RUGENDAS, *Viagem Pitoresca Através do Brasil*, 1835, p.199.

As relações de trabalho são essenciais para se compreender a "colonização" e, como visto, embora Theophilo Ottoni acreditasse em um tipo específico de ocupação, os imigrantes do qual ele conseguiu dispor era totalmente diferente daquele projetado. Rugendas, em 1835, destaca que, para se desenvolver no Brasil, o "colono" deveria possuir "um pequeno capital, principalmente para o camponês, o qual paga a sua experiência muito caro antes de acomodar as suas idéias européias ao país em que se encontra"[258].

Por fim, Rugendas analisaria a colonização através dos Chineses, implantada perto de Santa Clara e que, mais tarde, seria confundida como sendo consequência da Companhia de Navegação do Mucuri. Para o viajante alemão, a empreitada do Governo permitiria a produção de chá, fazendo com que o capital destinado à compra dessa especiaria não fosse enviado ao oriente, possibilitando o complemento do fluxo internacional de comércio entre o Brasil e os países europeus. Estes poderiam exportar produtos para o Brasil, aumentando as suas relações e, com isso, voltando a tônica ao comércio internacional[259].

Celso Furtado, ao avaliar as "colonizações" desse período, demonstra quais os empecilhos estruturais ao seu funcionamento. Primeiro, seria preciso a criação de uma mercadoria que proporcionasse a rentabilidade das "colônias" e para que as mesmas conseguissem se estabelecer e fixar capital. Para realizar essa acumulação, duas alternativas seriam possíveis: produzir para exportação, o quê exigiria a *plantation* e, consequentemente, um aporte de capital inviável para colonos pobres da Europa e, segundo, produzir para o comércio interno. Mas como fazer isso dentro da perspectiva de mercados insuficientes e, quando imaginamos o Mucuri, de sociedades isoladas às brenhas dos sertões? Além disso, a oposição conservadora seria clara, tendo em vista que, se a solução para as colônias seria a implantação da grande produção agrícola, como a do café ou do algodão, a migração desses

[258] Johann Moritz RUGENDAS, *Viagem Pitoresca Através do Brasil*, 1835, p.199.

[259] "Quando a Europa puder obter no Brasil todo o chá de que necessita, ou pelo menos a maior parte dele, não será mais obrigada a pagá-lo com metais preciosos. Para compensar o valor imenso do que compra, ela exportará mercadorias para o Brasil. Então será sustada a evasão do metal para o Oriente, a indústria receberá novo impulso, tanto do aumento dos capitais como do acréscimo das importações.", Johann Moritz RUGENDAS, *Viagem Pitoresca Através do Brasil*, 1835, p.199.

trabalhadores, segundo o economista, em nada seria rentável aos produtores estabelecidos, tendo em vista que, em caso de sucesso dessas produções, teríamos o aumento da concorrência, prejudicando-os em suas vendas[260]. A Companhia, entretanto, seria o elemento de junção dessas pequenas produções de todo o Norte Mineiro, fazendo com que, mesmo sob a realidade das pequenas produções agrícolas, esse mercado tivesse acesso ao comércio internacional sob os auspícios dos armazéns da empresa.

Além desse elemento integrador dos espaços e das produções, existe, de fato, algo de pioneiro na empreitada de Theophilo: a própria experiência de que tratam os Ottonis como modelo para a estruturação de associações, protótipos do que modernamente conhecemos como as sociedades anônimas. Essas sociedades podem captar capital de diversos no mercado e com esse capital gerar o desenvolvimento de empresas e, subsequentemente, a gênese do capital industrial no Brasil, oriundo do investimento privado, como ocorrera nos Estados Unidos da América. Por conta disso, Cristiano Ottoni asseverara que resistiria ao máximo à encampação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri e tentaria os "últimos esforços" no sentido de não permiti-la. O medo dos Ottonis era que a companhia se tornasse uma "repartição pública" e, caso isso ocorresse, eles esperavam que pudesse existir pelo menos um Ministro capaz de "criar novos hábitos", entretanto, não conseguiam também vislumbrar, dentro daquele cenário do governo imperial, essa figura ministerial que pudesse dar continuidade ao projeto de forma efetiva e eficiente, no qual fadaria a companhia ao fracasso[261].

---

[260] "Para que as colônias chegassem a constituir um êxito como política imigratória e atraíssem pelo exemplo correntes espontâneas de povoamento, teria sido necessário que as mesmas se dedicassem de imediato a atividades produtivas rentáveis. Esse objetivo só poderia ser alcançado em dois casos: integrando a colônia nas linhas de produção de um artigo de exportação, ou orientando-a de imediato para a produção de artigos que dispusessem de mercado o país. A produção para exportação estava organizada no sistema de grandes plantações, exigindo uma imobilização de capital que não era acessível aos colonos em sua etapa de instalação. Em todo o caso, se se decidissem a plantar café, os colonos teriam que concorrer com empresas que exploravam a mão de obra escrava. Demais, é perfeitamente explicável que a classe dirigente da economia cafeeira, cuja influência no Governo já era decisiva, não demonstrasse nenhum interesse me subsidiar uma imigração que em nada concorreria para solucionar o problema de mão-de-obra em suas plantações e que com ela viesse concorrer no mercado de café." Celso FURTADO, *Formação Econômica do Brasil*, 2003, p. 125.

[261] Christiano Benedicto OTTONI, 21 de agosto s/a, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-3, 32, 9.

Em outro sentido, existiam aqueles que defendiam a intervenção direta do Governo Imperial na instalação e controle dessas colônias. Robert Avé-Lallement acreditava que a colonização não poderia ser tratada, administrada por empresas privadas e identifica essa diferença entre as duas colonizações no Brasil quando compara a colonização alemã realizada no Sul do País e aquela realizada no Mucuri:

> No primeiro volume de minha Viagem pelo Sul do Brasil, tive o prazer de poder esboçar um quadro singelo da alegre e pujante prosperidade duma colônia alemã, de colonos não sujeitos a condições servis e às injunções especulativas dum empresário particular. No primeiro volume da presente narração de viagem, tenho infelizmente de esboçar um quadro inteiramente oposto, o da lenta ruína de numerosos imigrantes, na mais negra miséria, num rio do sul da Província da Bahia, o Mucuri, o triste resultado da especulação empreendida por uma sociedade anônima[262].

Por outro lado, Theophilo Ottoni faria uma comparação da sua "colônia" com aquela que funcionava ao lado, a colônia militar do Urucu, de responsabilidade do Governo Imperial. Através dela, demonstraria que a condição dos chineses, mesmo tendo ocupado a terra há muito mais tempo, era muito pior que a dos primeiros colonos de Santa Clara ou Filadélfia. Além disso, a sobrevivência da "colônia" dependia agora do fluxo de comércio realizado pela Companhia que supria os seus habitantes com toda a sorte de produtos, recebendo do Governo, por esse funcionamento, somente *a posteriori*.

Além disso, como visto, a família Ottoni refutou inúmeras vezes o parecer do viajante alemão, informando que a opinião ali expressa não passava de um ataque político dirigido a pessoa do seu dirigente e enviado por altos representantes do partido conservador. Para elucidar a situação no Mucuri, Theophilo solicitaria que fosse realizado pelo Governo Imperial um "inquérito severo, por comissões imparciais, e que oferecessem as necessárias

[262] Robert AVÉ-LALLEMANT, *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe,* 1858, p.11-2.

garantias”[263] desta imparcialidade. Segundo ele, caso essa comissão fosse realmente imparcial, verificaria que a colonização do Mucuri era um sucesso e que a condição dos colonos já instalados em Filadélfia em nada condizia com o relato do médico Robert Avé-Lallemant.

Em seus discursos mais ferozes Ottoni tinha a capacidade de transbordar toda a sua ironia, quase machadiana. Dentre as várias repostas que realizou ao médico alemão, da parte de uma delas podemos assinalar todo o perspicaz veneno que Theophilo, quando queria, sabia destilar:

> Mas a recente vocação do doutor era fazer vida de sábio. E, como com empenhos tudo se consegue no Brasil, alcançou o doutor do governo imperial uma subvenção mediante um contrato, cujas cláusulas são mistério para mim, e pôde, á custa do tesouro brasileiro, satisfazer o ardente desejo que nutria..... *de viajar!* ....[264].

A crise gerada com o fim do tráfico fez com que o Governo intensificasse a vinda de imigrantes europeus para o Brasil e aquilo que Theophilo Ottoni previa acabaria acontecendo. Como os agentes comissionados do Governo passaram a ganhar por produção e, muito embora o recebimento por parte desses comissários só ocorresse quando os imigrantes de fato se instalavam e pagavam pela suas ocupações, o volume de pessoas que esses comissários conseguiam embarcar serviria aos intentos. Assim, esse novo conjunto de imigrantes que viria para o Brasil, nem de longe seria formado por pessoas possuidoras de capital para investir no novo Mundo, mas toda a sorte de

---

[263] “O Sr. Murta não podia deixa de especular com os deploráveis acontecimentos que se deram na colônia do Mucury. Em razão das torpes calunias levantadas contra a companhia por um emissário alemão que aqui veio, o Governo Imperial mandou um primeiro emissário proceder as devidas investigações. Este homem, também alemão, bem que não passasse de Santa Clara, e ali se demorasse menos de 24 horas, apresentou um relatório evidentemente sugerido pelo caluniador. Em tais circunstâncias tendo legítimos motivos de suspeição contra o comissário alemão, requeri do governo imperial que houvesse por bem mandar proceder a inquérito severo, por comissários imparciais, e que oferecessem as necessárias garantias.”, Theophilo Benedicto OTTONI, “O Mucury e o Sr. Murta”. In: Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 99A, 5, 26.

[264] Theophilo Benedicto OTTONI, “Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucuri”, 10 de Maio de 1860, Rio de Janeiro, Typografia do Correio Mercantil, em anexo, APM, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0048/XIX Filme 006 Flash – 03, Negativo F1. Appenso B, p.9.

pessoas, sem critérios. Portanto, segundo Ottoni, seria esse motivo que teria prejudicado de sobremaneira a sua forma de colonização.

Ao invés de capitalizar com a venda de terras, a Companhia passava a descapitalizar com o adiantamento de víveres e ferramentas para aqueles "colonos" que, por sua vez, dificilmente conseguiam pagar a Companhia. Associado a isso, muitos deles não possuíam nem o segundo tipo de capital, a lida da terra, como detalhara Ottoni. Quando recebia "colonos" franceses e prováveis citadinos horrorizados com a floresta, isso vai ficar ainda mais claro, tendo em vista que não traziam nem capital, nem a capacidade de trabalhar com a terra. Além de lidar com esse tipo de situação, a Companhia tinha que criar uma perspectiva favorável à vinda destes imigrantes europeus, enfim, instaurar condições de vida que permitissem a fixação. Assim, muitas propagandas positivas eram feitas para que o imigrante imaginasse que, nas novas terras, eles iriam encontrar as condições ideais de vida, como no Éden. Entretanto, para Ottoni isso não poderia ser realizado de forma enganosa, sendo necessário deixar claro que, para conseguir ser proprietário de novas terras, o imigrante teria que derrubar a floresta, produzir, montar a sua estrutura de habitação e de manutenção dessa produção. Para isso, Theophilo Ottoni manteve em Leipzig um agente que fazia a captação de colonos e enviava para a Colonização do Mucuri. Segundo seus relatos, somente essa captação pôde gerar frutos positivos para a colonização do Mucuri, enquanto aquela imigração proporcionada pelo Governo Imperial somente tinha trazido degredados europeus.

Como parte do projeto de valorizar aquela ocupação, Theophilo apresenta um quadro de alegria e de satisfação para a "colonização" da Comarca de Filadélfia que, em festa, recebia os novos colonos e os introduzia de forma saudável na nova cidade. Entretanto, quando os alemães – entre eles, Henrique Handelmann – analisam o estado de seus conterrâneos, a alegria e a segurança de Filadélfia aparecem apenas nos folhetos distribuídos "naturalmente" por alemãs na Europa. Esses folhetos destacavam as vantagens de se morar nas proximidades do Mucuri, a grandiosidade e modernidade da Cidade que se construía para abrigar esses novos moradores e as liberdades que o imigrante poderia encontrar nesse novo espaço.

Inclusive, em tom irônico, o alemão citaria que a Companhia, para criar um entreposto entre Minas Novas e São José de Porto Alegre, a segunda na foz do rio Mucuri, resolvera comprar terras. Essas terras, além de aumentar a rentabilidade da empresa, seria apresentada nessa publicação "espontânea e totalmente alemã" como extremamente vantajosas graças às garantias que davam à Companhia do Mucuri, além das vantagens "da natureza e do clima" que possuiria a cidade do amor fraternal: Filadélfia. O historiador alemão esperava que esse folheto não tivesse a repercussão que os administradores da companhia pretendiam dadas as condições adversas das terras, do clima e da cidade de Filadélfia. Para conseguir viver nesse Éden, o indivíduo teria que possuir um canal direto e bem relacionado com o próprio Deus e, diga-se, "Deus mesmo, quando vier, que venha armado"[265]:

> Nós cremos e esperamos que o mencionado folheto não tenha tido nem venha a ter o resultado digno de nota; ´de mais a mais´, assim refere uma carta particular da Bahia, que temos presente, ´quem não tiver medo das febres palustres e maleitas, das quais morrem até os próprios soldados e engenheiros e seus auxiliares brasileiros, esse cuide de reconciliar-se com Deus´[266].

O relato de Henrique Handelmann sobre o Mucuri estaria baseado na visita do patrício Robert Avé-Lallemant e, segundo Ottoni, resultado dessa campanha do gabinete conservador para prejudicá-lo. Para demonstrar como a política de colonização teria mudado ao longo do tempo, inutilizando muitos dos projetos que se desenvolviam pelo Brasil, Theophilo Ottoni caracterizaria essas flutuações, criando três momentos específicos de como elas foram tratadas no Segundo Império: a primeira fase da colonização ocorreu "de 1824 a 1844; a segunda, de 1845 a 1853; e a terceira, de 1854 a 1861"[267].

---

[265] Guimarães ROSA, *Grande Sertão: Veredas*, 2001.
[266] Henrique HANDELMANN, *História do Brasil,* 1856, p. 475-6.
[267] Theophilo Benedicto Ottoni, Interpelação ao Ministério, relativamente à atitude da Câmara dos Deputados de Berlim, contra a Emigração para o Brasil in: Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni, nº12, Sessão de 20 de julho de 1861, p. 569.

A primeira seria fruto da Independência e este fato chamaria a atenção dos estrangeiros para as possibilidades da jovem nação abrindo perspectivas para que pudessem ser ocupadas "terras virgens e ubérrimas". Segundo Ottoni, embora tenha gerado esse interesse, a falta de incentivo do Governo Imperial não permitiu o desenvolvimento destas ocupações, tornando estéril a primeira fase. Foi a lei de 1845 e 1846 que daria novo impulso à "colonização", destinando para o Estado uma verba própria com o intuito de impulsionar a vinda de "colonos" estrangeiros. Ottoni denomina a segunda fase como a de ouro para a colonização. Além de Petrópolis, que surge com o apoio e administração do Governo Imperial, o período proporcionaria a instalação das Colônias de Blumenau e D. Francisca sem o auxílio do Estado. No Rio Grande do Sul, o Governo da Província "começava a dar aquela proteção discreta que pôde fazer aumentar o movimento da colonização"[268]. Surgiria, com esse incentivo, colônias como São Leopoldo, Santa Cruz, Mundo Novo. Em Santa Catarina também nasceriam colônias como Brusque, Santa Isabel, além de muitas outras em diversos Estados.

A terceira fase seria considerada, por Theophilo Ottoni, como uma reviravolta na política de Estado quanto ao apoio à "colonização" e, principalmente, pelas novas práticas adotadas pelos ministérios que, ao invés de incentivar a "colonização" voluntária, passou a contratar prestadores de serviços na Europa. Estes enviavam para o Brasil qualquer tipo de "colono", desde que tal vinda proporcionasse, como já comentado, a sua comissão. Além disso, segundo o agora Senador Ottoni, o Governo passa a intervir de forma mais efetiva nas "colonizações", inclusive tomando para si algumas administrações, como ocorreram nas principais localidades e que as tornaram mais lentas e precárias. Essa fase é chamada por Ottoni como a "fase de ferro da colonização"[269] que implicava na péssima visão dos governos estrangeiros sobre o trato dado no Brasil aos seus compatriotas.

---

[268] Theophilo Benedicto Ottoni, Interpelação ao Ministério, relativamente à atitude da Câmara dos Deputados de Berlim, contra a Emigração para o Brasil in: Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni, nº12, Sessão de 20 de julho de 1861, p. 571

[269] Theophilo Benedicto OTTONI, "Interpelação ao Ministério, relativamente à atitude da Câmara dos Deputados de Berlim, contra a Emigração para o Brasil" in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12*,* Sessão de 20 de julho de 1861, p. 574.

Como visto, a “colonização” está sujeita a desenvolvimentos que podem implicar no perfeito andamento do projeto ou, em determinados momentos, em crises oriundas de sua instauração determinada pelos fluxos e refluxos em sua ocupação, dentre outros aspectos. Além disso, ao atribuir a agentes estrangeiros a seleção dos colonos, o governo inviabilizava a colonização por ter criado um tipo de imigrante totalmente diferente do modelo de acumulação proposto, ao menos no projeto de Theophilo, fazendo com que se atravancasse o processo de produção e acumulação do capital.

Enfim, nem sempre o objetivo da companhia era o mesmo daquele que possuía o agente. Este, na maioria das vezes comissionado, faria de tudo para trazer números que não poderiam ser suportados pela Companhia. Todas as vezes que isso acontecia, Ottoni precisava recorrer ao Estado, atribuindo a esteo papel de controle e qualidade dos colonos. Mesmo porque todas as vezes que estes chegavam em excesso para Santa Clara ou Filadélfia, o custo dos alimentos subia em virtude desse crescimento da demanda, fazendo com que o clima de insatisfação de fato aumentasse de forma significativa.

O que parece injustificável, exceto por essa visão mais política do que empresarial do fundador de Filadélfia, é que a Companhia, negociadora dos produtos, recorresse e reclamasse do Estado. O aumento do preço dos alimentos iria gerar, por sua vez, um crescimento dos ganhos da Companhia e como o comércio era controlado somente por ela bastava que se aumentasse a quantidade de produtos ofertados naquele mercado. O que de fato oneraria a Companhia não seria a ampliação da demanda de víveres, tendo em vista que a própria empresa controlava esse mercado, e sim, que os “colonos”sem capital se endividassem com a Companhia de Comércio, dificultando esses pagamentos[270].

[270] “Saindo totalmente de minhas instruções, o Sr. Dr. Schmidt fez-me a remessa dos 176 colonos do Christiansund, adiantando-lhe mais do quádruplo do que havia permitido, e enviou o navio para o porto de Vitória. Sujeitei-me ao adiantamento forçado das somas que já estavam em poder do agente, e mesmo por honrar-lhe a firma paguei ainda uma quantia pequena que sacou, recusando fazê-lo pelo mais excesso. – De tudo dei circunstanciada conta ao Governo Imperial em meu ofício de seis de agosto do ano passado.
Motivos de força maior me obrigaram a mandar colocar nas vizinhanças de Santa Clara os 176 colonos do Christiansund. Quando este navio chegava a Vitória recebiam-se de Filadélfia notícias assustadoras acerca da escassez e carestia dos víveres. Esgotados os recursos da última colheita a farinha vendia-se a 24$000 ao alqueire, e o toucinho a 20$000 a arroba. Era

Associado a isso, ao aumentar a quantidade de pessoas de forma desordenada por essa imposição do Governo Imperial de que as Companhias de Colonização absorvessem um maior número de contingente populacional, a Companhia teria que aumentar a sua infra-estrutura. Isto para atender a essa nova realidade, exigindo, por sua vez, um conjunto de novos investimentos de forma abrupta.

Em outras palavras, mesmo que possuísse o exclusivo, talvez a empresa não tivesse escala para suportar o tamanho desse comércio. Assim, de forma bastante intensa, Theophilo se via obrigado a realizar os projetos iniciais que ligaria: Santa Clara a Filadélfia; Filadélfia a Minas Novas; desta para o São Francisco; da ligação de Filadélfia com o Serro poderia ser atingida a Cidade de Diamantina, segundo Ottoni, na época, a maior cidade de Minas Gerais. Além, claro, de aumentar os armazéns de Santa Clara, a quantidade de terrenos em Filadélfia, a ampliação de igrejas, de praças, de ruas e oferecimento dos vapores, tudo isso ao mesmo tempo.

A crise nessa estrutura pode ser ilustrada na administração da própria companhia que, além de tudo, tinha que lidar com os casos de abusos no preço dos alimentos da Colonização Imperial do Urucú. Quando Theophilo descreve ao Governo Imperial que um dos trabalhadores daquela Colônia praticava, a sua revelia, preços muito acima dos valores de mercado, monopolizando aquele comércio e fazendo com que aqueles moradores procurassem os armazéns da Companhia fica claro, primeiro, a debilidade dessa distribuição de produtos e, segundo, o poder que possuía a Companhia com o exclusivo. Se por um lado Theophilo receberia ordens do Governo Imperial para se praticar, naquele espaço, o livre comércio, por outro, é claro que esse livre comércio só era livre internamente, pois era a Companhia a distribuidora dos produtos entre esses mercados.[271]. Ou seja, de defensor do

---

de temer que para conservar os colonos que já estavam em Filadélfia, e na Colônia Militar do Urucu fosse mister empregar exclusivamente todos os meios de transportes da companhia em conduzir mantimentos de Santa Clara para o interior." Theophilo Benedicto Ottoni, A Colonização do Mucuri (1859) In: Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri, Regina Horta Duarte (Org.), p. 126-79

[271] "Para agravar a dolorosa decepção destes colonos fui aqui informado que um empregado da colônia fazia pela sua posição o monopólio dos víveres, e impunha-os por preços exorbitantes aos colonos. Interessado pela sorte destes infelizes dei conhecimento do fato ao Governo Imperial, que removeu dali o empregado, e deu a meu pedido as mais terminantes

exclusivo a crítico do mesmo, quando os negócios não passavam pelo seu crivo.

O contrato com o Governo Imperial firmado em 8 de abril de 1851 deixaria claro que a companhia teria exclusividade no transporte pelo Mucuri por 40 longos anos e a proposta anteriormente citada eram de 80 anos, desde que revertesse ao tesouro os impostos estabelecidos por lei[272]. A defesa dos direitos de exclusividade e de outros benefícios já tinha sido colocada em questão desde a vinda da família real para o Brasil, em 1808. O Visconde de Cairu, que clamava de forma positiva pela abertura dos portos e quebra do exclusivo de comércio como maneira de se desenvolver a economia na América Portuguesa, acreditava também na necessidade de desenvolvimento da indústria, com a realeza criando mecanismos de proteção e dando exclusividade a alguns investidores que quisessem implantar ou desenvolver novas técnicas de produção[273].

O Visconde de Cairu havia transformado em doutrina os princípios liberais, adaptando-os à realidade local. Assim, não defendia o exclusivo de forma generalizada, mas que o mesmo deveria ser implantado quando e onde

---

ordens para ser mantida rigorosamente a liberdade do comércio na colônia. Ao mesmo tempo ordenou que a etape fosse dada em mantimentos, e não em dinheiro." Theophilo Benedicto Ottoni, A Colonização do Mucuri (1859) In: Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri, Regina Horta Duarte (Org.), p. 145

[272] "8 de abril de 1851. à Theophilo Benedicto Ottoni, diretor e empresário da companhia de navegação do mucuri se há de passar carta de privilégios exclusivo concedida por quarenta anos a mesma companhia para a navegação por vapor tanto do Rio Mucury e seus confluentes, como entre o porto da Villa de São José Porto Alegre e as Cidades do Rio de Janeiro e Bahia, na conformidade dos decretos de 31 de maio de 1847, no. 458 de 29 de agosto do mesmo ano, de 23 de abril de 1848, e no. 802 de 12 de julho de 1851: e para que possa pagar ao tesouro público os competentes direitos se lhe passou este. Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 6 de setembro de 1851". Biblioteca Nacional, Autorização para Pagamento de Jóias, C-0605,010, no. 003.

[273] "Depois da nova legislação do alvará de 1 de abril de 1808, que deu franqueza à indústria deste Estado do Brasil, e do alvará de 28 de abril de 1809, que fixou os direitos, e favores devidos aos industriosos eminentes, distintos e comuns, conciliando os recíprocos e indissolúveis interesses da mãe pátria, e filha, é notório que não tem havido concórdia de opinião sobre os meios mais oportunos para se animarem e promoverem os estabelecimentos de fábricas; e até pessoas de luzes, desinteressadas, e que desejam o bem deste país, entendem ser convenientes darem-se privilégios exclusivos, e auxílios extraordinários, aos primeiros introdutores de máquinas e manufaturas de grande importância, ainda que assaz conhecidas nas nações civilizadas, considerando-os dignos de igual indulto concedido aos inventores e introdutores de alguma nova máquina, ou invenção nas artes, contanto que os ditos privilégios sejam locais, temporários e improrrogáveis." José da Silva Lisboa, Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil In: *Visconde de Cairu (1810),* Antonio Penalves ROCHA (Org.), São Paulo, Editora 34, 2001. p. 213, [Coleção Formadores do Brasil].

o desenvolvimento “natural” da indústria não se efetivasse. Como exemplo, acreditava que a proteção ao comércio de áreas distantes, e que contasse com a presença de povos bárbaros, poderia ser objeto de concessão. Assim, não poderia sofrer recriminações e protestos quanto aos preços praticados no monopólio em virtude de que o mesmo comércio não existia anteriormente e, portanto, não se poderia fazer qualquer tipo de comparação de preços[274].

De forma alguma estamos tratando do exclusivo de comércio colonial, mas de proteções que incentivam o investimento de empresas de infra-estrutura para que, ao suportarem os momentos iniciais de baixa demanda de seus produtos, essas empresas consigam se capitalizar nos momentos posteriores com essas proteções. A diferença principal se encontra no fato de que, enquanto o primeiro não internaliza a acumulação de capital, essa segunda forma de privilégio de comércio permite exatamente essa acumulação. Embora o mecanismo seja o mesmo, o seu resultado é totalmente diverso.

Ainda quanto à questão dos preços, e respondendo ao Sr. Murta, deputado provincial de Minas Gerais, Ottoni apresentaria em sua defesa que os “colonos”, inclusive os Chins de responsabilidade do Governo Imperial, comiam arroz e farinha por um preço muito mais baixo do que aqueles praticados no mercado local e mesmo com determinada alta de preços, na entre safras, os colonos poderiam pagar mais barato em virtude do controle e

[274] “O privilégio exclusivo de uma companhia pode-se justificar quando ele é o único meio de abrir um comércio inteiramente novo com povos afastados e bárbaros; vem então a ser como uma *patente de invenção*, cuja vantagem sobre os riscos de uma empresa arriscada, e as despesas da primeira tentativa. Os consumidores então não se podem queixar da carestia dos produtos, que seriam ainda mais caros não havendo o privilégio, pois que absolutamente não existiriam. Mas, a exemplo dos privilégios dados aos inventores também aquele outro privilégio não deve durar senão o tempo necessário para indenizar completamente os empreendedores de seus avanços e riscos. Findo este termo, tal privilégio não seria mais que um dom que se faria gratuitamente à custa de seus concidadãos, que tem recebido da natureza o direito de se procurarem as mercadorias que precisam, onde eles o podem, e ao mais baixo preço possível.”, José da Silva LISBOA, Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil In: *Visconde de Cairu (1810),* Antonio Penalves ROCHA (Org.), São Paulo, Editora 34, 2001. p. 249, [Coleção Formadores do Brasil]

armazenagem gerados por Augusto Ottoni, seu irmão e também administrador da Companhia[275].

Não estamos questionando aqui os ganhos que a empreitada do Mucuri poderia permitir ao desenvolvimento, ou mesmo a consolidação da nacionalidade brasileira, em virtude dessa integração. Isso parece claro. Podemos até comprovar, inclusive, que o desenvolvimento da Companhia poderia possibilitar a melhoria da província e dos serviços prestados à produção em geral, como foi o caso da estrada construída para integrar o porto do Mucuri, em Santa Clara à Nova Filadélfia,apresentada pelo próprio Ottoni como a melhor estrada da província de todo o Império[276]. O que podemos questionar em verdade é a que custo isso se realizou.

É salutar que compreendamos como esse processo de "colonização" empreendido por Theophilo Ottoni não consegue, de fato, perpetuar a acumulação do capital e embora tenhamos trilhados vários agravantes para o seu desenvolvimento, podemos estabelecer que o mesmo, em virtude da sua magnitude, continua atrelado ao Estado Nacional. Em virtude disso, dependeria das flutuações do gabinete, gerando instabilidade para os investimentos. Bem sabemos que essas instabilidades aumentam o risco de uma crise financeira inviabilizando os projetos de longo prazo, como é o caso aqui.

Voltamos, por conta disso, ao movimento original que, baseado no lucro fácil e rápido e na proteção do Estado, retoma cada uma das instituições que o liberalismo europeu lutou para se desvencilhar: favor, apadrinhamento, beija-mãos, benesses do orçamento, não cumprimento das leis, dentre outros aspectos. Elemento que Ottoni parecia não ter espírito de enfrentar. Tudo isso, claro, vai se dar pela falta de uma ruptura mais significativa nas nossas

---

[275] "Os mantimentos estiveram no Mucury o ano passado por preços fabulosos, enquanto os particulares comião arroz e farinha de 20$000 á 30$000 Rs os colonos e os Chins o gastavão do custo de 2$500 a 5$000 por que a alta previdência do Sr. Augusto Ottoni se acautelava contra o monopólio comprando no tempo das colheitas.", Theophilo Benedicto Ottoni, O Sr. Murta e Mucury, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 102, 3, 148.

[276] "Temos em excelente estado de conservação, a bela estrada de Santa Clara a Filadelfia – tal, me abalanço a afirmar, que em tamanha extensão nenhuma igual existe nem em Minas, nem em outra Província. Vê-se nessa magnífica estrada o tráfego entregue com vantagem aos cuidados do interesse particular, que já emprego naquele serviço cerca de 40 carros recentemente comprados à companhia." Theophilo Benedicto OTTONI, "A Colonização do Mucuri (1859)". In: *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*, Regina Horta Duarte (Org.), ano, p.162.

instituições políticas e é alarmante saber que o próprio Ottoni, que lutou contra essa lógica com "chumbo, pólvora, salitre e armamentos"[277] em um dia, no dia posterior, ou em outro momento, precisava balançar lenços brancos de conciliação com o poder, mesmo para ser oposição a ele.

Enganamo-nos quando pensamos que essa proteção ao capital privado feita pelo Estado não se encontrava nas origens do pensamento liberal. Para esses homens do século XIX, o Estado deveria ser o mecanismo de proteção dessas empreitadas iluministas que trariam o desenvolvimento do país e o progresso material para a nação. Essa forma de pensamento não é uma particularidade de Teophilo Ottoni, pois apresentamos no subcapítulo anterior que o receituário liberal de um Stuart Mill admitia esse tipo de proteção para algumas economias. Quando trata a respeito das comunicações e transportes, o liberal inglês daria base teórica para a defesa de Ottoni da Cia União Indústria. Para aquele autor de *Princípios de Economia Política*, o Estado deveria "outorgar uma concessão por tempo limitado", sendo "o proprietário de canais e ferrovias, sem que ele mesmo os opere"[278]. O Estado deveria criar as condições para que a iniciativa privada operasse aqueles investimentos de interesse geral, nacional e, muitas vezes, gerados pela proteção e investimentos públicos. Enfim e resumindo, desejava-se que particulares operassem o lugar, com recursos e sob a proteção do próprio Estado.

Essa relação deveria ser formalizada. Segundo o projeto de Theophilo, a cada milha de trilho fincada, o governo deveria reverter para a Companhia, no caso a União Indústria, um aporte de capital pelos serviços prestados pela Companhia para o público em geral. Além de permitir que, durante um espaço de tempo pudesse a estrada além Paraíba usufruir de exclusivos até a perfeita fixação do capital e maturação dos seus investimentos[279]. Com essa regra clara, e caso fosse cumprida, qualquer empresário que se lançasse na empreitada saberia o que esperar do Estado Nacional sem precisar de favores para a realização de seus negócios.

---

[277] Theophilo Benedicto OTTONI, *A Circular de Theophilo Ottoni*, 1860-1, p. 65.
[278] Stuart MILL, *Princípios de Economia Política*, vol. II, 1986, p. 410
[279] Theophilo Benedicto OTTONI, Sobre as estradas: A de Ferro D. Pedro II; A de Rodagem União Indústria, entre outras in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni, nº12*, Sessão de 5 de agosto de 1862, p. 706.

Isso não é confuso apenas no Brasil e, de fato, a modernidade de Theophilo Ottoni se aproxima de forma significativa daquilo que pregavam os "patriotas" americanos, como destaca Robin Blackburn: "para homens como Thomas Jefferson ou Benjamin Franklin, o cidadão ideal era um proprietário independente; a independência desta pessoa podia ser ameaçada tanto pelo endividamento ou pelo monopólio mercantil quanto por um governo arbitrário e não representativo"[280].

Embora em determinados momentos há a sensação de um falso liberalismo, seguindo a esteira dos liberais americanos, parece claro que Theophilo defendia tanto os mercadores de escravos, quanto homens que pudessem realizar investimentos significativos no Brasil e também o exclusivo de comércio para que algumas companhias conseguissem se desenvolver. Enfim, estamos lidando com aquela sensação da moral americana de que o mercado é secundário quando comparado às liberdades e aos interesses individuais[281]. Mais que isso, liberdade e interesses individuais se efetivam na obra, não no mercado. Nesse sentido, pouco importa se estamos lidando com a *plantation* ou a *farm*, com o trabalho cativo ou "livre", pois o que no fundo importa é o progresso material, a qualquer custo. Os novos liberais é que parecem não ter compreendido esse receituário.

Deve-se lembrar que a mudança gerada nos controle de câmbio, na transição da tarifa Alves Branco, protegeu o capital nacional e incentivou o desenvolvimento de uma industrialização, fosse da produção agrícola, fosse daquela ligada à produção de ferro para as Companhias de transportes. Enfim, efetivou-se de forma generalizada, sem atender a interesses individuais, aquele incentivo à produção, aquele protecionismo que Theophilo e outros liberais pregavam. Só que essa proteção dura até a queda do Ministério liberal e, novamente, a falta de uma política de Estado prejudicaria uma série de negócios que se instalara no período anterior.

---

[280] Robin BLACKBURN. *A queda do Escravismo Colonial (1776-1848).* Trad., 2002, p. 103.

[281] "Os colonos americanos eram, aparentemente, defensores do livre comércio, mas para eles o produtor independente, fosse artesão, fazendeiro, fabricante ou proprietário de *plantation*, tinha um valor político e social que não poderia nem deveria ser contradito pelo veredito do mercado. Sua "economia moral" só favorecia o livre comércio enquanto fosse compatível com a prosperidade constante do produtor independente.", Robin BLACKBURN. *A queda do Escravismo Colonial (1776-1848).* Trad., 2002, p. 103.

Além disso, com o fim do tráfico em meados do século XIX, seguindo Nelson Werneck Sodré, houve uma canalização deste capital para outras formas de investimento. Essa situação, associada ao afrouxamento dos créditos gerados pelo Banco do Brasil, permitiu que uma série de empresas, como a Estrada de Ferro Dom Pedro II e a empresa de navegação do Amazonas, conseguisse uma capitalização muito maior do que aquilo que ela necessitava[282].

Theophilo Ottoni bem lembrava como era farto e rápido o crédito, tendo em vista que bastavam algumas horas para que as ações da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri fossem vendidas no mercado do Rio de Janeiro. Caso previsse essa necessidade de incorporar "colonos" de forma abrupta, teria naquele momento lançado uma quantidade muito maior de ações. Se o fizesse, teria o capital necessário para sustentar a Companhia na crise, dando aporte de capital a esses imigrantes, bem como melhorado as condições de infra-estrutura na região do Mucuri.

Como não o fez, a Companhia precisou ser auxiliada com diversos aportes de capital, ora gerados pelo Governo Imperial e/ou provincial, ora por investimentos do Barão de Mauá, de forma direta ou através de empréstimos. Um desses empréstimos seria feito com o aporte direto de recursos através de acordo firmado com a Companhia Estrada de Ferro Pedro II, no mês de julho de 1859, iniciando o endividamento da empresa. Essa íntima relação entre os interesses do Barão, o Estado e uma série de políticos durante o Império vai ser lembrada por Raymundo Faoro, que estabelece as vantagens advindas do favorecimento, resultantes da força que possuía Irineu Evangelista de Souza entre alguns influentes representantes liberais, como Theophilo e Cristiano

[282] "Tais recursos ficaram, de súbito, em disponibilidade. Dado que o ideal do comerciante do tempo era tornar-se senhor de terras, e que a atividade agrícola do café ia em ascensão, proporcionando razoável rentabilidade, é permitido supor que tais recursos tenham sido transferidos da área do tráfico negreiro para a área agrícola. É fácil verificar, entretanto, que esse não foi o único destino daqueles recursos: ou permaneceram na esfera comercial, que a propriedade de navios facilitava, impulsionando a troca de mercadorias, ou se transferiram a outros campos, incluindo-se nestes o das manufaturas, estabelecimentos de crédito e mesmo serviços públicos e obras públicas. De qualquer forma, na primeira década da segunda metade do século, as alterações que o quadro brasileiro apresenta são flagrantes: as primeiras linhas telegráficas são de 1852; a primeira ferrovia de 1854. É um período financeiro de euforia: novas iniciativas comerciais, industrias e financeiras aparecem. A circulação monetária alarga-se demasiado, com a faculdade emissora permitida ao Banco do Brasil.", Nelson Werneck SODRÉ, *Formação Histórica do Brasil*, 2002, p. 272-3

Ottoni[283]. Vale lembrar que até 1857 o vice-presidente eleito da Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II era Cristiano Ottoni que, a partir deste ano, passou a comandar a companhia por nomeação do Governo, assumindo assim o cargo de presidente até 1859[284]. Enfim, o empréstimo não passaria de um negócio entre irmãos, envolvendo inclusive recursos públicos.

Essa estreita relação entre os negócios da Companhia e as diversas empresas do Barão pode ser vista amiúde durante toda a história da Companhia. Ou seja, desde o primeiro aporte de capital desta, pessoalmente, mediante Irineu Evangelista de Souza, que apareceria como um de seus principais acionistas, fosse bem depois, através de suas instituições: Ponta de Areia, Banco Mauá, McGregor e Cia, Banco do Brasil, Estrada de Ferro D. Pedro II. Além, é claro, do Banco Rural e Hypotecário, que tinha como principal acionista o Banco do Brasil que, naquele momento ainda pertencia ao Barão, dentre outras empresas. Destacamos esse último, porque toda a movimentação financeira de Theophilo Ottoni, nos anos iniciais da Companhia, são realizadas no Banco do Barão de Mauá

Em contrapartida, os negócios do Barão eram valorizados com a permanência e crescimento dessas Companhias. Além do capital financeiro,

---

[283] "O intercâmbio entre os negócios e o Estado confere à economia vibratilidade especuladora, ao tempo que confunde o empresário e o político, cobertos com a mesma sombra. Ergue-se Mauá à tribuna da Câmara dos Deputados, onde tinha assento, para pedir garantia de juros de 7%, em favor de uma empresa sua, a Estrada de Ferro de Petrópolis. ´Era lícito´ - nota o seu biografo - ´advogar abertamente serviços nacionais em nome próprio, quando o interesse público estava tão evidente.´ No senado, a pretensão foi arquivada, com o argumento de que o Estado não deveria ser tutor dos particulares, tutoria reconhecida e sancionada, em outros casos e quase sempre. O empresário foi mais feliz em outra investida: consegue do Parlamento uma autorização de empréstimo de trezentos contos, ao juros de 6% ao ano, pago em prestações semestrais, com prazo de cinco anos de carência. Outra maneira de assegurar o êxito da empresa era a associação ou o favorecimento político. Paraná pôs um filho, um genro e o pai deste entre os acionistas do Banco Mauá, Mcgregor e Cia. Só requereu um empresário a concessão da estrada de Ferro Santos a Jundiaí depois que o Marques de Monte Alegre, ex-regente, senador do Império, Presidente do Conselho, e o marquês de São Vicente, senador e futuro Presidente do Conselho, uniram ´seus nomes prestigiosos na política do país´ ao seu. Decidiu-se, ainda, a adquirir a Ponta de Areia depois que o ministro do Império, Joaquim Marcelino de Brito, lhe garantira a encomenda de produtos. A Estrada de Ferro da Bahia foi concedida a Muniz Barreto, sogro de Francisco Otaviano, advogado e amigo de Mauá, por coincidência político influente. As concessões nesse regime incestuoso entre economia e política, eram pleiteadas e obtidas pelos próprios deputados, senadores e conselheiros ou expoentes partidários. O rol, para exemplificar: Gonçalves Martins (Barão de São Lourenço), navegação do Jequitinhonha; Candido B. de Oliveira , bondes do Rio; Teófilo Ottoni, a colonização do Mucuri; Cristiano Ottoni, Mariano Procópio, Machado Coelho etc., o primeiro Senador e os outros deputados." Raymundo FAORO, *Os Donos do Poder*, Volume 2, 1975, p. 41-2.

[284] Barão de Mauá, *Autobiografia,* 1878, p. 186.

que girava nos seus bancos, é sabido que a tarifa Alves Branco, ao favorecer a produção industrial, possibilitou que a manufatura de ferro se internalizasse no Brasil. Isso gerou, por exemplo, a Companhia Ponta de Areia ou que os Construtores Miers criassem estaleiros no Brasil. Até 1857, quando houve o incêndio supostamente criminoso da siderúrgica e estaleiro de barcos a vapor do Barão, boa parte do dinheiro investido na Companhia voltava na forma de serviços a serem prestados a essas Companhias de Navegação para a construção dos vapores. Essa política econômica fez com que os investimentos na indústria de bens de capital pudessem dar os seus primeiros sinais de desenvolvimento, abortados com as quebras das tarifas a partir de 1857[285].

Não seria só a Ponta de Areia que teria um fim drástico: os momentos finais da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri nas mãos de Theophilo Ottoni também foram recheados de episódios dramáticos. Em 1858, o naufrágio do principal vapor da Companhia ocorreu quando o próprio diretor, de forma desesperada tentaria contatar o Imperador que se dirigia da Bahia ao Rio de Janeiro, sem grandes sucessos. Em virtude disso, dirigiu-se com o vapor Mucuri ao Rio de Janeiro em busca de uma solução para a empresa. No meio do caminho o vapor bate em um conjunto de arrecifes naufragando, sem vítimas.

Ao analisarmos os balanços patrimoniais da Companhia de Comércio do Mucuri, vericamos que não nos parecem coerentes as colocações de Nilmário Miranda, e demais biógrafos do diretor da Companhia, de que a encampação era desnecessária e se travou apenas por questões políticas. A realidade financeira da empresa é catastrófica e aqueles extraordinários lucros prometidos por Theophilo Ottoni aos acionistas nem de longe estavam perto de se realizarem. Em hipótese alguma podemos dizer que "o importante é resgatar a idéia de que a Companhia do Mucuri foi encampada e liquidada não por falência ou decadência, mas por razões alheias às suas possibilidades"[286]. Muito menos cremos que existia sequer uma mínima possibilidade da empresa

[285] "O amparo retorna à política de D. João VI, com o fomento das fábricas nacionais, estimuladas pela tarifa e por favores indiretos. Os bens de capital, nesse período de favores, que vai de 1844 a 1857 (até 1860), são importados em escala crescente, para cair em 1860, expandindo-se a compra de máquinas inglesas.", Raymundo FAORO, *Os Donos do Poder*, Volume 2, 1975, p. 41-2.
[286] Nilmário MIRANDA, *Teófilo Ottoni - A Republica e a Utopia do Mucuri*, 2007, p. 136

em questão ter se mantido se não fosse a benevolência do Estado. Assim, se esse Estado discordasse que se tratava de algo essencial para o projeto de desenvolvimento nacional e, com isso, a incorporação do norte mineiro aos mercados nacionais e internacionais, não existiria possibilidade alguma para a manutenção do negócio, de acordo com os padrões estabelecidos por essa administração.

Bastaria um estudo elementar do balanço de 1857, ou mesmo do balanço de saída de 1858 apresentado em anexo, para verificar que, ao somarmos o capital dos acionistas, as dívidas da companhia a terceiros e a conta de empréstimos do governo percebemos que durante 7 anos a rentabilidade da Companhia é da ordem de 1,96%, o que equivale a dizer um ganho de 0,28% a.a[287]. Isso se estabelece nos anos áureos da Companhia. Se tomarmos o balanço de 1859, a situação de retorno do capital, caso todos os ativos pudessem ser realizados, o que é impossível, significaria um ganho de 0,20% a.a[288]. Toda essa análise, sem levar em conta o passivo que se forma a partir de então, resumiria que os extraordinários lucros pregados no início da empreitada nem de longe poderiam se realizar. Isso qualquer bom guarda-livros, como o era Theophilo Ottoni, não poderia tergiversar.

Para agravar a situação da Companhia, boa parte do seu investimento se realizara em obras públicas, como bem detalha Theophilo Ottoni, fazendo com que quase 100% do capital social da empresa estivesse investido em um imobilizado de nenhuma liquidez: as estradas. Diríamos que esse investimento seria mais arriscado que a compra de escravos em meados da década de 80, do século XIX. Decerto ninguém, nem mesmo os Ottonis, faria novo aporte de capital, passando ao Estado o ônus de não ter inviabilizado esse negócio.

Por mais que acreditemos na ideia da necessidade de desenvolvimento do Norte mineiro, não podemos conceber que o enriquecimento da Companhia

[287] Theophilo Benedicto OTTONI. Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucury em 15 de Outubro de 1857. Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857. Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1.

[288] Theophilo Benedicto OTTONI, Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucuri, 10 de Maio de 1860, Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil, APM, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0048/XIX Filme 006 Flash – 03, Negativo F1.

fosse, a todo custo, levado a cabo pelo Estado. O volume de investimento que envolvia a empreitada era enorme e somente o ato do Governo Imperial ter pagado todo o aporte realizado pelos acionistas deveria ser visto como uma dádiva, tendo em vista que a mais simples análise do balanço demonstra a inexistência de uma perspectiva de retorno a curto prazo.

Enfim, reproduzia-se no Mucuri essa orgia histórica entre o público e o privado: o capital privado utiliza-se dos recursos públicos para desenvolver mecanismos de acumulação de capital, sob a própria proteção do Estado Nacional, e esses mecanismos não são tão eficiente quanto pregam os seus agentes. Enfim, em última instância, ao pequeno sinal de crise o Estado deve agir no sentido de garantir os interesses desses capitais, assumindo os seus riscos.

Esses investimentos em estradas, em novas veredas, nem de longe pode significar nas Minas Gerais, ou talvez em lugar algum, o avanço rumo à modernidade, rumo ao capitalismo. Se assim fosse, poderíamos conceber Minas Gerais, todo o sempre, como a mais desenvolvida das sociedades capitalistas. Quantos caminhos nessas montanhas, que nem sabemos aonde todas vão dar, se permitem o fluxo de mercadorias ou serviços? Além do mais, essa simbiose entre o capital público e privado permite que o segundo acumule capital através de atividades muitas vezes não necessárias à sociedade e ao próprio Estado. E aqui não estamos julgando a ligação do Norte mineiro com o Mundo. O que é pior, em nenhuma hipótese Theophilo poderia atribuir a falência de sua companhia à falta de proteção por parte do Governo, muito pelo contrário, aquele diretor reconheceria que o Governo Imperial recomendava essa proteção aos Governos Provinciais da Bahia e de Minas Gerais através de um aviso, publicado em 15 de julho de 1851[289].

O melhor negócio realizado por Ottoni foi fortuito: quando afunda o vapor Mucuri, em 1859. Com seus 73:537$000 contos de reis registrados no balanço de pagamentos, todo o acréscimo de ativos incorporados aos balanços da Companhia de Comércio poderia ser considerado zerado, ou seja, o estudo do

[289] Theophilo Benedicto Ottoni, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145 Cx.01. 25 de fevereiro de 1852.

balanço do ano seguinte ao naufrágio do navio demonstraria que a companhia de comércio não teria gerado sequer um reis de lucro para os seus acionistas durante todo o período de seu funcionamento. Isso tudo acrescido ao efeito negativo que poderia gerar, tanto para os analistas do governo, quanto para os investidores.

Os biógrafos de Theophilo Ottoni, como Basílio de Guimarães, Paulo Pinheiro Chagas e Nilmário Miranda apresentam o naufrágio do vapor Mucury como sendo a pá da cal sobre os negócios da Companhia e que esta havia sido destruída pela insensibilidade do Estado e pelas perseguições sobre o diretor. As perseguições existiram, é fato, mas também existiram proteções quando o Ministério era liberal. Discutível é a flutuação de interesses para os negócios, mas se é negócio, deve ser avaliado como tal. Alguns estudiosos como Valdei Lopes de Araujo chega a dizer que "*Pogirum* retornava à Corte no velho vapor Mucuri. Na noite de 31 de janeiro, navegando pelo litoral do Espírito Santo, o navio foi surpreendido por um forte temporal. A despeito dos esforços da tripulação, o barco é jogado contra as pedras e naufraga. Todos os tripulantes sobrevivem, mas o vapor Mucuri vai ao fundo, antecipando o fim da própria Companhia"[290]. Tudo isso nós parece mitológico demais.

Por isso, pensamos ser necessário averiguar atentamente os livros caixa da Companhia de Comércio para podemos ver, claramente, que o melhor negócio desde o início do funcionamento da Companhia tinha sido o naufrágio do vapor. Segundo estes registros, Theophilo Ottoni teria recebido uma letra de 70 mil contos de reis da Companhia de Seguros Terrestres, o quê equivaleria ao valor total do vapor. Esse dinheiro seria revertido em letra de 4 meses do Banco Mauá McGregor e Companhia a um percentual de 3%, valor muito maior que qualquer ganho que a Companhia pudesse gerar. Isso tudo permitiu que Theophilo passasse a operar com vapores alugados que se mostravam muito mais rentáveis do que o vapor Mucuri, como exemplo, o Vapor Macahense[291].

---

[290] Valdei Lopes de ARAUJO, Teófilo Benedito Ottoni: A Força Histórica de uma Experiência Moderna In: Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: A modernidade Possível. _____ (Org.), Belo Horizonte, Governo de Minas, Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, 2007. p. 35.

[291] APM, Fundo Secretária de Governo da Província, Série 1: Administração Imperial, Sub-série: Comércio, Agricultura, Artes e Indústria, SG32 - Livro Caixa da Companhia de

Além disso, a caótica situação financeira da companhia poderia ser amenizada com a entrada desse recurso em caixa. Um levantamento mês a mês dos livros caixa da empresa da sua conta bancos demonstra como a situação final da companhia pôde ser equilibrada. Isso se estabeleceu primeiro pelo empréstimo realizado pela Estrada de Ferro D. Pedro II, e depositado no Banco Mauá, McGregor e Cia no valor de 300 mil réis e, segundo, pelos ganhos de liquidez gerados pelos 70 mil do sinistro. Somente assim, com a destruição do patrimônio e endividamento da empresa, a contabilidade pôde registrar um saldo positivo no caixa da companhia.

Não precisamos ser especialistas em gráficos para verificar que desde 1853, por diversas vezes, a Companhia teve seus saldos zerados e recuperados por aportes externos. Isso persistiu até o ano de 1858 quando ela passou a operar com saldo de caixa negativo. Não estamos tratando de lucros, e sim, de caixa, o que significa que a empresa passa a partir daquele momento a não conseguir cumprir com os seus compromissos, parando de gerar investimentos e manutenção desses investimentos. Somente o naufrágio em 1861 permitiria que a Companhia voltasse a possuir recursos financeiros para saldar as suas dívidas e a tendência do gráfico que se segue demonstra que esse recurso não duraria muito tempo.

Navegação e Comércio do Mucuri (mai/51 a set/56), SG33 – Livro Razão da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri (mai/51 a fev/61), Série 2: Administração Provincial, Sub-série: Colonização/Emigração - SG789 Livro Caixa da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri (out/56 a out/61).

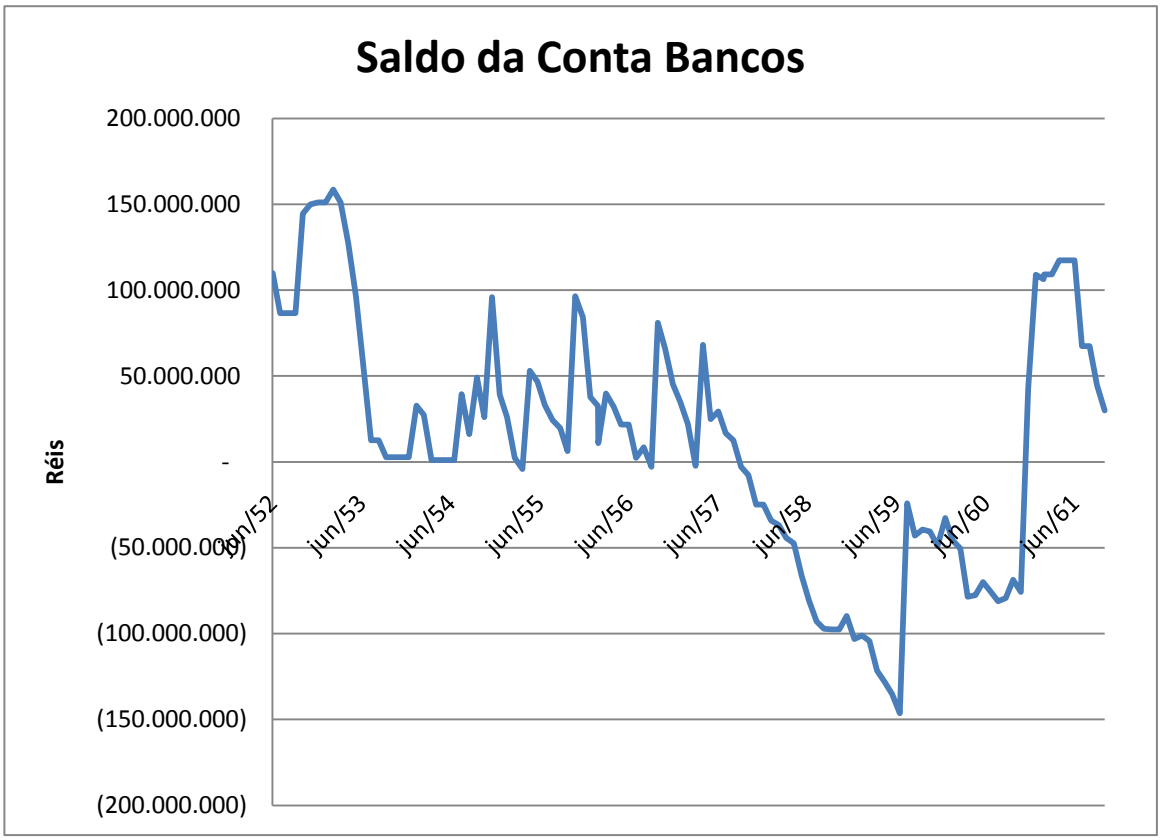


Gráfico 1: Saldo da Conta Bancos consolidado dos livros contábeis da Companhia de Comércio e Navegação do Mucury[292].

Além disto, o Governo da Província de Minas Gerais realiza uma série de aportes de capitais na companhia. Somados todos eles, somente a Província havia investido aproximadamente 240 mil réis, o equivalente a 20% do capital da empresa. Esses aportes ocorreram em momentos cruciais da Companhia, quando o saldo de caixa aproximava-se de zero. Assim, o governo provincial salvou a Companhia do Mucuri, injetando mais dinheiro na empreitada nos meses de junho, setembro e novembro de 1854, março e outubro de 1856 e abril de 1857.

[292] APM, Fundo Secretária de Governo da Província, Série 1: Administração Imperial, Sub-série: Comércio, Agricultura, Artes e Indústria, SG32 - Livro Caixa da Companhia de Navegação e Comércio do Mucury (mai/51 a set/56), SG33 – Livro Razão da Companhia de Navegação e Comércio do Mucury (mai/51 a fev/61), Série 2: Administração Provincial, Sub-série: Colonização/Emigração - SG789 Livro Caixa da Companhia de Navegação e Comércio do Mucury (out/56 a out/61).

Em 9 de maio de 1852, Theophilo escreveria ao Governador da Província de Minas Gerais, Luis Antonio Barbosa, sobre a facilidade de captação de recursos no mercado de capitais da corte, naquele período, e solicita do governador uma posição da Assembléia acerca deste governo possuir ou não interesse em participar como acionista da Companhia. Segundo Ottoni, bastou um dia para conseguir emitir 2000 apólices e que tinha reservado para o Governo Provincial mais 1000 que completaria todo o capital da empresa[293].

Essa associação com o Governo Provincial tinha vantagens diretas e indiretas, tendo em vista que uma série de outras solicitações seria realizada por Ottoni para a melhoria das condições da região a ser explorada, o quê significava investimento público na colônia e, portanto, possibilidades de ganhos para a Companhia. Os pedidos constantes de segurança da região, em boa parte atendida pelo Governo Imperial, são apenas um dos exemplos. Em ofício de 19 de junho de 1852, encaminhado ao vice-presidente da Província, José Lopes da Silva Vianna, Theophilo Ottoni solicitaria deste governo uma força pública que garantisse segurança aos trabalhadores envolvidos na abertura de estradas, bem como a construção de um quartel para a segurança da colônia[294].

Assim, o Governo Provincial, ao fixar estruturas administrativas na região, gerava para a Companhia uma série de demandas comerciais e de transportes que poderia proporcionar a mesma uma possibilidade de ganho no meio do vazio do sertão. Enfim, além da segurança pública, o Estado funcionaria como um cliente para a companhia. Somente em 1854 o presidente da Província de Minas Gerais, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos enviaria para a cidade de Filadélfia um contingente de 30 soldados, sob o comando do alferes Antônio José Batista Camacho. Isso se estabeleceu para

[293] "Peço, porém licença a vossa excelência para ponderar, que sendo atualmente muito fácil a emissão de apólices nesta praça, e tanto que em poucas horas emiti ontem duas mil, que com as mil que ofereço completo o capital marcado nos estatutos, é do maior interesse da companhia que não espace a resposta de Vossa Excelência.", Theophilo Benedicto Ottoni, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145 Cx.01.

[294] Theophilo Benedicto Ottoni, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145 Cx.01.

acalmar os moradores da cidade que, de acordo com Theophilo Ottoni, estavam preocupados com a possível presença do Capitão Brabo, líder de uma das tribos de botocudos e que fizera fama na região pelas suas ações[295].

Isso também ocorreu com o Governo Imperial que operou durante boa parte do processo de funcionamento das linhas de comércio da Companhia, gerando uma demanda constante, oriunda da Colônia Militar do Urucú, e se tornaria o principal cliente da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri[296], fosse pelos fretes pagos nos deslocamentos de armas e de pessoas para o Urucú; fosse pelo consumo de víveres pelos moradores dessa "colônia", nos armazéns da Empresa. O Urucú é um afluente do Mucuri e, naquela época, permitira, além da segurança da região, a instauração de uma colônia de chineses, ou chins, como tratados nos documentos, para a produção de chás.

O estado da Companhia seria insustentável, assim em março de 1861 o Governo Imperial encamparia a Companhia de comércio, pagando aos acionistas todo o volume de recursos aportados nos anos anteriores. Essa ação do Estado absorve todo o risco próprio dos investimentos, principalmente aqueles que envolvem negócios arriscados, como o são os que fossem realizados em áreas ainda não colonizadas. Além disso, em 1862 o representante da Companhia questiona a injustiça que o Governo estaria cometendo com os acionistas, pagando a eles com exigíveis dos colonos, dada a sua péssima condição e a depressão que tomara conta das ruas de Filadélfia em virtude do estado de insegurança na região devido aos índios botocudos[297].

---

[295] Theophilo Benedicto Ottoni, APM, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145 Cx.01.

[296] APM, Fundo Secretária de Governo da Província, Série 1: Administração Imperial, Sub-série: Comércio, Agricultura, Artes e Indústria, SG32 - Livro Caixa da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri (mai/51 a set/56), SG33 – Livro Razão da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri (mai/51 a fev/61), Série 2: Administração Provincial, Sub-série: Colonização/Emigração - SG789 Livro Caixa da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri (out/56 a out/61).

[297] "Chamo a atenção de V. Exc. Sobre esta questão: aventado exposto do contrato e do exposto nos termos das referidas dividas, parece grande injustiça entregarem aos acionistas como dinheiro dividas no valor de 95955 485 reis, que pouco valem pelo estado de miserabilidade dos devedores, longos prazos do vencimento e dificuldades das cobranças pelo desanimo que graça no Mucuri tendo até se retirado alguns colonos e outros devedores amedrontados pelos índios." Ernesto Benedicto Ottoni, APM, Fundo Presidência da Província

Parte volumosa da bibliografia sobre Ottoni, bem como aquela traçada sobre outros liberais e investidores do Império, como o sócio da Companhia do Mucuri, o Barão de Mauá, atribui, como vimos anteriormente, a culpa da falência desses negócios ao Estado. O não auxílio de empresas em dificuldades financeiras, segundo esses analistas, fez com que essas empresas fossem à bancarrota, não pelo próprio risco do negócio, mas pela ausência dessa proteção. Assim, esse liberalismo interventor, que busca auxílio no Estado apenas quando as economias estão em crise, virou lugar comum nas formulações acadêmicas, bem como na literatura vulgar. Quando trata do tema, o mais conhecido biógrafo de Theophilo Ottoni, também ressentido pela não garantia do Estado à Companhia do Mucuri, deixaria claro que o país só poderia resolver os problemas de ligação entre as suas partes com a presença do Estado[298].

Esse conjunto de proteção realizada ora pelos "amigos unidos", ora pelo Estado, fez com que se criasse, mesmo na atividade liberal, uma série de contrapartidas entre esses empresários do Império. O quê Roberto Schwarz tratou como o "apadrinhamento" do movimento liberal durante este período certamente envolvia direta ou indiretamente o "fundador" de Filadélfia. O retorno dos diversos "favores" realizados pelo Barão de Mauá pode ser exemplificado quando o então Senador da República, Theophilo, em 31 de julho de 1866, foi chamado para compor uma comissão de fiscais com o intuito de realizar uma análise do Banco do Brasil que, como visto, até então era propriedade do Barão e, repita-se, o mesmo banco que havia salvaguardado os momentos finais da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri.

A crise financeira vivida pela instituição no Relatório dos Fiscais do Branco do Brasil, segundo Theophilo, Manoel de Oliveira Fausto e Bernardo Casemiro Freitas, vai delinear o quadro de dependência entre esses investimentos, o Estado e o mercado internacional e que, de certa forma,

---

de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145 Cx.01

[298] "Esses paliativos não resolvendo, surge a idéia de um grande empréstimo. Para isso torna-se necessária a garantia do Governo Imperial. O fato não era novo. O País só pudera enfrentar o problema das Estradas de Ferro, obtendo as empresas particulares a garantia do Estado para as operações de financiamento.", Paulo Pinheiro CHAGAS, *Teófilo Ottoni – Ministro do Povo*, 1978, p.221

dificulta o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Isso porque, durante o período de crise de inversão de investimentos vivido pelo Mundo e comandado pela Inglaterra, sofrem muito mais aquelas instâncias dependentes. Assim, os fiscais alertavam qual o papel que deveria ter o Governo e o Banco no estabelecimento de garantias que pudessem amenizar os efeitos da crise.

Assim, os fiscais delineiam que, chegado o "primeiro paquete" com as notícias sobre a crise das "praças comerciais da Inglaterra", o Estado deveria intervir de forma efetiva para amenizar o pânico dos mercados. Entretanto, essas notícias fizeram com que o "pânico" se espalhasse e uma corrida ao Banco o colocasse em péssimas condições creditícias[299]. A história econômica é realmente recorrente e, tirando o paquete, esse parece um desses documentos que flutuam pelo ar através das redes *wireless*.

Apresentavam os fiscais que a intervenção do Banco deveria ser realizada no intuito de proteger instituições comerciais dependentes desse crédito para enfrentar a crise, como a própria Companhia do Mucuri, que utilizara a ajuda do capital financeiro do Barão de Mauá. Ao fazer isso, novamente, atribuiu-se ao Estado Nacional a necessidade de proteção do capital privado: "Fiel à sua missão não podia o Banco do Brasil deixar de auxiliar estabelecimentos importantes que nessa conjuntura tiveram de fazer face ao pronto pagamento de grande soma de seus depósitos"[300]. A própria orientação dos fiscais era que, passada a crise, o banco voltasse a limitar a sua carteira, além de "restringir os créditos que só temporariamente, e por motivos imperiosos podiam ser excedidos".[301]

A fragilidade do sistema e a sua íntima dependência do capital internacional ficam claras com esta crise. Ela surge quando o capital inglês, do

[299] Relatório dos fiscais do Banco do Brasil, Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil, Rua da Quitanda, 55, 1866. Biblioteca Nacional, Obras Raras, 99b, 23, 6; Rio de Janeiro, 31 de julho de 1866.
[300] Relatório dos fiscais do Banco do Brasil, Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil, Rua da Quitanda, 55, 1866. Biblioteca Nacional, Obras Raras, 99b, 23, 6; Rio de Janeiro, 31 de julho de 1866.
[301] Relatório dos fiscais do Banco do Brasil, Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil, Rua da Quitanda, 55, 1866. Biblioteca Nacional, Obras Raras, 99b, 23, 6; Rio de Janeiro, 31 de julho de 1866.

terceiro quartel do século XIX, procurou novos mercados para investimentos[302] e, de forma abrupta, criou condições para uma série de investimentos de riscos. Em um segundo momento, com a falta de efetivação desses negócios e o não pagamento das dívidas, o aumento desses riscos criou um clima de contenção dos aportes financeiros. A fuga de capital dificultou o funcionamento desses mercados periféricos com profundas crises de liquidez.

Somente o Estado, quando e onde sua força se fazia presente, pôde dar garantias para concorrer com o capital inglês, entretanto, a forma de fazê-lo foi voltando-se às economias exportadoras, no intuito de amenizar aquela saída de capitais. Assim, a consequência para esses países seria a necessidade de crescimento de suas exportações para criar a contrapartida da inversão deste capital. Tudo isso geraria um aumento na concorrência pelos produtos primários e, consequentemente, a queda dos preços desses bens, prejudicando as economias periféricas no momento posterior e implicando nas dificuldades de pagamento de seus compromissos financeiros.

Enfim, parece claro que assumíamos nossa postura na divisão internacional do trabalho, buscando, quando os preços de determinado produto estavam em alta, expandir a sua produção, utilizando-se de mecanismos tradicionais. Em 1864, o Governo Provincial já se preocupava em lançar, em

[302]"Entre as causas da crise de 1873, os acontecimentos no mercado de investimento no exterior geralmente recebem lugar destacado, sendo preciso lembrar que, antes disso, tal investimento constituía importante válvula e segurança contra qualquer tendência do processo de acumulação a superar as possibilidades de emprego lucrativo no país. Esse investimento no exterior era modesto, em comparação com as dimensões assumidas mais tarde, não sendo absolutamente um dispositivo infalível, como iriam demonstrar os acontecimentos. Estava longe, entretanto, de ser um fator desprezível. A irrupção imediata da crise se prendeu a um fechamento abrupto dessa válvula. Entre 1867 e 1873, fora feita uma série de empréstimos ao Egito, à Hungria, ao Peru, ao Chile e ao Brasil, juntamente com muitos empréstimos ferroviários, além de numerosas aventuras regulares. Dos 2 bilhões de dólares em capital ferroviário norte-americano postos no mercado entre 1867 e 1873, os capitalistas ingleses subscreveram parte substancial. ´O negócio favorito por muitos anos antes de 1873´, declarou Sir Robert Giffen, ´tornou-se o do investimento no exterior´. A bancarrota da Espanha e o não pagamento de juros sobre a dívida turca serviram de duchas frias na atitude predominante quanto aos investimentos; e as dificuldades financeiras de países ´mais ou menos amanhados pelo capital da Inglaterra e em outros países antigos´ (na afirmação de Giffen), como a Áustria e mais tarde a América do Sul (´quase um domínio da Inglaterra´) e a Rússia, causaram uma paralisia abrupta do mercado para empréstimos no exterior", Maurice DOBB, *A Evolução do Capitalismo*, 1988, p.217-8.

Filadélfia e regiões circunvizinhas, algodão, em virtude do aumento deste produto e das suas possibilidades no mercado internacional[303].

Christiano Ottoni acreditava que somente o Governo Imperial poderia tentar alienar os novos títulos necessários à manutenção da companhia de navegação do Mucuri[304]. Além disso, em virtude da crise, julgava que o conjunto de benefícios criados para valorizar e proteger o capital internacional, principalmente o inglês, poderia não trazer benefícios para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Julgava que as garantias e benefícios a longo prazo, oferecidos aos ingleses, de "90 anos", não deveriam ser benéficos à nação, bem como todos os bens relacionados à infra-estrutura deveriam ser revertidos para o Governo ao final do período de exploração[305].

No final, os liberais perceberiam que, para competir com o capital inglês, somente com a forte presença do Estado Imperial sua proteção poderia

---

[303] "Ministério da Agricultura
No. 1 Palácio da Presidência da Província Ministério das Minas Gerais. 8 de Janeiro de 1864.
Ilmo. Exmo. Sr.
No interesse de animar a cultura de algodão, que oferece preço vantajoso no mercado, dirigi aos Juízes de Paz da Província a circular que tenho a honra de sujeitar a consideração de V. Ex. na inclusão copia: De todas as partes tenho recebido notícias bem lisonjeiras, e espero que este ramo de produtos de uma parte da província terá incremento, em conseqüência dos proveitos que devem auferir os seus cultivadores. O juiz de paz da Freguesia de Filadélfia no empenho, sem dúvida justo e razoável, de secundar as vistas da Presidência, ofereces-me no ofício que tenho a mercê debaixo das vistas de V. Ex., considerações relativas aos meios de facilitar o transporte dos produtos da indústria. Entre elas lembra que seria mais vantajosa a abertura de uma estrada de Jacury ou do Pessanha para Filadélfia, do que a que o Governo Imperial mandou ultimamente abrir pelo engenheiro Schelobach. Se V. Ex. atender esta representação, em muito folgarei, e quando não seja atendido, aguardarei suas determinações, certo que procurarei com os recursos dados a Província pelo Governo Imperial abrir essa via de comunicação se para tanto for autorizado por V. Ex. Deus guarde a V. Exma. Majestade. e Exmo. Sr. Conselheiro Pedro de Alcântara Benegarde, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas. João Crispiniano SOARES.", APM, SG 26 Data 1864-1872

[304] "Entre estas tentativas acho-me embaraçado. O que mais desejaria fora manter a companhia, trabalhar para acreditar os novos títulos, ver se consegue o Governo alienar em Londres as ações que agora subscreve, e conserva-se este nicho ou modelo animador para restauração do espírito de associação. Mas se os próprios acionistas desanimam, se apenas tem eles 24.000 ações, quando o Governo terá 102.000, a encampação torna a lógica.", Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-3, 32, 9, 19 de dezembro, s.a.

[305] "Da praticabilidade não resta dúvidas até o fim de agosto poderemos fixar o capital, que (parece-me) ficará entre os limites de 800 a 1200 contos. A grande questão é o levantamento do fundo e como meio de segura-lo a garantia de juros. Sem ela (são as minhas impressões) o capital não será realizado, dado que qualquer melhoramento na produção desafogue um pouco as finanças provinciais, não me parece difícil conseguir da Assembléia provincial 5% e da geral 2% como em outras obras provinciais. Mas cumpre não pretender a garantia por 90 anos como as companhias inglesas, e concordar na reversão completa ao domínio público no fim do prazo [...] cada vez mais creio que esta concessão (os 90 anos) é causa da maior parte das desordens das companhias inglesas e que há de neutralizar boa parte dos benefícios prometidos pelas suas empresas.", Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-3, 32, 10, s/d.

funcionar como um escudo que possibilidade a manutenção dessas empresas, mesmo na crise. O problema é que esse Estado se voltaria à grande produção agrícola, à produção cafeeira, relegando o Sertão aos controles das suas vastas solidões.

4. Deus e o Diabo, no meio do redemoinho: As Veredas Resistem ao Progresso

O elemento diferenciador da dicotomia entre os dois espaços – produção cafeeira e os sertões – vem demonstrar o embate entre o desenvolvimento do capitalismo e outras formas de produção, não integradas, ou à margem do modelo. Isso se reflete em diversos momentos da história brasileira e ainda se apresenta, como uma herança, em pleno século XXI. O pesquisador moderno que, de repente, sai de São Paulo para morar em uma cidade do interior mineiro e se depara com uma cobra transladando a calçada, vai ter forte impacto dessa diferença. Isso é "toleima" frente ao forte impacto e questionamento que a própria população daquele espaço das Minas se faz frente ao seu desenvolvimento econômico.

Aos olhos do Estado, a integração econômica favorece o surgimento de vários projetos de investimentos e intervenção na região. O risco é o mesmo de outrora e, com isso, questionamos: o sertão é de fato compreendido? Por que o sertanejo tem que transformar as suas relações de produção, de ócio ou de trabalho? E se isso for verdade, o seu trabalho deve se estabelecer sob a mesma lógica da produtividade do capital? Voltando ao Oliveira Vianna, e associando o seu pensamento às impressões entristecidas de Claude Lévi-Strauss[306], o que se verifica no homem e em sua escalada histórica é exatamente o contrário: a vitória da calçada sobre a serpente. O Fim do Paraíso! Mas o que é fazer história se não se debruçar sobre essas transformações, sobre essas transições? Se concordamos ou somos contrários, é outro problema, mas, se não comida, a maçã apodrece. Resta-nos o trabalho e nos acalantam os prazeres. Matemos a serpente?

Walnice Galvão mostra esse conflito na obra de Guimarães Rosa: entre o litoral e o Sertão; entre este ser tão e ser nada, "nonada"; entre a cidade e o vazio. Vazio?

> Ainda outros delineamentos aparecem como oposição entre dois espaços externos. O mais comum é o que contrapõe sertão à cidade, presumindo que o primeiro é fora da lei, bruto,

[306]Claude LÉVI-STRAUSS, *Tristes Trópicos*, Trad., 1996.

> primitivo, desregrado (ou seja, o espaço da desordem), enquanto a segunda encarnaria a lei, a civilização, a norma (ou seja, o espaço da ordem). Por exemplo: ´Cidade acaba com o sertão. Acaba?´, mas como sempre, no modo da ambigüidade”[307].

A nossa história contou a derrota de Filadélfia. Sertão acaba com a cidade. Acaba? Contra tudo e contra todos, o Sertão continua aqui e veio o vapor, o trem, a rodagem, a internet e ele ainda está em toda a parte: vasto, vazio, só, silencioso. “Mas o sertão está movimentante todo-tempo – salvo que o senhor não vê; é que nem braços de balança, para enormes efeitos de leves pesos...Rodeando por terras tão longes; mas eu tinha raiva surda das grandes cidades que há, que eu desconhecia”[308].

Gilberto Freyre já nos sinalizava, em meados do século passado, que o estudo do universal era extremamente importante e necessário, mas que deveria ser acompanhado por estudos regionais, tendo em vista que aquele seria resíduo do regional[309]. Preferimos reestruturar a análise, incluindo uma relação entre o universal e o regional não apenas residual, mas dialética. Quando apresentamos essa dissociação cultural, econômica, geográfica, social, em nenhum aspecto estamos aderindo ao pensamento de Oliveira Vianna, que acredita em um programa consciente, deliberado pelos *donos do poder*[310] que transformavam essas sociedade. Embora esse projeto possa ter funcionado lá, acolá, foi infeliz aqui, lá. Nem mesmo o Estado como representação das relações sociais de produção e, portanto, mandatário dos interesses que as impulsionaram na transição das situações de troca, conseguiu, nesses espaços, fazer a transição para a modernidade.

---

[307] Walnice Nogueira GALVÃO, *Mínima Mímica – ensaios sobre Guimarães Rosa*, 2008, p. 122.
[308] Guimarães ROSA, *Grande sertão: veredas*, 2001, p. 533.
[309]“Existe, é certo, o geral, o universal; mas – em grande parte – como resíduo do regional e do temporal. Estes merecem, portanto, ser estudados, interpretados ou exprimidos pelos artistas e pelos cientistas, ao lado daqueles; ou mesmo antes daqueles”, Gilberto FREYRE, *Região e Tradição*, 1968.
[310] “O fenômeno da unidade da América Portuguesa não poderia ser explicado unicamente por essa identidade de língua, religião e formação racial. Nossa unidade não é obra de fatores inconscientes da história e do meio; é, ao contrário, a resultante de um plano, de um programa, conscientemente deliberado e executado; é uma obra de elites esclarecidas – e nada mais.” Oliveira VIANNA, “Os Regionalismos e a Unidade Nacional”. In: *Ensaios Inéditos*, 1991, p. 365-6.

Quando analisa a morte de Diadorim, Walnice Galvão indica o caminho dessa distância entre o sertanejo e o mar e, de forma acertada, assevera que o mar da incerteza na Odisséia se transforma na certeza da modernidade, enquanto a terra, incerta, arriscada é que precisa ser vencida. Mas Diadorim é a que morre, vence o diabo, o demo, o satânico, o sertão[311]. Aquela crítica, citando Guimarães, destacaria: "quando da morte de Diadorim: ´Morreu o mar, que foi´"[312].

Registramos nos capítulos anteriores que o projeto modernizador é desarticulado exatamente pela heterogenia na formação do Estado Nacional e o projeto integrador era necessário para concretizar esse avanço rumo ao capitalismo. Mas, ao contrário do que aconteceu em outras esferas, em outros países, ao fim no Brasil ele parece ter sido derrotado, pelo menos naqueles espaços onde a transformação poderia ser mais profunda para o desenvolvimento da grande produção agrícola.

Nem ao menos a aposta da máquina na redução das distâncias pôde, ao reduzir os espaços, proporcionar a equalização das diferenças em torno de um projeto verdadeiramente nacional. O vazio, o sertão não seria vencido pelas cidades, fazendo com que, mesmo quando se realizasse a redução dessas distâncias, mesmo quando um projeto de comunicação dessas esferas fosse verdadeiramente levado a cabo, o sertão resistisse e se afastasse cada vez mais, mesmo sem mover um palmo.

> É como se a miragem do trem de ferro fosse das únicas capazes de aplacar a vertigem do vazio, a barbárie sendo apanhada nessa vertente como uma teoria e narração nascidas desse imenso deserto vasculhado por dentro, aparecendo antes de mais nada como ´um contorno, o marco fantasmaral da extensão, receptáculo inevitável do despotismo´[313].

O quê poderia tentar vincular e integrar esse conjunto de espaços diferenciados seria o Estado Nacional e coube à figura do Imperador, como

[311] Walnice Nogueira GALVÃO, *Mínima Mímica – ensaios sobre Guimarães Rosa*, 2008, p. 123.
[312] Walnice Nogueira GALVÃO, *Mínima Mímica – ensaios sobre Guimarães Rosa*, 2008, p. 123.
[313] Francisco Foot HARDMAN, *Trem-Fantasma – A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*, 2005, p.129.

trata Oliveira Lima, o papel de permitir essa junção entre as partes, dando a elas certa união: “O Brasil era um mosaico de províncias, cada qual tendo seu aspecto particular, mas ligadas pela identidade da raça, da língua e da religião, de maneira que o conjunto oferecia uma admirável harmonia. A autoridade real estendia-se sobre todo o imenso território, e ligava entre si suas várias divisões, subordinando-as à mesma direção”[314]. Além disso, como vimos, o processo de transformação não se faria mais significativo exatamente pela possibilidade sempre presente de que, ao questionar o todo, se colocasse em riscos a união das partes e isso tolheu os projetos liberais quanto à realizar transformações mais profundas na sociedade brasileira. Ficou o Sertão, como prova de que, naqueles espaços onde não existiam fortes interesses econômicos e particulares para interferir de forma efetiva para a sua transformação, ele vai ficando lá, aqui e acolá, com esse sentimento de que devemos transformá-lo, mas com essa sensação da impotência em fazê-lo.

[314]Oliveira LIMA, *Formação da Nacionalidade Brasileira,* 1997, p.151-2.

4.1. Satanão! Sujo! ... S... – Sertão... Sertão

> *"Aí eu entendi a gana dele: que nós Zé Bebelo, eu Diadorim, e todos os companheiros, que a gente pudesse dar os braços, para capinar e roçar, e colher, feito jornaleiro dele. Até enjoei. Os jagunços destemidos, arriscando a vida, que nós eramos; e aquele seô Habão olhava feito o jacaré no juncal: cobiçava a gente para escravos!"* (João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, p.431).

No fim, o Sertão venceu a modernidade, assim como o Diabo destruiu Diadorim. "Quem é o chefe?" Nessa esfera pouco importa, pois na guerra final esse chefe parece imóvel na imensa luta entre o Sertão e a modernidade. O projeto civilizador passa a ser o fundamento moral para as empreitadas nesses espaços não ocupados e o princípio que permite o vigor da empreitada continua sendo a lógica central da ocupação: a produção, entretanto, esta aqui pode ser vista com um objetivo específico, o de desenvolver a produção material. Como conseguir este desenvolvimento? Como conseguir povoar o Sertão tornando-o produtivo? "Quem é o chefe? Chefe é chefe. Será que eles não sabiam que eu não sabia aonde ia? Isto é – digo – isto é. Não soubessem os começos e os finais. Dalgum modo, eu estava indo e sabendo. Sobre como é que a coruja conseguiu modo de poder voar sem se escutar o rumor do vôo"[315].

No fundo, parece esse o sentimento que tomou conta daqueles que acreditavam que a modernidade, suas máquinas, seus vapores, seu teares, seus fornos iriam proporcionar a transformação dessa sociedade rumo a uma civilização material que os distanciava da barbárie. Quando pensamos em um projeto como aquele que Ottoni desenvolveu para o Mucuri, transborda essa dimensão de que o chefe não conhecia nem começo, nem o final, mas acreditava piamente no mecanismo dessa transformação, como se a ideia de progresso tivesse se materializado nessas máquinas e naquilo que elas pudessem produzir.

[315] Guimarães ROSA, *Grande sertão: veredas*, 2001, p. 501.

É a produção que fixa e cria condições de sociabilidade e, com isso, civilização. Algumas outras ocupações não conseguem realizar a fixação, tendendo para o nomadismo e somente uma força externa a essa lógica pode transformá-la, mesmo sem saber para onde. Assim, boa parte dos projetos de civilização ou de "colonização" que se gestaram no Brasil passou pelo crivo do modelo de prosperidade material que tomou corpo, principalmente, durante o século XIX. Qualquer sociedade que se desvinculasse dessa produção era entendida como ultrapassados e suscetível a ser suplantada. O próprio Bonifácio[316], quando trata dos índios bravos, parece preconizar o que alhures iria repetir os viajantes europeus ao identificarem o sertanejo e sua indisposição para os artigos supérfluos:

> Com efeito o homem no estado selvático, e mormente o índio bravo do Brasil, deve ser preguiçoso; porque tem poucas ou nenhuma necessidade; porque sendo vagabundo, na sua mão está arranchar-se sucessivamente em terrenos abundantes de caça ou de pesca, ou ainda mesmo de frutos silvestres e espontâneos; porque vivendo todo o dia exposto ao tempo, não precisa de casas e vestidos cômodos, nem doa melindres do nosso luxo: porque finalmente não idéia de prosperidade, nem desejo de distinção e vaidade sociais, que são as molas poderosas que põem em atividade o homem civilizado[317].

A forma de realizar essa unificação da diversidade acaba sendo tarefa a ser cumprida pelo Estado, no caso específico tratado aqui, uma missão do próprio poder moderador e do seu centralismo. Fernando Novais destaca que a transição de um modelo ao outro, ou seja, do Sistema de Acumulação Colonial, do mercantilismo, ao sistema capitalista de produção, ou ao capitalismo industrial se estabelece nas economias de origem colonial com a presença dos Estados Nacionais. Coube, por isso, ao Estado Nacional criar "as primeiras condições para a tendência à internalização da acumulação. Numa primeira

[316] "O governo do Brasil tem a sagrada obrigação de instruir, emancipar, e fazer dos índios e brasileiros uma só nação homogênea, e igualmente feliz." José Bonifácio de Andrada e SILVA, *Projetos para o Brasil*, Miriam DOLHNIKOFF (Org.), São Paulo, Companhia das Letras/Publifolha, 1998, p.75.

[317] José Bonifácio de Andrade e SILVA, "Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil (1823)". In: Jorge CALDEIRA (Org.). José *Bonifácio de Andrada e Silva,* p. 184, [Coleção Formadores do Brasil]

fase, intensifica-se o tráfico negreiro e, pois, o caráter escravista da sociedade. A acomodação das forças sociais encaminha o fortalecimento do pode central expresso no centralismo do Império e no poder Moderador do Imperador"[318].

Continuava necessário o processo de ocupação do território nacional, mas, desta vez, desenvolvendo mecanismos internos de controle, ocupação e fixação nos vastos espaços vazios. Além disso, precisava-se acelerar o processo de acumulação do capital sob a perspectiva da modernidade. É mister entender que o próprio sistema colonial havia imposto, implantado, sedimentado grilhões que deveriam ser transpostos e, por outro lado, boa parte dessa estrutura implicaria em modelos. Estes não poderiam fugir a própria lógica daquilo que já vinha efetivamente funcionando. Inclusive, em face da interrupção do tráfico, o problema da mão-de-obra continua, em algumas esferas, sob uma perspectiva moderna, mas contraditoriamente escravista, gerando em outros espaços um horror para com a escravidão, mesmo que esta fosse o elemento dinâmico daquela sociedade.

Enfim, a reestruturação econômica ocorre não com a sua ruptura, mas na busca de novos mecanismos para o seu funcionamento dentro da nova ordem. Nesse sentido, a análise de Theophilo Ottoni parece ser esclarecedora: "as necessidades da nossa agricultura, a divisão territorial como estava, a concentração de grandes plantações em poucas mãos na ocasião da cessação do tráfico, indicavam como uma necessidade chamar-se colonos que, de parceria, viessem auxiliar a cultura das grandes fazendas[319]". Isso impele a sociedade do século XIX à valorização de uma emigração, eminentemente europeia, primeiro, com o intuito de reduzir a quantidade de escravos com relação aos homens livres, que coloca em risco o próprio sistema e, segundo, para a ocupação desses vazios onde não seria possível reproduzir a escravidão.

---

[318] Fernando Antonio NOVAIS, "A Evolução da Sociedade Brasileira: Alguns Aspectos do Processo Histórico da Formação Social no Brasil". In: *Aproximações – Estudos de História e Historiografia*, 2005, p.151.

[319] Theophilo Benedicto OTTONI, "Interpelação ao Ministério, relativamente à atitude da Câmara dos Deputados de Berlim, contra a Emigração para o Brasil". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 20 de julho de 1861, p. 566-7.

A angústia em transformar a realidade nacional faz com que a ação sobre essas esferas seja de mudança, não baseada na lógica local, mas nos modelos que nos serviram de exemplo, grosso modo, todos eles não nacionais. Alberto Torres nos caracterizar como estrangeiros na nossa terra, pois valorizamos muito mais luxos mentais e materiais de outras civilizações do que criamos mecanismos para desenvolver esses luxos[320]. Ou mesmo consideramos luxo aquilo que é produzido nessas esferas, em detrimento daquilo que seja produzido nestas regiões. Tem importância vital nesse feito o processo histórico de nossa formação, quando os bens e produtos valorizados e vendidos na sede do Império e que seriam comercializados nos armazéns de secos e molhados eram, em boa parte, fruto de importações. Esses bens, julgados e nominados como supérfluos, eram destacados como aquilo que fazia com que a sociedade se distinguisse e melhorasse a sua condição. Por outro lado, a própria ideia de "progresso" identificava essas sociedades como atrasadas, logo, para vencer essa diferença, era necessário imitar, reproduzir o voo da coruja, mesmo sem saber aonde vai.

A contrapartida natural a tais importações era a necessidade de enviar ao exterior aquilo que pudesse ser exportado. Assim, o processo de civilização implantado no Brasil acaba sendo o quê valoriza a lógica anterior: exportação de produtos primários e de baixa industriosidade, para o consumo dos luxos advindos do reino, valorizando o comércio, mas prejudicando o desenvolvimento econômico de regiões não adaptadas a essa prática.

Aos sertanejos, restou a idéia de uma falta de vontade e de necessidade de se integrar aos padrões julgados superiores. Isto permitiu a valorização de uma certa endogenia, facilitada pelo espaçamento de suas cidades, quando existiram, em seus vastos territórios. Embora com certos exageros, Rugendas

[320] "Os brasileiros são, todos, estrangeiros na sua terra, que não aprenderam a explorar sem destruir, e que tem devastado, com um descuido, de que as afirmações dos meus trabalhos dão ainda um pálido reflexo. Os que habitam as cidades fazem-se, por sua vez, ainda mais estrangeiros, exibindo uma fictícia civilização de luxos mentais e de luxos materiais, inteiramente alheios a vida nacional; e os que nos dirige e nos governam, estranhos a realidade da nossa existência, agitam e mantêm essa efervescência de interesses e de paixões que formam toda a superfície de nossa vida pública, com o fervilhar de atos e, principalmente, com a brilhante ebulição intelectual, que lhe é própria – opostos, e até hostis, aos sentimentos, aos interesses e aos direitos, da Nação, e de que a atitude crítica e condenatória, comum a quase todos os nossos intelectuais, é o expressivo e deplorável modelo.", Alberto TORRES, *As Fontes de Vida no Brasil,* 1915, p. 4.

arranharia esse argumento, afirmando que os habitantes do Brasil não possuíam "sequer o sentimento de sua própria existência"[321]. E, muito abruptamente, após a independência, o Estado acaba com a incumbência de se imbuir da missão de definir uma sociedade, seus rumos, seus caminhos, suplantar seus gargalos, sem saber necessariamente quê sociedade era aquela, quais as suas potencialidades e o rumo que ela tomaria.

Por mais endógena que fosse essa sociedade, o quê se vislumbra era a sua transformação rumo ao desenvolvimento material. Para isso, a importância da comunicação, que permitia a ligação aos grandes mercados, aos produtos dessa modernidade, aos *souvenirs* do progresso. Como efeito, essa comunicação permitiria acesso àqueles produtos, bem como levaria a produção de riqueza daquelas esferas para possível realização de trocas. Ao fim do argumento e ao analisar o estatuto da Companhia do Vale do Rio Doce, Haruf Salmen Espindola obteve conclusões análogas, invertendo apenas o foco de sua análise. Ele acreditava que o problema central acabaria sendo a exportação de produtos como o algodão, necessitando, desta meneira, criar mecanismos de escoamento dessa produção, por isso a sempre precisão de se desenvolver as companhias de navegação.

> A Companhia do Rio Doce oferecia a Minas a solução do seu problema central: participar do mercado externo. Mais do que trazer os produtos importados, prometia baratear os custos de transporte das exportações mimeiras, tornando-se competitivas no mercado litorâneo e externo. Desta forma, tropeiros seriam atraídos às margens do rio Doce, com suas cargas de algodão, café, tabaco, açúcar, queijo, toucinho, etc., 'que com tanto trabalho e dificuldade conduzem ao mercado do Rio de Janeiro por terra e péssimas estradas'[322].

Quando fazemos menção ao caráter das importações como condicionante para as exportações, não é por acreditarmos que a primeira deveria ser preterida na história econômica em favor da segunda. Mas por pensarmos que a natureza civilizatória acaba sendo, no caso brasileiro, ao fim

[321] Johann Moritz RUGENDAS, *Viagem Pitoresca Através do Brasil,* 1835, p. 196
[322] Haruf Salmen ESPINDOLA, *Sertão do Rio Doce – Navegação Fluvial, acesso ao Mercado Mundial, Guerra aos Povos Nativos e incorporação do Território de Floresta Tropical por Minas Gerais 1800-1845,* p. 284.

e ao cabo, influenciada pela produção material de outros espaços, assim como o modelo de desenvolvimento era inspirado em outras instâncias, como a Companhia do Mucuri, o Lago Eire e a forma como os Estados Unidos haviam conseguido avançar rumo à modernidade. A própria modernidade é um mecanismo de comparação frente a algo que se encontra mais avançado. Avançado?

O que parecia simples, não o foi, pois o quê se estabeleceu nos Estados Unidos, em um momento específico da história da humanidade, para uma sociedade específica, não serviu para transformar a sociedade brasileira. A prática de ocupação dos rios e a montagem de civilizações as suas margens não podem, nem de longe, ser consideradas algo desenvolvido na modernidade, mas esta pôde criar mecanismos técnicos para suplantar aquelas navegações, antes avaliadas como impossíveis, fosse pela falta de civilizações, fosse pela presença de nativos resistentes a sua implantação, fosse pela própria dificuldade de condições naturais a serem enfrentadas no curso desses rios. Em outras palavras, não é pela simples presença dos rios que as civilizações se desenvolvem. Se assim o fosse, a região do rio Amazonas seria a mais povoada e "civilizada" do Mundo. Assim sendo, mesmo com a Companhia de Navegação do Rio Amazonas, isto não significou o seu povoamento e o desenvolvimento de uma produção material ao longo do Rio.

Quando viaja pelo Jequitinhonha entre 1817 e 1821, Johann Emanuel Pohl ressaltaria que a dificuldade no povoamento de esferas vazias se devia à facilidade no processo de ocupação das terras. Isso dificultava a permanência do indivíduo, a imobilização do capital em estruturas produtivas ou a própria construção de residências fixas que abriguassem essas sociedades. Esse conjunto de fatores fez com que áreas fossem abandonadas, quebrando os vínculos comerciais e a própria possibilidade de uma formação social de longo prazo: "cada colono recebeu meia milha quadrada ou meia légua de terra bem a margem do rio, e autorização de ampliar à vontade a sua propriedade para o interior e cultivá-la. Essas terras tem o nome de sesmarias.Tanto era benéfica a intenção do Governo, quanto foi pouco reconhecida pelos portugueses, pois, quando uma dessas sesmarias decai pela ação do tempo, fica o solo devastado. O proprietário nada faz para a sua recuperação; abandona a

pequena cabana que edificou, quando essa se arruína, e se muda para outro trecho do rio, onde o governo torna a conceder-lhes as mesmas vantagens”[323].

O único negócio com vida longa era por características da própria natureza da atividade: móvel. Estamos falando do comércio e, para o desenvolvimento de atividades mercantis na região, um longo processo de reestruturação deveria ser realizado, tendo em vista que se fazia necessária a mercadoria, ou melhor, mercadoria que permitisse uma relação de comércio com o exterior; ao contrário do que aconteceria nos Estados Unidos, cuja corrida do ouro permitiria a abertura destes espaços e a instauração gradativa de mecanismos de ocupação. Aqui, o eldorado já minguava e, após exaustão das Minas, uma nova produção tinha que ceder lugar à antiga para que aquela sociedade pudesse se manter consumindo os bens supérfluos e importados.

Em nenhum momento estamos lidando com a não existência ou não importância de um mercado interno, mas que este, por longo período, não conseguia desenvolver, no Brasil, uma eficiente fórmula de acumulação de capital. Theophilo Ottoni já compreendia essa dinâmica no século XIX quando demonstra que a distância das Minas Gerais dos grandes centros urbanos dificultava o seu comércio e, em virtude disto, somente era possível a obtenção de lucros ao se tratarde pedras e metais preciosos. Enfim, existe a produção para o mercado interno, entretanto, essa produção não consegue gerar a aceleração da acumulação de capital, ficando por isso subordinada a essa outra esfera[324].

A resistência às dificuldades apresentadas à nova ocupação acaba sendo atribuída à ação, ou não, do Estado e a sua capacidade de resolver os

---

[323] Johann Emanuel POHL, *Viagem no Interior do Brasi*l, 1817-21, p. 335.

[324] “A população apinhou-se pois junto as cordilheiras auríferas e diamantinas, e desprezou ou menosprezou tudo o mais; principiou a desenvolver-se o comércio, e então lançou-se ele para a Bahia ou para o Rio de Janeiro; mas os mineiros que vinham trazer o seu ouro e os seus diamantes á Bahia e ao Rio de Janeiro para levar em troca mercadorias estrangeiras, saindo de certos pontos comerciais de Minas, tinham que vencer não menos que duzentas léguas.
A vista de tão desanimadora viagem todo outro qualquer gênero de exportação era impossível, só o ouro e os diamantes podiam oferecer algum **lucro** depois de um caminha de duzentas léguas.”, Theophilo Benedicto OTTONI, Companhia do Mucuri – História da Empresa. Importância dos seu Privilégios. Alcance dos seus Projetos. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J Villeneuve e Comp., Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, 1856, p. 7-8., APM, Coleção Assuntos Mineiros, Coleção de Artigos de Fundo do Jornal do Comércio organizados por Theophilo OTTONI, APM, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1.

problemas das mais diversas localidades, integrando os interesses e reduzindo os desmandos do regionalismo e do localismo. A árdua tarefa parece ser ao mesmo tempo provir o elemento civilizador quando este não condiz com a realidade posta. Por isso, a formação da nacionalidade no Brasil nada tem de nacional, mas subproduto do capitalismo industrial europeu do século XIX, abraçada como empreitada mal realizada pelo imperador que tinha, na verdade, que conciliar os interesses provinciais, fosse através de acordos, fosse dos mecanismos de coerção.

Além disso, o Estado tem que realizar opções políticas para ponderar e manter o pacto centralizador e o poder local, ao se acondicionar a esse pacto, atrelava a sua força àquela do Estado, servindo esse como elemento de referência e sustentação desses interesses, como afirma Denis Antônio de Mendonça Bernardes[325]. Miriam Dolhnikoff inverte o sentido da análise do autor anterior e indica que "a unidade e a construção do Estado foram possíveis não pela ação de uma elite bem formada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação"[326]. Embora ponderemos os dois argumentos, é difícil compreendermos como esse processo de integração, quando estamos tratando de espaços vazios, podem ter enfrentado o arranjo dos interesses locais, tendo em vista que lá eles não existiam. Em verdade, acreditamos que a integração, econômica e geográfica entre essas partes, não se concretiza, ao menos não se consolida no século XIX. O que veremos é o Estado proporcionando o desenvolvimento dessas esferas de forma isolada, favorecendo ora uma província, ora outra, integrando-a não as outras esferas produtivas nacionais, mas ao mercado internacional. Isso fica claro quando constatamos a desigualdade com que se

[325] "Mas a experiência teve também outras leituras, as que poderiam radicalizá-la ainda mais e as que preferiram afirmar a ordem imperial centralizadora, escravocrata e garante da nova inserção da classe senhorial na divisão internacional do trabalho. Talvez possamos concluir que, na questão das identidades políticas regionais, estas não se limitaram às forças que chegaram ao separatismo, mas incluem as que deram sustentação ao pacto centralizador e neste basearam, também, seu poder local.", Denis Antônio de Mendonça Bernardes, "Pernambuco e o Império (1822-1824)". In*:* István JANCSÓ (Org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, 2003, p.249.

[326] Miriam DOLHNIKOFF, "Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional". In: István JANCSÓ (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, 2003, p. 433.

praticou o desenvolvimento econômico brasileiro. Poderíamos dizer que houve uma integração política, mas não econômica.

Boa parte das grandes investidas modernizadoras no Brasil está vinculada ao comércio, aos transportes, do barco a vapor à indústria automobilística, passando pelo trem. Não é fortuito que, ao contrário do estabelecido em outras instâncias, com o desenvolvimento da indústria de forma mais diversificada, aqui no Brasil, boa parte dos investimentos em capital estivesse vinculada à grande produção agrícola ou a mecanismo de melhoria dessa produção, como o barateamento dos fretes e aumento da capacidade de competir internacionalmente. Isso pode ser visto de Mauá a Ottoni, transitando pela produção cafeeira paulista, mesclando conservadores e liberais.

Essa constituiria a imensa dificuldade dessas áreas não povoadas: a de que a modernidade no Brasil significasse não o unir as Minas Gerais ao Rio de Janeiro ou à Bahia, mas o vincular a sua produção ao grande comércio, fazendo com que a economia brasileira se voltasse para produção agrícola sob a perspectiva do mercado externo. Nesse ponto, o projeto de Theophilo Ottoni é esclarecedor: o vínculo com a Bahia e/ou com o Rio de Janeiro deveria ser provisório, estabelecido enquanto o porto de Caravelas não tivesse condições de realizar as suas próprias exportações.

Talvez nesse ponto resida o drama do projeto: quando não foi possível a manutenção da escravidão, optando pela expansão da população através da imigração, não ocorreu essa integração ao mercado externo. A escravidão, mas não só ela, permitia que as sociedades se modernizassem de forma eficiente. Por eficiente, o leitor pode ler de forma lucrativa.

Para ilustrar essa necessidade de ocupação dos espaços vazios do início do século XIX pelos escravos, Rafael de Bivar Marquese recorre a Miguel Calmon para concluir que “nos países vastos e despovoados, o recurso do trabalho forçado era uma necessidade imperiosa. Sendo o Brasil um desses países, e sem a possibilidade de recorrer de imediato a colonização estrangeira ou nacional, o único instrumento que cabia aos senhores era ´promover a conservação da vida dos atuais escravos, e a sua reprodução´”.Para isso, acreditava ser imperioso melhorar o trato dado aos escravos para que esses

pudessem aumentar a sua produtividade e, mais que isso, com o fim do tráfico gerar escravos dentro daquela sociedade[327].

Existiam indicações claras das vantagens que poderiam advir do fim da escravidão, entretanto, o próprio Estado sabia das dificuldades de se dar continuidade ao processo de ocupação das terras sem o tráfico e, principalmente, qual a força e o papel do capitalismo comercial para aquela economia. Rugendas, em sentido contrário, chama a atenção para os ganhos que se realizariam internamente, com o fim da escravidão. Além de demonstrar quais as vantagens desse ganho para o Estado com a libertação dos escravos, entretanto, adverte que essa emancipação deve se estabelecer de forma progressiva, para que não acontecesse aqui aquilo que aconteceu no Haiti[328].

A própria sustentabilidade do Estado se firmou graças aos impostos cobrados sobre a comercialização dos escravos e, portanto, assim como o foi o café para a República, mantendo as devidas proporções, essa transação comercial favorecia a manutenção do Império. Isso se estabelecia indiretamente, graças a composições dos interesses dos produtores de escravos nas mais diversas regiões e, diretamente, graças a esse tributo. Quando analisa a cidade do Rio de Janeiro, Johann Emanuel Pohl destaca essa importância do imposto sobre a comercialização do escravo: "o imposto que constitui importante renda para o Governo"[329].

Como visto durante todo esse estudo, novas formas de ocupação começaram a ser pensadas a partir do fim do tráfico no sentido de realizar essa transição ao trabalho livre. O grande problema é que nessas sociedades isoladas o trabalhador livre parece não querer se submeter aos controles realizados pelos grandes proprietários de terra que, direta ou indiretamente,

---

[327] Rafael de Bivar MARQUESE, "Governo dos Escravos e Ordem Nacional". In: István JACSÓ (Org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, 2003, p.263.

[328] "É o Estado quem mais lucrará com a emancipação progressiva dos escravos, pois ela terá por efeito substituir uma população privada de posses, ou pelo menos muito pobre, e que em certas circunstâncias pode tornar-se temível, por uma população remediada, suscetível de contribuir para as necessidades da sociedade e a defesa do país", Johann Moritz RUGENDAS, *Viagem Pitoresca Através do Brasil,* 1835, p.123-4.

[329] "Os pequenos proprietários de terra, que constituem a maioria dos cidadãos, deixam todos os trabalhos por conta dos escravos. Estes são negros, ou como aqui se chamam, moleques, importados da África pelos mercadores de escravos. Depois de pago o imposto, que constitui importante renda para o Governo, os escravos são expostos a venda em uma Rua apropriada, chamada Valongo". Johann Emanuel POHL, *Viagem no Interior do Brasil (1817-1821)*, p. 43.

financiavam essa imigração. Associado a isso, aquelas sociedades isoladas criaram mecanismos de resistências aos controles do próprio Estado. Em sua viagem, Rugendas destacaria como, nestes rincões, "homens isolados [da sede do governo] se veja muitas vezes obrigado a fazer justiça com suas próprias mãos ou a rechaçar o ataque de que seja vítima"[330].

Se as diferenças dentro do Brasil, entre as suas principais regiões produtivas, seriam latentes, isso não quer dizer, necessariamente, que tais diferenças desembocassem em um processo de tomada da consciência de outra alternativa, e sim, em um distanciamento, isolamento de algumas comunidades, tornando penoso o processo de consolidação do Estado, elemento vital para invenção da nacionalidade e da nação[331]. Nas Gerais, aquele isolamento nos parece mais significativo e, no Sertão, é a característica básica que o define, levando-nos, seguindo Saint-Hilaire, a caracterizar o mineiro com relativa auto-suficiência e significativo fastio para as relações cosmopolitas. Isto porque ele, o mineiro, acredita que o seu Mundo se encerra nas suas fronteiras. Entretanto, é exatamente ele que se vê impelido a se vincular a outras esferas nacionais para alcançar seu objetivo central: se inserir no grande mercado, se modernizar, aderir à febre pelo progresso.

> Cada Província queria ser a primeira: cada qual queria ser sede da capital do reino, e o habitante do Sertão, estranho às artes, à civilização, a todas as comodidades da vida sustentava com orgulho que não havia nada que se não encontrasse em sua terra, a qual podia viver independente do resto do Mundo[332].

4.2. "O diabo na rua, no meio do redemoinho"

---

[330] Johann Moritz RUGENDAS, *Viagem Pitoresca Através do Brasil, 1835*, p.191.

[331] "É levando tudo isso em conta que podemos pressentir as dificuldades do processo de tomada de consciência da situação colonial por parte dos colonos – ou a tortuosidade das veredas de nosso percurso. Lento, dificultoso, penoso percurso de gestação dessa ´comunidade imaginária´ que, na definição de B. Anderson, constitui a nação", Fernando Antônio NOVAIS, Condições da Privacidade na Colônia, Cap. 1, de *Cotidiano e Privacidade na América Portuguesa*, org. por Laura de Mello e SOUZA, Volume I de História da Vida Privada no Brasil, 4 volumes, org. por Fernando Antonio NOVAIS, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 25-6.

[332] Auguste de SAINT-HILAIRE*, Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, 1833, p.214-5.

> "*Para a velhice vou, com ordem e trabalho. Sei de mim? Cumpro. O Rio de São Francisco – que de tão grande se comparece – parece é pau grosso, em pé, enorme... Amável o senhor me ouviu, a minha idéia confirmou: que o Diabo não existe. Pois não? O senhor é um homem soberano, circunspecto. Amigos somos. Nonada. O diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe é homem humano. Travessia*"[333].

O retorno ao paraíso e, com ele, à possibilidade de reconstruir a civilização a partir de princípios morais estabelecidos é conseqüência do anseio de se criar uma vida distante e diferenciada daquilo que se encontrava nos espaços centrais. Além disso, associada à busca de riquezas materiais coexistia, muitas vezes, uma necessidade constante de buscar novas formas de vivência, de cultura, de sociedade. Ou mesmo, de construir uma civilização diferenciada e, talvez, melhor em relação às referências do civilizador.

Nesse sentido, transparece em um dos textos de Theophilo Ottoni uma profunda decepção em não encontrar uma civilização avançada, uma nação que tivesse se desenvolvido e "melhorado" depois dos primeiros contatos com os portugueses e algumas de suas técnicas; enfim, que os índios não tivessem incorporado e desenvolvido a civilização portuguesa com a qual haviam tido contato nos primeiros anos, ainda no século XVI.

Quando se lança na sua odisséia pelas matas virgens do Mucuri, Theophilo achava que poderia se estabelecer uma troca entre as duas culturas, o que favoreceria a criação de uma terceira, "evoluída" por essa associação. Entretanto, a aventura humana não se determina frente a elementos rotineiros e já conhecidos, mas exatamente diante do mítico e do exótico, mas mítico e exótico só podem ser entendidos como elementos externos ao entendimento

[333] João Guimarães ROSA, *Grande Sertão: Veredas*, 2001, p. 623-4.

daqueles indivíduos, isto, é, “algo que não se encontrasse em outra parte”[334]. Mesmo que fosse “o diabo na rua, solto no redemoinho”? Não.

Sob esse prisma, o Sertão só é aventura enquanto aventura, ou melhor, o conhecimento da natureza do Sertão é talvez mais forte do que aquilo que possa proporcionar. E aventura pode virar negação; Éden, virar inferno. Principalmente porque, dadas as comparações, outros padrões de relações sociais, como o trabalho em detrimento do ócio, a vida pública e citadina em detrimento do nômade e das matas se colocavam a essas sociedades. Parece-nos, claro, que o paulista, bem caracterizado em *Visões do Paraíso*[335], quando resiste a determinados trabalhos – e isso causa estranheza – é porque, mesmo naquele momento, existe um processo de comparação e, por conseqüência, de valoração e regionalização. Mas esse comportamento nas cidades é a civilização; no Sertão, é a barbárie; no primeiro espaço, cosmopolitismo e universalismo; no segundo, atraso.

Os viajantes que se embrenharam pelo sertão parecem unânimes e estarrecidos com a passividade do sertanejo para o trabalho. Ferdinand Denis chega a destacar que o homem do Sertão não desenvolvia outras formas de produção exceto aquela necessária para a sua subsistência e que o isolamento provocava nestes indivíduos a sensação de vazio e isolamento. Essa indolência, segundo o autor de *Brasil*, se refletia até na indisposição para o diálogo, pois o mesmo provocaria imensa fadiga, fazendo com que nenhuma instrução fosse introduzida nestes vastos sertões mineiros[336].

---

[334] “Se me afigurava que nesses sertões que ninguém conhecia, eu iria encontrar, senão uma civilização nova, ao menos alguma coisa que se não encontrasse em outra parte.”,Theophilo OTTONI, *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri,* 1858, p. 74.

[335] “A mobilização da gente do planalto visando à captura de fantásticas riquezas para a Coroa constitui, sem dúvida, uma ameaça à vida livre e sem sujeição de quem se tinha habituado, de longa data, a tamanha soltura. Da resistência que opunham os de São Paulo a quaisquer providências tendentes a cercear essa liberdade há exemplo, aliás, em outros setores. Assim, quando o mesmo Dom Francisco pretendeu forçar o plantio ali de trigais e videiras, levantou-se logo no povo uma celeuma grande, pois que os lavradores só queiram cultivar o que bem lhes aprouvesse.”, Sérgio Buarque de HOLANDA, *Visão do Paraíso – Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*, 2000, p.63-4.

[336] “No meio das povoações do interior, os sertanejos, os pastores do deserto, têm essencialmente uma fisionomia a parte, que lembra a dos habitantes do interior de Pernambuco, a qual já demos a conhecer. Concorda-se em apresentá-los como geralmente hospitaleiros, generosos e fala-se até de seus costumes benevolentes. Mas todos os viajantes que os visitam ficam admirados, ao chegarem às suas habitações, com a preguiça que paralisa as mais felizes qualidades. Nenhuma instrução os vem provocar em seus desertos, e eles

Ferdinand Denis vai reconhecer a natureza do caráter sertanejo em uma definição de assombrar qualquer analista pela crueza do insólito: “uma profunda indiferença por tudo que existe além da sua solidão”. Nabuco, no clássico *Minha Formação*, sacralizaria a ocupação dessas “vastas solidões” pela escravidão e dela a característica nacional do Brasil:

> A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou[337].

Por instrução, em nenhum momento é considerado o conhecimento do sertanejo e, muito menos, a sua capacidade de viver em terras tão inóspitas, mas a sua incapacidade em transformar aquelas terras num modelo desejado e traçado pelos viajantes, estes balizados, decerto, nas suas experiências europeias. Em outro sentido, o caráter de aventura existe, mas o processo de ocupação se estabelece *a posteriori* como negação do primeiro caráter. Na grande luta entre o Diabo e o Anjo, os dois são destruídos, talvez em função do redemoinho. Enfim, o movimento de conhecer, conquistar, “colonizar” indica uma nova forma de compreensão da realidade. É possível que o caiçara, o pescador do nordeste, o malandro, o caipira, o sertanejo, o jagunço, os cabras tenham vida quixotesca até o exato momento em que essa vida seja posta como profunda loucura, pela distância dos padrões materiais mais desenvolvidos. É difícil destruir o moinho, assim como é difícil resistir ao trem, só que não basta o moinho ou o trem para mudar a ordem das coisas.

A desintegração do paraíso se processa primeiro nas demonstrações práticas das dificuldades a serem enfrentadas para a ocupação dos espaços “vazios” e, segundo, pela própria ação do Estado que reformula, ou tenta reformular esses espaços. Quando desintegrado o paraíso, ou quando desintegrado o Antigo Sistema Colonial, uma outra forma de continuidade

---

terminam por se acha estranhos às mais simples noções da moral e da religião; numa palavra, uma profunda indiferença por tudo o que existe além da sua solidão, é o sinal distinto do seu caráter.”, Ferdinand DENIS, *Brasil,* 1838, p.384.

[337] Joaquim NABUCO, *Minha Formação*, 1998, p. 183.

precisava ser instituída e essa continuidade seria capitaneada pela ideia salvadora do progresso, de "civilização"[338].

Por isso, concordamos com Regina Horta, na Introdução de *Notícia sobre os Selvagens do Mucuri,* em não considerar "o apoio do Estado Imperial à companhia" de Navegação e Comércio do Mucuri como algo fortuito, mas como uma ação deliberada no sentido de consolidar a "civilização". E, por esta última, a consolidação dos conhecimentos desenvolvidos sob a égide do Estado centralizador, voltando à coroa para a necessidade de integração de regiões dispersas desses controles, regida sob a sua administração direta. Discordamos em considerar essa ação apenas como resultado da consolidação das posições saquaremas e do abandono da temática da ordem[339]. Primeiro, mesmo antes deste período, no dito período colonial, existiram investidas e preocupações com essa ocupação e, segundo, que o próprio conceito de civilização vem investido da lógica do progresso e da ordem, argumento posto pelos positivistas e abraçado pelos liberais, como pudemos ver no curso deste estudo.

Fazendo uma breve incursão no pensamento comteano, podemos perceber a necessidade, em tal postulação, de surgimento de figuras de "livres-pensadores, encarregado[s] então dos destinos intelectuais da Humanidade. Mas aí mesmo os sucessos principais foram devidos sobretudo a alguns cidadãos incomparáveis: porque cada população se mostra amiúde disposta a sacrificar a defesa comum às rivalidades mútuas". Nesse sentido, parece salutar entender, em Comte, que a "extensão do Império transformou dentro de pouco a conquista em defesa". Na medida em que o faz, torna mais difícil seus controles, favorecendo a constituição de interesses locais: "ao mesmo tempo,

---

[338] "Desintegração do Paraíso: nada torna a fatalidade mais arbitrária. Absurdo da salvação: nada torna mais necessário um outro estilo de continuidade. O que se demandava, então, era uma transformação secular da fatalidade em continuidade, da contingência em significado", Benedict ANDERSON. *Nação e Consciência Nacional.*Tradução, 1989.

[339]"O apoio do Estado Imperial à companhia também não pode ser interpretado como um ato fortuito. Todo um esforço de civilização teve prioridade máxima, à medida que a ênfase à segurança – característica do discurso conservador – pôde ser amenizada, gradualmente, pela própria eficácia obtida pelo Estado centralizado, a partir de fins dos anos 40 em diante. Segundo Ilmar Mattos, à consolidação das posições saquaremas no interior do mundo do Governo, correspondeu a suplantação do tema da Ordem pelo da necessidade de difusão de uma Civilização.", Regina Horta DUARTE, "Conquista e Civilização na Minas Oitocentista". In: Teófilo OTONI, *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*, 2002, p. 17.

ela [Comte trata da igreja, mas poderíamos pensar nas Instituições em geral] decompôs cada vez mais o domínio central em autoridades locais".

Entretanto, para sobreviver dentro da lógica moderna, o Estado deveria agir como elemento reorganizador da centralidade e que permitiria a propagação do conhecimento, reaglutinando a sociedade. Funciona, portanto, como elemento salvador para a desordem desenvolvida na sua própria expansão, elemento centralizador e reintegrador desses localismos. Isso fundamenta-se cada vez mais na ciência para possibilitar o desenvolvimento positivo da sociedade: o progresso material, fazendo com que a humanidade substitua a Deus, "sem esquecer jamais seus serviços provisórios"[340].

A preocupação da coroa com a conquista das terras sertanistas era um imperativo administrativo para reduzir o contrabando e, mais importante que isso, integrar e ocupar os vazios territoriais na América, resultado da ilustração e, também, de uma série de aconselhamentos de observadores e viajantes. Estes analistas descreviam a necessidade de inserir algumas regiões outrora prósperas no comércio nacional ou internacional. Em 1806, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos solicitou ao Príncipe que desenvolvesse a navegação de alguns dos rios da região, principalmente porque as Províncias Centrais não podiam ser "suscetíveis das grandes vantagens das navegações"[341]. Em 1812, o inglês protegido do Conde de Linhares, John Mawe, quando trata do escoamento da produção de Minas Novas pelos rios da região, acreditava que "nunca seria demasiado aconselhar ao Governo do Brasil a promover a exploração de tais rios; esse trabalho se poderia executar com poucas

[340]Auguste COMTE, *Catecismo Positivista*, 2005, p. 317-33.

[341] "A uma Província Central afastada dos mares não pode ser suscetível das grandes vantagens da navegação. Tal é a sorte da de Minas. Bem que navegável, o Rio de São Francisco apenas contudo serve ao comércio interior e alguns dos lugares por onde corre. Por ele descem grãos e outros viveres para os sertões de Pernambuco, de cujas Vilas Minas importa o Sal em canoas e barcos únicos vasos que esse rio admite. O rio doce é o que se pode tirar partido. […ao tratar do Rio Grande de Belmonte ou Jequitinhonha]: Não é preciso encarecer as incalculáveis utilidades dessa navegação. Floresceria a agricultura cujas produções pelas mãos e artes transportados pelo comércio a diversos povos poriam as produções de Minas Novas [?] dos países marítimos em opulência cultural. É de esperar das bens fazejas mãos do Príncipe Regente Nosso Senhor mais este beneficio sobre os muitos com que tem enriquecido seus fieis brasileiros. Com ele lhes subministrarão bens que são sempre o produto de um comércio ativo e lhes franquearão riquezas entranhadas nesses lugares. Por quanto é fama que em todos os riachos, que desembocam no Ribeirão de São Miguel aparecem crisólitas, águas marinhas e outras preciosidades[...]. Diogo Pereira Ribeiro de VASCONCELOS, "Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitânia de Minas Gerais", APM, 1806, AVC-016.

despesas, em dois meses, com grandes canoas, e, se fosse necessário, poder-se-ia estabelecer comunicação entre sua foz e Tocaia. Facilmente se concebe a vantagem que resultaria para os habitantes, da abertura da navegação. Seu algodão, café, açúcar, sua bela madeira de marchetaria e outros objetos preciosos teriam saída mais pronta; forma-se-iam grandes plantações; todo o território lucraria em melhoramentos"[342].

Lucraria também o comércio com outros países, pois esses melhoramentos permitiriam que, mesmo naqueles rincões, os produtos manufaturados na Europa pudessem invadir os armazéns. E, mesmo distante, meses e meses, do principal porto, e com toda a crise comercial gerada pelo bloqueio continental, destaca o Inglês que, no Tijuco, "as lojas estão abarrotadas de mercadoria de fábricas inglesas"[343]. Isso não quer dizer produtos de qualidade ou de luxo, mas às vezes de má qualidade, como os tecidos de algodão que "desbotam quando lavados", levando alguns habitantes a clamar contra "a introdução de objetos de luxo, vindos do estrangeiro, e desejavam que o comércio com a Inglaterra lhes desse meio de explorar as minas de ferro, donde pudessem tirar material para a sua defesa"[344].

Por outro lado, existem limitações àquele avanço, impostas pela natureza das novas terras e pelas características dos homens formados naquelas paragens, disforme daquilo que se processava na Europa. Não nos esqueçamos da mata, pois, para esta ser vencida era preciso que os medos que ela produzia também fossem vencidos. A imigrante francesa dizia: estamos entre bárbaros, quando ainda estava no mar carioca. Jorge Amado nos alertava: "não há vento frio que venha do mar. Distante está o mar de verdes ondas. Não há vento frio nessa noite de chuvas e relâmpagos. Mas, ainda assim, os homens estão arrepiados e tremem, se apertam os seus corações. A mata-deus na sua frente. O medo de dentro deles. [...] diante dos homens está a mata, é o passado do mundo, o princípio do mundo. Largam os facões, os machados, as foices, os serrotes, só há um caminho, é o caminho de volta"[345].

---

[342]John MAWE, *Viagens ao Interior do Brasil*, 1812, p.164.
[343]John MAWE, *Viagens ao Interior do Brasil*, 1812, p. 158.
[344]John MAWE, *Viagens ao Interior do Brasil*, 1812, pp. 158-9.
[345] Jorge AMADO, *Terras do Sem Fim*, 1981, p. 46.

Olhos de Diadorim, vento quente, verde das ondas, diferente do verde escuro das florestas.

Em Sérgio Buarque de Holanda podemos verificar a existência de uma repugnância entre o Sertão e o litoral. Eles se atraem e se excluem. Para o homem do litoral, envolvido em outras formas de vivência e de cultura, o Sertão passa a ser espaço repugnante, demoníaco[346]. Essa negação entre as regiões povoadas e aquelas não povoadas fez com que, ao não se internalizar o povoamento no Brasil, o Sertão fosse esquecido e o litoral se voltasse mais para as suas relações externas do que aquelas que envolviam verdadeiramente um projeto nacional de integração de suas partes. Fernand Denis configura de forma bastante lúcida esse quadro: "o Brasil é ignorado pelo próprio Brasil, e, como disse um erudito escritor: no Rio de Janeiro, não se conhece senão o Rio de Janeiro e se despreza um pouco demais o que não é Rio"[347]. Estamos tratando de dominação e resistência em amplos aspectos culturais, econômicos, sociais, geográficos[348]. Isso não se vislumbra apenas do vencedor para o vencido, e sim, de forma dialética, *vis-à-vis* que ambos estavam em processo de ajustamento, mas quem vencerá? No nosso caso, as vastidões, a parcimônia, o esquecimento, enfim, nem deus, nem o diabo. Assim como as estradas americanas, fica essa sensação de provisoriedade, mesmo nos projetos mais consistentes.

Auguste de Saint-Hilaire, ao analisar a influência que teria Marlière sobre a futura expansão e ocupação dos Sertões entre as Minas e o Mar, expressava o caráter provisório, efêmero que possuía a proteção de alguns ilustrados fosse

---

[346] "[...] parece-lhe que não fez Deus pouca mercê ao Brasil com aquele desengano das minas nunca achadas, pois mostrou aos moradores o muito que podiam tirar da lavra das canas, dispensando-se de se alargarem para o sertão. Dessa mesma ocupação de fazer açucares, que Alviano tinha por tão pequena, ele ao contrário, a reputava por grandíssima, e muito maior, em realidade, do que a de cavoucar a terra atrás de pedras", Sérgio Buarque de HOLANDA, *Visão do Paraíso – Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*, 2000, p.111.

[347] Ferdinand DENIS, *Brasil,* 1838, p. 398.

[348] Ao tratar da ação da igreja, Fernando Novais nos parece estabelecer um caminho para essa relação, que poderia ser transportado para outras tantas instituições. "O empenho da Igreja se concentra na "conquista" do gentio para seio da cristandade e na manutenção dos colonos na mais estrita ortodoxia. Missionação e Inquisição, em suma, cifram o processo de colonização das almas; em contrapartida, em toda a parte e por todo o tempo, uns e outros opunham desesperada resistência a essa forma de dominação.", Fernando Antônio NOVAIS, Condições da Privacidade na Colônia, Cap. 1, de *Cotidiano e Privacidade na América Portuguesa*, org. por Laura de Mello e SOUZA, Volume I de História da Vida Privada no Brasil, 4 volumes, org. por Fernando Antonio NOVAIS, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 35.

pela mata, fosse pelos índios. Saint-Hilaire concluía, neste caso, que a "colonização", em geral, não seria feita por um volumoso número desses homens ilustrados, mas por pessoas reais e que a proteção daria paz aos botocudos por alguns anos, apenas. Para completar, expôs que a civilização dos botocudos permitiria a sua extinção, principalmente por não resistirem mais ao avanço dos "colonizadores" nestes Sertões[349].

Por Sertão, caracterizamos, desde o início deste estudo, e baseados novamente nas análises de Saint-Hilaire, não uma vegetação específica, mas aquilo que era desconhecido e, portanto, munido de uma mística, de medos, de dificuldades, de impossibilidades de transpô-los e de custos que, dificilmente, seriam financiados pelo capital privado, dados os riscos da empreitada e o não conhecimento deste espaço. "O senhor nonada conhece sobre mim"[350].

> Os Mineiros aplicam a palavra Sertão somente às regiões descobertas situadas além da cadeia ocidental, porque não conhecem região menos povoada; aqui [no litoral], ao contrário, chamam Sertão às florestas ainda pouco habitadas situadas a oeste do litoral. Os Sertões em cada província são as partes mais desertas de cada uma, independente do tipo de vegetação[351].

Spix e Martius enfatizam essa denominação dada pelos mineiros "à vastidão deserta", lugar de mal afamado território, pela rusticidade de sua gente, pelos crimes passionais, pelos ciúmes e pela vingança honrosa, e este aspecto levaria esses autores a compararem o Sertão com a clássica obra de Cervantes. Além disto, o isolamento faz os viajantes definirem os sertanejos como "criaturas da natureza, sem instrução, sem exigências, de costumes simples e rudes", mas dados aos gozos "com requinte"[352]. Esse distanciamento da civilização permitia também que, ao viver distante dos padrões da

[349] "Marlière deu aos luso-brasileiros a posse de uma extensão imensa de florestas e fez aos índios todo o bem que lhes podia fazer; procurou para eles alguns anos de paz. Entretanto, o vestígio de seus nobres benefícios se apagará dentro em breve; e não terão conseguido, realmente, senão o resultado de acelerar a destruição daqueles de quem ele queria fazer a felicidade", Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*, s/d, p. 123-4.
[350] João Guimarães ROSA, *Grande Sertão: Veredas*, 2001.
[351] Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, 1833, p.209.
[352] SPIX e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, 1817-20, p. 65-6.

sociedade europeia e de seus valores, o sertanejo poderia se dedicar a outros valores que, embora incômodos aos padrões morais da época, tinham aproximações com o ócio e, portanto, com o prazer.

A possibilidade de isolamento só se estabelece quando existe a alternativa de vida independente de recursos externos. Naquelas ´ilhas´ provisórias, sertanejas, o mundo se configurava entre as suas fronteiras, levando seus habitantes, de forma geral, nas palavras de Von Eschwege, a "não estabelecerem relações uns com os outros, de modo a se ajudarem reciprocamente. A maioria das famílias vive no isolamento, com os seus próprios recursos, sem necessitar de auxílio alheio"[353].

Spix e Martius caracterizariam os sertanejos como envergonhados de sua situação, mas também "bem intencionados, prestativos, nada egoístas e de gênio pacífico"[354]. Assim sendo, o ato de não se relacionar pode ser muito mais consequência da desertificação do que necessariamente da natureza do sertanejo. Os contatos nessas esferas não se realizam apenas sob a perspectiva da troca de mercadorias, mas de relações sociais que se estabeleceriam nos momentos de diversão e ociosidade, como os jogos de cartas, de dados e, claro, no "amor sensual" e tudo isso poderia ser realizado sem o conjunto de regras estabelecido pela Igreja ou pelo Estado.

O Éden é valido para o sertanejo, acostumado com aquele modo de vida, incômodo para o homem do litoral e mais difícil para o imigrante europeu que nem ao menos a língua local dominava. O novo mundo rapidamente poderia se transformar para aqueles novos habitantes em um infernal espaço para instalar a sua família, totalmente diferente de tudo aquilo que pudessem ter vivenciado até então. Ottoni seria sensível a essas dificuldades: "[...] e quando o pobre colono chega à terra da promissão e verifica que aí não chove maná, como se lhe vaticinara, a decepção é cruel e o desânimo não é a pior das conseqüências. [...] no sentido de obviar a carestia dos cereais proveniente

[353]W. L. Von ESCHWEGE, *Pluto Brasiliensis*, 1979. 264.
[354]SPIX e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, 1817-20, p. 66.

da falta de braços, e também como um bom preparatório para o recebimento dos colonos idôneos, isto é, colonos que tragam indústria e capital”[355].

A comparação é no mínimo intrigante, pois é exatamente a promessa do maná que permite aos hebreus atravessarem as grandes extensões desertas em busca das terras prometidas: “E os filhos de Israel comeram maná durante quarenta anos, até chegarem a um país habitado; com esta comida se alimentaram até chegarem aos confins do país de Canaã” (Êxodo 16-35). Por isso Ottoni insistiria sempre que, para chegar à terra prometida, era necessário que esses imigrantes não imaginassem encontrar tudo pronto, mas fazendo-se preciso que trouxessem o seu próprio “maná” até chegarem a um país habitado.

Fernand Braudel dedica-se, dentre outros aspectos, a nos alertar que “o dinheiro foge sempre aos riscos da aventura...”[356] e demonstra como foi importante, primeiro, a presença do Estado Pontifical e, depois, dos Estados Nacionais para a consolidação e fixação dos investimentos e das povoações. Enfim, o Paraíso se desintegra depois do período aventureiro, seja pela presença de redutos de “gentio bravo”, seja pelas doenças ou pela fome, seja pelo fim das minas, mas algo precisa substituí-lo. Isso se agrava, é fato, nas regiões que estavam mais distantes do processo “civilizador” e de suas leis ou de suas tantas representações ideológicas. Enfim, longe do Estado Nacional em formação. Por isso, acreditamos ser verdade que existia uma relativização das leis, assim como uma relativização de toda a ação institucional. Melhor dizendo, mesmo com a presença do Estado absolutista, a sociedade deixa subsistir a diversidade e a confusão, como bem demonstra para a França, Fernand Braudel[357].

Antonil já alertava para isso no início do século XVIII, quando ao ganho fácil da mineração associa, primeiro, a alternativa de criar desmandos,

---

[355]Theophilo OTTONI, Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002, p.123.

[356]Fernand BRAUDEL, O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II, Volume 2, Trad., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, p.57

[357] “Também não há unidade lá onde em princípio se esperaria encontrá-la: a partir do ´poder´. Nenhuma força estruturante que dele dependa consegue uniformizar uma diversidade que tenha para ela uma espécie de força vegetativa. Se a sacudimos, ela nos rechaça: nem a ordem política, nem a ordem social, nem a ordem cultural conseguem impor uma uniformidade que seja outra coisa que uma aparência.”, Fernand BRAUDEL, A Identidade da França, p. 57

exércitos particulares, vinganças ou se dedicar a atividades menos nobres como os jogos ou a fazer "ousadias" com negras compradas apenas para esse fim. Outra possibilidade seria dedicar-se ao consumo supérfluo, fazendo com que o ouro migrasse para o consumo desses produtos[358].

Podemos imaginar um índio Machacalis que conseguisse viver 300 anos de solidão: viu a corrida das minas, viu a grande companhia comercial e também a disputa entre liberais e conservadores. Olha para Macondo e pensa: ´qual o sentido de tirar ouro, transformar em pingente em forma de peixe, para conseguir mais ouro?´ A Companhia de Navegação aqui veio, tudo sugou e foi embora, deixando a mesma sensação de vazio e, às vezes, sentimos que o sol não vai se pôr e começaremos a esquecer tudo, tudo. A mineração e a crise do Antigo Sistema Colonial, ao mesmo tempo, deixam essa sensação de solidão, de redemoinho, de desintegração, de purgatório. Parece um projeto não acabado, uma sociedade pela metade. Por isso repetimos:

> Desintegração do Paraíso: nada torna a fatalidade mais arbitrária. Absurdo da salvação: nada torna mais necessário um outro estilo de continuidade. O que se demandava, então, era uma transformação secular da fatalidade em continuidade, da contingência em significado[359].

O Príncipe Maximiliano, ainda no primeiro quartel do século XIX, defendia a dupla necessidade de ocupação do sertão: primeiro, pelo fato de eliminar ou colonizar as tribos indígenas que ainda seriam, por longo tempo, insubordinadas ao governo português; e, segundo, para proporcionar as populações mineiras um acesso ao mar, favorecendo o escoamento da produção[360]. O pior de tudo é que, mesmo para a sociedade mineira, o objetivo

---

[358] "Convidou a fama das minas tão abundantes do Brasil homens de todas as castas e de todas as partes, uns de cabedal, e outros, vadios. Aos de cabedal, que tiraram muita quantidade dele das catas, foi causa de se haverem com altivez e arrogância, de andarem sempre acompanhados de tropas de espingardeiros, de ânimo pronto para executarem qualquer violência, e de tomar sem temor algum da justice grandes e estrondosas vinganças. Convidou-os o ouro a jogar largamente e a gastar em superfluidades quantias extraordinárias, sem reparo, comprando (por exemplo) um negro trombeteiro por mil cruzados, e uma mulata de mau trato por dobrado preço, para multiplicar com ela contínuos e escandalosos pecados" André João ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, 1711, p. 194.

[359] Benedict ANDERSON. *Nação e Consciência Nacional*, 1989, p.19.

[360] "Entre as montanhas de Minas Gerais e a costa oriental francamente povoada, estendem-se ermos imensos, onde perambulam muitas hordas das tribos selvagens de aborígenes, que,

quase mitológico, o significado, aquilo que daria àquela sociedade continuidade acabaria sendo o mar. Dito isso, temos que ter novos personagens edênicos: ainda sem sabermos quem é Eva, muito menos Adão, mas não temos dúvidas de quem ou o quê representam a serpente e a maçã: a subjetividade e a materialidade.

Assim como no Éden após a expulsão daquelas figuras, o quê nos apresenta é a necessidade de compreendermos como se estabeleciam as relações de trabalho e o comportamento dessas relações na transição ao capitalismo. Dadas as limitações do Sertão, dadas as dificuldades do povoamento tratadas durante toda essa tese, eis a grande dificuldade desses espaços desocupados. Em verdade, a ruptura com a lógica colonial deveria indicar uma predisposição em aderir à lógica capitalista, mas o quê há é um novo paradoxo: naa sociedade mais produtiva e essa produção representando algo significativo para a economia nacional, a mão-de-obra utilizada acabaria sendo aquela mesma cativa e ainda, mesmo após a independência, mesmo após o fim do tráfico, ela continua vinculada aos negros escravos vindos de África ou aqui nascidos. Nessas regiões, o exemplo, e baseamo-nos aqui na figura deTheophilo Ottoni, serve de empecilhos para que "os moços educados entre os escravos" "tenham alguma repugnância em se darem a essas ocupações"[361].

Por outro lado, acredita Ottoni que, para outras atividades, não existe o exemplo de elas estarem sendo executadas por escravos, logo, acredita que os jovens poderiam executá-las. Disto deve ter surgido esse apego ao progresso como negação do trabalho escravo. Nas regiões distantes, de parca

---

com toda a certeza, ainda permanecerão muito tempo insubmissas ao português. Tomaram-se medidas para a construção, em diferentes rumos, de estradas através dessas brenhas, a fim de facilitar o transporte dos produtos de Minas para o litoral mais pobre e escassamente povoado, e garantir-lhe comunicação mais rápida com as principais cidades e o mar" MAXIMILIANO, *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*, Trad., p.175-6.

[361] "É natural que os moços educados entre os escravos, vendo que certas ocupações por hábito do nosso País pertencem aos escravos, tenham alguma repugnância em se darem a essas ocupações; mas não tem este argumento tanto valor quando se trata de caixeiros, porque não existe entre nós o hábito de ser essa indústria exercida pelos escravos; desde que os escravos não exercem essa indústria, não é razão tão forte para se dizer que a existência da escravidão faz criar repugnância ao exercício dessa indústria", Theophilo Benedicto OTTONI, "Contra o Tráfico Africano – O Tratamento aos Presos de 1842". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 15 de julho de 1848, p. 433.

“colonização”, e graças a certa independência que estamos demonstrando, essa atividade não se estabelece em curto prazo e as “necessidades” que impulsionariam esses jovens ao trabalho fica mais restrita. Além disso, tudo que um jovem nacional do século XIX buscava era a Cidade, não as matas do Mucuri.

Maria Arminda Arruda, ao analisar o discurso dos viajantes sobre o ócio no Brasil e, particularmente, em Minas Gerais, apresenta a repulsa como os estrangeiros vislumbravam a negação do trabalho no Brasil e como eles acreditavam que o ócio compunha já parte do caráter nacional. Associado a isso, o ganho fácil e rápido como consequência dessa inabilidade para o trabalho de que trata os coevos[362]. Estamos abordando duas lógicas distintas e que, em algumas das principais características do modelo, são contraditórias e, consequentemente, o conflito que se estabelece aqui é a exarcebação do período transional entre os dois sistemas. Isso se apresenta de forma mais resistente em algumas esferas exatamente porque os aspectos que impulsionam o novo sistema se fazem menos significativos. Enfim, nas esferas marginais, o impulso para se inserir no sistema não se realiza por condições endógenas, mas necessita de impulsos externos para a sua transformação, nem que seja o do contraponto, tratado anteriormente.

Talvez por isso a única solução foi atrair trabalhadores livres que estivessem fora daquela lógica, que buscassem a grande vantagem de serem proprietários de terras, algo desprezível para os jovens dos Sobrados e até mesmo para os do Mucambo[363]. Assim, havia o dispêndio de muita propaganda para tornar o Sertão um local aprazível e, segundo Charles Ribeyrolles, esse seria o grande equívoco da colonização empreitada por Theophilo Ottoni, pois esses colonos cooptados na Europa, pelas companhias particulares, quando “chamados ao trabalho, recusaram aceitar os lotes de terreno que lhes eram

---

[362] “O gosto pelo ganho fácil e sem muito dispêndio de energia assustava bastante os viajantes. O ócio aparecia-lhes como um componente do caráter nacional, sendo ´efetivamente um vício [que] geralmente acarreta outros´. Para homens formados na ética do trabalho, torna-se incompreensível o fato de ´ninguém aqui quer ganhar dinheiro´. E, mesmo para um português, tal ociosidade configura-se como um mal a ser exorcizado.”, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Mitologia da Mineiridade, p.53

[363] Estamos pensando na análise sociológica que faz Gilberto FREYRE, *Sobrados e Mucambos*, 1998

marcados na mata virgem. Por que? Porque haviam-lhes, a seu ver [Theophilo Ottoni], violação do contrato. Na Europa, haviam-lhes prometido terras já loteadas, habitações prontas, colheitas próximas e abriam-lhes a floresta"[364].

Quando analisa a propaganda disseminada na Europa pela Associação Central de Colonização, dos Beaucourt, Charles Ribeyrolles compararia ao Éden as perspectivas e expectativas apresentadas para que os novos colonos quisessem se deslocar para o Mucuri. Claro que a realidade diversa, o clima infernal para um Europeu, a floresta, os botocudos logo os levariam a crer no contrário e que a realidade sertaneja em muito diferia das condições apresentadas aos "colonos". Nesse sentido, Theophilo Ottoni deixaria claro que o "loteamento das matas é um trabalho rude e fatal aos braços europeus"[365].

Em virtude disso, Charles Ribeyrolles reprovaria o modelo de colonização implementado no Mucuri pelo fato de os colonizadores não terem realizado nenhum significativo estudo preliminar, fosse dos solos, fosse da adaptabilidade dos indivíduos nestas paragens. Todos esses aspectos associados tornaram aquela primeira estada dos imigrantes europeus, na América do Sul, infernal. O próprio Éden destruindo quaisquer sonhos que esses "colonos" tivessem criado para abandonar suas pátrias e viessem parar em uma terra distante e ainda não "civilizada". Esse conceito preliminar dificultaria ainda mais novas ocupações, dada a rápida disseminação de que, no Brasil, as dificuldades se faziam muito mais significativas do que em outros espaços alternativos de imigração como, por exemplo, nos Estados Unidos.

Ao aprofundar sua análise da sociedade brasileira, Charles Ribeyrolles norteia a matriz que sustenta a questão do trabalho e atribui a valorização desse modelo como a grande dificuldade em se estabelecer um fluxo consistente de povoação para o Brasil. Para o viajante, o fato de brasileiros negarem o trabalho podia ser justificado, principalmente, pela grande produção agrícola ser mantida por trabalho cativo. Julgava, portanto, inútil a tentativa de inserção do trabalho livre enquanto o modelo fosse escravista, mesmo em regiões distantes: "os mais interessados na concorrência dos braços, são, no

[364] Charles RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, 1859, p. 160, vol. II.
[365] Charles RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, 1859, p. 163, vol. II.

Brasil, os grandes proprietários de terras, os ricos fazendeiros. Contudo, a esses repugna a colonização livre. O trabalho escravo é a sua lei, sua tradição, toda a sua esperança de riqueza. Eles, ademais, compreendem que os dois campos de ação não poderiam viver lado a lado. Por isso, muito poucos responderam ao apelo da Sociedade Central, a pesar do prestígio dos dividendos"[366].

Essa lógica, associada à recusa do trabalho no Brasil, visto como algo repulsivo valoriza a escravidão através dos exemplos. Além disso, para a pequena produção, retiram-se as possibilidades de valorização das terras e do desenvolvimento de uma economia agrícola dentro dos padrões das *farms*, o quê implicaria novamente na adoção das *plantations*, forcejando, inclusive, as relações de comércio com o centro comercial e, portanto, com o próprio tráfico de escravos. Saint-Hilaire destacava a existência de uma grande diferença entre o tratamento dado às propriedades territoriais na Europa e às aplicadas nas Gerais. Isto porque, conforme já relatado, não se conseguem, para aquele último espaço, homens para trabalhar ou mesmo arrendar essas terras, por existir uma enorme facilidade em adquiri-las e, portanto, seria mais plausível se tornar proprietário a ser colono[367].

Para o caso americano, quando trata da ocupação das áreas afastadas, Eugene Genovese considera que "as regiões interioranas e pouco povoadas onde não haviam *plantations* achavam-se encravadas na sociedade escravista mais ampla e também eram por ela afetadas, sobretudo no tocante ao isolamento econômico e à auto-suficiência na qual precisa fundamentar-se qualquer autonomia cultural de certo vulto. Contudo, os pequenos proprietários, e também dos agricultores brancos e dos brancos pobres, foi moldada sob vários aspectos pela poderosa classe dos grandes fazendeiros, que lhe era

---

[366] Charles RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, 1859, p. 173, vol. II.

[367] "Na Europa as propriedades territoriais são justamente consideradas como mais seguras; na região de Minas elas nada valem. No seio de um povo quase nômade, as casas também perderam seu valor; e o infeliz sistema de agricultura introduzido em Minas Gerais destruiu rapidamente as fazendas situadas na parte menos deserta desta província. Aliás, as fazendas só raramente produzem, administradas que são por feitores pouco interessados em cumprir seus deveres; doutro lado, onde encontrar homens que queiram arrendar terras, quando se pode fixar, sem retribuição alguma, nos terrenos alheios, quando com poucos gastos pode-se tornar proprietário?" Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, 1833, p.29.

superior, e pela classe dos escravos, degradada e socialmente desprezada, que lhe era inferior. [...] Os brancos haviam sido profundamente impregnados pelo comportamento do grupo favorecido que constituía o escalão mais alto da classe formada pelos donos de escravos, e ressentiam-se por ter de competir com os escravos ou por se ver em pé de igualdade com eles; era como se Deus, por vingança, os fizesse assemelhar-se cada vez mais àqueles a quem mais desprezavam"[368].

Em contraponto ao que pensava Saint-Hilaire em citação anterior, a negação do trabalho em sociedades escravistas não nos parece fruto apenas da sociedade brasileira e o fato de existirem resistências ao trabalho parece seguir o modelo imposto pelas *plantations* e pela escravidão*,* onde e quando ela se mostrou mais forte. Seguindo o pensamento de Eugene Genovese, destacado acima, percebemos que, ao mesmo tempo em que precisava ser integrada aos grandes centros, ao fazê-lo, aquela sociedade estaria impregnada pelo exemplo destas grandes cidades, prejudicando o funcionamento de uma sociedade moderna. Por isso, talvez, Ottoni insistiria no isolamento e na imigração de pessoas alheias àquela realidade social anterior, entretanto, aqui reside a principal contradição: essas regiões precisavam ser integradas e não isoladas da sociedade em geral.

O "espírito que anima os americanos" influenciou os pensadores coevos a estruturar, em *pluto brasiliensis,* modelos de sociedade inspirados nas colônias dos Estados Unidos, entretanto, a manutenção da escravidão em certo sentido aprofunda, até final do século XIX, no Brasil, essa diferença, não permitindo aquilo que foi essencial no desenvolvimento americano: a integração da grande propriedade sulista à pequena produção e à industrialização do norte.

Essa influência do pensamento americano levou Theophilo Ottoni a solicitar ao Estado a redefinição das formas de ocupação do território para pequenas propriedades agrícolas a serem desenvolvidas a partir dos rios e que serviriam tanto no fornecimento de água para essas fazendas, quanto para

[368] Eugene GENOVESE, A Terra Prometida – O Mundo que os Escravos Criaram, Volume 1, pp.451-2

escoar a sua produção. Assim, cabia ao Estado favorecer a implantação de posseiros "*ad instar* dos Shelters que conquistaram as matas virgens dos Estados Unidos, e preparam habitações e fazendas provisórias para vender"[369].

Provisório. Na não adoção desse princípio talvez resida a maior crítica à Colonização do Mucuri. Embora não destacasse isso nos seus relatórios, Ottoni percebeu que, ao construir a estrada de Santa Clara à Nova Filadélfia, não seguira, talvez por ter confiado no Governo Imperial ou no rápido desenvolvimento da região, aquilo que era essencial para o desenvolvimento nas Américas: investimentos rápidos, provisórios, de rápida rentabilidade. Ao aconselhar Procópio Ferreira e o Governo Imperial quanto a União Indústria, ele demonstraria claramente o seu erro e aquilo que seria o acerto da empreitada americana: estradas rápidas. Baseado novamente nos investidores do canal do Eire, Theophilo não poderia ser mais claro: os investimentos não poderiam ser significativos quando tratava de melhorar as vias de comunicação na América, isto é, "Um país que está na infância, onde não abundam capitais [...] deve fazer tudo provisório, certo de que o rendimento que o provisório trouxer dará ao depois para o definitivo, amplamente". Solicitou assim, que fosse feita uma estrada ligeira, capaz de ligar, por trilhos, Juiz de Fora ao Vale do Paraíba e, em um segundo momento, de Juiz de Fora ao São Francisco[370].

Quando analisou a inabilidade do *Gaucho* argentino para a navegação dos rios, Sarmiento destacara que essa inabilidade possibilitaria o não desenvolvimento e integração das diversas partes na Argentina, dificultando a constituição de uma estrutura unificada que criava peculiaridades à formação da nação. Essa empreitada, em função disso, era atribuída ao Estado que deveria agir como elemento dinamizador dos investimentos e valorizador da

[369] Theophilo Benedicto OTTONI, *Noticias Sobre os Selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002, p.71.
[370] Theophilo Benedicto OTTONI, "Sobre as estradas: A de Ferro D. Pedro II; A de Rodagem União Indústria, entre outras". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 5 de agosto de 1862, p. 715.

imigração estrangeira que, segundo ele, tiraria a Argentina da barbárie[371]. O projeto de Ottoni nem de longe era peculiar e parecia disseminado por todo o Mundo: a necessidade de ocupar esses espaços vazios com povoações europeias. O quê, de fato, é peculiar é essa forma de ocupação se modificar em função das condições econômicas e sociais que possuíam cada um desses países e, mais que isso, cada uma das partes que iriam compor essas jovens nações.

[371] "Deste modo, o maior favor que a Providência concede a um povo, o gaucho argentino o desdenha, vendo nele antes um obstáculo imposto a seus movimentos do que o meio mais poderoso de facilitá-los; deste modo, a fonte de engrandecimento das nações, o que fez a celebridade remotíssima do Egito, o que engrandeceu a Holanda e é a causa do rápido desenvolvimento da América do Norte, a navegação dos rios ou a canalização, constituem um elemento morto, inexplorado pelos habitantes das margens do Bernejo, Pilcomayo, do Paraná, do Paraguai e do Uruguai. Desde o Prata, remontam rio acima alguns barquinhos tripulados por italianos e carcamanos; mas o movimento vai até umas poucas léguas e cessa quase totalmente. Não foi dado aos espanhóis o instinto da navegação que possuem, em tão alto grau, os saxões do norte. Necessita-se de outro espírito que agite essas artérias em que hoje se estagnam os fluídos vivificantes de uma nação. De todos esses rios que deveriam levar a civilização, o poder e a riqueza até as profundezas mais recônditas do continente e fazer com que Santa Fé, Entre Rios, Corrientes, Córdoba, Salta, Tucumán e Jujuy e outras tantas povoações nadassem em riquezas e transbordassem de população e cultura, só há um que é fecundo em benefício para os que moram a suas margens – o Prata, que os resume a todos juntos", Domingo Faustino SARMIENTO, *Facundo – Civilização e Barbárie no Pampa Argentino*, 1845, p. 24.

4.3. "O senhor nonada conhece de mim"

> *Ah, este norte em remanência: progresso forte, fartura para todos, a alegria nacional! Mas, no em mesmo, o afã de política, eu tive e não tenho mais... A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro.... Agora perdi. Estou preso. Mudei para adiante!* (João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, p.294-5).

Para sair do Sertão, temos antes que o tomar; e conhecê-lo a dentro. Entretanto, a ocupação deste espaço seria realizada, no período que estudamos, por pessoas com nenhuma habilidade com essa região, desconhecendo seus problemas, suas vantagens, seus medos, suas dificuldades. Como visto, a derrota ou o adiamento do projeto nacional parece ter deixado os Vales do Jequitinhonha e Mucuri totalmente à margem do processo capitalista que se desencadearia em outras instâncias, como na industrialização paulista ou no desenvolvimento agrícola do sul do país.

Para o Brasil, o papel inicial de mecanismo de acumulação primitiva de capital assume outro contexto: o de se inserir como "produção mercantil complementar", como expõe João Manuel Cardoso de Mello[372]. Ao inverter o sentido, temos também uma redefinição dos interesses regionais, entretanto, não se incluem, nessa redefinição, algumas vastas e pouco povoadas regiões. Nela se prioriza a ocupação daqueles espaços já conhecidos, gerados a partir da concentração de capital em determinada localidade, aumentando o desconhecimento de outras, relegadas ao abandono, ao menos provisório.

[372] "Há contradição entre capitalismo industrial e produção colonial não porque a produção da periferia, em constituição, deva deixar de ser mercantil e complementar. Ao contrário, o que se requer é produção de produtos primários de exportação. **Porém, não se trata mais de produção colonial, pois o "sentido" da produção mercantil complementar é bem outro.** Não mais produtos agrícolas coloniais e metais preciosos, e, sim, alimentos e matérias-primas produzidas em massa (pelo conjunto da periferia), porque só produção em massa pode significar preços baixos". João Manuel Cardoso de MELLO, *O Capitalismo Tardio*, 8. ed., São Paulo, Brasiliense, pp. 44-5.

Seguindo o pensamento do autor de *O Capitalismo Tardio*, poderíamos tentar aplicá-lo ao que sucedeu nos Vales e refletir sobre quais as razões do insucesso na proposta de progresso de Theophilo Ottoni. Isto no que concerne ao não desenvolvimento econômico da região, tendo em vista o fato de ela seguir todas as expectativas e perspectivas das esferas configuradas para a economia paulista, ou seja,, mão-de-obra imigrada da Europa, destruição ou associação do elemento indígena, vazio, estrada de ferro, Companhia de Navegação, possibilidade de capital inglês, entre outros.

Existem diversos exemplos de que, sozinha, a estrada de ferro não poderia trazer profundas modificações na estrutura econômica, como a Madeira-Mamoré. Entretanto, mesmo partindo desse pressuposto, Gilberto Freyre acreditava que a estrada de ferro permitia certo progresso material e que este progresso poderia atingir, inclusive, as Zonas Rurais e o Sertão[373]. Em outro sentido, cremos de forma preliminar que faltasse exatamente o elemento central do comércio, a mercadoria. Por isso o mecanismo de transporte tem que vir associado à ocupação, à fixação, ao estabelecimento de uma produção e desenvolvimento de um fluxo de comércio que garantam a sobrevivência dessas sociedades e, de fato, a sua inserção no grande mercado. Nisso reside a grande dificuldade das novas ocupações, todo esse conjunto de exigências para o desenvolvimento de uma estrutura econômica demanda tempo e o retorno para aquela empreitada exige, por vezes, muito mais do que pode sustentar esses colonizadores.

Em outro momento, Freyre aludiria à importância do desenvolvimento de uma produção interna, entre regiões, que teria caráter mais nacional, sugerindo certa passividade na economia brasileira, fruto da monocultura exportadora[374].

---

[373] "Sozinha a estrada de ferro não poderia realizar milagres num país como o Brasil, de fertilidade bem menor que a imaginada pelos patriotas mais sonhadores de sonhos dourados que simplesmente azuis. Mesmo assim, a via-férrea tornou possível a modernização de condições de vida em numerosas áreas do país; e servido a princípio os interesses da monocultura escravocrata preparou, depois, o caminho para a policultura democrática e para a generalização às zonas rurais de confortos ou conveniências limitadas até então às cidades grandes ou às casas-grandes dos senhores ricos e viajados pela corte ou pela Europa. Espalhou certos traços de progresso material que, viajando de trem ou acompanhando as linhas férreas, acabaram chegando ao próprio sertão", Gilberto FREYRE, *Ingleses no Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1977, pp. 84-5.

[374] "Os privilégios exagerados concedidos à Inglaterra, no Brasil, em grande parte, ao que parece, por pressão de Dom Rodrigo sobre o Príncipe-Regente, repita-se que vieram estacar

Neste sentido, podemos associar seu pensamento à argumentação de Celso Furtado, que culmina no argumento da dependência. Celso Furtado não acredita na possibilidade de autonomia naquela ruptura com a metrópole, fazendo crer que ela só existiria quando se desenvolvesse no Brasil mecanismos de integração e desenvolvimento econômico das regiões "atrasadas" economicamente. Além disso, apresenta a economia brasileira como não possuidora de um "sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores". Partindo disso, explica que a natureza assíncrona entre ingleses e brasileiros não tinha fundamentos econômicos, mas puramente ideológicos, dado que o liberalismo inglês acaba sendo utilizado como garantidores de direitos para aquela economia[375]. Assim, interesses econômicos diferenciados fizeram com que aquele liberalismo assumisse posturas distintas a depender dos propósitos regionais. Economias de passado tipicamente coloniais, embora necessitassem da integração com a produção inglesa, não poderiam conceber que essa integração fosse feita pelo controle inglês do comércio re-configurando o colonialismo. Entretanto, pouco precisava ser desenvolvido naquelas esferas para se integrar àquele mercado, bastando ao Estado, quando favorável, criar mecanismo de proteção para determinados produtores.

Isso permitiria, seguindo o pensamento de Gilberto Freyre, que os produtos ingleses, ao se apresentarem como mercadorias da civilização e da modernização, fossem transportados para o Brasil em troca de produtos "rústicos" ou, como é dito atualmente, de menor "valor" agregado[376]. Assim, cabia ao Brasil, para se "modernizar", forcejar os brasileiros a fornecer aos ingleses matéria-prima barata para a redução dos seus custos de produção,

---

precisamente isto: o começo, no Brasil, de atividade industrial e de comércio inter-regional unido a um começo, também saudável, de policultura. Um começo de economia brasileira menos passiva que a do açúcar ou a do tabaco ou mesmo do ouro e dos diamantes. Menos passiva e menos dependente dos mercados estrangeiros. Menos colonial e mais nacional", Gilberto FREYRE, *Ingleses no Brasil*, 2. ed., 1977, p. 157.

[375] Celso FURTADO, *Formação Econômica do Brasil*, p.94.

[376] "Os navios ingleses começaram a desembarcar nos portos brasileiros, desde 1808, consideráveis quantidades de ferro: expressão e símbolo de uma nova civilização – a do ferro, do carvão e do vidro – diante da qual ao Brasil não restava senão curvar-se colonial e passivamente, trocando por aquele imperial e civilizador, em barra ou sob a forma de máquinas e instrumentos de civilização, como também pelo vidro, igualmente civilizador, vindo em caixas das fábricas inglesas, e mais tarde pelo simples carvão, sua rústica madeira de lei, seu ouro, seus diamantes e suas pedras preciosas também rústicas, seu algodão, seu tabaco, seus outros produtos, todos rústicos", Gilberto FREYRE, *Ingleses no Brasil*, 2. ed., 1977, p. 161.

enquanto eles nos muniriam de toda a ordem de produtos industriais. Neste último aspecto, parece residir a diferença da análise de João Manuel Cardoso de Mello, na qual informa que a importância inglesa estava em conseguir na América produtos de baixo custo para a sua industrialização e a contrapartida é consequência. Consequência possível de ser redirecionada pela consolidação do Estado-nação, na qual poderia desenvolver aqui mecanismo para a produção interna de determinadas mercadorias que oneram a balança de pagamentos brasileira. Isto, no século XX, seria sacralizado como a política de substituição das importações, capitaneada pela presença do Governo.

Estamos tratando de acumulação primitiva de capital e, em virtude disso, como bem destacara Theophilo Ottoni, a colonização deveria ser implantada em novas terras que permitissem, devido a sua fertilidade, ganhos elevados a baixo custo de implantação. Assim, aquele Tipógrafo do Serro justificava que a colonização deveria ser feita não em torno das cidades, mas pelas matas virgens do vasto território nacional. Por outro lado, o desconhecimento da natureza dessas paragens dificultou o desenvolvimento de uma produção eficiente, mas muitas vezes a adoção de uma medida moderna, como a utilização de pequenas propriedades agrícolas associadas à produção do tipo extensiva, sem a possibilidade de uso de técnicas modernas de produção, seria aplicada.. Como exemplo, o diretor da companhia de comércio não vai procurar novas técnicas de cultivo como o arado, intensificado a produção, mas, ao contrário, o esquema a ser desenvolvido envolveria a expansão da produção[377].

Essas novas regiões começaram a criar tipos e estruturas sociais também específicas, em virtude da natureza da sua produção e das relações que essas produções exigiriam. Isso fez com que a região estudada possuísse elementos de uma universalidade, pois poderia modernizar-se e se inserir no capitalismo sem precisar redefinir e lutar contra os interesses da grande

[377] "[...] eu não posso concordar que seja mais vantajoso funda colônias nos subúrbios da cidade do que no interior de nossas matas virgens. Por mais que se me fale e pregue a respeito das vantagens do arado, eu, reconhecendo tudo o que se diz com relação à Europa, acho que atualmente nos convém mais rotear nossas matas virgens do que mandar vir arados para rotear as terras abandonadas nas vizinhanças da Capital", Theophilo Benedicto OTTONI, "Interpelação ao Ministério, relativamente à atitude da Câmara dos Deputados de Berlim, contra a Emigração para o Brasil". in: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 20 de julho de 1861, p. 607.

plantação e dos escravistas. Enfim, sem os entraves da colonização portuguesa, tal região poderia desenvolver atividade nova com produção de interesse do mercado local ou internacional, leia-se neste caso da Inglaterra; consolidaria a nação, destruindo elementos não integrados à "civilização" brasileira, portanto, com forte apelo nacional. Entretanto, apesar daquela universalidade, chega ao século XXI com um regionalismo talvez único. Como explicar?

Podemos supor que exatamente a dispersão populacional , no Sertão, não consolidava elementos vitais na formação da nação, como o "domínio das estruturas do Estado, das línguas dominantes e das grandes civilizações"[378]. Ampliando o argumento braudeliano, residem nestes aspectos as grandes dificuldades em associar a região ao projeto econômico do Estado-Nação e, por consequência, a de afinar-se ao desenvolvimento do capitalismo. Não é fortuito que o objetivo primeiro da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri fosse o de integrar duzentos mil habitantes que se encontravam espalhados pelo Sertão[379]. Para conseguir isso, o ex-deputado do Império e diretor da Companhia acreditava que a instalação dos colonos deveria ser feita sob a perspectiva da fixação, dos ganhos de longo prazo e de pessoas possuidoras de cabedais e técnicas. Como já visto, o primeiro elemento era mais difícil, tendo em vista que, na sua maioria, os imigrados não passavam de pobres europeus, com poucos recursos para investimento. No segundo caso, o uso da técnica europeia pouco contribuía para a ação em uma realidade desconhecida, exótica.

Novamente instaura-se o conflito: ao mesmo tempo em que Ottoni defende a ocupação de territórios vazios, distantes, como um modelo de civilização, ao estabelecer a necessidade de fixação desses colonos, a faz em uma região desconhecida e, por conta disso, muito mais difícil de ocupar. Além disso, deveria se pensar no retorno a longo prazo, quando a lógica da ocupação na América envolvia necessariamente o ganho rápido, típico da

---

[378] Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe* II, Trad., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, p.47, vol.1.

[379] "Duzentos mil habitantes estavam recalcados nos sertões do norte de Minas, e pediam para sair do estado de isolamento em jaziam novas vias de comunicação com o oceano, através de 70 léguas de mato virgem". Theophilo OTTONI, *Noticias Sobre os Selvagens do Mucuri*. 2002, p.98.

acumulação primitiva de capitais. Os “proletários” não iriam realizar essa fixação, segundo Ottoni, sendo preciso atrair uma colonização espontânea de indivíduos criteriosamente escolhidos[380].

Com esses aspectos Charles Ribeyrolles concordaria com Ottoni, mas só poderia exercer essa função o próprio Governo, pois os particulares buscavam o lucro a curto prazo e apenas a acumulação de capital: “há, pois, um verdadeiro contraste de fácil apreciação. Os interesses particulares não funcionam senão por sua conta; exploram o menor tempo, procuram e seguem a fortuna: não servem às conveniências públicas, mas as necessidades privadas. Traficam e nada fundam. Outro é o pensamento e a política do governo. Os interesses gerais, que estão a seu cargo e sob sua responsabilidade, o levam forçosamente para as altas esferas da previsão social. Ele prepara as situações de mais alto e de mais longe. Eis porque o governo do Brasil tem melhor cumprido e servido do que o país, nesta situação tão grave em que se têm empenhado o Império e os seus destinos”[381].

Não é por conta disso a diferença que vai dificultar a formação de uma nação, mas a possibilidade de integrar as diferentes esferas, tendo em vista que são exatamente essas possibilidades de localismos e de diversidade que sustentam o poder do Estado ou quê permite a este, ao menos temporariamente, controlar as revoltas isoladas e os interesses locais. Braudel definiria: “Toda nação é dividida e vive disso”[382]. A diversidade, segundo o autor de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*“, é primogênita da distância, da imensidão que preservou todos os nossos [dos franceses] particularismos, proveniente do começo dos tempos”[383]. Para manter esses

---

[380] “a Companhia do Mucuri entendeu que não convinha atrair para aquelas matas colonos proletários, cuja posição no país que deixassem não desse maior garantia de sua aptidão para virem fazer fortuna em uma terra onde o futuro é o mais brilhante possível, mas cujas vantagens podiam não aparecer desde o princípio, e quis a companhia evitar o recebimento de indivíduos que se porventura desanimassem no seu ensaio de trabalho do primeiro ano, pudessem-na abandonar deixando-lhe o encargo de despesas de passagens, etc.”, Theophilo OTTONI (1858), *Noticias Sobre os Selvagens do Mucuri*. 2002, p.100.

[381] Charles RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco,* 1859, p. 183, vol. II.

[382] “Toda nação é dividida e vive disso. Mas a França ilustra bem demais a regra: protestantes contra católicos, jansenistas contra jesuítas, azuis contra vermelhos, republicanos contra monarquistas, direita contra esquerda, dreyfursados contra antidreyfusardos, cuja unidade é apenas um invólucro, uma superestrutura, uma aposta”. Fernand BRAUDEL, *A Identidade da França*, 1989, p. 97.

[383] Fernand BRAUDEL, *A Identidade da França,* 1989, p.96.

particularismos, o Estado Nacional "favoreceu as grandes ligações viárias, as artérias, não os seus vasos capilares"[384].

Caberia ao Estado Nacional, por conta disso, construir esses amplos meios de comunicação, as artérias, de que trata Braudel e não os seus vasos capilares. Ao contrário do que se desenvolveu na França ou nos Estados Unidos, no Brasil a força dos interesses locais deu o tom da ação governamental, não permitindo a integração de suas partes. Além disso, as artérias que foram desenvolvidas no Brasil permitiam a ligação das diversas províncias ao mercado internacional, mas não necessariamente ao mercado interno.

Eric Hobsbawm observa que a consciência nacional não precisa ser necessariamente elemento homogêneo entre as diversas partes do país, mas deve atentar para a possibilidade de se acomodar à diversidade regional[385]. Entretanto, o quê ainda não foi possível caracterizar é como isso se processa em uma região que vem se constituindo com a nação e, por esse motivo, sem forte influência regional, mas formada pelo conjunto das suas adjacências.

Essa diversidade permite que as transformações se realizem sem que, com isso, possa estabelecer uma abrupta ruptura social. A criação, inspirando-nos aqui no argumento de Gilberto Freyre, apresenta-se nestas esferas lastreada por forte apelo da tradição. Isso possibilita que as mudanças sejam realizadas com tom conservador. De certa forma, as regiões mais enquadradas no capitalismo, que passaram a ser povoadas por componentes externos e, em função deles, se equilibram com as regiões mais tradicionais, criam um contraponto: a permanência no poder dessas elites conservadoras, limitando, inclusive, a ação liberal, como visto anteriormente[386].

---

[384] Fernand BRAUDEL, *A Identidade da França,* 1989, p.94.

[385] "O primeiro é que a ´consciência nacional´ se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país; essa diversidade regional e suas razões foram notavelmente esquecidas no passado" Eric HOBSBAWM, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, 2004, p. 21.

[386] "Permitiram que aqui se fortalecesse, mais que no Sul, a brasilidade; o espírito, o sal, o tempero mais vivo que já se sente ir animando uma cultura distintamente brasileira, saída da região mais endogâmica do país para entrar em combinações novas com as energias de regiões mais exogâmicas [...]. Mesmo com as alterações sofridas na sua ordem social e que o separam tanto do seu passado, o Nordeste continua a parte, sob mais de um aspecto, mais brasileira do Brasil; a mais característica da civilização patriarcal-escravocrata fundada pelos portugueses na América Tropical. Não a mais tradicionalista: conscientemente tradicionalista.

Essa manutenção do isolamento, se por um lado dificulta o desenvolvimento do mercado interno, por outro lado, possibilita um domínio do Estado, durante o Império e, com este domínio, a criação de uma estrutura básica que é balizada pelas diversas unidades regionais: o estado absolutista. Além disso, essas partes são separadas por imensas unidades vazias que, ao mesmo tempo, desenvolvem bolsões para a expansão produtiva, com novos passos na acumulação primitiva de capital, assim como criam uma série de dificuldades pela sua não ocupação. No argumento de Gilberto Freyre, isso permitiu a manutenção de diversas realidades regionais pela dificuldade da ação centralizadora que deveria enfrentar desde a febre amarela até a resistência indígena, bem como a falta de almas para realizar essa incorporação desses territórios com sua devida povoação[387].

Sendo o regional relevante à manutenção do Estado Nacional, estamos diante de uma "aventura dramática", usando a expressão de Antonio Candido e, adaptando a sua linha de pensamento, de Bofete para o Sertão, pois os padrões de miserabilidade também são padrões comparativos. Recaímos, portanto, no debate sobre regiões ou sobre campo/cidade. Muito embora sem uma região devidamente formada também exista a possibilidade de se realizar uma comparação entre as chances de imigração e, nesse sentido, reascende o espírito sobre as diferenças entre as regiões, localidades, vilas.

Surge-nos um novo conflito: era preciso fazer uma nova colonização, mas tendo como comparativo as regiões já colonizadas, em outros momentos históricos e, portanto, sob outro sentido. O quê evidenciamos, baseados no pensador de *Parceiros do Rio Bonito,* é que, embora muitas vezes fora do circuito material, mesmo assim o Sertão passa a ser comparado a ele, cultural e economicamente[388]. Aqui talvez resida o grande equívoco de Theophilo

---

Nem a mais inteligentemente regionalista. Seus arcaísmos não devem ser confundidos com o tradicionismo criador; nem seus provincialismos, com o bom regionalismo". Gilberto FREYRE, *Região e Tradição*, 1968, p.198.

[387]Gilberto FREYRE, *Região e Tradição*, 1968, p.198.

[388] "No entanto, tais fenômenos não podem ser encarados "em si", como expressões de uma cultura vivendo fases do seu desenvolvimento. Já se mostrou que devem ser referidos à cultura das cidades, que vai absorvendo as variedades culturais rústicas e desempenha cada vez mais o papel de cultura dominante, impondo as suas técnicas, padrões e valores. Sob este ponto de vista, o homem rústico vive uma aventura freqüentemente dramática, em que os padrões mínimos tradicionalmente estabelecidos se tornam padrões de miséria, pois agora são confrontados aos que a civilização pode teoricamente proporcionar. Se encararmos a miséria

Ottoni. Ele era conhecedor da realidade do Serro, de Minas Novas, do Rio de Janeiro, mas desconhecia, assim como qualquer outro, a realidade do Mucuri. Mesmo porque – e agora associamos o pensamento de Braudel ao de Candido –, essa comparação, essa diferença vem agir em duplo sentido, permitindo ao Estado se fortificar e se consolidar nesta relação. Melhor explicando, assim como a diversidade, o vazio permite também possibilita uma relativização das relações; as novas expansões necessariamente seriam efetuadas por modelos comparativos, quando e onde essas comparações fossem possíveis.

Caso existissem nativismos, ou regionalismos, esses agiriam no sentido de não permitir, primeiro, a consolidação de elementos sociais que pudessem se sobrepor ao controle do Estado Imperial e, em segundo momento, necessitariam da presença do Estado Nacional como elemento disciplinador, civilizador. Assim, se por um lado os nativismos podem causar desagregação, a sua existência é o elemento a ser vencido, mas que comporta também a vitória do projeto conservador. Evaldo Cabral de Mello acredita que esses nativismos poderiam, em determinados momentos, serem utilizados como elementos desagregadores do nacionalismo e, após a Independência do Brasil, surge a necessidade premente de "digeri-los para poder eliminá-los"[389]. Diríamos que o processo não seria necessariamente de eliminação, mas, como diria os antropofagistas do movimento modernista, cabia ao Estado, ao deglutí-los, regurgitá-los de forma diferenciada e sob os moldes do controle do próprio Estado.

---

do ângulo sociológico, como privação extrema dos bens considerados necessários a cada cultura, veremos, com efeito, que ela existe por comparação". Antonio CANDIDO, *Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo Sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos Seus Meios de Vida*, 2001, p. 279.

[389] "Os nativismos brasileiros comportaram, é certo, um teor protonacionalista, do mesmo modo pelo qual na Europa o nacionalismo foi precedido por formas frustradas de sentimento nacional desde o fim da Idade Média. O que importa assinalar, porém, é que tais nativismos podiam também, e foi o que ocorreu ao tempo da Independência, ser manipulados em sentido antagônico ao nacionalismo, que se viu assim na necessidade de digeri-los para poder eliminá-los. Para voltarmos à região onde o nativismo foi mais intenso no decurso da história brasileira, isto é, o Nordeste, foi ali também onde se ofereceu a mais cerrada resistência à criação do Estado brasileiro, embora o Rio Grande do Sul, que não era tão nativista assim, não ficasse atrás neste particular. Ao passo que o nativismo respondia a uma experiência espontânea das gentes, a criação de um Estado nacional parecia algo artificioso, o *grand design* de altos funcionários da Coroa ou o enigma político escondido no autoritarismo e no dinasticismo do regente D. Pedro". Evaldo Cabral de MELLO, "Fabricando a Nação". In: *Um Imenso Portugal – História e Historiografia*. 2002. p. 23.

Deve-se ponderar, também, que o Estado estava em processo de consolidação, em formulação e, em determinados momentos, em reformulação. Entretanto, sendo o Estado peça vital de ligação entre as partes, mesmo fragilizado, em amplo sentido foi mais fácil modificar as partes do que o todo, dificultando os grandes projetos nacionais ou o pensamento liberal. Nisso os contemporâneos são elucidativos. Embora compreendesse os princípios liberais como essenciais ao desenvolvimento do capitalismo, Charles Ribeyrolles deixaria claro que esse pensamento funcionava para a Europa povoada e já com certos avanços na industrialização, entretanto, indicaria que não era possível o Estado mínimo para essas sociedades possuidoras de desertos. Por conta disto, seria necessário antes povoar para, depois, implementar a lógica do *laissez-faire* e apenas no momento em que aquelas sociedades já fossem "civilizadas"[390].

As razões principais para essa presença do Estado, na expansão/exploração de novas terras se estabelecem, primeiro, pelas características apresentadas anteriormente de permitir investimentos públicos para as novas comunidades, bem como de bancar o momento inicial dos investimentos. Segundo, porque o desenvolvimento de novas áreas que necessitem de implementos técnicos pode onerar a balança comercial com o incremento das importações, agindo negativamente sobre a economia brasileira. Além disso, e retornando o argumento de João Manuel Cardoso de Mello, esse ônus na balança faz com que o Governo se volte para o aumento

[390] "É verdade que, em tese, a força social, que é a reunião das atividades individuais deve ser livre e respeitada. Quanto menos o governo intervém nas três operações gerais – produção, circulação e permuta – melhor irão os negócios. O derradeiro termo da filosofia moderna, para as sociedades civilizadas, vai mesmo até a eliminação do governo. Mas nós não estamos aqui em uma colméia onde há muito mel e muitas abelhas, muitos braços e muitas idéias, e sim em um magnífico deserto que é mister povoar. Ademais, não se trata de organizar, como no Egito, uma grande lavoura pelo Estado ou em proveito do Estado, absorver as funções, de acumular os serviços e de reduzir a produção nacional à administração governamental. Trata-se, ao contrário, de dar a essa produção que definha, a esse trabalho nacional que se extingue, os braços que lhe faltam e de criar um povo livre que por si mesmo realizará suas obras e cimentará seu futuro.
Não creiam os economistas do laissez-faire no monopólio, na usurpação, no privilégio do Estado. Este não quer nem semear, nem moer, nem colher, nem vender. Não se trata de concorrer em coisa alguma com as indústrias particulares; e se os interesses privados, os empreendedores, sociedades ou proletários quiserem tentar ou continuar seus ensaios de colonização, se lhes dará como sempre à mão; porém não se deve, não se pode deixar à inexperiência, à iniciação isolada, às especulações aleatórias, o cuidado de tão grande empresa. É um interesse do Império, uma missão do Estado, um dever do Governo". Charles RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, 1980, p. 186, Vol. II.

da produção primária e proteja de forma primordial os produtos primários que tem saída nesse mercado.

A pressão para o aumento das exportações, para suportar o incremento das importações, geraria um aumento na oferta internacional, forcejando os preços dos produtos primários para baixo e transferindo para as economias centrais os ganhos de produtividades gerados na produção agrícola. Isso ocorre tendo em vista que a queda dos preços das matérias primas permitiria a redução dos custos de produção da grande indústria e de reprodução da classe trabalhadora europeia.

Nas regiões onde essa exportação era impossível, por ainda não possuírem um excedente significativo, não seria plausível implementar essa importação, dada a não existência de uma contrapartida de comércio. Por isso, podemos afirmar que existia um profundo interesse por parte da Companhia de Comércio em expandir de forma extensiva a produção, ao invés de melhorar a intensidade do trabalho, fruto das facilidades de novas ocupações e da perspectiva de ganhos rápidos. Assim, acreditava o colonizador do Mucuri que, mesmo conhecendo técnicas como o arado, a colonização não devia se estabelecer em áreas já utilizadas. Por isso, os arredores das cidades ou as margens das estradas de ferro não eram condições ideais para o aumento da lucratividade. Isso pela necessidade de capitais na melhoria da técnica, ao contrário da ocupação das matas, em que o trabalho intenso poderia permitir ganhos rápidos e fáceis, desde quando fossem dadas as condições de ocupação dessas áreas desertas[391].

[391] "Por mais que se me fale e pregue a respeito das vantagens do arado, eu, reconhecendo tudo o que se diz com relação à Europa, acho que atualmente nos convém rotear novas matas virgens do que mandar vir arados para rotear as terras abandonadas nas vizinhanças da Capital. Não creio que capitalistas e proprietários brasileiros sejam tão estúpidos, que entre nós não houvesse algum que, conhecendo as vantagens do arado o não mandasse vir, e estivesse abandonando suas propriedades em Valença e Vassouras, descendo para Itapemirim, para derribar matas. A experiência, uma experiência que acompanha homens inteligentes, como são muitos dos nossos agricultores, é decisiva prova que mau cálculo será esse de fundar colônias nas vizinhanças das linhas férreas, em terrenos já cansados, e em todo o caso colônias fundadas pelo governo, o que só servirá para que se aumente o estado desgraçado do País, para que se aumente o deficit, e para que a polícia de Potsdam nos mande mais mendigos e réus de polícia para virem infestar nossas estradas". Theophilo Benedicto OTTONI, "Interpelação ao Ministério, relativamente à atitude da Câmara dos Deputados de Berlim, contra a Emigração para o Brasil". In: *Perfis Parlamentares – Teófilo Ottoni,* nº12, Sessão de 20 de julho de 1861, p. 607.

Existe uma explicação plausível para essa análise se partirmos do princípio que essas regiões exigiam outra dinâmica e poderiam desenvolver soluções diferenciadas para os diversos problemas a serem enfrentados, além de acelerar a acumulação primitiva de capital. Entretanto, a mesma análise esquece que a expansão por um lado se favorecia dessa acumulação primitiva, mas, por outro lado, tinha que importar tecnologia necessária à ocupação, transferindo capital aos grandes centros. O vapor é o maior exemplo disso, o quê permite que o implemento de capital fosse deslocado para o Rio de Janeiro para a construção desse tipo de barcos, quando não para o próprio mercado inglês.

Por isso o Estado é essencial, pois pode proteger ou verter capital para essas estâncias vazias. Essa proteção inicial, ou a criação de mecanismos de fixação do Estado ou de povoação, possibilitaria o desenvolvimento de uma produção local que pudesse suportar a saída de capitais. Em outras palavras, o Sertão, ao mesmo tempo em que poderia permitir a expansão do capital, necessário à sua reprodução ampliada, não admitiria a fixação desse capital naquela esfera. Isso dificultou a criação ou manutenção de cidades até o momento que elas pudessem gerar um significativo excedente. Nos primeiros anos dos povoamentos daquela região, percebemos que, sem proteção ou presença do Estado, o vínculo comercial seria prejudicado, principalmente em consequência da não existência de contrapartida para esse comércio.

Gilberto Freyre, em *Nordeste*, pontuaria que, em virtude do massapé, foi possível criar, em determinada região, "a civilização moderna mais cheia de qualidades". Diria, também, ser o Brasil formado por uma multiplicidade regional e, assim, existindo "mais de dois Nordestes e não um, muito menos o Norte maciço de que se fala tanto no Sul com exagero de simplificação. [São necessários novos estudos] que corrija tais exageros e mostre que dentro da unidade essencial, que nos une, há diferenças às vezes profundas"[392]. Além disso, é possível perceber que algumas civilizações agrárias portuguesas diferem daquele modelo que poderia ser o nacional, integrando as regiões, muito embora pelo Nordeste seja possível ir, com um cabriolé velho, do

---

[392]Gilberto FREYRE, *Nordeste*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, pp.6-7.

engenho do Fogo-Morto a uma estação da *Great Western*. Enfim, poderíamos sair da civilização agrícola portuguesa e chegar ao capitalismo sem sair do massapé.

O massapé se encontrava muito mais integrado ao capitalismo por conta das suas relações internacionais na exportação do açúcar. Com isto, necessitava se criar, através da linha de ferro, condições suficientes para o desenvolvimento do capitalismo e a modernidade do Sertão Nordestino. Enfim, embora seja possível chegar â estação da Great Western, o velho cabriolé ainda estaria sendo usado por aquela sociedade para essa e outras ligações. Além disso, se o "massapê é acomodatício", "os sertões parecem repelir a bota do europeu e o pé do africano, a pata do boi e o casco do cavalo, a raiz da mangueira-da-índia e o broto da cana, com o mesmo enjôo de quem repelisse uma afronta ou uma intrusão" [393]. Sob essa perspectiva, o Sertão de fato é o Brasil e, para entender o Brasil, deveríamos conhecer o espaço onde o projeto português não foi efetivamente feliz, entretanto, muito menos o foi o projeto nacional.

Percebemos que não é a Ilustração que consegue transformar o Sertão. Freyre, ao analisar o indivíduo que vai para a Europa e por lá incorpora a cultura dos países economicamente mais desenvolvidos, demonstra como esse indivíduo volta para as suas localidades com o sentimento transformado, negando aquilo que foi a sua existência e valorizando aquilo que se produz na esfera europeia[394]. "O senhor nonada conhece de mim".

João Guimarães Rosa, um ilustrado, percebe: "só se sai do sertão tomando conta delo a dentro", só que sair do Sertão quer dizer negá-lo. Ou seja, o quê sustenta o Estado e mantém o mínimo de brasilidade, a diversidade regional, em determinado momento causa estranhamento ao próprio Estado, que se distância dessa realidade. Assim, ao invés de valorar e modificar a realidade dentro da perspectiva da própria sociedade, há o processo inverso, o de destruição do Brasil, para resolver os seus problemas. Sobre essa perspectiva, podemos flutuar de Cândido a Freyre, acreditar no Estado ou nos

[393]Gilberto FREYRE, *Nordeste*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, pp.6-7.
[394] Gilberto FREYRE, *Região e Tradição*, 1968, p.217.

indivíduos, pois ao fugirmos do sarapatel, vamos, inexoravelmente, adaptando-nos a outras formas, como um tomate que, de natural, conseguiram que ficasse seco e industrializado.

Em determinados momentos, o Estado adotou uma política de incentivo para a fixação do homem no Sertão, com oferecimentos de vantagens fiscais/financeiras e que também possibilitaram que os aventureiros se lançarem em guerra contra os botocudos, por exemplo. Isso não será verdade sempre, mas apenas quando os interesses gerais conseguiam se sobrepor aos localismos e, repetimos, isso vale para a fase inicial, a de instalação. Entretanto, o Estado seguinte parece abandonar a esmo os projetos implementados, voltando à esfera inicial[395].

Por outro lado, Sertão é coisa difícil de adentrar e, principalmente, dado o modelo gestado nos projetos de colonização, difícil de povoar e, por consequência, de civilizar, entendendo como civilização o modelo de sociabilidade que se gestava nos centros urbanos, mesmo tendo que enfrentar os críticos por essa afirmação. Enfim, Sertão era concebido, e talvez ainda seja, como terra de ninguém. Em virtude disso, há um forte sentimento de negação em dar-lhe funcionamento ou mesmo em habitá-lo. Maria Fatima de Melo Toledo, em sua tese de doutoramento, destaca que Sertão é destratado pelos habitantes do litoral e que, devido a essa visão, existe profunda dificuldade na sua ocupação[396].

Fica para esse espaço vazio a ideia da conquista e da dominação. Aventura. Sobre esse aspecto nada poderia ser mais feliz do que a empreitada e a tradição portuguesa. A conquista, segundo os estudos de Eric Hobsbawm, permitia aos povos a concepção de uma continuidade, desta vez, para esse historiador, evolucionista. Assim, existe uma associação direta entre a desintegração do paraíso, a conquista e a nação[397].

---

[395]"Editais afixados em todas as vilas e arraiais comunicavam as isenções do pagamento do dizimo, por dez anos, e a moratória das dívidas, por seis anos, para todos os que fossem habitar os sertões". Haruf Salmen ESPINDOLA, *Sertão do Rio Doce*, 2000, p. 92.

[396] Maria Fátima de Melo TOLEDO, *Desolado Sertão – A colonização portuguesa nos sertões da Bahia (1654-1702)*, 2006, p. 212.

[397] "O terceiro critério, que infelizmente precisa ser dito, era dado por uma provada capacidade para a conquista. Não há nada como um povo imperial para tornar uma população consciente

O deslocamento das bandeiras pôde surgir não pela formação diferenciada do paulista, como sugere a tradição advinda de Sérgio Buarque de Holanda, mas por certos entraves às conquistas e certa antipatia que possuíam as populações litorâneas por aquilo que não fosse mar. Enfim, o mecanismo de ligação com aquilo que a sociedade litorânea apreciava e se comparava estava estabelecido desde o período colonial, enquanto o Sertão ainda tinha que criar mecanismos para se vincular a outros espaços. Entretanto, ele ainda não havia começado, ao contrário de São Paulo que, no século XIX, já se encontrava em processo de expansão.

Estamos lidando com uma situação limite na qual nem o Estado, nem o mercado/indivíduo conseguem acompanhar as transformações de caráter estruturais ao mesmo tempo em que transformam essas esferas afastadas. Enfim, não alcançam a consolidação dos objetivos gerais e, portanto, persiste a relação entre o regional e o nacional, e suas influências e consequências sobre a universalidade e a civilização no Sertão. Associado a isso, o elemento a ser integrado deveria colidir aos interesses gerais, conflitando assim com as dificuldades a serem enfrentadas nesse processo.

Sair do Sertão como alternativa para a alegria nacional, para o progresso, permite-nos apenas vislumbrar que não estamos tão incorretos quando insistimos na estrutura e lembramos que os projetos devem tomar conta do Sertão, sob a perspectiva do próprio Sertão. Entretanto, infelizmente estamos sempre realizando o processo de comparação acima exposto e acabamos por adotar um modelo de civilização que é, na verdade, incompatível com essa realidade. Enfim, reinventamos a civilização de certa forma externa à realidade brasileira.

Lucien Febvre assevera: “para que haja nação, é preciso que haja, num povo, a consciência de uma comunidade de origem, de tradições culturais e de interesses, aceitos, desejados, como condições de vocação pessoal de cada um dos nacionais”[398]. E que essas nações completas, no caso a França,

---

de sua existência coletiva como povo, como bem sabia Friedrich List. Além disso, no século XIX, a conquista dava a prova darwiniana do sucesso evolucionista enquanto espécies sociais”. Eric HOBSBAWM, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, Trad., 2004, p. 49-50.

[398]Lucien FEBVRE, *A Europa – Gênese de uma Civilização*, 2004, p. 265.

serviriam de exemplo para que as outras nações incompletas pudessem desenvolver o seu projeto naquele sentido. Por outro lado, se tomarmos como referência o modelo externo para consolidar a nacionalidade brasileira, em nada contribuimos para a afirmação dessa comunidade de origem de que trata o historiador francês.

A sensação é de que a civilização brasileira se perde em umas das Veredas desse Grande Sertão. A consolidação de um elemento que agregue a nação a sua gênese parece ter sido realizado pelo Estado, centrado na figura de Dom Pedro II. Entretanto, há a impressão de que ele não tenha levado a cabo o projeto a longo prazo e que poderia ter permitido uma ocupação do território de forma equânime, reduzindo diferenças sociais e regionais. Nem mesmo o “chefe”, lá o imperador, aqui, acolá, Theophilo Ottoni, conseguiu transformar a realidade destes Sertões esquecidos e, talvez o que seja pior, continuamos “nonada”, nada sabendo sobre o funcionamento destas paragens.

Sertanejos, mire veja: o sertão é uma espera enorme

Em estudo sobre a presença do Estado Nacional no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Angelita de Matos Souza associa a presença do Estado ao mesmo tempo como Deus e o Diabo nessa formação. Depois de transladar pelas veredas, temos análogo sentimento de que o diabo se encontra com o anjo no meio do redemoinho e, atônito, imóvel, inerte, o Grande Urutú Branco assiste a tudo sem ao menos disparar um tiro em defesa de Diadorim. Da sacada do casario colonial, como os que podemos vislumbrar por aqueles espaços, no conforto das centenárias paredes coloniais, o chefe parece atônito frente ao movimento que se encontra a sua frente, ou a falta de movimento e de transformação pelo qual passou o Sertão nestes cinco séculos, desde o início da colonização portuguesa.

Aqueles chefes ilustrados desejavam poder transformar aquela realidade, fazendo com que os destinos da comunidade passassem a ser balizados pelos princípios sociais desses agentes, como bem destaca Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*[399]. Em virtude disso, o senhorzinho sairia das grotas, influenciado por um "tio-padre mais liberal ou de algum parente maçom mais cosmopolita"[400], mas o lugar necessariamente não sai dele. Assim, e seguindo o autor, para "ajustar" as províncias bastava que se mandasse "carne, farinha e bacharéis"[401], como se essa elite letrada, por si, fosse realizar o processo de transformação da sociedade imperial.

Freyre adverte que nem sempre o bacharel esteve à frente dessas transformações e, muitas vezes, não foi bem sucedido na sua empreitada. Se no primeiro momento esses ilustrados tivessem sido bem sucedidos nas suas lutas pelas liberdades, em momento posterior teriam que conciliar interesses

---

[399]"No Brasil, o segredo maçônico das conspirações liberais – conspirações que, entretanto, importavam para muitos ´libertadores´, na exclusão das mulheres, dos negros e dos mulatos dos governos democráticos tão idilicamente sonhados – veio aprofundar o antagonismo, já considerável, entre o sexo conservador e o diferenciador". Gilberto FREYRE, *Sobrados e Mucambos*, 1998, p. 125.

[400]"Eram tendências encarnadas principalmente pelo bacharel, filho legítimo ou não do senhor de engenho, ou do fazendeiro, que voltava com novas idéias da Europa – de Coimbra, de Montpellier, de Paris, da Inglaterra, da Alemanha – onde fora estudar por influência ou lembrança de algum tio-padre mais liberal ou de algum parente maçom mais cosmopolita". Gilberto FREYRE, *Sobrados e Mucambos*, 1998, p. 574.

[401]Gilberto FREYRE, *Sobrados e Mucambos*, 1998, p. 575.

sociais e econômicos dentro da nova realidade política. Assim, salienta aquele autor, os bacharéis mineiros da inconfidência e os bacharéis pernambucanos de 1817 e 1824 deveriam conciliar ideólogos e aqueles que participavam por interesses econômicos dessas revoltas[402]. Na análise de Freyre, percebe-se como elemento necessário que o filho se encontre com o pai, que a Casa-Grande se aproxime do Sobrado e o momento em que isso se estabelece é exatamente, de acordo com o autor, no fim do período colonial, rumo à *ordem e ao progresso*. Essa aproximação não condiz de todo à verdade quando analisamos um espaço em que nem mesmo o progresso, a técnica, o capitalismo conseguem transformar a realidade local.

Theophilo Ottoni, um chefe ilustrado, parece ter visto deus e o diabo e, por fim, inerte no final da vida, indica nem mais conseguir vislumbrar as grandes transformações por que passam e passarão as sociedades. Temos que tomar o Brasil a dentro para transformá-lo, mas, por sorte, pelos milagres de Sérgio Buarque de Holanda, essa sociedade parece resistir e caminhar

---

[402]"A Inconfidência Mineira foi uma revolução de bacharéis, como revoluções de bacharéis – pelo menos de clérigos que eram antes bacharéis de batina do que mesmo padres, alguns educados em Olinda, no seminário liberal de Azeredo Coutinho, ´em todos os principais ramos da literatura própria não só de um eclesiástico mas também de um cidadão que se propõe a servir ao estado´ - foram as duas revoluções pernambucanas, preparadas por homens ainda do século XVIII: a de 1817 e a de 1824. Esses intelectuais, ansiosos de um Brasil independente e republicano, repita-se que a melhor aliança que encontraram foi a de poderosos senhores de escravos e de terras. Aristocratas já com várias gerações na América, alguns com sangue de índio e até de negro: de Silva Alvarenga se sabe que era mulato como mulato ou quadrarão ou pelo menos ´moreno´ parece ter sido o próprio Tiradentes, de quem o Padre Martinho Freitas diz nas suas Memórias (citadas pelo Sr. Aires da Mata Machado Filho à página 17 do seu Tiradentes, Herói Humano, publicado em Belo Horizonte em 1948) que quisera desposar certa moça de São João del-Rei, ´opondo-se o pai da mesma por ser o pretendente colono e de cor morena´.
Eram, assim, vários dos revolucionários, gente a quem convinha precisamente a República ou um Brasil independente – pelo menos independente de Portugal. A República, aliás, segundo alguns dos nossos historiadores políticos, já fora tentada em 18710 por senhores de engenho de Pernambuco, diz-se que inspirada no modelo da de Veneza. O que parece, entretanto, é que aqueles revolucionários, quase todos fidalgos, embora rústicos, faltara justamente a direção intelectual de alguma grande figura de bacharel ou de clérigo mais esclarecido. O que não faltaria, antes sobraria, à conspiração mineira e às duas insurreições de Pernambuco, dos princípios do século XIX.Mas em qualquer uma dessas, se porventura tivesse triunfado o líder revolucionário, teria talvez se verificado, dentro da vitória, o choque entre os partidários da independência que visavam interesses de produtores de açúcar ou de mineradores e os partidários da independência por motivos menos econômicos e mais ideológicos, ou, pelo menos, de natureza mais psicológica ou mais sociológica que econômica. Entre estes estariam os bacharéis: grande número deles. Principalmente os bacharéis mulatos ou ´morenos´. E estariam também os que, sem serem bacharéis nem doutores, como Tiradentes, tinham, como ele, alguma coisa de doutor, sendo ´dentistas´ e curandeiros, e não apenas mascates, bacharelescamente retóricos. Gente de meia raça a fazer s vezes da classe média". Gilberto FREYRE, *Sobrados e Mucambos, 1998,* p.579.

mesmo quando o Chefe, imóvel, prefere ver destruído tudo aquilo que acredita, em detrimento da manutenção da ordem das coisas, nem que para isso tivesse que sacrificar Diadorim ou o barco da Companhia.

Diga-se que o afã de modernidade vem ao longo da formação da nacionalidade brasileira, imputando às classes minoritárias os encargos dos anseios, perspectivas e sonhos norteados pelas classes dominantes. Desse afã, diria Francisco Foot Hardman, surgiriam homens que "não apenas arquitetavam planos mirabolantes, mas sobretudo faziam. Intrépidos como deuses, partindo quase do nada faziam. Capitais fictícios juntavam-se quase da noite para o dia. Empresas formidáveis se organizavam, capturando recursos financeiros gigantescos em manipulações bem tramadas nas Bolsas de Valores"[403]. Esse sentimento divino servia apenas para que esses homens pudessem projetar essas suas ideias respaldadas nos trabalhos dos imigrados. Acabaria cabendo a eles, ou mesmo à escravidão, a dura tarefa de levar a modernidade ao vazio, tornando suas vidas, no paraíso, um verdadeiro inferno.

Essa característica conciliadora permitia que, para atingir o objetivo principal, ou seja, o progresso, tudo valia, tudo podia. A inexorável redenção dos homens seria interposta pelo avanço da riqueza e da produção material, cabendo a eles criar as condições ideais para o desenvolvimento desse progresso[404]. Talvez essa seja uma das maiores heranças do período colonial, no Brasil. Ganhos fáceis, rápidos, sob a proteção de um Estado que norteia e coordena as empreitadas, reduzindo ou assumindo o risco dessas aventuras.

A decadência das minerações, associada à Crise do Antigo Sistema Colonial, forçou modificações mais profundas para as Minas Gerais. Esta província não viveria a crise sob a perspectiva do progresso de sua produção material, mas, pelo contrário, sob o viés de um processo de decadência de sua

---

[403] Francisco Foot HARDMAN, *Trem-Fantasma. A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*, 2005, p.141-2.

[404]"O materialismo, porém, bem como o anti-colonialismo, configuravam por assim dizer o limite de radicalização do movimento ilustrado; encarado em conjunto, ele se mantinha nas fronteiras de um reformismo onde a moderação dava a tonalidade. O pedagogismo, que lhe é inerente, implicava em política numa perspectiva reformista, pois se a tarefa fundamental era o derramamento das Luzes, caberia necessariamente ao governo ilustrado, de homens esclarecidos que iluminariam o soberano, prover a legislação sábia, racional e moderna, que removeria todos os obstáculos ao progresso, e instauraria o reino da felicidade" Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 1995, p.218.

atividade econômica. Em virtude disso, podemos detectar hoje duas Minas, ou várias. Aquela do Sul, desenvolvida e povoada, em virtude de sua proximidade com a economia paulista, consegue se integrar à produção econômica nacional; e aquela do norte, que não se vincula a nenhuma das esferas econômicas projetadas por Theophilo Ottoni e parece ainda desvinculada das relações do grande mercado. Melhor seria dizer, esta última deixa a sensação de algo que ficou pela metade, inacabado, algo que foi abandonado e tenta sobreviver na forma precária que a ela se apresenta, ao menos precária sob o viés da produção da riqueza.

Como visto durante essa explanação, as tentativas de desenvolvimento de uma produção significativa que pudesse substituir a mineração fizeram com que algumas regiões, como Minas Novas, por exemplo, forcejasse uma nova expansão, agora em sentido inverso, do interior para o litoral, como bem demonstra Caio Prado Jr[405], mas sem desenvolver a análise. Para se expandir, era necessária a criação de uma infra-estrutura para suportar essa produção, além de mecanismos de controle, de coerção e de ordem, para a manutenção dessas sociedades. Esse Estado, em formação, não tem forças suficientes e, às vezes, falta interesse para impetrar essa ação, o quê justifica a presença de elementos privados que resolvam comandar determinadas regiões e fazer viver, sob as suas regras, a população local.

Antonio Candido, ao analisar o Sertão, em outra época, vai apresentar que "trata-se da ordem a princípio necessária, na fase de desbravamento, pois assegura através das instâncias privadas, que são principalmente os grupos familiares e suas clientelas, um funcionamento sucedâneo de instituições que o poder público ainda é incapaz de assegurar. A seguir, esta ordem se torna apenas arbítrio, mantendo o parasitismo dos grupos dominantes e impedindo o

[405] "Em fins do séc. XVIII, a situação se modifica. A mineração quase se extinguira naqueles pontos extremos da colonização acima citados. Em Minas Novas, onde tivera alguma importância, pode-se dizer que já não existia. Mas a agricultura viera suprir a sua falta, sobretudo a cultura do algodão. Minas Novas constitui uma destas regiões do país favorecidas pela grande expansão algodoeira que assinala a história econômica da colônia no último quartel do séc. XVIII; assunto sobre que voltarei com vagar em capítulo próximo. Daí resultará um certo crescimento da população, que não será de grande vulto, mas permitirá pelo menos manter o nível anterior e garantir o seu desenvolvimento normal. Coisa semelhante se passa nos demais setores desta zona fronteiriça oriental da capitania". Caio PRADO JR, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 2000, p.71.

progresso”[406]. Isso fez com que essa ordem se tornasse distante do processo civilizador, por não possuir a “influência imediata da civilização urbana” e, portanto, do desenvolvimento do capitalismo, tornado-se obsoleta e desenquadrada, mesmo na esfera espacial que a criou.

O que é diferente, nas Minas, não são as Minas em si, mas a inexistência da *plantation,* e a isto Laura de Mello e Souza nos alerta em *Desclassificados do Ouro.* Essa diferença do período colonial cria duas categorias de produtores agrícolas: a primeira monta a sua produção para o mercado externo; a segunda, não. Assim, se houvesse o aproveitamento da produção através de mecanismos de transporte, de fato, a decadência das minerações seria suprida pelo desenvolvimento de uma produção tipicamente voltada para o mercado interno, através dos minifúndios, bem como para o mercado externo através das companhias de comércio. Estas últimas funcionariam como os engenhos centrais, nos moldes daqueles tratados por Fraginals[407] para a Cuba açucareira; ou no modelo discutido por André Rebouças, sob a perspectiva da centralização agrícola nacional[408]. Esse momento não foi aproveitado e, portanto, não adiantou, como vimos, tentar implantar essa ligação depois de mais de cinquenta anos, quando essas pequenas propriedades já não produziam mais para o mercado criado pelas minerações, mas apenas para a sua subsistência.

A modernidade, o progresso, a produção material, a liberdade de ação proporcionada pelo desenvolvimento de atividades econômicas nas brenhas do Sertão não possibilitaram a transformação, a menos sob uma perspectiva significativa desses sertões. Parece que, ao menos provisoriamente, o Sertão vence o progresso, as veredas se sobrepõem as estradas de ferro até, claro que o grande capital invada essas paragens e destrua de vez a possibilidade de uma integração regional formada pela soma desses pequenos espaços

[406]Antonio CANDIDO, “Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”. In: *Vários Escritos*, 1970, p.144.
[407] Manuel Moreno FRAGINALS, *O Engenho*, 1988.
[408] André REBOUÇAS. *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883, 1988*

produtivos. “Aí, ái, fanfarrices. Não queria saber do sertão, agora ia para a capital, grande cidade. Mover com comércio, estudar para advogado”[409].

Essa integração nacional não se estabelece porque a prioridade do Estado em formação era manutenção de um ordenamento naquelas esferas que já funcionavam e com autonomia econômica. O desenvolvimento material sempre foi, no Brasil, ao menos para as suas elites, relegado. Isto quando se tratava do ordenamento social, tendo em vista que tanto comerciantes, quanto os grandes produtores agrícolas viviam desse ordenamento para manter as suas propriedades. O Conde da Ponte nos norteia ao definir que alguns produtores se estabelecem “com grandes e próprias lavouras, cujos interesses são comuns com as vantagens do Estado”. Por outro lado, “os primeiros aventureiros não poupam o meio ilegítimo ou ilícito que possa favorecer seus intentadores projetos”. O conde complementa, informando que os grandes produtores se “interessam reciprocamente na conservação inalterável da boa reputação dos efeitos e no exato cumprimento e boa fé de seus contratos”[410]. Assim, os diversos interesses eram acalmados pelos riscos de uma desordem social, fazendo com que a elite econômica ponderasse a sua ação.

O sucesso de Riobaldo é destruir, dos sertões, a jagunçagem, matar Hermógenes, vencer o satanás, nem que para isso os olhos de Diadorim, verdes olhos de tempos não secos, se fechem para sempre. O anjo vai, o demônio morre, Zé Bebelo se dedica a ganhar dinheiro, progredir, acumular. Riobaldo? Jagunço contra a jagunçagem, projeto morto, amor descoberto, quando morto, morre. Que restou, Compradre meu Quelemém, algodão branquinho de “modernas qualidades”. Perto do Compadre, apoio, “rareza”, apadrinhamento e sossego. “Para a velhice vou, com ordem e trabalho”. Riobaldos dos infernos!

Tentamos, portanto, não esquecer o regional, o específico, mas consolidar a nossa análise em aspectos mais amplos, de totalidade, isto é, buscamos a lógica comercial e a transição do Antigo Sistema Colonial ao capitalismo. Não que o local, o antro sejam sem importância, desinteressantes.

---

[409] João Guimarães ROSA, Grande Sertão: Veredas. 2001, p. 622.
[410] AHU, Caixa 150, Doc. Nº 29.985-29.987, Bahia, 27 de agosto de 1807.

Muito pelo contrário, pelo seu caráter provisório, atrai a tantos: travessia. Isso o Sertão ainda nos permite verificar *in loco*: a existência de algo diferente daquilo que se passa na Marginal Pinheiros; mesmo que neste o projeto, por exemplo, tenha sido o santista, algo se estabeleceu de forma diferenciada, dependendo da região e das relações de produção necessárias às "colonizações" específicas e ao desenrolar da própria história.

Entretanto, precisamos insistir que diferente não quer dizer dissociado. Enquanto não abarcado pelo universal, estava o Sertão longe do jugo do Estado e poderia criar uma perspectiva regional contrária aos interesses nacionais, imperiais, metropolitanos. Mas até quando? Enfim, a região aqui privilegiada não seria peça do grande mosaico, ou mesmo, poderia se contrapôr à suposta harmonia causada pelos elementos regionais, dificultando a síntese. Ou não! Permitiria, sim, uma válvula de escape às tensões e interesses regionais, ao mesmo tempo em que favorecia esses controle, mantendo a separação entre as partes. Se pensarmos nos recentes estudos impressos pelo professor István Jancsó, quando aborda a ilustração portuguesa na crise do *Ancien Regime*, verificamos que, para os administradores, "as diferenças significavam variáveis de um plano mestre de arquitetura política a ser racionalmente manejado mediante competente atribuição de funções combinadas, peças, portanto, de um todo racionalmente ordenado visando o bem comum traduzido na grandeza da Monarquia, esta indiscutida ´expressão da unidade, de um universal que compreende diversas partes´ de modo que garanta a ´permanência separada daquelas partes, ainda que no interior do universal´"[411].

Seguindo o "velho" pensamento de Caio Prado Jr, que os precipitados apedrejam, pretendemos "[...] buscar as origens do capitalismo, ou mais precisamente, das relações capitalistas de produção tal como resultaram de uma longa evolução e transformação das primitivas relações que se estabeleceram entre os homens convivendo em sociedade e procurando resolver através dessas relações seus problemas fundamentais de vida"[412].

---

[411]István JANCSÓ, "Independência, Independências" In: *Independência:* História e Historiografia, 2005, p.18-9.
[412]Caio PRADO JR, *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, 4. ed., 1966, p. 10-1.

Provisoriedade... talvez seja essa a lição por trás dessa tese e que as vastidões nos permite compreender. Provisório foi o jaguncismo de Riobaldo; foi a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri; foi até mesmo a ação do Estado Nacional nestas paragens. Em virtude disso, até os mecanismos de comércio se estabeleceram provisórios, sem o estabelecimento de uma rota de trocas que permitisse o desenvolvimento continuado do processo de acumulação e reinvestimento do capital da Companhia.

Se o progresso poderia destruir o Sertão, a provisoriedade deste, a descontinuidade, a vastidão, o desconhecimento permitiram que fosse destruído aquilo que impulsiona os povos e as sociedades rumo a adesão ao positivismo: a perspectiva de um futuro próspero que funcionaria como aquele elemento de projeção necessário a qualquer nação, conforme exposto por Benedict Anderson. Basicamente essa seria a ideia central de Theophilo Ottoni: permitir que o Norte de Minas Gerais transformasse a sua perspectiva de futuro, lastreada não pela decadência de suas minerações, não pela introdução de novos eldorados, mas dessa vez, pela modernização daquela sociedade, sua adesão definitiva ao desenvolvimento material, tanto brasileiro, como do resto do Mundo.

Se a Companhia era moderna além da conta, possuía avançados princípios de administração, contabilização e controle de suas operações, não permitia, por sua vez, resolver os problemas econômicos por trás de uma nova ocupação. Em resumo, havia a fuga de capital para centros mais desenvolvidos e produtores de uma gama de produtos muito mais significativos do que aqueles que poderiam ser produzidos nestas paragens incipientes. Cremos ser essa a grande dificuldade dos primeiros anos das novas ocupações: permitiam que aquelas sociedades desenvolvessem uma ocupação que tendia muito mais para a ampliação de uma produção rural, do que necessariamente se estabelecerem, dentro de padrões modernos, fazendo com que a modernidade parecesse alheia a essas sociedades.

Eric Hobsbawm nos ensina que “as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”[413]. Partindo dessa premissa e balizados pelo

[413] Eric HOBSBAWM. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, trad., 2004, p.19

trato dado ao Sertão, no processo de Formação do Estado Nacional, podemos concluir que a "opção" vitoriosa passou a ser aquela que consolidou as partes que formam o corpo autônomo, mas, em vários aspectos, independente das outras partes e dependente de relações com o mercado internacional, relegando essas povoações sertanejas a viver à margem de um projeto que não necessariamente foi nacional.

Entre estradas e veredas, a escolha pela segunda permite que entendamos como o Projeto de Theophilo Ottoni ainda parece vivo e inacabado. Não estamos tratando de estradas, caminhos, fronteiras, navegações, mas do fortalecimento das partes, capitaneada pelo Estado Nacional para consolidação do todo: enfim, transformar a lógica e dinâmica, seja da ação do Estado Nacional como da produção material, que permita dar vigor à nação, sem esquecer as lições que podem nos proporcionar o Sertão.

Urge à nação essas transformações, quiçá revoluções, mas, novamente por sorte, e parafraseando Guimarães Rosa, o Brasil é "urgente sem pressa". Em Machado, fechamos a cortina: "nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum"[414].

Cerro. Não sem antes pensarmos e destacarmos que o projeto de Theophilo Ottoni, embora infeliz, deixa uma lição para além dessa tristeza típica das vastidões. A compreensão desses espaços em nenhuma hipótese pode ser feita tomando como contrapartida a realidade do litoral ou das margens do São Francisco onde, quase barranqueiro, termina Riobaldo seus dias. Por algumas dessas fantásticas lições que nos ensina Guimarães Rosa, Riobaldo fez questão de enterrar Diadorim em Veredas, a não serem nunca desvendadas, desvendemos. Desvendemos? É preciso conhecer o sertão a dentro, sem nojo, sem enjoar, sem medos. Sem encontrar Diadorim, será possível? Possível oxalá seja!

[414] Machado de ASSIS, "Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade". In: *Obras Completas de Machado de Assis*, 1994, vol. III. Publicado Originalmente em *O Novo Mundo*, 24/03/1873.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes Manuscritas

Arquivo da Biblioteca Nacional - BN

Anônimo. Memória Dirigida ao Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Conde de Linhares – Dom Rodrigo de Souza Coutinho, S/D, Seção de Manuscritos, I, 32, 13, 3.

Ata da Instalação da Companhia do Mucury para a Navegação e Comércio do Rio de mesmo nome. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II-34, 13, 008 No. 001

OTTONI, Christiano Benedicto. Cartas Diversas.

- Seção de Manuscritos. I-3, 32, 5. 19 de março / s.a.
- Seção de Manuscritos. I-3, 32, 6. s/d.
- Seção de Manuscritos. I-3, 32, 7
- Seção de Manuscritos. I-3, 32, 8. 21 de agosto / s.a.
- Seção de Manuscritos. I-3, 32, 9. 19 de dezembro / s.a.
- Seção de Manuscritos. I-3, 32, 10. s/d.
- Seção de Manuscritos. I-3, 32, 11, s/d.
- Seção de Manuscritos. I-6, 1, 36, s/d.
- Seção de Manuscritos. I-5,18, 073, s/d

OTTONI, Theophilo Benedicto. Cartas Diversas.

- Seção de Manuscritos. I-3, 32, 11, s/d.
- Seção de Manuscritos, C-0605, 010, no. 001, 23 de abril de 1848
- Seção de Obras Raras, O Mucury e o Sr. Murta, 102, 3,148.

Autorização para Pagamento de Joias, C-0605, 010, no. 003.

Carta ao Barão de Penedo de João Manuel Pereira da Silva, Petropólis, 4 de abril de 1863, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 63, 3, 3 nº 125.

Carta ao Barão de Penedo de João Manuel Pereira da Silva, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1866, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 63,3,5 nº 127.

Arquivo Público Mineiro - APM

Livro Caixa da Companhia do Mucuri dirigida pelo empresário Theophilo Benedicto Ottoni (mai/1851 a set/1856). Seção Provincial e Estadual, Secretária de Governo, Série: Administração Imperial, Subsérie: Comércio, Agricultura, Artes e Industrias, SG-32

Livro Caixa da Companhia do Mucuri dirigida pelo empresário Theophilo Benedicto Ottoni (out/1856 a out/1861). Seção Provincial e Estadual, Secretária de Governo, Série: Provincial, Subsérie: Colonização (Imigração), SG-789

Livro Diário da Companhia do Mucuri dirigida pelo empresário Theophilo Benedicto Ottoni (mai/1851 a set/1856). Seção Provincial e Estadual, Secretária de Governo, Série: Administração Imperial, Subsérie: Comércio, Agricultura, Artes e Indústrias, SG-33.

Carta resposta ao Presidente da Província de Minas Gerais, realizada por Theophilo Benedicto Ottoni explicando a situação da companhia, bem como um breve histórico da sua atuação. Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Navegação e Canalização dos Rios, Manuscrito, pp1145 Cx.01 25/02/1852.

Carta resposta ao Presidente da Província de Minas Gerais sobre a montagem de uma comissão da cidade de Minas Novas para acompanhar a abertura de uma estrada do termo de Minas Novas até a futura colônia do Mucuri. Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Navegação e Canalização dos Rios, Manuscrito, pp1145, Cx.01, 24 de junho de 1846.

Carta resposta ao Presidente da Província de Minas Gerais, Quintiliano José da Silva sobre a implantação da Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, feita por um morador da cidade de Minas Novas: Joaquim Dias Bicalho. Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Navegação e Canalização dos Rios, Manuscrito, pp1145, Cx.01, 9 de setembro de 1846.

Carta ao Presidente da Província de Minas Gerais sobre a situação da Companhia do Mucuri. Theophilo Benedicto Ottoni, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145, Cx.01, 9 de maio de 1852.

Carta ao Presidente da Província de Minas Gerais sobre a situação da Companhia do Mucuri. Theophilo Benedicto Ottoni, Fundo Presidência da

Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145, Cx.01, 10 de setembro de 1851.

Carta ao Governo Imperial, reimpressa pela impressa nacional relatando os resultados dos combates em Sabará. – Bernardo Jacinto da Veiga, Presidente da Província de Minas Gerais; Barão de Caxias, General em Chefe,Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Rebelião de 1842, PP 1/17 – Cx. 02, 20 de agosto de 1842

Carta ao Presidente da Província de Minas Gerais comunicando a chegada de um corpo de trinta soldados para dar segurança na cidade de Filadélfia. Theophilo Benedicto Ottoni, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145, Cx.01, 8 de abril de 1854.

Carta ao Vice-Presidente da Província de Minas Gerais solicitando segurança para as obras de abertura de estradas na região do Mucuri. Theophilo Benedicto Ottoni, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145, Cx.01, 19 de junho de 1852.

Carta ao Presidente da Província de Minas Gerais acusando o recebimento do complemento do pagamento por parte do Governo da Província de Minas Gerais da compra de 1000 ações. Theophilo Benedicto Ottoni, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145, Cx.01, 19 de junho de 1852.

Carta ao Presidente da Província de Minas Gerais sobre as condições da colonização do Mucuri. Theophilo Benedicto Ottoni, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145, Cx.01, 19 de outubro de 1856.

Carta ao Presidente da Província de Minas Gerais solicitando melhoria na igreja matriz de Filadélfia. Theophilo Benedicto Ottoni, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais, Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145, Cx.01, 27 de dezembro de 1857.

Carta ao Presidente da Província de Minas Gerais, José Bento de Figueiredo, solicitando a intervenção do mesmo para o pagamento de por parte do governo federal aos acionistas com dívidas dos colonos realizadas em Filadélfia. Ernesto Benedicto Ottoni, Fundo Presidência da Província de Minas Gerais,

Série Correspondência Recebida, Sub-Série Navegação e Colonização dos Rios, Manuscritos, PP 1145, Cx.01, 10 de maio de 1862.

Carta de João Crispiniano Soares ao Conselheiro Pedro de Alcântara Benegarde, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas sobre a produção de algodão em Minas Gerais. APM, Fundo Secretária de Governo da Província, Série 1: Administração Imperial, Sub-série: Comércio, Agricultura, Artes e Indústria, SG26, 8 de janeiro de 1864.

Livro Caixa da Companhia de Navegação e Comércio do Mucury (mai/51 a set/56), Fundo Secretária de Governo da Província, Série 1: Administração Imperial, Sub-série: Comércio, Agricultura, Artes e Indústria, SG32

Livro Razão da Companhia de Navegação e Comércio do Mucury (mai/51 a fev/61), Fundo Secretária de Governo da Província, Série 1: Administração Imperial, Sub-série: Comércio, Agricultura, Artes e Indústria, SG33

Livro Caixa da Companhia de Navegação e Comércio do Mucury (out/56 a out/61), Fundo Secretária de Governo da Província, Série 2: Administração Provincial, Sub-série: Colonização/Emigração, SG789.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitânia de Minas Gerais. Coleção Documentos Avulsos, Colônia, AVC-16, Manuscrito.

Fontes Impressas

Arquivo da Biblioteca Nacional - BN

Anônimo. Carta aos fazendeiros e comerciantes fluminenses sobre o elemento servil ou refutação do parecer do Senhor Conselheiro Christiano Benedicto Ottoni acerca do mesmo assunto por um conservador, Typographia Nacional, Rio de Janeiro, 1871. Seção de Obras Raras. 076, 01, 04 no. 004.

Anônimo. Reflexões sobre um parecer do Senhor Christiano Benedicto Ottoni, Typographia Mercantil, Rua da Quitanda, 13, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1847. Seção de Obras Raras. 102, 6, 124.

OTTONI, Christiano Benedicto. A Emancipação dos Escravos. Parecer de _____. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1871. Seção de Obras Raras. 076, 01, 04 no. 004.

_____. Questão Religiosa, A liberdade de Culto no Brasil, Cartas escritas no Rio de Janeiro para um Jornal da Província em 1876,

Rio de Janeiro, Brown & Evaristo Editores, Rua Nova do Ouvidor, 28, 1877. Seção de Obras Raras, 72, 6, 28, nº 1.

_____. Discurso Pronunciado na Sessão do Senado de 9 de junho de 1884 pelo exmo Sr. Senador Christiano Benedicto Ottoni acompanhado de uma declaração da confederação abolicionista, Rio de Janeiro, Tipografia Central de Evaristo Rodrigues da Costa, Travessa do Ouvidor, 7, 1884. Seção de Obras Raras, 99B, 8, 7, p.6

_____. D. Pedro de Alcantara, segundo e último imperador do Brazil, Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Comércio de Rodrigues e Companhia, Rua do Ouvidor, 61, 1893. Seção de Obras Raras, 99B, 21, 7.

OTTONI, Theophilo Benedicto; FAUSTO, Manoel de Oliveria; FREITAS, Bernado Casemiro. Relatório dos fiscais do Banco do Brasil, Rio de Janeiro, Typographia do Correio Mercantil, Rua da Quitanda, 55, 1866. Biblioteca Nacional, Obras Raras, 99b, 23, 6; Rio de Janeiro, 31 de julho de 1866.

OTTONI, Theophilo Benedicto. A Estátua Eqüestre. Typographia do Diário do Rio, Rio de Janeiro, Seção de Obras Raras. 99A, 5, 26.

Arquivo Público Mineiro – APM

OTTONI, Theophilo Benedicto; OTTONI, Honório Benedicto. Condições para a Incorporação de uma companhia de comércio e Navegação do Rio Mucuri, precedidas de uma exposição das vantagens da Empresa. Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1847. Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.013, Classif. OR-0048/XIX Filme 006 Flash – 03, Negativo F1.

OTTONI, Theophilo Benedicto. Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucury em 15 de Outubro de 1857. Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857. Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0043/XIX Filme 003 Flash – 02, Negativo F1.

OTTONI, Theophilo Benedicto. Relatório Apresentado aos Acionistas da Companhia do Mucury no dia 10 de Maio de 1860. Rua da Quitanda, 53, Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil, 1860. Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0048/XIX Filme 006 Flash – 03, Negativo F1.

OTTONI, Theophilo Benedicto. Breve resposta que ao relatório de liquidação da Companhia do Mucuri por parte do Governo. Rua da Quitanda, 55, Rio de Janeiro, Tipografia de M. Barreto, Mendes Campos e Companhia, 1862, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, Vol.006, Classif. OR-0048/XIX Filme 006 Flash – 03, Negativo F1.

OTTONI, Theophilo Benedicto. Companhia do Mucuri. História da Empresa, Importância de seus privilégios, Alcance de seus projetos. Rua do Ouvidor, 65, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1856. Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, vol.026, Classificação: OR – 0039/XIX, filme 09, Flash 04, Negativo F-1.

OTTONI, Theophilo Benedicto. A Colonização do Mucuri. Memória justificativa, em que se explica o estado atual dos colonos estabelecidos no Mucuri e as causas dos recentes acontecimentos naquela colônia pelo diretor da companhia do Mucuri. Rio de Janeiro, Tipografia brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, Ano 1859, Coleção Assuntos Mineiros. Divisão de Conservação, Setor de Microfilmagem, vol.006, Classificação: OR – 0043/XIX, filme 03, Flash 02, Negativo F-1.

Outras

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil (1711).* Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1982.

AVÉ-LALLEMANT. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)*. Trad., Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980.

BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império In: Coleção Formadores do Brasil: Marquês de São Vicente* (1857). Eduardo Kugelmas (Org.), São Paulo, Editora 34, 2002.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* (1868). Trad., Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1976.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Coleção Formadores do Brasil*. Diversos textos, publicados entre (1817-1825). Evaldo Cabral de MELLO (Org.), São Paulo, Editora 34, 2001.

CASAL, Manoel Aires de. *Corografia Basílica.* (1817). Belo Horizonte, Editora Itatiaia, Edusp, 1976.

DENIS, Ferdinand. *Brasil.* (1838) Trad., Belo Horizonte, Editora Itatiaia, São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

HANDELMANN, Henrique. *História do Brasil* (1856). Trad., Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1931.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*, (1833). Trad., 2 volumes, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1979.

JEFFERSON, Thomas. *Notes on the State of Virginia*, Richmond, J. W. Randolph, 1853

LISBOA, José da Silva. *Coleção Formadores do Brasil: Visconde de Cairu*, (1810), Antonio Penalves Rocha (Org.), São Paulo, Editora 34, 2001.

MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. (1844). Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: USP, 1977.

MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. (1812). Trad., Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

MAXIMILIANO (Príncipe de Wied-Newwied). *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958.

MORRIS, Gouverneur. *The Diary and Letters of Gouverneur Morris – Minister of the United States to France; Member of the Constitucional Convention, etc.* (1800), Edited By Anne Cary Morris, Vol. I e II, New York, Charles Scribners Sons, 1888. P.204.

O´NEIL, Thomas. *A Vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil*. (1808). Trad., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2007.

OTTONI, Theophilo B. *Notícias Sobre os Selvagens do Mucuri*. (1858) Regina Horta Duarte (Org.), Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.

OTTONI, Theophilo B. *A "Circular" de Theophilo Ottoni*. (1860-1) Separata do Tomo LXXVIII, Parte 2ª, da Revista do Instituto Histórico e Geographico

Brasileiro, Basílio de Magalhães (Org.), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916.

PENN, William. *Essays on the Present Crisis in the Condition of American Indians; First Published in The National Inteligencer* (s/d), Boston, Perkins & Marvin, 1829.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil* (1817-1821). Trad., Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional: estudos econômicos. Propaganda abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883*. 2ª. Edição, Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

_____. *Diário e Notas Autobiográficas*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1938

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. (1859). Trad., 1º e 2º Volumes, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

RUGENDAS, Joann Moritz. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. (1835). Trad., São Paulo, Circulo do Livro, s/d.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. (s/d). Trad., Vitória, Secretária Municipal de Cultura, 2002.

_____. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. (1833), Trad., Belo Horizonte, Itatiaia, 2004.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. (1868), 3ª Edição, Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1956.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo – Civilização e Barbárie no pampa argentino* (1845). Trad., Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Engenho e Arte 3, EdiPucRS, 1996.

SOUSA, Irineu Evangelista de. (1878) *Mauá – Autobiografia – Depoimentos Históricos* – (Reedição de Exposição aos Credores de Mauá e Cia e ao

Público. Rio de Janeiro, Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia, 1878) – Rio de Janeiro, Tecnoprint Gráfica, 1954.

SOUZA, Paulino José Soares de. *Coleção Formadores do Brasil - Visconde do Uruguai*. José Murilo de Carvalho (Org.), São Paulo, Editora 34, 2002.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Coleção Formadores do Brasil.* Jorge Caldeira (Org.), São Paulo, Editora 34, 2002.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. (1817-1820), Trad., 3ª Edição, São Paulo, Melhoramentos – IHGB – MEC, 1975.

THIERS, Marie Joseph L Adolphe, *History of the Consulate and the Empire of France Under Napoleon*. Forming a sequel to The history of the French Revolution, Trad., Vol. V, London, Henry Colburn, Great Marlborough Street, 1845.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy In America*. Vol. II, Trad. Third Edition, Cambridge, University Press: Welch, Bigelow, and Company, 1863

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *Coleção Formadores do Brasil*. (1862) Cecilia Helena de Salles Oliveira (Org.), São Paulo, Editora 34, 2002.

VIANNA, Candido José de Araujo. *Relatório Apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1841, Pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1841.

WAKEFIELD, Edward Gibbon. *A View of The Art of Colonization – With the Present Reference to the British Empire in letters between a statesman and a colonist.* London, John W. Parker, West Strand, 1849.

WILLIAMS, Frederick S. *Our Iron Roads: Their History, Construction, and Social Influences*. London, Ingram, Cooke and Co., 1852

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Lisboa, Edições Afrotamento, 1993.

ALMEIDA, C. A. *O Desbravamento das selvas do Rio Doce*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1978.

AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim*. 44ª. Ed., Rio de Janeiro, Record, 1981.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Trad., São Paulo, Editora Ática, 1989.

ANDRADA, Bonifácio de. *Aspectos da Revolução de 30 e o papel de Minas. In: VI Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UFMG, 1987.

ARAUJO, Valdei Lopes de (Org.). *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: A Modernidade Possível*. Belo Horizonte, Tesouros do Arquivo, Governo de Minas, Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, 2007.

_____. *A Experiência do Tempo. Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo, Ed. Hucitec, 2008.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. O Imaginário Mineiro na Vida Política e Cultural do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

ARRUDA, José Jobson de A.. *O Brasil no Comércio Colonial.* Col. Ensaios - 64, São Paulo, Editora Ática, 1980.

_____. "O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil" In: *História de Portugal*, José Tengarrinha (Org.), Bauru, SP, Edusc; São Paulo, SP, UNESP; Portugal, PO, Instituto Camões, 2000, pp. 167-85.

_____ e TENGARRINHA, José Manoel. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*, Bauru, SP, Edusc; Portugal, PO, Instituto Camões, 1999.

ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. Obras selecionadas de Machado de Assis, vol. 4. São Paulo, Editora Egéria, 1981.

_____. Machado de ASSIS, "Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade." In: *Obras Completas de Machado de Assis*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994. Publicado Originalmente em O Novo Mundo, 24/03/1873.

BALANDIER, G. *A noção de situação colonial*. Cadernos de campo, USP/3, São Paulo, Edusp, 1993.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Os 250 anos de Minas Novas* . Belo Horizonte, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. N. XVIII, 1981.

BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage – Sua Vida, Sua Obra, Descendência, Genealogia*. Juiz de Fora, Edições Paraibuna, 1991

BATISTA DA SILVA, J. *Notas para a História de como se conforma e se reproduz um modelo de colonização: o caso do Médio Rio Doce*. São Paulo, UNIMEP, 1995.

BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato – Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas 1821-1822*, São Paulo, Hucitec, Fapesp, 1999.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo, 2002, Tese de Doutoramento – Universidade de São Paulo, FFLCH, mimeo.

BLACKBURN, Robin. *A Queda do Escravismo Colonial (1776-1848)*. Trad., Rio de Janeiro, Record, 2002

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII.* Vol.1 - As estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível, Trad., São Paulo, Martins Fontes, 1995.

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII.* Vol. 2 - Os Jogos das Trocas, Trad., São Paulo, Martins Fontes, 1996.

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII.* Vol. 3 – O Tempo do Mundo, Trad., São Paulo, Martins Fontes, 1996.

_____. *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II,* Vol.1,2, Trad., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.

_____. *A Identidade da França*. Trad., Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1989.

CANDIDO, Antonio. *Dialética da Malandragem* In: *O Discurso da Cidade*, São Paulo, Duas Cidades,1993, p.19-54.

_____. *Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa* In: Vários Escritos, São Paulo, Duas Cidades, 1970, p.133-160.

_____. *Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo Sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos Seus Meios de Vida*, São Paulo, Editora 34/Duas Cidades, 2001.

_____. Radicalismos. Estud. av., Jan./Apr. 1990, vol.4, no.8, p.4-18. ISSN 0103-4014.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Nacional, 1968.

CARVALHO, Daniel. *Theophilo Ottoni, Campeão da Liberdade. Conferência realizada no Salão da Escola de Bellas Artes, a 4 de setembro de 1933*[415]*.* Rio de Janeiro, Alba, 1934.

CAVALCANTI, Amaro. *O Meio Circulante Nacional (1808-1835).* Tomo I, Coleção Temas Brasileiros, Volume 53, Brasilia, Editora da UNB, 1983.

[415] O original impresso indica 1934, entretanto, se encontra corrigido com a mesma tinta do autor ao Dr. Jacy de Figueiredo.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni - Ministro do Povo*. Belo Horizonte, Itatiaia; Brasilia, INL, 1978.

COMTE, Auguste. *Coleção Os Pensadores*. Trad., São Paulo, Nova Cultural, 2005.

COUTO, Soter. *Vultos e Fatos de Diamantina*. Belo Horizonte, Armazén das Idéias, 2002.

COSTA, Emília Viotti da*. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.), Brasil em Perspectiva, 4ª Ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles – O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo, Editora Hucitec, Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

_____. *Da Senzala a Colônia*. São Paulo, Difel, 1966.

CRUZ, Mario Ribeiro*. Caso contado à sombra do mercado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo. (1880-1945)*, 2ª. Edição, Trad., São Paulo, Difel, s/d.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Trad., 3ª. Edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras*. Organização Francisco Foot Hardmam e Vera Lins, São Paulo, Unesp, Giordano, 1998.

EICHENGREEN, Barry. *A Glocalização do Capital. Uma História do Sistema Monetário Internacional*. Trad., São Paulo, Editora 34, 2002.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão do Rio Doce. *Navegação Fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800-1845*. FFLCH – USP. Tese de Doutorado, 2000, mimeo.

FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, Vol.1/2, 2ª Edição revisada e aumentada, Porto Alegre, Globo; São Paulo, Edusp, 1975.

FARIA, Alberto. *Mauá – Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá (1813-1889)*. 2ª. Edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Serie V, Brasiliana, Volume XX, 1933.

FEBVRE, Lucien. *A Europa – Gênese de uma Civilização*. Curso Proferido no Collège de France em 1922-1945, organizado, apresentado e anotado por Thérèse Charmasson e Brigitte Mazon, com a colaboração de Sarah Lüdemann. Trad., Bauru, Edusc, 2004.

FERLINI, Vera Lucia Amaral*. Terra, Trabalho e Poder: o Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial.* Bauru, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2003.

_____. *A Civilização do Açúcar – Séculos XVI a XVIII*. 10ª. Edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

FERREIRA, Godofredo. *Os bandeirantes Modernos – Desbravamento das Matas do Vale Mucuri em Minas Gerais*. S.L., 1934.

FERREIRA JR, Fernando Afonso. *Derrubando os Mantos Purpúreos e as Negras Sotainas. Sergipe Del Rey na Crise do Antigo Sistema Colonial (1763-1823)*. Dissertação de Mestrado, Campinas, IE-UNICAMP, 2003, Mimeo/ Biblioteca Virtual da Unicamp.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *A Colonização Alemã no Vale do Mucuri*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1993.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas – Manuscritos dos Séculos XVI ao XIX.* São Paulo, Editora UNESP, Secretária do Estado da Cultura, Arquivo do Estado de São Paulo, 2ª Edição (aumentada), 1991.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *O Engenho*. 3 Volumes, São Paulo, UNESP, HUCITEC, 1988.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto – Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1840*. 3ª Edição, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.

_____. História Econômica In*: Domínios da História – Ensaios de teoria e metodologia,* CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Organizadores); 4ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997, Pág. 27-43.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4ª Edição, São Paulo, Contexto, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste – Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*, 4ª Edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio,1967.

_____. *Casa Grande & Senzala*. 43ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2001.

_____. *Sobrados e Mucambos*. 10ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 1998.

_____. *Ingleses no Brasil*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1977.

_____. *Região e Tradição*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora,1968.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 31ª. Edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes – o outro lado do mito.* São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia*. Trad., Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

GENOVESE, Eugene. *Da Rebelião a Revolução*, Trad., São Paulo, Global, 1983.

_____. *A Terra Prometida – O Mundo que os Escravos Criaram*, Trad., 2 volumes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. *O Mundo dos Senhores de Escravos – Dois Ensaios de Interpretação*. Trad., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978.

GRAHAM, Richard. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914.* Cambridge University Press, 1972.

GUIDON, N. *As ocupações pré-históricas do Brasil*. Cunha, M. C. da (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma. A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva.* São Paulo, Cia das Letras, 2005.

HOBBES, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, Trad., Os Pensadores, São Paulo, Nova Cultural, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa – Dois séculos Revêem a Revolução Francesa*, Trad., São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. *Era das Revoluções 1789-1848*. Trad., Rio de Janeiro, Paz e Terra,1982.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1780. Programa, Mito e Realidade*. Trad., 4ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 12ª Edição, Rio de Janeiro, Ed.José Olympio, 1978.

_____. *Visão do Paraíso: Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*, São Paulo, Brasiliense/Publifolha, 2000.

_____. Caminhos e Fronteiras. São Paulo, Cia das Letras, 1994.

_____(Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira, A Época Colonial.* Tomo I, Volumes 1, 2. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960.

_____(Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Monárquico.* Tomo II, Volume 1,2. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960.

IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo, Difel, 1962.

JANCSÓ, István. *Na Bahia Contra o Império – História do Ensaio de Sedição de 1798.* São Paulo, Hucitec, Salvador Edufba, 1996.

_____ (Org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2005.

_____ (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucitec, Fapesp, Ijuí, Editora Unijuí, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Triste Trópicos*. Trad., São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos Limites da Colonização – Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*, Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2006.

LIMA JUNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais*. Zelio Valverde, Rio de Janeiro, 1943.

LIMA, Manoel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 1996.

LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, 2ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 1997.

LOPES, José da Paz. Minas. *O século XIX, Teófilo Otoni e progresso econômico*. In: III Seminário sobre a cultura mineira do século XIX. Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura, 1982.

MAGALHÃES, Basílio de. *Teófilo Ottoni*. Nossos Grandes Mortos nº 06, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1945.

MARCATO, S. *A Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais*. Boletim do Museu do Índio: 1 Etno-História. Rio de Janeiro, 1979.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte.* Trad., São Paulo, Ed.Escriba,1968.

_____. *Contribuição a Crítica da Economia Política.* Trad., São Paulo, Martins Fontes, 1977.

_____. *O Capital - Crítica da Economia Política.* Trad., Livro I, Volume 1, 13a. Edição, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Crítica a Filosofia do Direito de Hegel*. Lisboa, Editorial Presença, s/d.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia – Século XIX – Uma Província no Império.* Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1992.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. Trad., 5a. Edição, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2001.

MELLO, João Manoel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio, Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira*, 8ª Edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico – abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, Maria Fumaça, 2000.

MILL, Stuart. *Princípios de Economia Política, com algumas de suas aplicações à Filosofia Social*. Vol. I e II, Trad., São Paulo, Nova Fronteira, 1986

MIRANDA, Nilmário. *Teófilo Ottoni. A República e a Utopia do Mucuri*. São Paulo, Caros Amigos Editora, 2007.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889-1930*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974.

MOORE Jr., Barrigton. *Aspectos Morais do Crescimento Econômico*. Trad., Rio de Janeiro, Record, 1999.

MORENO, Cezar. *A colonização e o povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX: a guerra contra os índios.* Belo Horizonte, Canoa das Letras, 2001;

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817 (Estruturas e Argumentos).* São Paulo, Ed. Perspectiva/Ed. da USP, 1972.

_____ & NOVAIS, Fernando. *A Independência Política do Brasil*. São Paulo, Moderna, 1986.

_____(Org.). *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: Histórias*. São Paulo, Editora SENAC-SP, 2000.

MOURA, Antonio de Paiva. *História da violência em Minas*. Belo Horizonte, Autor, 1983.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. 6ª Edição, Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

_____. *Minha formação*. 6ª. Edição, Brasilia, Senado Federal, 1998.

NASCIMENTO, Francisco Manoel. Poèsie *Lyrique Portugaise, ou Choix Des Odes*. Traduites em Français, avec Le teste em regard. Paris, Chez Cérioux jeune, Libraire, quai Malaquai, n. I, 1808

NEWTON, D. *Cultura Material e história material*. Suma Etnológica brasileira, Petrópolis, ed Vozes, vol. 3, 1986.

NOVAIS, Fernando A.. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª Edição, São Paulo: Ed. HUCITEC, 1995.

_____ (Dir.) *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida Privada na América Portuguesa*. Laura de Mello e Souza (Org.), Vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

_____ (Dir.) *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. Luiz Felipe de Alencastro (Org.), Vol. 2, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

_____. *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.), *Brasil em Perspectiva*, 4ª Ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.

_____. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. 4ª Edição, São Paulo, Ed. Brasiliense,1986.

_____. *Aproximações – estudos de história e historiografia*, São Paulo, Cosacnaify, 2005.

OTTONI PORTO, Reinaldo. *Notas Históricas do município de Teófilo Otoni, vol. II: A extinção companhia de comércio e navegação do rio Mucuri* (1847 a 1861). Teófilo Otoni: Tipografia de O nordeste mineiro, 1931.

PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo, Mandarim, 1998.

PALAZZOLO, P. Fr. Jacinto de. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce: Como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por Frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho 1873-1952*. 3 ed. Brasiliana Vol. 277, São Paulo, Nacional, 1973.

PEREIRA, Leopoldo. *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense – Publifolha, 2000.

_____. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 9ª Ed., São Paulo, Brasiliense, 1975.

_____. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. 4ª Ed., São Paulo, Brasiliense, 1966.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo, Edusp, Hucitec, Fapesp, 2002.

REIS, João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil – A História do Levante dos Malês (1835)*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____ e Eduardo Silva. *Negociação e Conflito, A Resistência Negra no Brasil Escravista,* São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 32.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *O Rascunho da Nação: Formação, Auge e Ruptura da Economia Colonial.* Campinas, 1985, Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, mimeo.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas – Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro.* São Paulo, Duas Cidades, Editora 34, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B.. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial – 1550-1835*, Trad., São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Roceiros e Rebeldes*, Trad. Bauru, EDUSC, 2001.

SEIGNOBOS, Charles. *História Sincera da França – Ensaio de uma História da Evolução do Povo Francês*. Trad., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945.

SHAW, Ronald E. *A History of the Erie Canal, 1792-1854*, University Presss of Kentucky, 1990.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*, Miriam Dolhnikoff (Org.), São Paulo, Companhia das Letras/Publifolha, 1998.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasiliana, Vol. 100, Cia Editora Nacional, 1937.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*, Volume I e II, Trad., São Paulo, Martins Fontes, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 14ª. Edição. Rio de Janeiro, Editora Graphia, 2002

SOUZA, Angelita Matos. *Deus e o Diabo na Terra do Sol: Leitura Política de um Capitalismo Tardio*. Campinas, IE-Unicamp, 2003, mimeo.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*. São Paulo, Unep, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro. A Pobreza Mineira no Século XVIII*. 3ª. Edição, Rio de Janeiro, Graal, 1990.

_____. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz – Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*, São Paulo,Companhiadas Letras, 1986.

_____. *O Sol e a Sombra – Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo,Companhiadas Letras, 2006.

SWEEZY, Paul. *Do Feudalismo ao Capitalismo*. Trad., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975.

SPENCER, Herbert. The Man Versus The State With Six Essays on Government, Society and Freedom (1884), Indianapolis, LibertyClassics, 1981.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *O Levante dos Periquitos*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1990.

TETEROO, Samuel Sac. *Notas Históricas e Chorographicas do Município de Theóphilo Ottoni.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus. 990-1992.* Trad., São Paulo, Edusp, 1996.

TIMMERS, Olavo Sac. O *Mucuri e o Nordeste Mineiro no passado e seu desenvolvimento*. Teófilo Otoni, [s.e.], 1969.

TOLEDO, Maria Fátima de Melo. *Desolado Sertão – Colonização Portuguesa nos Sertões da Bahia (1654 – 1702),* São Paulo, 2006, Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, mimeo.

TORRES, Alberto. *As Fontes de Vida no Brasil*. Digitalização da Edição em Papel, Rio de Janeiro, 1915. Mimeo.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites Mineiras Setecentistas – Conjugação de Dois Mundos*. Lisboa, Edições Colibri, 2004.

_____. *A Sombra do Poder – Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795).* São Paulo, Editora HUCITEC, 2006.

VALADÃO, Alfredo. *Da Aclamação à Maioridade (1822-1840) e Outros Trabalhos Históricos*. 3ª Edição. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1973.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. São Paulo, Melhoramentos, 1948.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia, 1999.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Vol.1 – Populações Rurais do Centro Sul, Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

_____. *Populações Meridionais do Brasil*. Vol.2 – O Campeador Rio-Grandense, Belo Horizonte, Itatiaia, 1987.

_____. *Ensaios Inéditos*. Campinas, Editora da Unicamp, 1991.

WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste – A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Pioneiros Alemães de Nova Filadélfia – Relato de Mulheres Educadoras*. Editora da Une de Caxias do Sul, 1997.

Anexos

Anexo I

Ata da Instalação da Companhia do Mucury para a Navegação e Comércio do Rio de mesmo nome.

Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II-34, 13, 008 No. 001

Aos quinze dias do mês de maio do ano de mil oitocentos e cinqüenta e um, acgando-se reunidos em assembléia geral, na casa no. 27 da Rua Direita, desta cidade do Rio de Janeiro, em virtude dos anúncios feitos nos jornais pelo empresário Theóphilo Benedicto Ottoni, conforme o artigo 11 dos estatutos provisórios de 19 de outubro de 1847, os senhores, Irineu Evangelista de Souza, item de cem ditas; Manoel Cornelio dos Santos Jr, item de dez ditas; Barnabé Francisco Vaz de Cavalhães Filho como procurador do Brigadeiro Henrique Marques de Oliveira Lisboa, item de cinco ditas; João Henrique Ulrich, item de quatro ditas; Albert Etienne, item de três ditas; Theophilo Benedicto Ottoni, item de trezentas ditas por si, e vinte por seu filho Theophilo Carlos Banedicto Ottoni; Christianno Benedicto Ottoni, item de cinqüenta ditas por si, e como procurador dos Senhores Doutor Ernesto Benedicto Ottoni e Doutor Eloy Bennedicto Ottoni e Augusto Benedicto Ottoni representantes cada um de cinqüenta ditas; achando-se ausentes, ou não comparecendo os senhores Honório Esteves Ottoni, tomador de cinqüenta ações; João Rodrigues da Silva, item de cinqüenta ditas; Doutor João Duarte Lisboa Serra, item de vinte e cinco ditas; doutor Caetano Vicente de Almeida, item de vinte ditas; Theotonio Pereira de Magalhães e Castro, item de vinte ditas; Antonio José Coelho, item de vinte ditas; José Alves da Graça Bastos Junior, item de dez ditas; Tristão Vieira Ottoni, item de cinco ditas; Feliciano Lopes da Silva, item de cinco ditas; Marcello Pereira Guedes, item de cinco ditas; Doutor Antonio Angelo Pedroso, item de quatro ditas; Antonio Pereira Astero, item de quatro ditas; Diogo José Leite Guimarães, item de três ditas; José Raphael de Azeredo, item de três ditas; Joaquim Cardozo de Menezes e Souza, item de três ditas; Joaquim Pereira de Queiroz, item de duas ditas; Gaspar José Vianna, item de duas ditas, Duarte José de Mello, item de duas ditas, Manoel

do Nascimento Matta, item de duas ditas; D. Maria Rosa do Nascimento Ottoni, item de duas ditas, Martiniano Soares Pereira Guedes, item de duas ditas; Joaquim Alves Fagundes, item de duas ditas; Theodoro José de Castro, item de uma dita; Antonio José da Silva Leal, item de uma dita; João José Dias Pinheiro, item de uma dita; José Pereira de Oliveira, item de uma dita; Antonio Texeira de Carvalho, item de uma dita; Pedro Cardozo de Araujo, item de uma dita; Bento Pereira Valente, item de uma dita; Alexandre Jose dos Santos, item de uma dita; Luis Antonio Pereira de Castro, item de uma dita; João José de Azevedo Mello Bitaca, item de duas ditas; Henrique Pereira Leite Bastos, item de seis ditas.

Na conformidade do art. 12 dos ditos estatutos, e achando-se subscritos mil ações, tomou a presidência o empresário Theophilo Benedicto Ottoni como representante de maior número delas, e depois de fazer uma boa exposição verbal acerca dos fins da Companhia, da probabilidade do bom êxito da empresa, vantagens que oferece, e embaraços e dificuldades a vencer, consultou os Senhores Acionistas presentes, na forma do artigo 13, sobre as convencias de se encorporar desde já a Companhia, foi por todos os acionistas presentes aprovados que desde já se declara-se instalada e incorporada a Companhia e assim se fizesse constar, ficando sub-entendido que estão por ora prejudicado as disposições relativas ao contrato celebrado com o governo provincial de Minas Gerais enquanto não for revalidado. Deliberou-se que se não emitisse mais apólices enquanto a Assembleia Geral dos acionistas não resolver o contrário.

Em todas as mais disposições ficaram subsistindo os Estatutos e Contratos com o Governo Geral que dão do teor seguinte:

Estatutos

Art. 1º

A Companhia do Mucury terá por fim abrir comunicações pelo Rio Mucury desta corte e da Cidade da Bahia com as povoações das províncias das Minas Gerais situadas nas imediações do referido rio, a tonar povoada as margens

deste e dos seus confluentes quer na Província de Minas, quer na Província da Bahia.

Art. 2º

O Capital da Companhia será de mil e duzentos contos de reis, divididos em quatro mil ações de trezentos mil reis cada uma. Este fundo poderá ser aumentado por deliberação da assembléia geral dis acionistas.

Art. 3º

Todo individuo, associação ou corporação nacional ou estrangeira pode ser acionista da Companhia entrando com a quantia de trinta mil reis por cada apólice para que subescrever. Esta entrada se fará simultaneamente com a subscrição.

Art 4º

Não se poderá, depois da segunda chamada de fundos, fazer outra qualquer antes de decorridos seis meses depois da antecedente. As chamadas nunca serão de quantia maior de trinta mil reis.

Art. 5º

A subscrição para as apólices fica aberta desde já perante as pessoas designadas em os anúncios que os empresários publicarem nos jornais da corte.

Art. 6º

Em conformidade do contrato que os empresários celebraram com o Governo de Minas ficará em reserva um quarto das apólices, para que, depois de organizada a Companhia e tirada a planta do Rio, o mesmo governo delibere se toma ou não essas apólices por conta da província.

Art. 7º

Esta subentendido que, se o governo de Minas subscrever com qualquer número de apólices por conta da província, não se lhe facultarão outros direitos, privilégio ou meios de influência sobre a direção e administração da empresa a cargo da companhia, além daqueles que são comuns aos demais acionistas.

Art. 8º

Se o governo de Minas não julgar conveniente aceitar o quarto das apólices de que trata o 6º artigo poderão os empresários ficar com essas ações por sua conta, publicando pelos jornais essa deliberação logo que tiverem a decisão do Governo de Minas.

Art. 9º

O acionista só será obrigado a entrar para o cofre da Companhia com a importância das apólices com que subscrever, nem terá mais responsabilidade além do valor das suas apólices. Mas, se não entrar com a prestação correspondente a qualquer chamada, quatro meses depois de publicados os respectivos anúncios em jornal diário do Rio de Janeiro, entender-se-há que cede em favor da Companhia o valor das entradas anteriores.

Art. 10º

Enquanto a Assembleia Geral dos Acionistas não resolver o contrário serão os empresários diretores da Companhia e Administração a empresa como julgarem mais conveniente aos interesses dela.

Art. 11º

Logo que tenha efetuado a subscrição de mil apólices, os diretores designarão em anúncios publicados com um mês de antecedência dia para uma reunião geral dos acionistas.

Art. 12º

No dia aprazado, os acionistas se reunirão em Assembleia Geral, nesta Corte, presididos por aquele que representa maior número de ações, regra que fica estabelecida para a presidência em todas as reuniões.

Art. 13º

Reunidos os acionistas deliberarão sobre a conveniência de se incorporar logo a Companhia, e sobre o mais que propuzerem os diretores, os quais deverão sempre assistir as reuniões da Assembleia Geral dos Acionistas.

Art. 14º

O capital da Companhia só poderá ser empregado:

1º Na aquisição de barcos de vapor aptos para navegarem entre os Rios Mucury e as cidades do Rio de Janeiro e Bahia.

2º Na aquisição de outras quaisquer embarcações que forem julgadas necessárias aos costeio da empresa, ou em nevegação do mar ou na do rio.

3º Na construção de duas estradas que a empresa se obrigou a fazer no contrato celebrado com o governo de Minas, e bem assim na construção de estradas laterais, que precisas forem para unir entre si as diversas linhas de navegação que o rio oferece.

4º Na edificação dos armazéns que forem necessários para o deposito dos gêneros conduzidos em barcos da companhia, e na construção das casas necessárias as barreiras que a companhia está autorizada a estabelecer nas estradas de que tem privilégio para a cobrança das taxas intinerarias.

5º Na compra dos gêneros em que os diretores julgarem que deve a companhia negociar. Não se empregará em comércio mais de uma décima parte dos fundos da companhia e não se poderá comerciar senão em sal, vinho, chumbo, ferro e aço recebendo em troca dinheiro ou gênero da insdustria agrícola ou fabril do país.

6º Na demarcação e divisão das terras concedidas a companhia, e na aquisição de outras com o fim de vendê-las no país ou no estrangeiro.

7º Nos salários aos diversos agentes e empregados que serão todos da nomeação dos diretores.

8º Nas despesas que o juízo dos diretores forem indispensáveis para ser posta a empresa em execução e andamento.

Art. 15º

Todas as transações feitas por conta da Companhia serão escrituradas regularmenteem livros para isso destinados, e conforme as melhores regras da escrituração mercantil, para cujo fim haverá um guarda livros.

Art. 16º

Haverá uma reunião anual dos acionistas a contar do dia da incorporação da companhia, para ser-lhe presente pelos diretores um relatório explicativo de sua administração e do estado dos negócios da companhia, bem como o balanço justificado de toda a receita e despesa. O relatório e balanço serão submetidos ao exame de uma comissão de três acionistas nomeados pela Assémbleia Geral.

Art. 17º

Esta comissão dará o seu parecer, que será submetido á discussão finda a qual deliberará a Assembleia Geral como entender.

Art. 18º

As votações da Assembleia Geral se farão publicamente. A maioria de metade e mais um decide as questões, o presidente vota em último lugar, e tem também o voto de minerva.

Art. 19º

A Assembleia Geral se julgará constituída sempre que se estiverem reunidos os representantes de metade das apólices emitidas. Se no dia designado se não reunir número suficiente haverá nova reunião quinze dias depois e neste se deliberará com os que comparecerem. A votação para aumento do capital da companhia e a dissolução dela, ou para exoneração dos diretores deverá reunir os votos correspondentes a dois das apólices emitidas. O acionista pode comparecer por si ou por seu procurador; só podem ser procuradores os acionistas.

Art. 20º

O acionista portador de apólices até cinco, terá um voto, até dez apólices, dois votos, e assim por diante, nenhum acionista porém terá mais de seis votos qualquer que seja o número de apólices ou próprias, ou que apresente como procurador de outrem.

Art. 21º

Enquanto os lucros da empresa não excederam a seis por cento anuais, os empresários não terão retribuição alguma, nem como empresários, nem como diretores, mas logo que os dividendos subirem além de seis por cento, o excesso se dividirá em três partes iguais, duas para os acionista (além dos seis por cento) e uma para os empresários, em plena remuneração dos privilégios e projetos que cedem a companhia, e em retribuição de seus serviços como diretores.

Art. 22º

Aos empresários forem da diretoria, a Assémbleia Geral marcará os vencimentos dos diretores que nomear, e os empresários terão nesse caso direito a uma idenização previa, decretada por árbitros cuja importância pagará em apólices que a Companhia emitirá para esse fim ao par. Se falecerem ambos os empresários, seus herdeiros receberão igual indenização, e se falecer um só, o outro continuará em exercício, sem que preciso se alterem as vantagens e direitos da diretoria.

Art. 23º

Fica aberto aos empresários um crédito da quantia de dez contos de reis para satisfação das despesas feitas como os exames, planta do rio, vencimento de engenheiros.

Art. 24º

Logo que estiver empregado o capital da Companhia a Assémbeia Geral deliberará sobre a criação de um fundo de reserva deduzido dos lucros dos acionistas.

Art. 25º

Os haveres da Companhia expostos a sinistro do mar, contato que os diretores entendam que as companhias de seguro oferecem suficientes garantias, estarão sempre seguros.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1847.

Contrato com o Governo Geral

Condições para incorporação de uma companhia nacional de navegação e comércio, que terá por objeto franquear a navegação do Rio Mucury desde a sua barra, na Província da Bahia, até o ponto da Província de Minas Gerais em que for ou puder tornar-se praticável a navegação do mesmo rio.

1ª

Os empresários se obrigarão a incorporar uma companhia nacional de navegação e comércio, que terá por objeto franquear a navegação do Rio Mucury desde a sua barra, na Província da Bahia, até o ponto da Província de Minas Gerais em que for ou puder tornar-se praticável a navegação do mesmo rio; Esta companhia se denominará Companhia do Mucury e organizar-se-á dentro de dois anos contados da data das presentes condições, sob pena de ficarem de nenhum efeito os privilégios que lhe são concedidos.

2ª

A Companhia do Mucury efetuará à sua própria custa, no Rio Mucury e suas cachoeiras todos os melhoramentos que forem necessários para facilitar o transporte dos gêneros e mercadorias que se costumam importar na província de Minas.

3ª

O governo concede á Companhia do Mucury o exclusivo por quarenta anos de navegação por vapor, ou outros meios superiores que venham a descobrir-se, não só em todo o Rio Mucury e seus confluentes, como também entre o ponto da Villa de São José de Porto Alegre, à margem do mesmo rio, e o da Cidade do Rio de Janeiro, e entre o ponto da mesma vila e o da Cidade da Bahia. Este privilégio porém só será desde logo efetivo para a Companhia pelo espaço de dez ano, nos termos da resolução de 03 de outubro de 1833, ficando dependente da aprovação da Assembléia Legislativa a concessão do mesmo privilégio ou sua prorrogação pelos 30 anos restantes.

4ª

O termo de quanrenta anos, aque se refere a condição antecedente, começara desde o dia em que a Companhia tiver um barco de vapor, ou outro superior, navegando nas águas do Mucury, sendo a Companhia obrigada a apresentar tal barco dentro de três anos contados do dia em que os empresários apresentarem na Secretária de Estado dos Negócios do Império o termo ou contrato da incorporação da Companhia, sob pena de ficarem de nenhum efeito todos os privilégios concedidos á mesma Companhia.

5ª

O exclusivo por quarenta anos da navegação do Rio Mucury a vapor, ou de outro qualquer modo, compreenderá todo o rio e seus confluentes desde a barra do mesmo rio até ao ponto em que, oito anos depois de começado o prazo do privilégio, a Companhia haver feito chegar periodicamente os seus barcos. Exceptua-se:

1º a parte do mesmo rio atualmente navegada por tais embarcações de velas, que continuará a ser livremente navegada por tais embarcações somente até o ponto em que elas chegam presentemente; 2º quaisquer canoas de uma só madeira empregadas na pescaria ou para a comodidade dos moradores as quais passarão livremente por todo o rio, contanto que não conduzam outros gêneros senão os da lavoura própria dos donos de tais embarcações.

6ª

É livre à Companhia fixar o preço dos fretes, contanto porem que o frete dos gêneros conduzidos desta corte para qualquer ponto do termo de Minas Novas á margem do Mucury, e vice-versa, não poderá jamais exceder de metade do que atualmente custa o transporte de tais gêneros desta Corte para a cidade de Minas Novas.

Além disso será a Companhia obrigada a publicar uma tabela dos fretes uma vez por ano em cada uma das Provincias interessada; e, feita essa publicação, não poderá, durante todo o ano, aumentar o preço fixado sob pena de perda do privilégio e multa de quatro contos de reis para a Fazenda Pública.

7ª

A Companhia será obrigada a levar gratuitamente nos seus barcos de vapor os correios do governo ou qualquer passageiro que vão em serviço público, bem como qualquer gênero e feitos da nação, com a limitação total de dois indivíduos e dez arrobas por viagem.

8ª

Se a Companhia por qualquer causa que não seja ou invasão de inimigos estrangeiros, movimentos sediosos no interior, alguma inflação dos direitos ou

privilégios da Companhia ou alguma calamidade pública nacional interromper por mais de três meses os meios de transporte, incorrerá na multa de um conto de reis por cada vez que isso aconteça e ficará livre a navegação do rio enquanto ela não restabelecer os seus meios de transporte e se a interrupção durar por um ano, caducará o privilégio, ficando inteiramente livre a navegação daí em diante.

9ª

A Companhia poderá fazer os regulamentos que julgar necessários para a nevegação do Rio Mucury e seus confluentes e será autorizada para exigir o devido cumprimento dele. Estes regularmentos providenciarão sobre tudo o que disser respeito ao estado navegável das águas do Mucury, como sejam pontes, canais, esgotos, represas e outros objetos, e serão submetidos à aprovação do Governo, depois da qual se não poderão alterar sem previa permissão do mesmo Governo.

10ª

Os barcos e objetos da Companhia serão sugeitos aos regularmentos ficais e aos impostos que se acham estabelecidos ou para o futuro se estabelecerem sobre tais barcos e objetos.

11ª

O Governo expedirá os regulamentos e instruções que forem necessárias para fiscalizar a execução das presentes condições, o estado dos barcos de vapor da Companhia e a regularidade do serviço deles.

12ª

O governo permitirá que os barcos de vapor da Companhia sejam comandados por oficiais da Marinha pela mesma forma porque o são os da Companhia Brasileira de Paquetes a vapor e igualmente permitirá que as obras da Companhia sejam dirigidas por um oficial de engenheiros.

13ª

Findo o prazo do privilégio a Companhia cederá ao Governo, se este o quiser pelo preço em que foram avaliados, todas as obras que houver construído nas margens do rio, com sejam armazéns, canais, comportas, diques, cais, no estado em que se acharem; se porém lhe for então prorrogado o privilégio por outros quarenta anos, se obriga ela a ceder gratuitamente, no fim deste novo prazo todas as mencionadas obras no estado em que se acharem, sem que por elas receba a menor idenização.

14ª

O Governo cederá à Companhia para fundação de colônias agrícolas e industriais, dez léguas de terras de testada com uma de fundo, das que houver devolutas à margem do Rio Mucury em território da Província de Minas, ficando porém esta concessão de pendente da aprovação da Assembléia Geral Lesgislativa, e a Companhia sugeita a pagar pelas mesmas terras o preço que por ato legislativo for fixado.

15ª

As terras cedidas a Companhia para fundação da Colônia, na forma do artigo antecedente, acha-se-ão todos cultivados e povoados no fim de dez anos contados do dia em que foi incorporados a Companhia, sob pena de ficar de nenhum efeito a concessão de cada légua quadrada que ao fim do dito tempo não for habitada aos menos por sessenta casais de colonos.

16ª

Um mês depois de incorporada a Companhia, prestará ela fiança idônea á satisfação das multas que lhe são impostas nas presentes condições, sem o que não gozará dos privilégios.

Palácio do Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1847 (assinado)

Manuel Alves Branco

E assim se deu por finda a primeira reunião da Assembleia Geral dos acionistas da Companhia do Mucury de que se lavrou este termo que vai assinado pelos membros presentes. O empresário e Diretor Theophilo Benedicto Ottoni, Tristão Ramos, Irineu Evangelista de Souza, João Henrique, por si e como procurador dos acionistas, Dr. Ernesto Benedicto Ottoni, Dr. Eloy Benedicto Ottoni e Augusto Benedicto Ottoni, assina, Christiano Benedicto Ottoni.

Anexo II

Memória sobre o Estado Atual da Capitania de Minas Gerais

Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 09, 1,016, 1798

Por José Eloi Ottoni

O país de Minas Gerais (1) é uma daquelas capitanias que do Brasil, da qual podemos dizer que a natureza liberalmente confiará os tesouros da abundancia; não tanto por haver até criado o ouro, o diamante a crisólita e outras pedras preciosas, como pela fertilidade do terreno, que larga e profundamente produz, além dos gêneros da primeira necessidade todos os mais, que podem fazer considerável o objeto do nosso comércio como são as canas de açúcar, o café, a baunilha, o cacau, a cochonilha, o tabaco, e o algodão (2) Este país, que em poucos anos podia elevar-se a um ponto de grandeza superior a todas as outras regiões do continente, pelo aumento da sua população, pela afluência dos reais direitos, e ainda mesmo pelas vantagens (3) da mineração, longe de preencher as esperanças do nosso Portugal, caminha apressadamente para a sua última ruína; uma vez que a extração do ouro [único objeto da industria daqueles povos] tem chegado à tal ponto de dificuldade que excede as forças dos mineiros, e redunda em detrimento do Estado. Eu vou provar essa asserção, produzindo fatos cuja ilação naturalmente se deduz por legitima conseqüência.

Ouro, esta produção da natureza que uma vez criada era movida de seu centro jamais se reproduz, para ser extraído da superfície da terra, ou seja nos monte, ou a margem de rios, ou ainda mesmo no aéreo dos pequenos regatos, exige dos mineiros pequena despesa, pela facilidade em que se extrai nos seus primeiros descobrimentos, porém logo que esta porção se extraiu, e que a experiência foi conduzindo os mineiros a necessidade de aprofundar as datas (4), de por seco os rios caudalosos, e de minar os montes, gradativamente foram também crescendo o trabalho e despesa, não só pela dificuldade da mineração, como pelo necessário consumo que se faz do ferro e aço; gêneros ,

que vem da Europa, e que tem de pagarem Direitos nas Alfândegas, pagam também o quinto, e carretos excessivos pela dificuldade da sua importação? Mas apesar de ser grande a despesa, que se faz em ferro e aço, não é contudo este artigo tão considerável, que por si só destrua e arruíne os interesses da mineração? A necessidade de escravos, que sendo capazes de todo o trabalho, se compram a cento e cinqüenta mil reis, e a mais cada um, esta é sem duvida a origem dos maiores obstáculos, que os Mineiros tem de vencer; porque como mortais, estão os escravos sujeitos a velhice, á doença, e à morte; e esta muitas vezes se acelera ou debaixo das ruínas de uma cata profunda, ou no cerco dos rios, que uma imprevista cheia ou outro algum incidente arrombará(5). Este dano se faz tão sensível, que no decurso de poucos anos se vem a perder fábricas inteiras, ainda as de maior escravatura: e os pequenos lucros, que por esta causa se tiram da mineração, em vez de a fomentarem de novo, se consome todos no juízo da superintendência, ou defendendo o privilégio concedido pelos senhores Rei D. José aos mineradores de trinta escravos, ou apoiando a ambição de terras e águas minerais; únicos bens, que restam aos pobres mineradores, conservados, por meio de litígios que em simples fatos se fazem eternos. E como os mineiros se vem oprimidos recorrem aos meios que tem; devastam as terras, que havendo forças suficientes, deviam ser lavradas a talho aberto, e fazem correr os entulhos sobre os canais, que ainda podiam ser úteis. Deste modo as terras de mineração em poucos anos se tornam inúteis; e os mineiros sucumbem aos miseráveis efeitos da indigência em não vê, que estas causas diametralmente se apõem aos lucros da mineração? E que os seus efeitos recaem sobre as vantagens da coroa? A prosseguir esse método, jamais se poderão preencher as cem arrobas do quinto; e aquela colônia, em vez de erguesse florente, se tornará gravosa ao Estado. Alguns políticos se tem lembrado, que os meios mais eficazes de destruir todos estes opostos seriam, as associações feitas por autoridade publica, o prosseguimento das frotas para o comércio, o cunho de moeda provincial naquele país e sobretudo o valor do ouro a mil e quinhentos por oitava. Porém eu direi sobre cada um destes artigos o que me parece mais conforme a razão?

É certo que as associações aumentando as forças dos mineiros, aumentam também os progressos da mineração, somente por alguns anos, pois este meio não serve mais; que de paliar os efeitos do ano, sem que possa extinguir lhes a sua causa formal; porque lavradas à talho aberto as terras e extraída aquela porção de ouro, que é compatível com as forças humanas, infalivelmente virão os povos a recair na sua primeira desgraça, de nenhum modo podendo ser perenes os lucros da mineração. Contudo eu não abuso das associações no decurso desta memória farei delas a devida aplicação.

O prosseguimento das frotas de nenhum modo deve ser admitido; por que alem de se opor á atividade do comércio, favorece a indolência de que aqueles povos por uma causa física são suscetíveis; e os efeitos, que os fatores desta opinião pressupõem, são inteiramente imaginários. Se o termo periódico das frotas [segundo eles dizem] dava tempo aos mineiros para acabarem perfeitamente os serviços (6), e acudirem com pagamento dos créditos vencidos á Praça do Rio de Janeiro, é porque a mineração não havia ainda chegado á aquele ponto de dificuldade, que só com o decurso do tempo já deve desenvolver e se os comerciantes daquela Praça presentemente vexam e oprimem os negociadores das Minas, é em razão do lucro, que se tem introduzindo no Rio de Janeiro vindo a ser a causa da opressão e vexame a restrição do tempo o mesmo luxo tem feito inseparável dos contratos (7). Finalmente se as frotas ainda hoje existissem [o que de algum modo vemos pela necessidade do comboio] nem por isso seria mais vantajosa a forma do quinto; o que realmente tem acontecido, salvo se contrapusermos a remessa de dois ou três anos com aquela que anteriormente se faria de um só.

Quanto ao cunho de moeda provincial estabelecida naquele país, é este sem dúvida um grande socorro as necessidades do público; porém não é contudo bastante para aumentar os direitos da coroa. Eu bem vejo que o comércio cresce, e que cresce igualmente a população, girando moeda que exista. Porém, como nas Minas não pode o comércio adquirir aquele força ativa, que promove os interesses do Estado, pela dificuldade da importação? Dos gêneros estranhos, e por não se promoverem os meios da exportação dos próprios gêneros, segue-se, que não havendo alguma troca de gêneros por outros gêneros, ou se hão de pagar a dinheiro os gêneros importados , ou há

de parar o comércio, que segundo os gêneros do país pode vir a ser de grande utilidade aos nosso Portugal; não só por fornecer abastecimento às fábricas nacionais, como principalmente por aumentar os supérfluos de uma nação que protegendo o comércio do Brasil, pode ser independente de todas as outras, para obter e firmar com segurança os meios de sua prosperidade (8).

O valor do ouro a mil e quinhentos por oitava faz uma grande desvantagem nos três tostões que acrescem, porém como é preciso compensar a falta, que S. Majestade em a perceber, eu não estou pela opinião dos que abraçam a força de um imposto, removido de um gênero para outro gênero, porque sendo os indivíduos os mesmos sujeitos a uma imposição sempre a mesma , segue-se que da mesma causa hão de proceder sempre os mesmos efeitos: pois se os mineiros percebe mais três tostões em cada oitava de ouro, esta mesma vantagem faz que subam de preços os gêneros importados; e por conseqüência estão os mineiros no mesmo estado de abatimento, por não haver na capitania um só gênero, que possa suster a força de um imposto ainda mais leve, enquanto não se crescem no Brasil alguns ramos do mecanismo, e da industria. Eis aqui a origem da abundancia a protetora das artes, a mãe do provido trabalho a industria... eis aqui somente quem pode assegurar a independência das nações. É tão evidente a força desta questão, que não precisa ser demonstrada. Vemos porém acudir á decadência de Minas Gerais.

Os únicos meios poderosos de restabelecer e animar a população daquele país, e ainda da mineração, consistem somente em se promoverem a Agricultura e o Comercio, removendo se toda a dificuldade da importação dos gêneros estranhos, e facilitando-se por conseqüência a exportação dos próprios gêneros. Enquanto estes meios não forem desenvolvidos, debalde se aplicarão outros, que possa aumentar os lucros da mineração?

E S. Majestade pode vir a tirar as cem arrobas de quinto, e perceber outras vantagens talvez maiores, se os povos puderem sacudir o vexame, que os oprime removida toda aquela dificuldade. O que se pode conseguir de dois modos. O primeiro é abrindo estradas francas, que cortem diretamente a Leste da Vila Real do Serro do Frio, e de Minas Novas; as quais segundo a latitude

daquelas vilas podem abreviar a maior pela distância, que vai da capitania aos portos do mar. Os caminhos por onde se faz o tráfico daqueles povos, foram abertos por tal direção, que a longitude de cinqüenta , ou quando muito, sessenta léguas se estende a cem, cento e cinqüenta, e duzentas léguas. Efeito a sua direção por pessoa, que tenha a necessidade e inteligência, não deve exceder, como já disse, a viagem de sessenta léguas.

De Vila Real se deve procurar o porto mais cômodo nos Campos dos Goitacazes. Do Serro do Frio na Capitania do Espírito Santo e de Minas Novas em uma das duas Vilas que ficam ao Sul da Bahia, ou Porto Seguro, ou Vila de São Matheus. O segundo é, abrindo-se a navegação de dois rios maiores, que há na capitania e que facilmente se podem fazer navegáveis, o Rio de São Francisco e o Rio Doce, que por diversos braços entram por toda a Capitania como eu vou demonstrar. Pelo Rio Santo Antonio se vai ter a comarca do Serro Frio. Pelo Rio Piracicaba à Comarca do Sabará e pelo Guarapiranga é atravessar o termo de Mariana, esse vai ter á comarca do Rio das Mortes. Todos estes são braços do Rio Doce. Pelo Rio da Prata se vai ter á Paracatu. Pelo Rio das Velhas á Vila de Sabará, e a vizinhança de Vila Rica. Pelo Rio Paraupeba se entra pelas Comarcas de Vila Rica e de São João Del Rey. E pelo Pará se atravessa o Termo de São José, e se vai ter a Pitangui. Todos estes são braços do Rio de São Francisco. Além destes há também outros rios , que podem servir para o comércio interior, vem a ser, o Rio das Mortes, que banha as duas vilas de São João Del Rey e São José. O Sapucai, que é um braço do Rio-Grande, e rega uma grande extensão da Campanha Rio Verde. O mesmo rio-verde que atravessa o país, a quem dá nome. O Rio Grande que banha Jorcioca. Finalmente, há também o rio das Pombas que entra pela capitania e forma um braço do Rio Paraíba. Os transportes de um para outros braços se podem fazer por um pequeno transito por terra, isto é, qto ao Comércio Interior; que para o exterior eu sou de parecer que as exportações se devam fazer pelo Rio Doce, por ser este o mais vizinho ao mar. Pelo Rio de São Francisco se devem exportar os gêneros , de que abundam as suas margens, situação, que merece o nome de paraíso terrestre ; porque sendo [?] tão dilatadas as suas planícies, que a vista vai cansada topar no horizonte, todas elas, bem como as do Nilo, depois de regadas pela grossa cheia que

anualmente as inunda , produzem copiosamente não só gêneros necessários para a vida do homem, como também aqueles que podem aumentar o seu supérfluo, e fazer a fertilidade de uma grande extensão de terreno que apesar da sua fecundidade se ache ainda quase ermo e inculto. Bordado de pequenas colinas, que se levantam no meio da planície, e aonde as inundações jamais chegam, cobertos os campos de uma espécie de grama riçoza; matizados os seus recintos de arbustos sempre verdejantes, vestidos sempre de flores, e fruto, oferece todo aquele país o quadro mais belo, que a natureza produziu a beneficio da humanidade (9). Esta pintura nada tem de poética. Aqui não brilha outra coisa, que um raio da verdade. Eu não falo das margens, que bordam as duas capitanias de Pernambuco e Bahia, estas mesmas podem ser vantajosas. Por hora eu discorro somente sobre a grande extensão de terreno, que o Rio de São Francisco banha na capitania de Minas Gerais. A navegação destes dois rios se pode conseguir com facilidade até a sua embocadura no mar. No rio de São Francisco só há que vencer a grande cachoeira chamada Paulo Afonso; o que se pode conseguir desviando-se o Rio por um dos dois lados: e no rio Doce são tão pequenas as dificuldades que nenhuma delas merece ser nomeada. Para se custear o comercio, deve-se-há usar das canoas de voga, uma só aloja mais carga, do que podem levar vinte bestas; o preço destas, fundo arreiadas e prontas chega necessariamente á despesa de oitocentos mil reis; e o valor daquela não excede cem mil reis . é tão pequena a diferença, com a de um para oito, além de ser mais considerável o risco de vinte bestas do que daquele que corre uma canoa.

Facilitados deste modo os meios de exportação, segue se infalivelmente que os gêneros importados hão de descer do preço em que estão por duas razões: primeira, por que a sua importação é mais fácil, e, por conseqüência menos dispendiosa: segunda, porque havendo gêneros de exportação, o seu lucro vem a compensar e talvez com vantagem o abatimento do preço dos gêneros importados. O que tudo conduz para o aumento da mineração; pois antes da apuração do ouro, que nos grandes serviços somente se fez depois de um ano e mais de trabalho, vão os mineiros cobrindo as suas despesas com os gêneros da lavoura, sendo para este fim deputada aquela porção de escravos que for necessários. Deste modo é que podem vir a ser úteis as associações

feitas por autoridades publica, contato que o seu plano seja formado por aquelas normas, que prescrevem a equidade e a razão. Porém como talvez se me apanha, que o Mineiro não pode ser ao mesmo tempo lavrador e mineiro, eu vou explorar a matéria destruindo a impugnação deste modo. As associações exigem somente um administrador, cuja escolha deve ser feita com circunspecção e prudência. Sendo assim, numa corporação, por exemplo, de cinqüenta interessados, um só vem a fazer os ofícios de mineiros e os quarenta nove se podem empregar em diversos ramos da industria. E quando o Mineiro seja tão poderoso de escravos, que sem o recurso da associação por si só possa minerar, não há dificuldade que se oponha a repartir as suas forças entre dois ramos opostos, agricultura e mineração; pois apesar de se destruírem mutuamente um ao outro, este obstáculo contudo só poderia existir num pais que fosse limitado, o que não acontece nas Minas, aonde é tal a extensão do terreno, que ainda os nossos quatro netos não chegarão a habitá-lo. Além do que toda a força da mineração as mais das vezes se faz ou naquela mais escabrosa e discalvada dos montes, ou na cama dos rios , e quando entre por terras de cultura, não põem o mineiro de indenizar-se digo na necessidade de indenizar-se. Se bem que a ser outro o ponto de vista do nosso ministério, eu me esforçara a explorar as grandes vantagens que somente a agricultura pode produzir naquele país. E para provar a mesma asserção não me seria preciso traçar um plano de vantagens futuras, nem cansar a idéia com o projeto de um cálculo, que só com o decurso dos tempos produz o resultado de observações exatas. Bastaria voltar-me para o Reinado feliz do Sr. D. Manoel. Época venturosa! Quando dentro do nosso Portugal se mantinham independente quatro milhões de habitantes. Hoje...que magoa! Nem as minas do ouro, nem as minas dos diamantes podem fazer subsistir sem o socorro estrangeiro uma população que não chega a três milhões de habitantes. Donde se deve concluir, que infelizmente para o nosso Portugal se descobriram (10) as minas; pois que nos fizeram desprezar as verdadeiras riquezas da agricultura para corrermos cansados após um fantasma de riquezas imaginárias. Porém suponhamos que é útil o prosseguimento da mineração, vamos desenvolver outra dificuldade que se lhe apõem e vem a ser as demandas.

Aquelas que verão sobre a sustentação do privilegio dos mineiros ficam destruídas, uma vez que tenham extração e consumo os gêneros de lavoura;porque facilitados os meios da exportação, cresce infalivelmente a agricultura e cessão por conseqüência o vexame dos credores importunos e a cariloza ambição, com que naquele pais apóia os seus interesses sobre a ruína dos mineiros a turba iníqua de escrivães meirinhos e letrados. Mas como deste modo não fica ainda extinto o capricho [afecto dominante que preocupa a maior parte daqueles povos], é preciso desviar-lhe o recurso pelo modo possível. As controvérsias que se levantam no juízo da superintendência sobre terras e águas minerais, engrossam tão altos volumes, que os filhos muitas vezes não chegam a ver sentenciadas afinal aquelas ações que foram propostas por seus pais. Pelo que eu penso, que seria muito bem concedida uma lei, pela qual S. Majestade determine que todos os litígios desta natureza devam ser decididos sumariamente por uma junta de mineiros presididos pelo superintendente respectivo: isto por duas razões : primeira, porque este homens são os que sabem de fato sobre aquelas matérias, segunda, porque toda a demora de causas pertencentes á terras e águas minerais redunda em detrimento grave dos mineiros, e por conseqüência conduz para a falta do quinto. Porém como é um ponto de evidencia, que nem toda a formação (11) da terra fornece abundancia de ouro, que compense o trabalho e a dispensa de mineração, é preciso vencermos outra dificuldade que ainda nos resta, e talvez demais conseqüências.

O descobrimento das minas foi pela maior parte obra dos paulistas (12), que nutridos de mais estúpida indolência viviam de corso, preferindo os incômodos de uma existência precária á honra do trabalho e as vantagens da industria. A conquista dos índios assinava o objeto de descoberta, faciando a ferocidade dos conquistadores com a servidão. Dos seus fins. Deste modo os Paulistas formaram (13) bandeiras, e entrando pelo centro do continente se abarracaram á margens de rios, ou ainda mesmo de pequenos regatos, que ainda não lavrados fornecessem abundancia de ouro, extraído sem dificuldade ou dispêndio. O rumor destas associações se espalhava, os povos concorriam, e em pouco tempo se organizavam os membros de uma pequena sociedade. Eis aqui o primeiro estabelecimento da capitania de Minas Gerais. A surpresa

deste projeto a primeira vista deve mover a sensibilidade dos ânimos, inculcando talvez os grandes obstáculos que tem de vencer quem entra por um pais incógnito, coberto de uma mata expressa e habitado somente de íncolas ferozes e bárbaros. Porem os nossos bons descobridores possuíam a arte de curar bem a pele sem se entregarem ao mais pequeno incomodo da derrota. Os infelizes índios conquistados eram outros tantos batedores, que procediam abrindo caminho, por onde tranquilamente passasse o estúpido e insensível campeão, conduzido em uma rede os ombros dos seus [?]; cuja infeliz sorte prosseguiriam ainda mais tempo, se lhe não acudissem a simples e memorável, indelével, e humana piedade do Senhor Rei Dom José, de feliz e eterna memória. Estes descobrimentos ainda que infames, foram contudo de muita vantagem para o uso da mineração; e a proporção que cessarão foram cessando também os progressos da extração do ouro. Portanto, eu seria de acordo, que se animassem os Bandeiristas, excitando-se o projeto de novos descobrimentos por meio de graças, privilégios, e indultos, concedidos a aqueles que inflamados de um zelo patriótico entrarem pela mata geral, não com o espírito de conquista, sim como hospedes sensíveis e humanos, que encarando somente o objeto da sociedade, vão libertar diversas tribos errantes do infame julgo da estupidez e da inércia. Daqui podem resultar duas grandes vantagens: a primeira é o estabelecimento de novas sociedades que sendo animadas, por diversos modos, do que até aqui se tem praticado (14), podem ao mesmo tempo dilatar a Igreja, e utilizar ao Estado, dando de livre vontade a Deus o que é de Deus, ao Cezar o que é do Cezar. A segunda é, descobrir-se ouro e pedras preciosas talvez em mais abundância, do que se tem descoberto, segundo a direção de alguns roteiros , que há dos primeiros descobridores. A dar-se-lhes crédito, as maiores preciosidades ainda estão por se descobrir. Mas ainda mesmo por um argumento de analogia devemos supor, que dentro da mata se podem fazer descobrimentos vantajosos, e úteis, do que há alguma evidencia , segundo as noticias, que os mesmos índios nos tem transmitido. Eu pudera descrever fatos verídicos, que contestam e provam as grandes vantagens, que os descobrimentos tem produzido nas Minas, se me não ocorresse o que acabamos de ver sobre a cena dos nossos dias: o grande diamante, que a poucos se deu a manifesto, foi justamente o efeito de uma bandeira. Finalmente os índios referem , e os que tem chegado as suas

aldeias atestam, que em toda a mata da Capitania de Minas gerais é tal a fertilidade do terreno, que a maior parte dos nossos gêneros espontaneamente produzem sem mais cultura do que um provido efeito da sábia natureza que prevendo talvez a inércia dos índios conserva á beneficio da humanidade a raiz e as sementes que depositadas na terra vem a seu tempo a produzirem na própria estação. Que incomparáveis riquezas nos promete a Agricultura naquele país! Este manancial da humana prosperidade é a base mais sólida, sobre a qual se firma com segurança a planta dos Estados florentes. E como a Agricultura é somente quem fornece á industria matéria suficiente para a sua mão de obra, é preciso deliberarmos sobre a cultura daqueles gêneros, que aumentam a massa do supérfluo, que é a alma do comércio.

Os lavradores devem ser obrigados a promover, cada um segundo as suas forças, a plantação do café, baunilha, cacau, anil e cochonilha (15), pois é tal a negligência a respeito destes gêneros que a sua produção atual não cobre o necessário consumo. Ainda que esta obrigação a principio pareça vexame, contudo se deve prosseguir e obrigá-los debaixo de certas penas; porque o lucro que ao depois hão de ir perceber os convencerá pouco a pouco da utilidade que podem tirar, e como decurso do tempo virão a entregar-se voluntariamente a sua cultura. Esta ordem debalde será encarregada aos carregadores e as câmeras. Estas, como anualmente se renovam, capricham dentro do seu tempo em se conservar em uma perfeita harmonia com os lavradores do país, por serem todos parentes, ou amigos, ou vizinhos; e por esta razão as leis municipais jamais ali se observam. Aqueles sendo ao mesmo tempo carregadores, ouvidores, procuradores de capelas e resíduos, superintendentes, juízes da coroa, e há tal comarca, aonde são até intendentes do ouro, revestidos de tanta autoridade, eu não sei, como possam preencher a administração da justiça (16). Portanto, eu sou do parecer, que para boa ordem da agricultura se devam criar cinco inspetores, munidos de autoridade necessária. Um em toda a comarca do Serro do Frio; outro na do Sabará, o terceiro na de Vila Rica, o quarto na de São João Del Rey; e o quinto em Pracatu e S. Romão, que se deve desmembrar da comarca de Sabará, não só pela sua conjectude como principalmente porque só estes dois lugares podem fomentar em grande pelo o comércio do país. Estes inspetores devem obrar de

concerto uns com os outros, conservando-se sempre em uma perfeita inteligência, dirigida pelo Correio. Do que podem resultar duas grandes vantagens: primeira, dos progressos que cada um fizer na sua representação, se podem desenvolver, ou alguns obstáculos, que se devam reparar , ou certos conhecimentos úteis, que procedem da prática, que só por experiência se adquirem. Segunda, como há gêneros cuja produção somente é vantajosa em tal e tal terreno, pode acontecer, que este gênero fomente o comercio desta comarca aquela o de outra, e assim os mais. Estabelecida esta ordem, e vencidos os obstáculos acima proposto, o que tudo se pode conseguir facilitando-se os meios da exportação pelos dois modos já referidos , crescerão de tal modo os progressos da mineração animados pelas vantagens da agricultura e comercio, que em poucos anos se perceberá um aumento considerável na população do pais; e os diversos ramos das finanças (17) brotaram com vantagem; pois que a população, donde pende o aumento de todos os reditos, perfeitamente se enlaça com os progressos da agricultura por um vinculo da mais estreita união (18). Virá sua majestade a perceber não só cem arrobas de quinto, como ainda maiores vantagens do contrato dos diamantes (19); porque remidos os povos da apreensão que os abate, cessa infalivelmente o extravio do ouro em pó e diamantes pela razoes, que vou ponderar. 1ª Nas circunstâncias em que as Minas se acham, os povos recorrem aos únicos meios, que tem, para haverem um pequeno lucro, que com grande risco se tira daquele extravio: o que não pode acontecer, facilitados os meios de exportação dos gêneros , em que eles podem perceber o mesmo lucro e sem risco. 2ª Qualquer que seja o lucro dos dois gêneros extraviados livremente eu posso afirmar, que deve haver maior lucro nos gêneros da Agricultura, sendo esta promovida e igualmente excitada pelo comercio. 3ª a causa formal do extravio, que gira naquele país, não há outra, que a falta de industria, uma vez que esta se promova, segue-se, que o ouro extraído se emprega nos gêneros de importação, necessários para o consumo dos povos; e o comercio o re-emprega-os nos gêneros de exportação, donde pode tirar maior lucro: o que não aconteceu havendo falta de gêneros. Portanto, o comércio reserva, e oculta (20) o que pode de ouro em pó, para depois perceber algum lucro nos portos do mar; e por esta mesma razão o emprega também em diamantes. O que tudo cessa, querendo vossa majestade

servir-se dos meios que acabo de propor a beneficio da industria; pois esta [jamais deixarei de o repetir] é somente quem pode fazer com que se percebam grandes vantagens daquele pais. Eu não digo, que se lhe permitam ouro de todas as fábricas, nem todos os gêneros de manufaturas, porém não acho razão por que se lhe neguem aqueles ramos da industria, que por negligência compramos as Nações estranhas, e que de algum modo esgotam o sangue do Estado, como o são o ferro (21), o aço, o salitro, e o cobre com aqueles gêneros, que ainda fazem mais sensível o dano e vem a ser, o linho, a carne, a pesca (22) e o pão, gêneros que podiam vir do Brasil e fazer de algum modo a felicidade da Nação, retendo no giro do comercio interior uma grande porção de dinheiro em espécie. Finalmente, para o estabelecimento da capitania de Minas Gerais só me resta lembrar, que a não se lhe aplicarem os meios da indústria, veremos com dor diminuir consideravelmente a população a cada dia; o que já se experimenta em muitos lugares, que se acham quase desertos, por lhe haverem faltado os meios da mineração. Amigo da humanidade, inflamado de um zelo patriótico, não cesso de lamentar o desfalecimento e a ruína de um país fértil e rico, que podendo ser útil aos seus habitantes, e vantajoso ao Estado, ilude a esperança deste, e enerva as forças daqueles.

Anotações

(1) A descrição física matemática da Capitania de Minas Gerais pertence a um discurso político, que eu tenho traçado sobre os costumes daquele país. Consultarei os meus amigos, com imparcialidade, sobre a sua correção, logo que a última lima produzir aquele grão de perfeição, de que é suceptivel o meu pequeno talento.

(2) O anil pode ser igualmente um objeto considerável da Agricultura naquele país.

(3) A mineração pode vir a ser muito mais vantajosa permitindo-se também a do salitre, do cobre, e de outros minerais, de que abunda a Capitania.

(4) Fosso profundo, que muitas vezes excede a altura de oitenta palmos.

(5) Por qualquer destas causas, tem havido ocasiões, em que morrem mais de cem pessoas entre escravos e administradores.

(6) Por este vocábulo se exprimem as fábricas de mineração.

(7) Esta causa não existe no Termo de Minas Novas, onde a maior parte dos negociantes fazem o seu trafico para a Bahia em razão de não ter feito ainda o luxo maiores progressos naquela cidade.

(8) Le Bresil sufiroit Seul pour assurer La prosperité d´une nation, dont Le gouvernement protege Le commerce. Interêt dês nations de L´Europ. Tom, 1 Chap.4

(9) Ali há novidades duas vezes no ano; e os melões, balaneias e u, assim como outros frutos silvestres, produzem todo o ano, com a diferença somente de ser a sua produção mais ou menos copiosa segundo a própria estação.

(10) Vide Montesquier. Espirit dês leix. Livro 21 art.18 Vide Labat Voyage aux isles de L´Ameriq. Tom. 3. Pag.323. Vide Le Comt d ´Albon discours Politiq. Tom. Pag.

(11) Sinais prévios, por onde o Mineiro decide a Mineração.

(12) Assim se denominarão os povos da Capitania de São Paulo.

(13) Por essa frase ainda hoje se exprimem as associações, que se fazem para descobrir ouro, ou pedras preciosas.

(14) Se este meu zelo patriótico merecer alguma atenção, eu apresentarei com gosto uma memória, circunstanciada igualmente dos abusos e erros, com que se tem procedido á conversão, e ao estabelecimento dos índios; assim como dos meios que podem fazer a felicidade das tribos, e o aumento do Estado.

(15) A necessidade como que tem obrigado aos povos a promover a cultura das canas de açúcar e de tabaco. Quanto ao algodão direi largamente o que entendo no Artigo Minas Novas, Comarca do Serro do Frio.

(16) Que gemidos, que ais retumbam pela atenção das comarcas, aonde a cúbica de esfainados rendeiros atropela e confunde a boa ordem da sociedade produzindo a discórdia no seio da famílias e esgotando cruelmente o sangue da pobreza! Tal é a fúnebre cena em que eu pudera descrever o caráter iníquo dos insaciáveis dizimeiros; se

esta causa não envolvesse outros princípios, que vão ter a sua origem na respectiva Junta da Real Fazenda.

(17) A proporção do aumento que tiver a população, devem crescer igualmente os reditos do Real contrato das entradas e dos dízimos. E Também deve crescer o subsidio literário, uma vez que pela a sua arrecadação se muda o método pois do atual tem resultado que os professores presentemente padeçam o retardamento de mais de três anos dos ordenados vencidos; e a mocidade daquele país padeça ente a falta de educação moral e civil; pois alguns professores , tendo debalde recorrido a respectiva junta, passaram a esta corte, aonde se acham requerendo, há quase dois anos e outros desamparam de todo suas cadeiras, por não terem absolutamente meios de subsistência.

(18) L´Agriculture, est La population sont etroitemente liées enremble. La Morada de La Raison. Sect. 2. Pag. 155

(19) Eu trato especificamente da comarca do Serro do Frio; e então apresento um plano sobre o Real Contrato dos Diamantes que a ser admitido, tenho toda a evidência para pensar, que S. Majestade pode vir a tirar muito maiores vantagens daquelas terras, que se compreendem na demarcação dos diamantes, do que os lucros que atualmente percebe.

(20) Os povos são obrigados a apresentarem o ouro em pó, para se lhe tirar o quinto, e correr em barras depois de fundido; e não o derem reter, senão com o peso de vinte oitavas para baixo. Porém esta ordem jamais poderá conseguir uma pronta e eficaz execução, uma vez que não gira outra moeda, senão ouro em pó, ou em barra, e o comércio se esforça a subtrair-se da quebra que sofre qualquer parcela de ouro fundido, em razão das partes heterogêneas, que imperceptivelmente se lhe comunicam, e que só depois de calcinado com o azougue se depuram no fogo; umas vezes naturalmente extraídas com o ouro, pela grande combinação que há entre uns e outros metais; porém outras vezes compostas pelo fraudulenta artifício de certos monopolistas, que apesar de todas as prevenções fazem graçar misturadamente e em confuso uma grande porção de ouro falso, com aquele que é natural e ingênuo.

(21) As providências que por hora se tem dado a respeito do ferro não devem produzir o efeito desejado, por que o método do novo imposto, que haja de compensar os direitos por falta da importação daquele gênero, de nenhum modo pode existir com vantagem dos mineiros, em razão do abatimento a que tem chegado as forças da Capitania quanto a mim a compensação dos direitos já deve fazer por meio de um imposto que carregue sobre o mesmo gênero.

(22) O que fica dito a respeito do ferro, se deve também entender a respeito do sal. E o Rio de São Francisco pode então vir a ser muito mais útil pelos grandes interesses da pesca.

ANEXO III – Cópia Fac-símile de Páginas Resumo dos Livro Caixa e Razão da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri